

UNIVERSIDADE FEDERAL DE SERGIPE
MESTRADO PROFISSIONAL EM ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA EM REDE
NACIONAL - PROFIAP

MATEUS VASCONCELOS LUZ

**DIAGNÓSTICO E INTERVENÇÃO EM NORMATIVOS CONEXOS A PÓS-
GRADUAÇÃO PROFISSIONAL E NO REGIMENTO DO PROFIAP**

ARACAJU - SE

2018

MATEUS VASCONCELOS LUZ

DIAGNÓSTICO E INTERVENÇÃO EM NORMATIVOS CONEXOS A PÓS-GRADUAÇÃO PROFISSIONAL E NO REGIMENTO DO PROFIAP

Relatório Técnico apresentado à Universidade Federal de Sergipe, como parte das exigências do Programa de Pós-Graduação em Administração Pública, Mestrado Nacional em Administração Pública em Rede Nacional - PROFIAP, para obtenção do título de Mestre em Administração Pública.

ARACAJU - SE

2018

FICHA CATALOGRÁFICA
(verso da folha de rosto)

MATEUS VASCONCELOS LUZ

DIAGNÓSTICO E INTERVENÇÃO EM NORMATIVOS CONEXOS A PÓS-GRADUAÇÃO PROFISSIONAL E NO REGIMENTO DO PROFIAP

Relatório Técnico apresentado à Universidade Federal de Sergipe, como parte das exigências do Programa de Pós-Graduação em Administração Pública, Mestrado Nacional em Administração Pública em Rede Nacional - PROFIAP, para obtenção do título de Mestre em Administração Pública.

Aprovado em 08 de fevereiro de 2018

Banca:

Prof. Dr. Tácito Augusto Farias
Presidente-Orientador (UFS - PROFIAP)

Prof. Dr. Kleber Fernandes de Oliveira
Membro Interno (UFS - PROFIAP)

Prof. Dr. Fábio Rodrigues de Moura
Membro Externo

RESUMO

O presente relatório técnico analisa criticamente os principais normativos de relevância aos programas de pós-graduação *stricto sensu* em forma associativa. A partir da análise do histórico da pós-graduação profissional e da complexidade da pós-graduação em forma associativa, foram analisadas Portarias do MEC e da Capes, além do último Regulamento do Mestrado Profissional em Administração Pública em Rede Nacional (Profiap). Após as devidas análises, foram apresentados planos de intervenções com sugestões de normativos com as devidas melhorias sugeridas.

Palavras-chave: Pós-graduação profissional; Pós-graduação em Forma Associativa; Normativos MEC; Normativos CAPES; Profiap; Histórico da pós-graduação profissional; Gestão de pós-graduação em forma associativa.

ABSTRACT

This technical report critically analyzes the main norms of relevance to the *stricto sensu* postgraduate programs in an associative way. From the analysis of the history of the professional postgraduate and the complexity of the postgraduate in associative form, the MEC and Capes Ordinances were analyzed, besides the last Regulation of the Professional Master in Public Administration in National Network (Profiap). After the due analysis, the plans of interventions were presented with suggestions of norms with the suggested improvements.

Keywords: Professional post-graduation; Postgraduate in Associative Form; Regulatory MEC; CAPES regulations; Profiap; History of the professional graduate; Postgraduate management in an associative way.

SUMÁRIO

1. INTRODUÇÃO	08
1.1 Objetivos	08
1.2 Justificativa	09
2. DESENVOLVIMENTO	10
2.1 Estado da Arte	10
2.1.1 História da Pós-graduação <i>stricto sensu</i> profissional no Brasil.....	11
2.1.2 Desafios na gestão de programas de pós-graduação em forma associativa nacional.....	32
2.2. Procedimentos Metodológicos	48
2.3. Análise dos documentos	53
3. CONCLUSÕES	73
ANEXOS	75
APENSOS	142
Referências	177

Capítulo 1 - Introdução

No ano de 2017 foram editados vários normativos de impacto para os programas de pós-graduação *stricto sensu* pelo Ministério da Educação e pela Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (Capes), especialmente na modalidade profissional. Quase todos esses normativos foram publicados com vigência imediata, fazendo alterações relevantes no mesmo ano de realização de avaliação quadrienal, referente aos anos 2013-2016. O ano de avaliação quadrienal é o que exige maior logística e atividade por parte da Capes, pois em um único ano são avaliados todos os programas de pós-graduação *stricto sensu* do país.

Analizando tais normativos, verificam-se algumas inconsistências em cujas alterações se fazem necessárias devido ao impacto desses normativos. Para uma melhor compreensão de tais normativos, o referencial teórico trata do histórico da pós-graduação profissional no Brasil, além da complexidade da gestão de programa de pós-graduação em forma associativa nacional. De forma melhorar a percepção deste Relatório Técnico, optou-se por analisar o último Regulamento do Mestrado Profissional em Administração Pública em Rede Nacional.

Em quase todos os normativos analisados, sejam do MEC, da Capes ou mesmo do Profiap, apresentam-se constatações e recomendações para melhoria dos mesmos. Assim, apresenta-se um plano de intervenção com proposta de melhoria em cada regulamento. A única exceção foi a Portaria CAPES nº 59/2017, que tratou da avaliação quadrienal, uma vez que o impacto da intervenção seria pequeno em virtude da conclusão da avaliação. Ademais, a complexidade em uma proposta de intervenção da norma avaliativa da Capes exigem um Relatório Técnico à parte.

1.1 OBJETIVOS E JUSTIFICATIVA

1.1.1. Objetivo Geral:

Diagnosticar e apresentar proposta de intervenção aos principais normativos do MEC e da Capes conexos à pós-graduação *stricto sensu* profissional e no Regimento do mestrado profissional em administração pública em rede nacional (Profiap).

1.1.2. Objetivos Específicos:

A) Identificar os principais documentos legais do MEC e da Capes conexos à pós-graduação *stricto sensu* profissional;

B) Analisar as possíveis lacunas dos normativos do MEC e da Capes visando o atingimento do objetivo geral;

C) Analisar a lacunas e adequação do regimento do Profiap aos atuais normativos.

D) Propor melhorias nos normativos analisados e ao regimento do Profiap, visando o atingimento do objetivo geral;

1.2. Justificativa

Em 2017 o Ministério da Educação (MEC) e a Comissão de Aperfeiçoamento de Pessoal do Nível Superior (Capes) criaram ou alteraram diversos normativos acerca da pós-graduação profissional, destacando-se a criação dos doutorados profissionais. Com o aumento no número de cursos na modalidade profissional, especialmente por conta dos mestrados em rede nacional, somado ao princípio da legalidade na Administração Pública, justifica-se promover um diagnóstico tais normativos para melhoria dos programas nessa modalidade.

Os normativos do MEC e da Capes são reflexo de uma política de uma política decenal de pós-graduação. Seu impacto atinge os mais altos níveis de instrução universitária, com reflexos para todos os demais níveis de ensino. Atinge grande parte da produção de conhecimento técnico e científico do país. Ademais, com a proliferação do modelo universitário da tríplice-hélice, a universidade ampliará bastante sua participação no desenvolvimento nacional. Assim, mais que preencher lacunas, tais normativos são o principal mecanismo de controle da Capes para o sucesso em seu Plano Nacional de Pós-Graduação.

Neste contexto, destaca-se ainda o mestrado profissional em administração pública em rede nacional (Profiap), como o programa mais relevante na capacitação de servidores públicos, com atuação em todas as cinco regiões geográficas do Brasil. Seu regulamento deve ser reflexo da estrutura de governança de alta complexidade, por envolver diversas instituições associadas com autonomia assegurada pela Lei de Diretrizes e Bases da Educação

Nacional. Assim, também se justifica a análise do regulamento vigente do Profiap, com as devidas proposições de melhorias.

Ademais, a análise da conjuntura do Profiap, enquanto pós-graduação *stricto sensu* profissional em forma associativa mista nacional trará importantes subsídios pragmáticos à análise dos regulamentos do MEC e Capes. Tal procedimento reduzirá possíveis lacunas entre o formulador e o executor da política pública de pós-graduação.

Capítulo 2 – DESENVOLVIMENTO

2.1 – ESTADO DA ARTE

Nesta etapa, busca-se compilar conhecimentos sobre a pós-graduação *stricto sensu*, em seu contexto histórico-cultural, juntamente com reflexões sobre complexidade na gestão de um programa de pós-graduação em forma associativa nacional, utilizando o Profiap como referência.

Este referencial teórico está dividido em duas partes, conforme quadro resumo abaixo:

Assunto	Relevância para o trabalho
História da Pós-graduação <i>stricto-sensu</i> profissional no Brasil	Parte do arcabouço teórico e histórico da universidade brasileira, analisando os modelos universitários e as influências internacionais, prosseguindo pelo contexto da pós-graduação <i>stricto-sensu</i> e posterior enfoque na modalidade profissional. Esse referencial é um importante pressuposto teórico pela formulação do contexto histórico-cultural para uma melhor exegese dos normativos do MEC, da Capes e do Profiap.
Desafios na gestão de programas de pós-graduação em forma associativa nacional.	Reflexão sobre a complexidade e os desafios da gestão de um programa de pós-graduação em forma associativa de abrangência nacional. Será um importante subsídio para compreensão da complexidade da governança de um programa interuniversitário, culminando em uma proposta mais contundente de Regimento do Profiap e de melhorias nos normativos do MEC e da Capes.

2.1.1. História da Pós-graduação *stricto-sensu* profissional no Brasil.

Com o surgimento da pós-graduação *stricto-sensu* profissional alguns pesquisadores teceram duras críticas ao Ministério da Educação (MEC). Outros chegaram a afirmar que a modalidade profissional seria mais conveniente às necessidades do mercado e que substituiriam a pós-graduação na modalidade acadêmica.

Este tópico busca analisar o histórico da pós-graduação *stricto sensu* no Brasil, analisando os modelos universitários e influências internacionais, com destaque para o histórico da pós-graduação profissional até o final do ano de 2017.

2.1.1.1 – Antecedentes da pós-graduação brasileira

O ensino superior no Brasil possui cerca de dois séculos de existência. Segundo Cunha (2000, p. 152), “[...] o primeiro estabelecimento de ensino superior no Brasil foi fundado pelos jesuítas, na Bahia, em 1550”. Não obstante ele acrescenta que, “o ensino superior brasileiro como conhecemos hoje não descendeu, em nenhum aspecto, do enorme edifício que os jesuítas erigiram na colônia” (CUNHA, 2000, p.153). O ensino superior no Brasil começou a ser formado após a vinda da família real de Portugal para o Brasil, em 1808, começou a haver algum interesse concreto na educação superior brasileira.

No Brasil, o príncipe regente (a partir de 1817, rei D. João VI) não criou universidades, [...] criou cátedras isoladas de ensino superior para a formação de profissionais [...]: de Medicina, na Bahia e no Rio de Janeiro, em 1808; e de Engenharia, embutidas na Academia Militar, no Rio de Janeiro, dois anos depois. [...] Em 1827, cinco anos após a independência, o imperador Pedro I acrescentou ao quadro existente os Cursos Jurídicos em Olinda e em São Paulo, com o que se completava a tríade de cursos profissionais superiores que por tanto tempo dominaram o panorama do ensino superior no país: Medicina, Engenharia e Direito. (CUNHA, 2000, p. 153-154)

Posteriormente surgiram escolas ou faculdades de Odontologia, de Arquitetura, de Economia, de Serviço Social, de Jornalismo, de Filosofia, de Ciências e de Letras. Entrementes, o ensino superior brasileiro tornou-se praticamente estatal até a proclamação da República, em 1889. Essa estrutura permaneceu até ao surgimento das universidades, que somente viriam a ser criadas no início do século XX.

A primeira universidade criada no país, explicitamente com esse nome, foi em Manaus, no estado do Amazonas, em 1909, durante o curto período de prosperidade gerada pela exploração da borracha. Resultado da iniciativa de grupos privados, a Universidade de Manaus ofereceu cursos de Engenharia, Direito, Medicina, Farmácia, Odontologia e de formação de oficiais da Guarda Nacional. O esgotamento da prosperidade econômica na região levou ao fim da instituição, em

1926, da qual restou apenas a Faculdade de Direito, incorporada em 1962 à recém-criada Universidade Federal do Amazonas.

[...]

A primeira instituição de ensino superior no Brasil que assumiu duradouramente o status de universidade – a Universidade do Rio de Janeiro – foi criada em 1920, a partir da autorização legal conferida pelo presidente da República por meio do Congresso Nacional, cinco anos antes. (CUNHA, 2000, p. 162)

A Universidade do Rio de Janeiro resultou da reunião das faculdades de engenharia, medicina e direito, modelo que se seguiu para demais universidades criadas posteriormente, a exemplo da Universidade de Minas Gerais em 1927. Desta forma, mostrou-se essencial o estabelecimento de controle, por parte da União, para evitar o crescimento desordenado de Universidades por meio de normativos.

Se a montagem da Universidade do Rio de Janeiro foi uma tentativa de estabelecer o modelo universitário antes que se multiplicassem fatos consumados nos estados, dificultando o controle pela União, o surgimento da Universidade de Minas Gerais mostrou que **regulamentos eram necessários**, mais do que modelos.

Assim, pouco depois da inauguração da segunda universidade brasileira, governo federal baixou normas regulando a instalação de universidades nos estados. Em 28 de novembro de 1928, foi promulgado o Decreto 5.616, apresentando aquelas condições. As universidades criadas nos estados gozariam de “perfeita autonomia administrativa, econômica e didática”. No entanto, estabelecia-se que o ingresso dos alunos deveria estar sujeito aos mesmos requisitos legais dos estabelecimentos federais de ensino superior. [...] Na prática, ficava vedada a criação de universidades privadas, pois era exigida uma lei do governo estadual para a criação desse tipo de estabelecimento de ensino, o qual teria seu reitor nomeado pelo governador do estado. (CUNHA, 2000, p. 165, grifo nosso)

Outrossim, o início da universidade brasileira foi marcado por dois normativos de alta relevância: o Decreto 5.616/1928¹ e o Decreto 19.851/1931². Este último chegou a ser denominado, à época, de Estatuto das Universidades Brasileiras, considerando seu elevado grau de detalhamento normativo. Nele destaca-se a regulamentação do corpo docente universitário. O corpo docente era formado por: a) professores catedráticos; b) auxiliares de ensino; c) docentes livres; d) professores contratados (eventualmente); e) outras categorias de acordo com a peculiaridade de ensino de cada universidade (eventualmente).

A seleção de professor catedrático deveria considerar o mérito científico, a capacidade didática e os predicados morais do profissional a ser provido no cargo, através de concurso de provas e títulos. As provas eram compostas de: defesa de tese; prova escrita; prova prática ou experimental; e prova didática. Aprovado, o candidato era nomeado professor catedrático por um período de 10 anos. Após esse período sua continuidade carecia de concurso de títulos,

¹ Disponível, na íntegra, no Anexo VIII.

² Disponível, na íntegra, no Anexo IX.

após o qual se alcançava a vitaliciedade e a imobilidade. A vitaliciedade não impedia a destituição do docente nas seguintes circunstâncias: incompetência científica; incapacidade didática; desídia inveterada no desempenho de suas funções; prática de atos incompatíveis com a moralidade e a dignidade da vida universitária; abandono de cargo; ou em caso de sentença judicial. O professor catedrático poderia também obter dispensa temporária de um ano para dedicação à pesquisa em assunto de sua especialidade.

Os auxiliares de ensino prestavam temporariamente assistência aos professores catedráticos, tanto nas aulas quanto nas pesquisas. O auxiliar de ensino, após período determinado, deveria submeter ao exame para a docência livre, sob pena de perda do cargo.

A docência livre permitia a realização de cursos (inclusive de aperfeiçoamento e especialização), substituição e colaboração com o professor catedrático, além de ministração aulas. O ingresso ocorria por concurso de provas e títulos, conforme normas da universidade. Ademais, a cada cinco anos seria realizada uma revisão do quadro de docentes livres para excluir os que fossem ineficientes no ensino ou que não tivessem publicado trabalho de valor doutrinário, de observação pessoal ou de pesquisa. As demais opções de docentes eram eventuais, geralmente em contratos temporários de professores estrangeiros em áreas com demanda de especialistas.

No Estado Novo (1937-1945), a política educacional foi marcada por uma estruturação dual para o ensino médio: o secundário, conduzindo diretamente ao ensino superior, com discentes provenientes das elites; e o profissional, que dificultavam o acesso de seus diplomados ao ensino superior, com discentes provenientes das classes menos favorecidas. Este sistema provavelmente foi alicerçado no modelo educacional da Alemanha, que ainda hoje permanece estratificada. Contudo, a Alemanha adotou critérios meritocráticos em sua estratificação, ao invés de elitistas, ainda sendo bastante adotado esse modelo naquele país.

Entrementes, na gestão do Presidente Eurico Gaspar Dutra (1946-1951), iniciou-se uma demanda pela reforma universitária, de forma a sincronizar a educação com as necessidades de desenvolvimento econômico e social. Nesse contexto, em 1947 foi criado o Instituto Tecnológico da Aeronáutica (ITA), influenciado pelos padrões estadunidenses.

Suas principais características inovadoras foram firmadas pela ausência das cátedras vitalícias, pela organização departamental, pela pós-graduação, pelo regime de dedicação exclusiva dos docentes ao ensino e à pesquisa, pelo currículo flexível. A existência do ITA como uma “ilha” de ensino superior moderno num “mar” de escolas arcaicas animou os reformadores do ensino, tanto os que viam na sua modernização o caminho necessário para que o país adquirisse a maioria científica e tecnológica indispensável, por sua vez, para viabilizar o rompimento dos

laços de dependência do exterior, quanto os que pretendiam reforça-los, no intuito de modernizar o país, começando pelo sistema pelo sistema educacional, à imagem do paradigma do país capitalista hegemônico. (CUNHA, 2000, p. 172, grifo nosso)

O Instituto Tecnológico da Aeronáutica (ITA) foi a instituição brasileira onde o modelo americano de universidade, que veremos posteriormente, foi melhor aplicado. Isso pode ser verificado especialmente pelos grifos da citação acima. Hoje, o ITA é uma das mais prestigiadas Instituições de Ensino Superior do Brasil, especializada em engenharia. Pode-se verificar até mesmo princípios do moderno modelo da tríplice-hélice em sua relação com a indústria aeronáutica brasileira, com destaque para a Embraer.

Durante a última gestão do Presidente Vargas (1950-1954), desta vez eleito democraticamente, houveram medidas de equiparação dos cursos profissionais ao secundário. Na prática, tal equiparação tornou acessível o ensino superior às classes menos favorecidas, abrindo caminho para a tão sonhada possibilidade de mobilidade social. Consequentemente, houve um grande e imediato crescimento na demanda por cursos superiores.

A expansão das oportunidades de escolarização no ensino secundário e a equivalência dos cursos médios ao secundário aumentaram a demanda pelos cursos superiores, que foi respondida principalmente pelo governo federal. Tal resposta assumiu três formas. Em primeiro lugar, a criação de novas faculdades onde não as havia ou onde só havia instituições privadas de ensino superior. Em segundo lugar, pela gratuidade de fato dos cursos superiores das instituições federais, ainda que a legislação continuasse determinando a cobrança de taxas nos cursos públicos. Em terceiro lugar, a “federalização” de faculdades estaduais e privadas, reunindo-as, em seguida, em universidades. (CUNHA, 2000, p. 170)

2.1.1.2 Modelos Universitários e a influência externa na formação da Pós-graduação brasileira

Antes de prosseguir com o histórico da pós-graduação no Brasil, faz-se necessário uma discussão sobre os modelos universitários e a influência externa no contexto da pós-graduação brasileira.

Dentre os principais modelos universitários, destacam-se cinco: o Francês; o Inglês; o Alemão; o Americano; e o da Tríplice-hélice. Os quatro primeiros são bem retratados por GELLERT (1993) apud CARAÇA et al (1996).

O modelo Francês, também conhecido como Napoleônico, possui perspectiva mais funcionalista. Este modelo caracteriza-se pela segmentação institucional entre as *écoles*, dedicadas essencialmente ao ensino, e as entidades externas à universidade, onde ocorre a

pesquisa. Estruturalmente, a universidade organiza-se em faculdades, subestruturas com grande autonomia dentro da universidade, com capacidade para definirem, com elevado grau de autonomia, quais as disciplinas a ministrar em seus cursos. O modelo prioriza o ensino e distancia a pesquisa da universidade, destinando-a a institutos de pesquisas.

O modelo Inglês está fundamentado em um paradigma de personalidade, preocupando-se não somente com a transmissão do conhecimento, mas principalmente com a formação do ser humano, de seu caráter e de sua personalidade. Tendo o Cardeal Newman como principal protagonista, esse modelo começou a ser adotado na Universidade de Oxford no século XIX, posteriormente também aderido pela Universidade de Cambridge. Estruturalmente, a universidade organiza-se em *colleges*, onde estudantes convivem uns com os outros e com os docentes.

O modelo Alemão, também conhecido como Humboldtiano por sua influência na criação da Universidade de Berlim, reforça o papel da investigação, colocando a criação e o progresso do conhecimento no cerne da missão universitária, sob um paradigma de ampla liberdade de estudo e pesquisa entre discentes e docentes.

O modelo Americano teve suas origens no modelo Inglês, defendendo seus valores protestantes e enfatizando a formação da personalidade e do caráter. Também teve influências do modelo Francês, especialmente em sua estrutura até o séc. XIX. Foi fortemente influenciado pelo modelo Alemão no final século XIX, agregando a ênfase à pesquisa, em detrimento do modelo arcaico Francês. O principal marco deste modelo foi a fundação da Universidade Johns Hopkings, onde se conciliaram os modelos Inglês e Alemão somado a uma forte ligação com a comunidade. Assim, deste modelo surge o conhecido tripé ensino-pesquisa-extensão.

A evolução das universidades americanas, fortemente influenciadas a partir do início do século XX pelo modelo alemão, não perdeu a influência inicial do modelo inglês, especialmente nas universidades mais tradicionais. No entanto, a partir da Segunda Guerra Mundial, como se viu no subcapítulo anterior, a evolução foi claramente no sentido de a universidade americana se afirmar como universidade de investigação. Uma característica importante da universidade americana é a forte ligação à comunidade em que se insere, o que contribuiu para o forte desenvolvimento da agricultura no século XIX e, mais tarde, das ciências da engenharia necessárias para o crescimento industrial, designadamente a engenharia química e, posteriormente, a engenharia electrotécnica. (CARAÇA et al, 1996, p. 1225)

O modelo da Tríplice-Hélice transfere do governo para a universidade a principal fonte de empreendedorismo, tecnologia, inovação, pesquisa, educação e desenvolvimento

do patrimônio cultural; todos estes fundamentais para o desenvolvimento econômico e social. Busca-se a interação entre Universidade, Empresa e Estado. Segundo ETZKOWITZ e ZHOU,

A tese da Hélice Tríplice é que a universidade está deixando de ter um papel social secundário, ainda que importante, de prover ensino superior e pesquisa, e está assumindo um papel primordial equivalente ao da indústria e do governo, como geradora de novas indústrias e empresas. A Universidade Empreendedora, exemplificada pelo MIT e por Stanford, que substitui e incorpora o modelo de Torre de Marfim, vai se tornando um formato acadêmico cada vez mais significativo. À medida que a sociedade industrial é suplantada por uma era baseada no conhecimento, o conhecimento avançado é cada vez mais expeditamente traduzido em usos práticos, devido à sua natureza polivalente, simultaneamente teórica e prática. Processos de transferência de tecnologia a partir de descobertas teóricas que outrora levavam gerações para ocorrer agora transcorrem ao longo da vida profissional de seus inventores, dando-lhe a possibilidade de participarem tanto do processo de inovação como no de pesquisa (ETZKOWITZ e ZHOU, 2017, p. 23, grifo nosso).

Os estudiosos dos modelos universitários já consideram o modelo da Tríplice-Hélice como a Segunda Revolução Acadêmica, atribuindo a Primeira Revolução Acadêmica àquela proposta pelo modelo Alemão, com ênfase na pesquisa. O atual Plano Nacional de Pós-Graduação (PNPG 2011-2020) busca incorporar este modelo ao Sistema Nacional de Pós-Graduação (SNPG).

O modelo universitário brasileiro é proveniente do modelo Americano, que, conforme já tratado, teve influências do modelo Alemão de pós-graduação. Destarte, cabe um aprofundamento histórico da academia estadunidense.

A origem dos *colleges* estadunidenses remonta o séc. XVII. Essa é uma importante distinção em relação ao histórico do ensino superior no Brasil, que efetivamente surgiu no séc. XIX, com a vinda da família real portuguesa, traduzindo em dois séculos de atraso em relação aos norte-americanos. O primeiro *college* foi iniciado em Massachusetts em 1636, vejamos:

Desde el principio fue patente que entre los primeros pobladores de la Norteamérica inglesa había un fuerte deseo de fundar una institución de educación superior. El folleto *Primicias de Nueva Inglaterra* cuya primera impresión data de 1643 informaba: “Después de Dios habernos traído a salvo hasta Nueva Inglaterra y de nosotros haber construido nuestras casas, de habernos procurado lo necesario para vivir, de haber edificado lugares adecuados para alabar a Dios y establecido el gobierno civil, una de las cosas que a continuación anhelamos y buscamos es el avance del aprendizaje y perpetuarlo para la posteridad”. En consecuencia, en octubre de 1636, la Corte General de Massachusetts – en ese entonces en el octavo año de su funcionamiento – asignó fondos para el establecimiento de un *college* en Newton (que más tarde recibió el nombre de Cambridge). Es probable que la

instrucción haya comenzado en el verano de 1638, 2 años más tarde. La muerte prematura de uno de sus benefactores³ unos meses más tarde decidió el nombre del nuevo *college*. (LUCAS, 2010, p. 154)

Posteriormente foram fundados mais sete *colleges*, onde destacam-se *Collegiate School in New Haven* (autorizado em 1701, hoje *Yale University*); *College of Philadelphia* (1740, posteriormente denominado *Pennsylvania University* – o primeiro *college* a tornar-se universidade dos EUA); *College of New Jersey* (1746, hoje *Princeton University*); *King's College* (1754, atualmente *Columbia University*). O fato da maioria dos oito primeiros *colleges* dos Estados Unidos estarem entre as melhores instituições de ensino superior do mundo nos leva a concluir que o modelo universitário americano foi o mais bem-sucedido nos séculos XIX e XX.

Houve um importante acontecimento no século XIX que trouxe uma evolução para os *colleges* americanos, possibilitando aos mais recentes alcançarem tal patamar de excelência mesmo com alguns séculos de desvantagem das universidades europeias: os estudos de pós-graduação, fundamentados no modelo alemão. A primeira instituição estadunidense a conceder o título de doutor (PhD) em um programa de pós-graduação foi a *Yale University*, em 1860. Anteriormente o título de doutor era um título de caráter honorífico, outorgado aos casos especiais onde parecia ser conveniente ou vantajoso para a instituição conferi-lo; contudo, a partir de então, o doutorado passava a ser conferido quando um estudante completava com êxito um plano de estudos prescrito pelo departamento. Rapidamente a tendência se propagou, de forma que em 1918 já havia mais de 500 programas de doutorado naquele país.

Inobstante, a grande expansão das pós-graduações nos Estados Unidos ocorreu com a ascensão ao poder de homens que haviam tido experiências diretas nas universidades alemãs. A maioria desses homens regressava de visitas ou estudos em Heidelberg, Berlim, Tubinga ou Leipzig, com relatórios impressionantes das grandes instituições acadêmicas germânicas que ofereciam conferências e seminários especializados de pós-graduação para estudantes avançados e em uma surpreendente variedade de disciplinas especializadas. Em um período onde se propagava o utilitarismo nas academias norte-americanas, surgem grandes celebridades acadêmicas alemãs comprometidas com a investigação “pura” sem estarem obrigados pelas estreitas considerações utilitárias.

³O benfeitor supracitado é John Harvard. Em homenagem póstuma, a instituição recebeu o nome de *Harvard College* e, posteriormente, *Harvard University*.

Lo que causaba una impresión especial en los observadores norteamericanos fue el énfasis alemán en la búsqueda desinteresada de la verdad mediante la investigación académica original. Las tradiciones académicas alemanas, se advertía, se basaban en dos ideas fundamentales. La primera, *Lernfreiheit* o “libertad para aprender”, que significaba que se les permitía a los estudiantes universitarios escoger los cursos de su gusto sin requisitos de asistencia o evaluaciones formales antes de presentarse al examen final para la graduación. La segunda, *Lehrfreiheit* o “libertad para enseñar”, significaba el derecho de los académicos a seguir sus investigaciones adondequiera que éstas los llevaran, a elaborar a partir de la investigación cualquier conclusión justificada y a diseminar los resultados por medio de la enseñanza o la publicación sin el impedimento o la interferencia de las autoridades externas. (LUCAS, 2010, p. 267)

Tais liberdades não eram comuns ao fim do século XIX na academia estadunidense devido ao excesso de utilitarismo que predominava. O novo paradigma direcionou a um equilíbrio entre a teoria e a prática, entre as pesquisas “puras” e “aplicadas”; entre a liberdade de pesquisa/ensino e as necessidades do mercado. Este equilíbrio proporcionou, inclusive, a superação das academias alemãs pelas americanas no séc. XX.

Um importante marco na educação superior estadunidense foi a fundação da Universidade de Johns Hopkins, em Baltimore, Maryland, sob a direção de Daniel Gilman:

En el discurso inaugural de 1876, Gilman anunció que la investigación académica sería “la guía y la inspiradora de compañeros y alumnos” en la universidad, al igual que, como se informaba, sucedía en las escuelas alemanas de educación superior. Por consiguiente, Johns Hopkins haría que su principal objetivo fuera “la adquisición, la conservación, incremento y distribución del conocimiento”. La esperanza del presidente, tal como lo expresó, era que la universidad como institución dedicada a la investigación tanto pura como aplicada, cumpliera una obligación importante con la sociedad y que los resultados dieran como resultado que hubiera “menos miseria entre los pobres, menos ignorancia en las escuelas, menos intolerancia en el templo, menos sufrimiento en el hospital, menos fraude en los negocios, meno disparates en los políticos”. (LUCAS, 2010, p. 268, grifo nosso)

Entrementes, desde o início Gilman buscava atrair os melhores professores e alunos para sua universidade. Ele também inovou no oferecimento de bolsas de pesquisas para os estudantes que se destacavam. Por outro lado, não houve investimentos significativos em despesa de capital (tais como edifícios) em sua gestão. Quando Gilman renunciou a direção da universidade em 1901, Johns Hopkins já havia alcançado grande prestígio e influência, a exemplo de sua Faculdade de Medicina que alcançou prestígio mundial em poucas décadas, sendo referência internacional ainda hoje. Segundo LUCAS (2010), muitas instituições que aspiravam tornarem-se importantes centros de investigação consideravam John Hopkins como modelo, inclusive Harvard, Columbia, Chicago, Clark, Universidade Católica, Michigan, Nebraska, Kansas e Vanderbilt.

No Brasil, uma importante influência estadunidense na reforma universitária brasileira foia vinda de Rudolph Atcon. Segundo FÁVERO (1991) apud ZANDAVALLI (2009),

Rudolph Atcon chegou ao Brasil antes da década de 1960, em um período marcado por acordo entre o Governo brasileiro e a Agência Norte-Americana para o Desenvolvimento Internacional (USAID). Ele trabalhou com Anísio Teixeira na organização da Capes e também como subdiretor do Programa Universitário, no período de 1953 a 1956. A convite da Diretoria do Ensino Superior do Ministério da Educação, realizou uma importante consultoria entre junho a setembro de 1965. Esta consultoria apontou uma série de mudanças que ficaram conhecidas como “Plano Atcon”, de relevante contribuição na reforma universitária de 1968.

2.1.1.3 – A criação e evolução político-administrativa da Capes:

O principal marco da pós-graduação no Brasil foi a criação da Capes. Esta instituição contribuiu mais que qualquer outra no desenvolvimento da pós-graduação brasileira ao longo de sua história. Inicialmente criada como Campanha Nacional de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (Capes), cuja comissão foi estabelecida por meio do Decreto 29.741/1951⁴, com dois objetivos: a) assegurar a existência de pessoal especializado em quantidade e qualidade suficientes para atender aos empreendimentos públicos e privados que visam o desenvolvimento econômico e social do país; e b) oportunizar o acesso ao aperfeiçoamento profissional aos indivíduos mais capazes e sem recursos próprios. Este Decreto foi alterado pelos Decretos 30.286/1951, 50.737/1961, 53.932/1964, 66.662/1970, 86.816/1982 e revogado pelo Decreto 99.678/1990.

Com o advento do Decreto 50.737, de 07 de junho de 1961, a Capes passa a ser subordinada diretamente à Presidência da República, passando a ter os seguintes propósitos:

Art. 2º Incumbe à CAPES formular e pôr em execução programas anuais de trabalho, orientados com os seguintes propósitos:

1 - o estímulo à melhoria das condições de ensino e pesquisas dos centros universitários brasileiros, visando a melhor formação dos quadros profissionais de nível superior do país;

2 - o aperfeiçoamento do pessoal de nível superior já existente, promovido em função das prioridades ditadas pelas necessidades do desenvolvimento econômico e social do País;

3 - a realização de levantamentos, estudos e pesquisas sobre os problemas envolvidos em seu campo de ação;

4 - a administração das bolsas de estudo oferecidas pelo Governo Brasileiro a latino-americanos e afro-asiáticos para cursos de graduação e pós-graduação no Brasil;

5 - a promoção de outras medidas necessárias à consecução dos seus objetivos definidos nos artigos 2º e 3º do Decreto nº 29.741. (BRASIL, 1961)

⁴ Disponível, na íntegra, no Anexo X.

O Decreto 49.355, de 28 de novembro de 1960, cria a Comissão Supervisora do Plano dos Institutos (Cosupi), cujas atividades seriam exercidas em todo território nacional, para implantação de um programa de educação tecnológica. Pretendia a instalação de Institutos de Tecnologia em todo o território nacional, além do aumento da eficiência das escolas de nível superior. Posteriormente ele foi alterado pelos Decretos 51.405/1962, 52.456/1963, 53.932/1964 e revogado pelo Decreto 99.678/1990.

O Decreto 53.325, de 18 de dezembro de 1963, instituiu o Programa de Expansão do Ensino Tecnológico (Protec), com as seguintes finalidades:

Art. 1º Fica instituído no Ministério da Educação e Cultura, o PROTEC, Programa de Expansão do Ensino Tecnológico, com a finalidade de promover:

- a) A graduação de maior número de especialistas e técnicos auxiliares nos diferentes ramos da engenharia e da tecnologia em geral;
- b) Substantial aumento de número de vagas nos cursos de engenharia;
- c) O melhor aproveitamento da juventude brasileira na admissão a esses cursos;
- d) Diversificação dos cursos, no ciclo profissional, ligados diretamente ao desenvolvimento industrial;
- e) Concentração e coordenação de esforços e recursos financeiros, inclusive os decorrentes de empréstimos externos, destinados aos fins mencionados neste artigo. (BRASIL, 1963)

O Decreto 53.932, de 26 de maio de 1964, reuniu: a) a Campanha Nacional de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (Capes); b) a Comissão Supervisora do Plano dos Institutos (Consupi); e, c) o Programa de Expansão do Ensino Tecnológico (Protec). Outrossim, foi criada a Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (Capes), subordinada ao Ministro da Educação e Cultura, com os seguintes propósitos:

Art. 2º A CAPES terá como objetivo a formulação e execução de programas anuais de trabalho, orientados com os seguintes propósitos:

- 1 - aperfeiçoamento de pessoal de nível superior, promovido em função das prioridades ditadas pelas necessidades do desenvolvimento econômico e social do país;
- 2 - colaboração com as Universidades e Escolas Superiores do país proporcionando-lhes assistência técnica no sentido da melhoria dos seus padrões de ensino e de pesquisa;
- 3 - apoiar Centro de Pesquisa e Treinamento Avançado, que possam colaborar em programas de formação e adestramento de pessoal graduado e estimular a formação de centros da mesma natureza de que seja carente o país;
- 4 - coordenar, respeitada a autonomia das Universidades, os planos nacionais de expansão de matrículas nas áreas em que haja maior demanda, facilitando, ainda, o suprimento de recursos adicionais ou extraordinários que se façam necessários ao cumprimento desses mesmos planos;
- 5 - a realização de levantamentos, estudos e pesquisas sobre os problemas envolvidos em seu campo de ação;
- 6 - a administração das bolsas de estudo oferecidas pelo Governo Brasileiro a elementos estrangeiros para cursos de graduação e pós graduação no Brasil;
- 7 - a promoção de encontros de professores e pesquisadores visando a elevar os padrões de ensino e difundi-los por todo o país. (BRASIL, 1964)

O Decreto de 66.662, de 05 de junho de 1970, reformulou a Capes, que passou a integrar a Administração Indireta como órgão autônomo, nos termos do art. 172 do Decreto-Lei 200/1967. Ele estabeleceu as seguintes finalidades básicas à Capes:

Art. 2º A CAPES tem como finalidades básicas:

I - coordenar as atividades de aperfeiçoamento de pessoal de nível superior, especialmente do pessoal docente de ensino superior, observadas a legislação pertinente e a política definida pelo Conselho Federal de Educação;

II - colaborar na implantação e desenvolvimento de centros e de cursos de pós-graduação;

III - conceder bolsas de estudo ou auxílios individuais:

a) para cursos de pós-graduação, visando especialmente à formação e aperfeiçoamento de pessoal docente de ensino superior;

b) para cursos ou estágios de especialização ou aperfeiçoamento de pessoal de nível superior;

IV - promover ou apoiar encontros que tenham como objetivo a melhoria do ensino superior;

V - promover ou realizar estudos, pesquisas e levantamentos das necessidades nacionais ou regionais de aperfeiçoamento de pessoal de nível superior.

Parágrafo único. Para o desempenho de suas atribuições é facultado à CAPES:

a) firmar convênio ou contrato com outro órgão da administração pública ou com entidade privada, inclusive internacional ou estrangeira, obedecida a legislação específica;

b) administrar programas de bolsas de estudo e outros, inclusive quando oferecidos por governo estrangeiro ou entidade internacional ou estrangeira;

c) fazer-se representar em conselho de seleção de candidatos às oportunidades de que trata a letra *b*. (BRASIL, 1970)

O Decreto 74.299, de 18 de julho de 1974, regulamentou a Capes, revogando o Decreto 66.662/1970. Este decreto reforçou a autonomia da Capes, inclusive instituindo o Fundo de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (Fapes), de forma a garantir a autonomia financeira da agência. Todavia, verifica-se um certo grau de subordinação ao Conselho Nacional de Pós-Graduação (CNPQ) e ao Departamento de Assuntos Universitários (DAU/MEC). Neste documento, foram-lhe atribuídas as seguintes finalidades:

Art. 1º. A Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES), órgão autônomo do Ministério da Educação e Cultura, criada pelo Decreto nº 53.932, de 26 de maio de 1964, e reformulada pelo Decreto nº 66.662, de 5 de junho de 1970, tem as seguintes finalidades:

I - Colaborar com a Direção do Departamento de Assuntos Universitários (DAU) na implementação da Política Nacional de Pós-Graduação;

II - Promover a execução das atividades de capacitação de pessoal de nível superior, em consonância com as diretrizes gerais fixadas no plano Nacional de Pós-Graduação;

III - Gerir a aplicação dos recursos financeiros, orçamentários e de outras fontes nacionais e estrangeiras, destinados à implantação e desenvolvimento da pós-graduação em geral, na área do Ministério da Educação e Cultura;

IV - Analisar e compatibilizar entre si e com as normas e critérios do Conselho Nacional de Pós-Graduação (CNPQ) e do DAU, os programas das instituições de ensino superior, relativos a bolsa de estudo ou assistência financeira para cursos de pós-graduação, aperfeiçoamento e especialização, visando principalmente ao magistério superior;

V - Assessorar as instituições de ensino superior na elaboração dos programas a que se refere o item anterior;

VI - Administrar projetos especiais aprovados pelo DAU, que visem a pós-graduação em geral;

VII - Promover ou apoiar a realização de seminários e reuniões em geral para o aperfeiçoamento de pessoal de nível superior;

VIII - Promover a realização de estudos e pesquisas das necessidades nacionais ou regionais de capacitação de pessoal de nível superior, ou realizá-los diretamente quando constada a conveniência;

IX - Participar da elaboração do Plano Nacional de Pós-Graduação a que se refere o Decreto nº 73.411, de 4 de janeiro de 1974, mediante a identificação das necessidades de aperfeiçoamento de pessoal de nível superior e demais condições de funcionamento das instituições de ensino superior relativas ao ensino de pós-graduação;

X - Manter intercâmbio e contatos com outros órgãos da administração pública ou com entidades privadas inclusive internacionais ou estrangeiras, visando a celebração de convênios, acordos, contratos e ajustes, relativos ao aperfeiçoamento de pessoal de nível superior. (BRASIL, 1974)

Com o Decreto 86.816, de 05 de janeiro de 1982, a Capes ganha o *status* de agência executiva da Secretaria da Educação Superior (SESu) do MEC. Permanece como instituição autônoma, mas com limitações estabelecidas em seu art. 7º. Destacam-se as atribuições de elaboração de Plano Nacional de Pós-Graduação, o acompanhamento e avaliação dos cursos de pós-graduação e a promoção da integração entre ensino e pesquisa. O art. 1º retrata suas finalidades, *ipsis litteris*:

Art. 1º. A Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES), órgão autônomo do Ministério da Educação e Cultura, nos termos do artigo 172 e seus parágrafos, do Decreto-lei nº 200, de 25 de fevereiro de 1967, com a redação dada pelo Decreto-lei nº 900, de 29 de setembro de 1969, criada sob a forma de Campanha, pelo Decreto nº 29.741, de 11 de julho de 1951, transformada pelo Decreto nº 53.932, de 26 de maio de 1964, e reformulada pelos Decretos nºs 66.662, de 05 de junho de 1970, e 74.299, de 18 de julho de 1974, tem as seguintes finalidades:

I - subsidiar a Secretaria da Educação Superior - SESu, do Ministério da Educação e Cultura, na formulação da política referente à pós-graduação, pesquisa científica e tecnológica e formação de recursos humanos;

II - elaborar o Plano Nacional de Pós-Graduação bem como acompanhar e coordenar a sua execução;

III - fomentar, inclusive mediante concessão de auxílios financeiros e assessoria técnica, atividades que direta ou indiretamente contribuam para o desenvolvimento e consolidação da Educação Superior;

IV - promover a realização de projetos especiais e experimentos, com o objetivo de testar inovações de interesse científico-educacional;

V - acompanhar e avaliar os cursos de pós-graduação e a interação entre ensino e pesquisa;

VI - promover atividades visando à capacitação de pessoal de nível superior;

VII - promover estudos necessários à geração de subsídios para a formulação da política de pós-graduação e aperfeiçoamento de recursos humanos;

VIII - manter intercâmbio e contato com outros órgãos da administração pública ou com entidades privadas, inclusive internacionais ou estrangeiras, visando à celebração de convênios, acordos, contratos e ajustes relativos à pós-graduação e

aperfeiçoamento de pessoal de nível superior, obedecidas as diretrizes estabelecidas pela Secretaria Geral do MEC, relativas aos assuntos internacionais;

IX - gerir a aplicação de recursos financeiros, orçamentários e de outras fontes, nacionais e estrangeiras, destinados ao desenvolvimento da pós-graduação;

X - promover e apoiar o intercâmbio e a articulação entre as Instituições de Ensino Superior, o Governo e as empresas públicas e privadas no seu âmbito de atuação;

XI - estimular a atividade editorial, mediante incentivo a docentes, pesquisadores e alunos, e apoiar a editoração científica nacional;

XII - conceder bolsas de estudos para aperfeiçoamento de recursos humanos;

XIII - promover, acompanhar e apoiar o envolvimento das Instituições de Ensino Superior em projetos de transferência de tecnologias apropriadas às condições específicas de âmbito local e regional. (BRASIL, 1982, grifo nosso)

O Decreto 99.678/1990 torna a inserir a Capes na estrutura da Administração Direta, dentro da estrutura regimental do Ministério da Educação. Ele revoga uma infinidade de outros Decretos, inclusive os de número 29.741/1951, 49.355/1960 e 53.932/1964. As alterações do Decreto 99.678/1990 apenas trataram das estruturas de cargos em comissão e função de confiança, não alterando a situação da Capes. Ele foi revogado pelo Decreto 1.917/1996.

O Decreto 1.917, de 27 de maio de 1996, altera a estrutura regimental do Ministério da Educação e do Desporto, e a Capes passa a ser uma fundação pública. A partir de então diversos outros Decretos alteram a estrutura regimental do MEC, revogando o seu antecessor, sendo tais os Decretos: 2.147/1997; 2.890/1998; 3.501/2000; 3.772/2001; 4.637/2003; 4.791/2003; 5.159/2004; 6.320/2007; 7.480/2011; 7.690/2012; e 9.005/2017. Atualmente a Capes mantém o regime jurídico de fundação pública.

Um importante destaque na história da Capes foi a criação dos Planos Nacionais de Pós-Graduação (PNPG). No total foram seis planos, sendo que o quarto não chegou a ser formalizado, mas serviu como diretriz na formulação das suas políticas públicas à época. Tratemos um pouco de cada plano.

O primeiro PNPG (1975-1979) foi criado no contexto do princípio do planejamento na Administração Pública, implementado por meio do Decreto-Lei 200/1967. Até então o desenvolvimento da pós-graduação era desordenado, em ações pontuais e desconexas. A pós-graduação passou a ser efetivamente tratada como um subsistema do sistema universitário e este como subsistema do sistema educacional. Conforme histórico apresentado pela Capes, em seu VI PNPG (2011-2020), o I PNPG deveria estar integrado, então, ao II Plano Nacional de Desenvolvimento (PND), através do Plano Setorial de Educação e Cultura (PSEC) e ao II Plano Básico de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (PBDCT), todos para o período de (1975-1980). A maior ênfase deste plano esteve na capacitação dos docentes das

universidades e a integração entre a pós-graduação e a graduação. Foi destacada a importância das ciências básicas e de combater as disparidades regionais.

O segundo PNPG (1982-1985), em analogia ao primeiro, buscou integração com o II PND e com o III PBDCT (1980-1985). Continuou enfatizando a formação de docentes qualificados para as universidades, todavia, enfatizou a qualidade no ensino superior e na pós-graduação. Consequentemente, foi consolidado e aperfeiçoado o modelo de avaliação dos cursos.

O terceiro PNPG (1986-1989) foi elaborado no período do I Plano Nacional de Desenvolvimento da Nova República, seguindo a premissa da conquista da autonomia nacional. No contexto da pós-graduação, concluiu-se da inexistência de quantitativo suficiente de cientistas para a tão sonhada independência econômica, científica e tecnológica para o Brasil. O destaque está na institucionalização e ampliação das atividades de pesquisa vinculada à pós-graduação e sua integração ao sistema nacional de ciência e tecnologia. Houve uma ênfase maior ao combate às desigualdades regionais.

[...] pode-se então concluir que a política de pós-graduação no Brasil objetivou, inicialmente, capacitar os docentes das universidades, depois se preocupou com o desempenho do sistema de pós-graduação e, finalmente, voltou-se para o desenvolvimento da pesquisa na universidade, já pensando agora na pesquisa científica e tecnológica e no atendimento das prioridades nacionais. Entretanto, deve-se ressaltar que sempre esteve presente a preocupação com os desequilíbrios regionais e com a flexibilização do modelo de pós-graduação. (CAPES, 2010, p. 27)

Em 1996, a Capes promoveu o Seminário Nacional “Discussão da Pós-graduação Brasileira”, a partir do qual planejou-se construir o IV PNPG. Por diversas razões de conjuntura política e econômica, não foi formalizado em um Plano Nacional de Pós-Graduação. Inobstante, de fato suas diretrizes fundamentaram a atividade da Capes à época, onde destacaram-se a necessidade de: evolução das formas de pós-graduação brasileira; formação de recursos humanos, pesquisa e desenvolvimento em integração com o mercado de trabalho; integração entre graduação e pós-graduação; melhoria da carreira acadêmica; melhoria no sistema de avaliação; e, expansão da pós-graduação, especialmente onde verificam-se os desequilíbrios regionais.

O quinto PNPG 2005-2010 visou o crescimento do sistema de pós-graduação para atender com qualidade as diversas demandas da sociedade, visando ao desenvolvimento científico, tecnológico, econômico e social do país. Dentre seus principais tópicos, destacaram-se: indução estratégica de Programas de Pós-graduação, com aporte de recursos adicionais para as áreas prioritárias; necessidade de equacionar os problemas das assimetrias; restaurar a

infraestrutura de pesquisa nas universidades federais; formação de docentes para todos os níveis de ensino e para os mercados não acadêmicos; desenvolvimento de políticas de cooperação internacional; e, evolução do modelo avaliativo.

Sumariando, os cinco Planos foram protagonistas de cinco importantes etapas na história da pós-graduação brasileira: 1 – a capacitação dos docentes das universidades, formando o primeiro contingente de pesquisadores e especialistas em âmbito federal; 2 – a preocupação com o desempenho e a qualidade; 3 – a integração da pesquisa desenvolvida na universidade com o setor produtivo, visando o desenvolvimento nacional; 4 – a flexibilização do modelo de pós-graduação, o aperfeiçoamento do sistema de avaliação e a ênfase na internacionalização; 5 – a introdução do princípio de indução estratégica, o combate às assimetrias e o impacto das atividades de pós-graduação no setor produtivo e na sociedade, resultando na incorporação da inovação no SNPG e na inclusão de parâmetros sociais no processo de avaliação. (CAPES, 2010, p. 16)

O sexto PNPG 2011-2020, atualmente vigente, é distribuído em dois volumes: o primeiro compõe os diferentes aspectos da pós-graduação, compondo efetivamente o PNPG; o segundo é composto de diversos estudos de especialistas que subsidiaram a formação do primeiro volume. Ele inicia destacando os desafios de atender ao crescente (e cada vez mais exigente) padrão de consumo da população mundial (de aproximadamente 8 bilhões de habitantes, predominantemente domiciliados em zonas urbanas). Neste contexto, destaca-se o crescimento em 140% da produtividade brasileira num interstício de 20 anos, acrescentando apenas cerca de 25% área cultivada. Negativamente o Brasil se destaca como 47º no ranking mundial de inovação e em 24º no ranking da Organização Mundial de Propriedade Intelectual, com apenas 492 depósitos, enquanto os EUA possuem 44.890 depósitos.

Destacam-se neste sexto PNPG: a ênfase na implantação do modelo da tríplice-hélice, onde busca a integração entre Universidade, Empresa e Estado; e a ênfase na integração da Universidade com o Ensino Básico, que ainda apresenta grandes lacunas no Brasil.

2.1.1.4 – O Parecer CNE/CFE nº 977/1965 e a Reforma Universitária de 1968:

O Parecer CNE/CFE nº 977/1965, popularmente conhecido como “Parecer Sucupira”, é um dos principais documentos de referência na formatação da pós-graduação brasileira. Esse documento, além da historicidade, fundamentando teoricamente a criação do de pós-graduação brasileira, também se destaca pela qualidade de sua pesquisa e elucida importantes pontos a serem considerados. *Ab initio*, ele comprova que nosso sistema de pós-graduação se originou no modelo Americano, vejamos:

A pós-graduação – o nome e o sistema – tem sua origem próxima na própria estrutura da universidade norte-americana, compreendendo o **college** como base comum de estudos e as diferentes escolas graduadas que geralmente requerem o título de bacharel como requisito de admissão. Assim, em virtude dessa organização a Universidade acha-se dividida em dois grandes planos que se superpõe hierarquicamente: o **undergraduate** e o **graduate**. No primeiro encontra-se os cursos ministrados no **college** conduzindo ao B. A. e ao B. Sc.⁵, e o segundo abrange os cursos pós-graduados, principalmente aqueles que correspondem a estudos avançados das matérias do **college** visando os graus de Mestre o Doutor. A grande **Cyclopedia of Education**, editada por Paul Monroe nos começos deste século definia **pós-graduado** como termo comum, usado nos Estados Unidos, para designar estudantes que já fizeram o **college**; ou seja, o estudante pós-graduado é o que possui o grau de bacharel e continua a fazer estudos regulares com vista a um grau superior.

Mas o desenvolvimento sistemático da pós-graduação nos Estados Unidos pode ser considerado como produto da influência germânica e coincide com as grandes transformações da universidade americana nas últimas três décadas do século passado [XIX]. É quando a universidade deixa de ser uma instituição apenas ensinante e formadora de profissionais para dedicar-se às atividades de pesquisa científica e tecnológica. Na verdade, a pós-graduação adquire seu grande impulso com a fundação da Universidade Johns Hopkins em 1876, criada especialmente para desenvolver estudos pós-graduados e inspirada na idéia da **creative scholarship**. Isto é, uma universidade destinada não somente à transmissão do saber já constituído, mas voltada para a elaboração de novos conhecimentos mediante a atividade de pesquisa criadora. (BRASIL, MEC, 1965, p.2)

Neste contexto, o modelo Americano priorizava a pesquisa pura em contraposição ao utilitarismo acadêmico que lhe precedeu. No Brasil, em meados do século XX, analogamente ao ocorrido nos EUA no séc. XIX, os cursos superiores eram eminentemente de natureza técnica (utilitária), derivada do modelo Francês, com enfoque nas áreas de medicina, direito e engenharia. Viu-se a necessidade, à época, de enfatizar as pesquisas puras através da pós-graduação, conforme verifica-se no Parecer Sucupira:

Daí a urgência de se promover a implantação sistemática dos cursos pós-graduados afim de que possamos formar os nossos próprios cientistas e tecnólogos sobretudo tendo em vista que a expansão da indústria brasileira requer número crescente de profissionais criadores, capazes de desenvolver novas técnicas e processos, e para cuja formação não basta a simples graduação. Em nosso entender um programa eficiente de estudos pós-graduados é condição básica para se conferir à nossa universidade caráter verdadeiramente universitário, para que deixe de ser instituição apenas formadora de profissionais e se transforme em centro criador de ciência e de cultura. Acrescente-se, ainda, que o funcionamento regular dos cursos de pós-graduação constitui imperativo da formação do professor universitário. Uma das grandes falhas de nosso ensino superior está precisamente em que o sistema não dispõe de mecanismos capazes de assegurar a produção de quadros docentes qualificados. Daí, a crescente expansão desse ramo de ensino, nessas últimas décadas, se ter feito com professores improvisados e consequentemente rebaixamento de seus padrões. Por isso mesmo o programa de ampliação das matrículas dos cursos superiores supõe uma política objetiva e eficaz de treinamento

⁵Tanto o Bachelor of Arts (BA) quanto o Bachelor of Science (BSc) possuem o mesmo nível de Bacharel, com duração média de quatro anos, apenas diferenciando pela área de conhecimento, sendo a primeira correlacionada às artes e a segunda às ciências. Hoje, somam-se a esta lista de equivalência o Bachelor of Engineering (BEng), Bachelor of Laws (LLB) e o Bachelor of Education (BEd).

adequado do professor universitário. E o instrumento normal desse treinamento são os cursos de pós-graduação.

O Aviso Ministerial, ao solicitar a regulamentação, aponta, em síntese, os três motivos fundamentais que exigem, de imediato, a instauração de sistema de cursos pós-graduados: 1) formar professorado competente que possa atender à expansão quantitativa do nosso ensino superior garantindo, ao mesmo tempo, a elevação dos atuais níveis de qualidade; 2) estimular o desenvolvimento da pesquisa científica por meio da preparação adequada de pesquisadores; 3) assegurar o treinamento eficaz de técnicos e trabalhadores intelectuais do mais alto padrão para fazer face às necessidades do desenvolvimento nacional em todos os setores.

[...]

Certamente a pós-graduação pode implicar especialização e operar no setor técnico profissional. Mas neste caso a especialização é sempre estudada no contexto de uma área completa de conhecimentos e quando se trata do profissional o fim em vista é dar ampla fundamentação científica à aplicação de uma técnica ou ao exercício de uma profissão.

Existe, ainda, outra característica não menos importante. Se, em certos casos, a especialização pode ter caráter regular e permanente, como sucede no campo da Medicina, seus cursos apenas oferecem certificado de eficiência ou aproveitamento que habilita ao exercício de uma especialidade profissional, e que poderão ser obtidos até mesmo em instituições não universitárias, ao passo que a pós-graduação **sensu stricto** confere grau acadêmico, que deverá ser atestado de uma alta competência científica em determinado ramo do conhecimento, sinal de uma autêntica **scholarship**. (Parecer CNE/CES nº 977/1965, p. 3-4, grifo nosso)

Nesse ínterim, a Reforma Universitária de 1968 foi praticamente uma transição do modelo universitário Francês para o modelo universitário Americano, tornando-se o principal contexto histórico-cultural do início da pós-graduação no Brasil. Contudo, *in praxis*, acabou-se por adotar o modelo Alemão, com grande ênfase às pesquisas puras em detrimento das pesquisas aplicadas, gerando um desequilíbrio onde, hodiernamente, ainda se é muito questionado sobre o distanciamento entre a universidade e a sociedade no Brasil. A ênfase nas pesquisas puras, conseqüentemente, camuflou a extensão universitária a poucos projetos pontuais, tornando-a essencialmente teórica. Para equilibrar a balança, surge a pós-graduação *stricto sensu* profissional.

2.1.1.5 – A pós-graduação profissional *stricto sensu* no Brasil:

O principal documento histórico da pós-graduação profissional no Brasil foi o número 4, volume 2, de junho de 2005, da Revista Brasileira de Pós-Graduação, editada pela Capes. Esta edição de 165 páginas foi inteiramente dedicada ao Mestrado Profissional, analisado de diversas perspectivas, através de textos agrupados em Debates, Experiências, Estudos e Documentos e Editorial.

A ideia de uma pós-graduação profissional já estava presente desde o Parecer Sucupira, conforme citado alhures. Posteriormente, em 1995, foram criados os documentos

“Capes: Metas da Gestão Atual” e “Mestrado no Brasil – A situação e uma nova perspectiva”. Estes documentos deram origem ao “Programa de Flexibilização do modelo de Pós-Graduação *Sensu* Estrito em Nível de Mestrado”, resultando na Resolução 01/1995 do Conselho Superior da CAPES, culminando na primeira regulamentação brasileira sobre mestrado “profissionalizante”, a Portaria CAPES nº 47/1995.

Mais tarde, em 1995, no documento “Capes: Metas da Atual Gestão”, assinado pelo recém-nomeado presidente da Capes Abílio Baeta Neves, encontram-se claras referências à necessidade de revisão do modelo de pós-graduação prevalente que adotou como principal estratégia de desenvolvimento a formação de quadros acadêmicos. O mesmo documento reconhece que essa decisão foi adequada para a conjuntura então vivida pelo país. No entanto, “as profundas transformações econômico-sociais experimentadas pela sociedade brasileira nas últimas décadas, processo este que tem implicado sensível expansão e diferenciação do sistema produtivo e da estrutura de empregos, têm também acarretado o surgimento de novas demandas de formação de profissionais de alto nível que não irão, necessariamente, atuar na vida acadêmica” (NEVES, 1995, p. 15). O referido documento destaca a necessidade de flexibilização do modelo de pós-graduação *stricto sensu*, em particular o nível de mestrado, para atender a demandas oriundas do mercado não acadêmico.

Ainda no ano de 1995, é constituída pela Capes uma Comissão que elaborou o documento “Mestrado no Brasil – A Situação e uma Nova Perspectiva”. É importante notar que esse documento deu origem a uma proposta da Diretoria Colegiada ao Conselho Superior da Agência, que recebeu o título de “Programa de Flexibilização do Modelo de Pós Graduação *Sensu* Estrito em Nível de Mestrado” e, aprovada pelo Conselho, resultou na Resolução nº 1/95, publicada por meio da Portaria nº 47/95.1 Os referidos documentos enfatizam a importância de implementar programas dirigidos à formação profissional, propondo a implantação, pela Capes, de procedimentos adequados à avaliação e ao acompanhamento dessa nova modalidade de mestrados no contexto da pós-graduação, preservando os níveis de qualidade alcançados pelo sistema. (RBPB, jul 2005, p. 125, grifo nosso)

Destarte, a Portaria CAPES 47/1995 é estabelecida como o marco inicial da pós-graduação profissional no Brasil. Esta portaria foi revogada pela Portaria CAPES 80/1998, sendo esta última uma das mais importantes portarias da Capes, até o momento, sobre pós-graduação *stricto sensu* profissional, especialmente considerando sua vigência por quase 20 anos, desde sua publicação em 1998 até sua revogação pela Portaria CAPES nº 131/2017, que regulamentou, também, o doutorado profissional.

O Conselho Técnico Científico (CTC) da CAPES aprovou em 1999 um documento intitulado “Pressupostos para avaliação de projetos de mestrado profissionalizante”, estabelecendo parâmetros gerais para avaliação dos programas profissionais, deixando a critério dos representantes de áreas a complementação dos critérios de avaliação dos mestrados profissionalizantes.

Em 12/11/2001, o Conselho Superior da CAPES homologa as ideias principais do documento elaborado pela técnica da CAPES, Auxiliadora Nicolato, intitulado “Capes – a

necessidade de desenvolvimento da pós-graduação profissional e o ajustamento do Sistema de Avaliação às características desse segmento”.

Em 15/03/2002 foi criada uma Comissão de Mestrado Profissional, presidida por Cláudio Oller do Nascimento, para estabelecer o perfil e os critérios avaliativos dos mestrados profissionalizantes. O trabalho dessa Comissão culminou com a elaboração do documento “Parâmetros para avaliação do mestrado profissional”, em agosto do mesmo ano.

Em 2003, a CAPES realizou o “Seminário sobre o Mestrado Profissional”.

O “Seminário sobre o Mestrado Profissional” foi realizado no dia 5 de novembro de 2003 com a participação dos membros do Conselho Técnico Científico (CTC) e dos demais representantes de área da Capes, além de membros do Conselho Superior, representante do Fórum de Pró-Reitores de Pós-Graduação, e alguns coordenadores de cursos de mestrado profissional convidados. Representando o presidente da Capes, Marcel Bursztyn, Isaac Roitmann, então diretor de Avaliação, elencou na abertura do evento uma série de questões relativas ao mestrado profissional que permaneciam pendentes, a respeito das quais esperava-se colher subsídios e idéias que colaborassem para um melhor entendimento e definições sobre a matéria. A agenda do documento previa a discussão dos seguintes pontos: pertinência, natureza, funcionamento, acreditação, avaliação, nomenclatura e financiamento. (RBPG, jul 2005, p. 127)

Entre 29 de março a 01 de abril de 2005 a CAPES organizou o seminário “Para além da academia – a pós-graduação a serviço da sociedade”, realizado em São Paulo, no *Campus* da UNIFESP. As principais questões discutidas sobre o mestrado profissional foram: conceituação; objetivos; formato; critérios de avaliação; demandas; clientela; corpo docente; produto final; regulamentação; financiamento; resistências; áreas conceituais de conflito; e as considerações finais da Coordenação de Acompanhamento e Avaliação (CAA). Dentre tais tópicos, destacam-se as principais distinções entre o mestrado acadêmico e profissional:

Conceito: A principal diferença entre o mestrado acadêmico (MA) e o mestrado profissional (MP) é o produto, isto é, o resultado almejado. No MA, pretende-se pela imersão na pesquisa formar, a longo prazo, um pesquisador. No MP, também deve ocorrer a imersão na pesquisa, mas o objetivo é formar alguém que, no mundo profissional externo à academia, saiba localizar, reconhecer, identificar e sobretudo utilizar a pesquisa de modo a agregar valor a suas atividades, sejam essas de interesse mais pessoal ou mais social. Com tais características, o MP aponta para uma clara diferença no perfil do candidato a esse mestrado e do candidato ao mestrado acadêmico. Portanto, qualquer proposta de implantação de MP deve levar em conta o seguinte:

1. é necessário que o aluno pesquise – e, portanto, que a maior parte dos docentes (ou, em várias áreas, todos) tenham doutorado e mantenham produção científica constante, devidamente avaliada pelos parâmetros de sua área;
2. a avaliação do MP deve considerar sobretudo seus resultados específicos, a saber, o valor agregado ao aluno pelo curso. Para tanto, são particularmente importantes: a) o trabalho ou os trabalhos de conclusão de curso, que preferencialmente devem constituir casos de aplicação de conhecimento científico ao ambiente profissional para o qual se volta o curso; b) que parte pelo menos do corpo docente demonstre

produção em campos aplicados no referido ambiente profissional; c) o destino do egresso, e uma apreciação do valor a ele agregado, após um tempo razoável de sua conclusão do curso (de preferência, dois anos). Evidentemente, alguns destes pontos só podem ser levados em conta na avaliação de cursos já existentes, mas a proposta deve considerar que serão relevantes. (CAPES, 2005, p.164-165, grifo nosso)

Tais reflexões, em conjunto com a execução do PNPG 2005-2010, culminaram com a edição da Portaria CAPES nº 7/2009 e, posteriormente, com a Portaria Normativa MEC nº 17/2009, esta última somente (e infelizmente) revogada pela Portaria MEC nº 389/2017.

A Portaria MEC nº 289 de 21/03/2011, alterada pela Portaria MEC 478 de 29/04/2011, criou a Bolsa de Formação Continuada, destinada professores da Rede Pública da Educação Básica, regularmente matriculados em cursos de Mestrado Profissional ofertados pelas instituições de ensino superior, devidamente aprovados pela CAPES na modalidade de educação a distância via Universidade Aberta do Brasil (UAB). Esta bolsa buscou atender o PNPG 2011-2020 promovendo a integração da Universidade ao Ensino Básico. Nesse ínterim, a Portaria CAPES nº 209 de 21/10/2011 aprovou o Regulamento do Programa de Mestrado Profissional para Qualificação de Professores da Rede Pública da Educação Básica (PROEB).

A Portaria CAPES nº 110/2014, estabeleceu valor para bolsa de Mestrado Profissional realizado nos EUA pelo programa Ciência sem Fronteiras.

A Portaria CAPES nº 147/2015, instituiu Grupo de Trabalho (GT) para discutir a avaliação de programas de pós-graduação profissional.

A Portaria CAPES nº 59 de 21/03/2017, regulamentou os critérios avaliativos da avaliação quadrienal de 2017, referente aos períodos de 2013-2016. Esta avaliação diferencia-se das outras pelo maior período avaliativo (ampliado de 3 para 4 anos) e pela diferenciação entre as fichas de avaliação de mestrados acadêmicos, mestrados profissionais e mestrados profissionais em rede nacional.

A Portaria MEC nº 389 de 23/03/2017, dispõe, de forma bastante sucinta, sobre o mestrado e doutorado profissionais e revoga a Portaria Normativa MEC nº 17/2009, deixando uma grande lacuna normativa.

A Portaria CAPES nº 131 de 28/06/2017, dispõe, também sucintamente, sobre o mestrado e doutorado profissionais, revogando a Portaria CAPES 80/1998, ampliando a lacuna normativa criada pela Portaria 389/2017 do MEC.

2.1.1.6. Conclusões e contextualização da pós-graduação *stricto sensu* profissional

A partir de tais considerações, verifica-se que o equilíbrio entre pesquisas puras e aplicadas é um importante elemento para o desenvolvimento saudável da pós-graduação brasileira, especialmente no contexto do modelo da Tríplice-Hélice. A modalidade profissional enfatiza a prática e o estudo de caso, a partir dos fatos existentes ou experimentados em situações controladas; já a modalidade acadêmica enfatiza e aperfeiçoa as teorias, reduzindo o número de variáveis e criando modelos gerais. Em essência elas são complementares, pois o estudo de caso é útil para validar as teorias, oferecendo subsídios para aperfeiçoá-las, enquanto as teorias fundamentam a compreensão dos fatos e experimentos. O desequilíbrio para qualquer dos lados é prejudicial à formação do conhecimento.

Considerando o PNPG 2011-2020, infere-se ser desejo da Capes que a pós-graduação brasileira adote o modelo da Tríplice-Hélice. Contudo, a divergência entre programas acadêmicos e profissionais, em tese, vai de encontro a um dos principais fundamentos desse modelo universitário: a indissociabilidade entre teoria e prática.

Destarte, restariam três possibilidades: a primeira seria desistir da implantação do modelo da Tríplice-Hélice, continuando a utilizado o modelo Americano ou Alemão; a segunda seria a continuidade da implantação do modelo da tríplice-hélice através da convergência entre os programas acadêmicos e profissionais; a terceira, e mais complexa, seria criar um modelo Brasileiro com um rigoroso equilíbrio e interação entre os programas acadêmicos e profissionais, na esperança de que a adaptação à realidade brasileira produza resultados mais efetivos. Não obstante, considerando a triste realidade da crise moral brasileira, é recomendável inserir, em qualquer das hipóteses, elementos do modelo Inglês.

2.1.2 – Desafios na gestão de programas de pós-graduação em forma associativa

Pretende-se, neste tópico, analisar a complexidade da pós-graduação em forma associativa, nos termos da Portaria CAPES 214/2017, com enfoque na Teoria das Organizações. Na realidade brasileira, embora esta portaria seja recente, tal modalidade de pós-graduação vem sendo realizada há alguns anos através dos mestrados em rede nacional.

Nesse ínterim, na primeira parte será realizada uma revisão sobre a complexidade da gestão universitária pública no Brasil, partindo dos postulados de Etzioni. Na segunda parte, será analisada a complexidade da gestão de um programa de pós-graduação, enfocando a dicotomia entre autonomia universitária e credenciamento pelo Ministério da Educação. Na terceira parte, a análise das duas primeiras partes será afunilada ao estudo da complexidade da gestão de programas de pós-graduação em forma associativa. Não se pretende exaurir o assunto. Pelo contrário. Busca-se uma abordagem de caráter exploratório, em um tema tão recente, fundamentando-se nas estruturas universitárias de menor complexidade e na prática dos programas de pós-graduação em rede nacional.

2.1.2.1 – Noções de gestão universitária

A gestão universitária sempre foi um desafio. Um dos primeiros pesquisadores a considerar sua complexidade foi Amitai Etzioni em sua teoria estruturalista, sendo ainda objeto de estudo da Teoria das Organizações. Neste sentido, Leitão afirma que

[...] a contribuição mais importante deste autor [Etzioni] para a compreensão das especificidades da universidade é sua ampliação do conceito de autoridade. A partir da premissa de que as organizações têm necessidade de criar ou aplicar conhecimento para manter ou aumentar sua racionalidade, ele identifica um conflito institucionalizado de papéis e de tipos de autoridade incompatíveis entre si na estrutura de poder das organizações. Como existe uma adaptação incompleta entre a personalidade dos participantes e os papéis por eles exercidos nas organizações, o dilema estrutural mais importante está, provavelmente, na tensão imposta à organização pela utilização do conhecimento. Identifica, no entanto, diferenças entre o conhecimento pressuposto pela autoridade burocrática e o conhecimento da autoridade de especialistas, não identificado por Max Weber. Enquanto a autoridade burocrática se baseia no conhecimento técnico ou no preparo, tem por base o conhecimento profissional especializado e individualizado.

Enquanto a autoridade burocrática se coaduna com os princípios de economicidade, comum às organizações burocráticas, a autoridade de especialista repousa na idéia de que o conhecimento é, em grande parte, uma propriedade individual e não pode ser transferido por decreto, de uma pessoa a outra. A capacidade criadora, por ser também fundamentalmente individual, somente em grau muito limitado pode ser coordenada por uma chefia. A utilização deste tipo de conhecimento é de responsabilidade final de quem o aplica - o especialista - e requer alto grau de autonomia. Para o entendimento desta questão, Etzioni estabelece uma diferença entre o ato especializado e o ato administrativo. Enquanto a justificativa final para o ato especializado é ser ele, segundo o melhor conhecimento do especialista, o ato correto, cabendo exclusivamente a seu ator a decisão final, a justificativa final do ato administrativo é obedecer a regras e regulamentos da organização e ter sido aprovado por um superior

hierárquico. Neste há sempre a possibilidade de uma instância superior a recorrer; no primeiro, o isolamento da decisão (LEITAO, 1985, p. 11-12, grifo nosso)

Etzioni destaca os conflitos de autoridade produzidos entre as autoridades burocráticas (técnico-administrativos) e as autoridades especialistas (docentes). Afirmar, então, que a difusão de autoridade aos especialistas é essencial para que a Universidade possa cumprir com seus objetivos. Considerando que a principal fonte de produção de conhecimento no Brasil é proveniente dos professores universitários, sua análise ainda é mais relevante à realidade brasileira. Vejamos mais detalhes da estrutura atual da educação superior no Brasil.

A estrutura da Educação Superior está prevista no Capítulo IV do Título V da Lei 9.394/1996, também conhecida como Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB). Após edição da LDB, tal estrutura foi regulamentada pelo Decreto nº 3.860/2001, que foi revogado e sucedido pelo Decreto 5.773/2006, que foi recentemente revogado e sucedido pelo Decreto 9.235 de 15/12/2017. Como pretende-se analisar o panorama atual, considerar-se-á o disposto na Lei 9.394/1996 conjuntamente com o Decreto 9.235/2017.

A seção II do Decreto 9.235/2017 trata das organizações acadêmicas da Educação Superior, sendo de importância ímpar para o presente estudo, *ipsis litteris*:

Seção II

Das organizações acadêmicas

Art. 15. As IES, de acordo com sua organização e suas prerrogativas acadêmicas, serão credenciadas para oferta de cursos superiores de graduação como:

I - faculdades;

II - centros universitários; e

III - universidades.

§ 1º As instituições privadas serão credenciadas originalmente como faculdades.

§ 2º A alteração de organização acadêmica será realizada em processo de credenciamento por IES já credenciada.

§ 3º A organização acadêmica das IFES é definida em sua lei de criação.

§ 4º **As instituições da Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica são equiparadas às universidades federais para efeito de regulação, supervisão e avaliação, nos termos da Lei nº 11.892, de 29 de dezembro de 2008.**

Art. 16. As **IES privadas poderão solicitar credenciamento como centro universitário**, desde que atendam, além dos requisitos gerais, aos seguintes requisitos:

I - um quinto do corpo docente estar contratado em regime de tempo integral;

II - um terço do corpo docente possuir titulação acadêmica de mestrado ou doutorado;

III - no mínimo, oito cursos de graduação terem sido reconhecidos e terem obtido conceito satisfatório na avaliação externa **in loco** realizada pelo Inep;

IV - possuírem programa de extensão institucionalizado nas áreas do conhecimento abrangidas por seus cursos de graduação;

V - possuírem programa de iniciação científica com projeto orientado por docentes doutores ou mestres, que pode incluir programas de iniciação profissional ou tecnológica e de iniciação à docência;

VI - terem obtido Conceito Institucional - CI maior ou igual a quatro na avaliação externa **in loco** realizada pelo Inep, prevista no [§ 2º do art. 3º da Lei nº 10.861, de 14 de abril de 2004](#); e

VII - não terem sido penalizadas em decorrência de processo administrativo de supervisão nos últimos dois anos, contado da data de publicação do ato que penalizou a IES.

Art. 17. As **IES privadas poderão solicitar credenciamento como universidade**, desde que atendam, além dos requisitos gerais, aos seguintes requisitos:

I - um terço do corpo docente estar contratado em regime de tempo integral;

II - um terço do corpo docente possuir titulação acadêmica de mestrado ou doutorado;

III - no mínimo, sessenta por cento dos cursos de graduação terem sido reconhecidos e terem conceito satisfatório obtido na avaliação externa **in loco** realizada pelo Inep ou em processo de reconhecimento devidamente protocolado no prazo regular;

IV - possuírem programa de extensão institucionalizado nas áreas do conhecimento abrangidas por seus cursos de graduação;

V - possuírem programa de iniciação científica com projeto orientado por docentes doutores ou mestres, que pode incluir programas de iniciação profissional ou tecnológica e de iniciação à docência;

VI - terem obtido CI maior ou igual a quatro na avaliação externa **in loco** realizada pelo Inep, prevista no [§2º do artigo 3º da Lei nº 10.861, de 2004](#);

VII - oferecerem regularmente quatro cursos de mestrado e dois cursos de doutorado reconhecidos pelo Ministério da Educação; e

VIII - não terem sido penalizadas em decorrência de processo administrativo de supervisão nos últimos dois anos, contado da data de publicação do ato que penalizou a IES. (BRASIL, 2017, grifo nosso, exceto nas remissões legais e no termo “in loco”)

Do que se depreende desta norma, os critérios para credenciamento de instituições privadas como Universidade, em tese, são mais restritivos. Para as Instituições Federais de Educação Superior, é suficiente a definição em sua lei de constituição, sendo a obtenção do credenciamento automática. No caso de instituições privadas, estas devem iniciar como faculdade e, posteriormente, podem solicitar credenciamento como Centro Universitário ou Universidade, consoante critérios definidos nos arts. 16 e 17 do Decreto 9.235/2017.

Antes do Decreto 9.235/2017, o reconhecimento de Instituição como Universidade era regulamentado pela Resolução nº 3/2010 da Câmara de Educação Superior do Conselho Nacional de Educação (CNE-CES). O Decreto aderiu aos critérios da Resolução 3/2010/CNE-CES, exceto por:

a) excluir a exigência de IGC igual ou superior a 4;

b) excluir a adequação do PDI e Estatuto da Instituição com a categoria de universidade;

c) reduzirem a exigência de não ter sido penalizada nos últimos 5 (cinco) anos para nos últimos 2 (dois) anos;

- d) acrescentar a exigência de possuírem programa de extensão institucionalizado nas áreas do conhecimento abrangidas por seus cursos de graduação; e,
- e) acrescentar a exigência de possuírem programa de iniciação científica com projeto orientado por docentes doutores ou mestres, que pode incluir programas de iniciação profissional ou tecnológica e de iniciação à docência.

Assim, percebe-se que a pós-graduação *stricto sensu* continua a ser um importante critério para as Universidades Privadas, acrescentando ainda a iniciação científica e extensão universitária. Tais acréscimos estão em consonância com o PNPG 2011-2020, especialmente na busca da implementação do modelo Tríplice-Hélice (Universidade-Empresa-Estado) também nas instituições privadas. Tais acréscimos também são essenciais para que as Universidades Privadas efetivamente cumpram com o tripé ensino-pesquisa-extensão.

Com relação à autonomia universitária, não se pretende uma autonomia absoluta e ilimitada, que poderia ensejar na mediocrização do ensino superior do país. O que se pretende é que a educação atue conforme os preceitos constitucionais, ao invés da concepção de autonomia plena. Ademais, espera-se desta instituição um mínimo de qualidade, produção de conhecimento e integração com a sociedade. A previsão legal da autonomia universitária está no art. 53 a 57 da LDB, vejamos:

Art. 53. No exercício de sua autonomia, são asseguradas às universidades, sem prejuízo de outras, as seguintes atribuições:

- I - criar, organizar e extinguir, em sua sede, cursos e programas de educação superior previstos nesta Lei, obedecendo às normas gerais da União e, quando for o caso, do respectivo sistema de ensino;
- II - fixar os currículos dos seus cursos e programas, observadas as diretrizes gerais pertinentes;
- III - estabelecer planos, programas e projetos de pesquisa científica, produção artística e atividades de extensão;
- IV - fixar o número de vagas de acordo com a capacidade institucional e as exigências do seu meio;
- V - elaborar e reformar os seus estatutos e regimentos em consonância com as normas gerais atinentes;
- VI - conferir graus, diplomas e outros títulos;
- VII - firmar contratos, acordos e convênios;
- VIII - aprovar e executar planos, programas e projetos de investimentos referentes a obras, serviços e aquisições em geral, bem como administrar rendimentos conforme dispositivos institucionais;
- IX - administrar os rendimentos e deles dispor na forma prevista no ato de constituição, nas leis e nos respectivos estatutos;
- X - receber subvenções, doações, heranças, legados e cooperação financeira resultante de convênios com entidades públicas e privadas.

§ 1º Para garantir a autonomia didático-científica das universidades, caberá aos seus colegiados de ensino e pesquisa decidir, dentro dos recursos orçamentários disponíveis, sobre: [\(Redação dada pela Lei nº 13.490, de 2017\)](#)

- I - criação, expansão, modificação e extinção de cursos; [\(Redação dada pela Lei nº 13.490, de 2017\)](#)

II - ampliação e diminuição de vagas; [\(Redação dada pela Lei nº 13.490, de 2017\)](#)

III - elaboração da programação dos cursos; [\(Redação dada pela Lei nº 13.490, de 2017\)](#)

IV - programação das pesquisas e das atividades de extensão; [\(Redação dada pela Lei nº 13.490, de 2017\)](#)

V - contratação e dispensa de professores; [\(Redação dada pela Lei nº 13.490, de 2017\)](#)

VI - planos de carreira docente. [\(Redação dada pela Lei nº 13.490, de 2017\)](#)

§ 2º As doações, inclusive monetárias, podem ser dirigidas a setores ou projetos específicos, conforme acordo entre doadores e universidades. [\(Incluído pela Lei nº 13.490, de 2017\)](#)

§ 3º No caso das universidades públicas, os recursos das doações devem ser dirigidos ao caixa único da instituição, com destinação garantida às unidades a serem beneficiadas. [\(Incluído pela Lei nº 13.490, de 2017\)](#)

Art. 54. As universidades mantidas pelo Poder Público gozarão, na forma da lei, de estatuto jurídico especial para atender às peculiaridades de sua estrutura, organização e financiamento pelo Poder Público, assim como dos seus planos de carreira e do regime jurídico do seu pessoal. [\(Regulamento\)](#) [\(Regulamento\)](#)

§ 1º No exercício da sua autonomia, além das atribuições asseguradas pelo artigo anterior, as universidades públicas poderão:

I - propor o seu quadro de pessoal docente, técnico e administrativo, assim como um plano de cargos e salários, atendidas as normas gerais pertinentes e os recursos disponíveis;

II - elaborar o regulamento de seu pessoal em conformidade com as normas gerais concernentes;

III - aprovar e executar planos, programas e projetos de investimentos referentes a obras, serviços e aquisições em geral, de acordo com os recursos alocados pelo respectivo Poder mantenedor;

IV - elaborar seus orçamentos anuais e plurianuais;

V - adotar regime financeiro e contábil que atenda às suas peculiaridades de organização e funcionamento;

VI - realizar operações de crédito ou de financiamento, com aprovação do Poder competente, para aquisição de bens imóveis, instalações e equipamentos;

VII - efetuar transferências, quitações e tomar outras providências de ordem orçamentária, financeira e patrimonial necessárias ao seu bom desempenho.

§ 2º Atribuições de autonomia universitária poderão ser estendidas a instituições que comprovem alta qualificação para o ensino ou para a pesquisa, com base em avaliação realizada pelo Poder Público.

Art. 55. Caberá à União assegurar, anualmente, em seu Orçamento Geral, recursos suficientes para manutenção e desenvolvimento das instituições de educação superior por ela mantidas.

Art. 56. As instituições públicas de educação superior obedecerão ao princípio da gestão democrática, assegurada a existência de órgãos colegiados deliberativos, de que participarão os segmentos da comunidade institucional, local e regional.

Parágrafo único. Em qualquer caso, os docentes ocuparão setenta por cento dos assentos em cada órgão colegiado e comissão, inclusive nos que tratarem da elaboração e modificações estatutárias e regimentais, bem como da escolha de dirigentes.

Art. 57. Nas instituições públicas de educação superior, o professor ficará obrigado ao mínimo de oito horas semanais de aulas. (BRASIL, 1996, com as alterações da Lei 13.490/2017)

A maioria das universidades privadas no Brasil, possuem fins lucrativos. Assim, aumenta-se o risco de enfoque imediatista no ensino e da viabilidade de cursos superiores que sejam lucrativos, geralmente de caráter utilitário. A qualidade, a produção de conhecimento e a integração com a sociedade passam a ser secundários. Nesse ínterim, foram acertadas as exigências do art. 17 do Decreto 9.235/2017. Tal risco aumenta no caso de Universidades Capital Aberto, onde ampliam-se os stakeholders interessados na lucratividade da instituição.

Nos EUA, as primeiras universidades começaram como associações sem fins lucrativos, mantidas por benfeitores, igrejas e empresários. Em suas raízes, houve predominância à função social da universidade ao invés da oportunidade de lucro. Ademais, o modelo universitário Americano também teve suas bases no modelo Inglês, onde a instrução não era mais importante que a formação de valores e da personalidade. Neste sentido, a despeito do transcurso de alguns séculos e da participação do governo estadunidense na manutenção de algumas Universidades, é natural que grandes empresários e pessoas bem-sucedidas profissionalmente tornem-se benfeitores das instituições de ensino onde foram discentes.

No Brasil algumas das universidades privadas de alta qualidade são instituições sem fins lucrativos, muitas das quais mantidas por instituições religiosas e sem preocupações excessivas com o utilitarismo e a ampliação de cursos e alunos, a exemplo das PUCs, Universidade Metodista de São Paulo e Universidade Presbiteriana Mackenzie. Na grande área da Administração, destaca-se outra instituição de educação superior sem fins lucrativos: a Fundação Getúlio Vargas (FGV), detentora da melhor qualidade nos cursos de Administração do Brasil, estando entre as 10 melhores instituições de ensino superior em administração do mundo.

Quanto às universidades públicas brasileiras, destacam-se as universidades federais e os institutos federais pela capilaridade, estando ambas presentes em todas unidades federativas. Nestas Instituições Federais de Ensino Superior, verifica-se maior autonomia didático-financeira que nas universidades privadas. Contudo, a autonomia administrativa, de gestão financeira e orçamentária ainda apresenta muitas limitações por omissão legislativa, considerando o Princípio da Legalidade. Neste sentido é mister ampliar a discussão.

Destacava-se, até há pouco, a impossibilidade de investimento de recursos privados em projetos ou setores específicos de instituições federais de ensino superior, os quais incluem os programas de pós-graduação e projetos de pesquisa específicos. Qualquer doação

ou recurso angariado pela instituição federal de ensino seria destinado à Conta Única, sem qualquer garantia quanto à destinação do recurso, geralmente decidido por critérios mais políticos que meritocráticos.

Com o advento da Lei 13.490, de 10 de outubro de 2017, embora sua parte normativa possua apenas um artigo, este modifica o art. 53 da Lei 9.394/1996 (LDB), permitindo acordo entre doadores e universidades (tanto públicas quanto privadas) para destinação específica da doação a setores ou projetos específicos. Esta simples legalização é importante na promoção de uma cultura de valorização das Instituições Federais de Ensino, especialmente pelos seus egressos mais bem-sucedidos patrimonialmente, de forma similar ao ocorrido em outros países. Para elucidação, destaca-se excerto extraído do texto inicial do Projeto de Lei do Senado nº 403/2013:

A Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, conhecida como Lei de Diretrizes e Bases da Educação (LDB), determina, em seu art. 53, inciso X, que as universidades podem receber subvenções, doações, heranças, legados e cooperação financeira resultante de convênios com entidades públicas e privadas. Embora não existam dificuldades jurídicas para a aceitação de doações monetárias pelas universidades públicas, recursos eventualmente recebidos dessa forma passam a fazer parte do seu orçamento global. **Isso tende a desmotivar a prática de doações, pois potenciais doadores ficam sem garantias sobre a destinação dos recursos e não podem favorecer linhas de pesquisa que julguem mais relevantes.**

Decerto, no exercício de sua autonomia, cabe à universidade decidir sobre o seu planejamento e atividades que devem receber prioridade. Contudo, as intenções do doador também precisam ser consideradas. Desse modo, o presente projeto estabelece que as doações, inclusive monetárias, podem ser dirigidas a setores ou projetos específicos, conforme acordo entre doadores e instituições universitárias.

Temos a expectativa de que uma norma como a que sugerimos possa, na sua simplicidade, **estimular a prática das doações dirigidas para o desenvolvimento de pesquisas no âmbito universitário brasileiro.** (BRASIL, 2017, grifo nosso)

Ademais, tal possibilidade de destinação de doações também contribui para a consolidação do modelo universitário da trílice-hélice (universidade-empresa-estado). Torna-se possível não apenas doações de caráter filantrópico, mas também as doações direcionadas ao financiamento de laboratórios e pesquisas específicas.

Nesse ínterim, a universidade é beneficiada com a criação ou aperfeiçoamento de laboratórios, ou ainda com a viabilização em projetos de pesquisa que exijam maior montante. A empresa é beneficiada pela redução de custos em Pesquisa, Desenvolvimento e Inovação (PD&I) e na contratação de profissionais especialistas para viabilizar tais áreas. O Estado é beneficiado pela divisão dos custos com a empresas na criação/aperfeiçoamento de laboratórios e nos financiamentos de pesquisas específicas, permitindo a ampliação e

valorização da pesquisa nacional. A sociedade é beneficiada pela gestão do conhecimento produzido pela universidade, não restringindo a exclusividade do conhecimento produzido a poucas empresas privadas. As vantagens na promoção da gestão do conhecimento pelas universidades, especialmente as públicas, ensejaria trabalhos específicos, não sendo adequado buscar exaurir o assunto neste momento.

Entrementes, o sistema de gestão pública brasileiro é predominantemente patrimonialista-burocrático. As Instituições Federais de Ensino Superior são autarquias ou fundações públicas. Inicialmente as Instituições Federais de Ensino Superior (IFES) configuravam-se como autarquias. A Universidade de Brasília foi a primeira a ser criada no regime de fundação pública, na tentativa de suplantando os limites da gestão pública.

[...] Ao contrário das demais universidades federais, organizadas sob regime autárquico, no momento já enrijecido por numerosos regulamentos e normas padronizadoras, a Universidade de Brasília foi criada no regime fundacional. Como fundação de direito público, esperava-se que a instituição pudesse libertar-se das amarras do serviço público federal sem perder a característica de uma entidade pública. (CUNHA, 2000, p. 175)

Com o tempo, o arcabouço normativo que enrijecia as autarquias foi estendido às fundações públicas, de forma que hoje estes dois tipos de instituição diferenciam-se praticamente pela sua forma de constituição. Um dos princípios mais importantes e caros ao serviço público brasileiro é o Princípio da Legalidade⁶, previsto no art. 37 da Constituição Federal de 1988. Embora este possibilite um bom grau de controle, priva naturalmente a autonomia de qualquer instituição pública, uma vez que sua atividade depende de previsão legal. Por conta disso, as inovações também são restritas. Há ainda o distanciamento entre os órgãos elaboradores e executores das políticas públicas.

Ademais, as Instituições de Ensino Superior possuem os conflitos internos entre as autoridades burocráticas e especialistas, conforme tratado por Etzioni. Na universidade pública brasileira, esse conflito amplia-se pelas raízes patrimonialistas e pela presença de um modelo burocrático distorcido.

Nesse contexto, as normas passam a ter uma grande importância nos órgãos e entidades públicos, devendo os contratempos do modelo burocrático serem compensados com eficiência normativa, de forma a ajustar a realidade da instituição aos fatores externos. Nas

⁶ O Princípio da Legalidade preconiza que, no serviço público, somente é permitido fazer o que está previsto em lei. Na iniciativa privada, é permitido fazer tudo o que não está proibido por lei. A diferença, que parece sutil, é enorme em virtude da inércia legislativa do Poder Legislativo em diversos assuntos de interesse público.

universidades públicas brasileiras, essa preocupação deve ser ainda maior, pois a competitividade internacional exige produção eficiente de conhecimento, que por sua vez demanda atuação tempestiva das universidades.

Um importante fator a ser destacado é a política de gestão de pessoas nas universidades públicas. Por diversas vezes justificado pelo Princípio da Isonomia⁷, a remuneração dos docentes e técnicos administrativos são proporcionais apenas às horas trabalhadas, desconsiderando fatores como a produtividade e a pró-atividade. Neste sentido, cabe citar uma célebre frase de Rui Barbosa:

A regra da igualdade não consiste senão em quinhoar desigualmente aos desiguais, na medida em que se desigalam. Nesta desigualdade social, proporcionada à desigualdade natural, é que se acha a verdadeira lei da igualdade. O mais são desvarios da inveja, do orgulho, ou da loucura. Tratar com desigualdade a iguais, ou a desiguais com igualdade, seria desigualdade flagrante, e não igualdade real. Os apetites humanos conceberam inverter a norma universal da criação, pretendendo, não dar a cada um, na razão do que vale, mas atribuir o mesmo a todos, como se todos se equivalessem. (BARBOSA, 1997, p.26)

Destarte, o Princípio da Isonomia deve trazer consigo o Princípio da Proporcionalidade entre os desiguais. Retribuir de forma equivalente a profissionais com desempenhos e contribuições díspares é, em verdade, uma grave afronta ao Princípio da Isonomia. Tal entendimento equivocado tem sido uma das principais causas da precariedade na administração pública brasileira.

No âmbito da teoria estruturalista, a Universidade Pública, resguardadas as devidas exceções, tem agido como um sistema quase fechado. A maior preocupação externa têm sido a distribuição de recursos públicos entre as diversas entidades. Politicamente o cargo de Reitor é nomeado pelo Presidente da República, após consulta pública à comunidade interna⁸. A extensão universitária apresenta pouca relevância social. As políticas de acompanhamento de egressos e de formação profissional continuada também são ínfimas ou inexistentes. A pesquisa tem sido realizada de forma despreocupada, sem critérios de relevância socioeconômica, provocadas principalmente por exigência dos órgãos avaliadores dos cursos superiores, sob pena de descredenciamento de curso.

A cereja do bolo é a despreocupação com a formação do caráter e da personalidade da comunidade interna da universidade, característico modelo universitário inglês. A

⁷ O Princípio da Isonomia preconiza que todos são iguais perante a Lei. Ele está previsto no art. 37 da Constituição Federal.

⁸ A comunidade interna é composta por docentes, técnicos-administrativos e discentes.

consequência mostra-se diariamente na mídia, onde profissionais de alta qualificação e ocupantes de importantes funções públicas e privadas cedem à corrupção. Os reflexos da política brasileira são provas irrefutáveis de que a instrução e produção de conhecimento não são suficientes para a formação do cidadão. Inobstante o modelo universitário *mainstream* seja o da Tríplice-Hélice, o maior *gap* de competência⁹ atual das autoridades brasileiras são justamente as deficiências na formação do caráter e da personalidade.

A amplitude da corrupção acaba por onerar e retardar as compras públicas. Para aquisição de materiais e serviços são exigidos procedimentos licitatórios que levam entre quatro a doze meses para concluir. Somando isso à falta de cultura de planejamento na administração pública, torna-se frequente o desabastecimento de materiais e descontinuidade de serviços importantes. Ademais, esse grande intervalo de tempo na aquisição de materiais e serviços torna o país menos competitivo na produção de conhecimento e tecnologias, comparado com países desenvolvidos. É mister que as autarquias e fundações públicas que realizam pesquisas, às quais destacam-se as Instituições Federais de Ensino Superior, possuam modelo célere de logística pública. Neste sentido, a edição da Lei 13.243/2016 pode ser o embrião dessa mudança com algumas alterações na lei 8.666/1993, adicionando os produtos para pesquisa e desenvolvimento dentre as situações onde a licitação é dispensável.

Destarte, a universidade pública brasileira, além dos desafios existentes em qualquer Instituição Universitária, ainda possui como agravante grandes distorções, especialmente na gestão de pessoas e na gestão de compras.

2.1.2.2 – A gestão de programa de pós-graduação *stricto sensu*

Os programas de pós-graduação *stricto sensu* das universidades brasileiras são a principal fonte de produção de conhecimento do país. Enquanto o ensino superior ainda é predominantemente instrutivo, a pós-graduação enfatiza o autodidatismo e a produção de conhecimento. Nesse ínterim, tem grande participação a Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (Capes), tanto em seus Planos Nacionais de Pós-Graduação (PNPG) e principalmente na delimitação de critérios de avaliação da pós-graduação.

⁹*Gap* (ou lacuna) de Competência é a diferença entre as competências necessárias para o desenvolvimento satisfatório de uma função e as competências efetivamente desenvolvidas.

A avaliação dos cursos de pós-graduação *stricto sensu* pela Capes é condição *sine qua non* para credenciamento do programa, ou seja, sem o atendimento satisfatório aos critérios avaliativos da Capes, o programa será descontinuado. A avaliação da Capes ocorre numa escala de 1 (um) a 5 (cinco) para os programas profissionais e numa escala de 1 (um) a 7 (sete) para os programas acadêmicos, sendo os últimos dois níveis dos acadêmicos atribuídos a cursos com qualidade internacional. Em ambos os casos, notas inferiores a 3 (três) geralmente descredenciam o programa.

A consequência da exigência avaliativa da Capes é que o programa de pós-graduação *stricto sensu* molda-se aos critérios avaliativos. Por um lado, tal exigência dá efetivamente à Capes na implementação de suas políticas de pós-graduação, o que favorece a integração com demais políticas públicas nacionais, promovendo uma maior governabilidade para o executivo federal. Por outro lado, há restrição na autonomia didático-pedagógica do programa, por vezes isolando-o das políticas da instituição universitária e promovendo distanciamento entre a graduação e a pós-graduação. Ademais, as políticas da Capes, embora busquem a equalização da pós-graduação nas diferentes regiões do Brasil, não têm efetivamente considerado as diferenças socioeconômicas e culturais dessas regiões em suas avaliações.

Não obstante, o maior desafio atual da gestão de um programa de pós-graduação é a dificuldade de planejamento de suas ações. Primeiro, o cargo mais alto da universidade pública possui mandato por tempo determinado, dificultando um planejamento de longo prazo. Segundo, o distanciamento entre o formulador da política pública e o executor da política nem sempre são sanáveis. Terceiro, e o mais crítico, os critérios avaliativos são publicados tardiamente, não havendo tempo hábil para o programa adaptar-se às exigências da Capes. Este último tópico carece de ampliação da discussão.

Geralmente uma norma é criada para regular situações futuras, sendo a retroatividade da norma utilizada em casos especialíssimos. No âmbito do Direito Penal, a Lei só retroage para beneficiar o réu¹⁰. Nos demais ramos do direito, destaca-se o disposto no art. 5º, inciso XXXVI, da Constituição Federal de 1988, a saber “*a lei não prejudicará o direito adquirido, o ato jurídico perfeito e a coisa julgada*”.

A Portaria Capes 59/2017, que tratou da avaliação quadrienal realizada em 2017, avaliou os programas de pós-graduação *stricto sensu* no período avaliativo de 2013 a 2016. A

¹⁰ “XL - A lei penal não retroagirá, salvo para beneficiar o réu” (art. 5º, inciso XL, da CF88)

priori, já é um grave equívoco normativo as exigências não precederem o período avaliativo. O adequado a qualquer forma avaliativa é a divulgação prévia das regras e conteúdo da avaliação, de forma que os avaliados possam, tempestivamente, preparar-se e adequar-se aos critérios avaliativos, buscando resultados satisfatórios. No caso da avaliação de cursos de pós-graduação *stricto sensu*, a Capes tem procedido de forma diversa, publicando o normativo com os critérios avaliativos após o encerramento do período avaliativo, não proporcionando aos avaliados a chance de adequação a esses critérios. Esse procedimento prejudica a própria efetividade das políticas da Capes, desperdiçando sua melhor oportunidade de induzir os programas às diretrizes do Plano Nacional de Pós-Graduação.

A posteriori, caso o programa de pós-graduação não alcance nota mínima na avaliação da Capes ele será desativado. Nesse ínterim, resta configurada uma penalidade aos programas que não obtiverem o padrão de qualidade mínimo desejável a uma pós-graduação *stricto sensu*. Outrossim, a avaliação dos programas é essencial para garantir a qualidade da formação de profissionais e futuros docentes, tendo sido uma das políticas mais bem-sucedidas da Capes, garantindo um padrão de qualidade até então não obtidos nos demais níveis de ensino. Todavia, é mister definir os pressupostos da qualidade desejada antes de sua mensuração.

A falta de publicação prévia prejudica e, possivelmente, pode até invalidar o procedimento de credenciamento e de credenciamento do programa. Trata-se de uma grave transgressão aos *princípios da publicidade, da reserva legal, da anterioridade da lei e da irretroatividade da lei mais severa*. Conquanto o credenciamento de cursos de pós-graduação não seja uma infração penal *stricto sensu*, configura-se a mais alta penalidade possível de ser aplicada a um programa de pós-graduação: sua extinção.

Assim, para permitir uma gestão eficaz dos programas de pós-graduação *stricto sensu*, urge que a Capes passe a publicar os critérios avaliativos previamente ao período avaliativo.

2.1.2.3 – A gestão de programa de pós-graduação *stricto sensu* em forma associativa

Uma vez tratada a complexidade da gestão de uma Universidade Pública no Brasil e os desafios de gerir um programa de pós-graduação *stricto sensu*, é possível analisar a gestão de programas de pós-graduação em forma associativa. Para tal análise consideraremos a Portaria

Capes 214/2017 e da experiência do mestrado profissional em administração pública em rede nacional (Profiap).

Inicialmente cabe a definição de programa de pós-graduação *stricto sensu em forma associativa*, tratado no art. 1º da Portaria CAPES 214/2017.

Art. 1º Os programas de pós-graduação *stricto sensu* em formas associativas caracterizam-se pelo oferecimento conjunto de 2(duas) ou mais instituições, públicas ou privadas, que de modo articulado e oficializado criam e mantem um programa de mestrado e/ou doutorado com responsabilidade definida e compartilhada entre as associadas.

§ 1º Formas associativas que ofereçam mestrado e doutorado conjuntamente deverão fazê-lo igualmente por todas as instituições associadas.

§ 2º As formas associativas entre instituições brasileiras e estrangeiras obedecerão às exigências desta Portaria. (CAPES, 2017)

Conforme definição supra, são duas ou mais instituições, não necessariamente de ensino superior, que somam forças para atender aos critérios exigidos por um programa de pós-graduação. A iniciativa é excelente para possibilitar a criação de cursos em regiões com deficiências de docentes qualificados e/ou de infraestrutura. Também favorece a disseminação de experiências de instituições bem-sucedidas.

Inobstante a norma não crie diferenciação entre as formas associativas, sua classificação facilita a análise de sua gestão. Destarte, sugere-se as seguintes classificações das formas associativas, por ordem de complexidade:

1) Quanto ao regime jurídico:

- a. **Privada:** cujas instituições associadas e coordenadora são formadas exclusivamente por instituições de direito privado
- b. **Pública:** cujas instituições associadas e coordenadora são formadas exclusivamente por instituições de direito público;
- c. **Mistas:** cujas instituições associadas e coordenadora são formadas por instituições de direito público e de direito privado.

2) Quanto à localidade:

- a. **Metropolitana:** cujas instituições associadas estão localizadas na mesma área metropolitana;
- b. **Microrregional:** cujas instituições associadas estão localizadas na mesma microrregião geográfica;

- c. **Mesorregional**: cujas instituições associadas estão localizadas na mesma mesorregião geográfica;
- d. **Estadual**: cujas instituições associadas estão localizadas no mesmo estado;
- e. **Regional**: cujas instituições associadas estão localizadas na mesma região do Brasil
- f. **Nacional**: cujas instituições associadas são exclusivamente nacionais, localizadas em diferentes regiões do Brasil.
- g. **Internacional**¹¹: forma associada com a presença de pelo menos uma instituição que não possua sede no Brasil.

É mister salientar tais distinções, pois a gestão de uma forma associativa privada metropolitana necessariamente será menos complexa que uma forma associativa mista internacional. As formas associativas privadas possuem gestão mais simples em detrimento das dificuldades na gestão das universidades públicas brasileiras, conforme já tratado outrora. As formas associativas também aumentam a complexidade conforme ampliam a sua área de abrangência, pois quanto maior for essa área, maiores diferenças socioeconômicas e culturais haverão entre as instituições associadas. Ademais, a própria distância geográfica limita o compartilhamento de docentes e de infraestrutura entre as associadas, além da integração entre os discentes. No caso das internacionais somam-se as barreiras legais e, possivelmente, linguísticas.

Na presente análise, ilustraremos a partir do caso do Profiap. Atualmente, no Brasil, o Profiap é o mais relevante projeto de qualificação de servidores e empregados públicos, tanto pela formação de alto nível quanto pela capilaridade do programa. Ele atualmente possui curso em nível de mestrado profissional com turmas iniciadas em 17 estados, distribuídos em todas as cinco regiões geográficas brasileiras.

O Programa possui pouco mais de 3 anos de funcionamento, tendo lançado, até o momento, três editais. No primeiro, datado de 23/06/2014, foram oferecidas 212 vagas distribuídas em 9 (nove) instituições. No segundo, datado de 05/01/2016, foram oferecidas 250 vagas, distribuídas também nas mesmas 9 (nove) instituições. O terceiro edital, datado de 14/12/2016, foram oferecidas 313 vagas, distribuídas em 17 instituições. No somatório das três edições foram oferecidas 775 vagas. Assim, nenhum outro programa de qualificação de

¹¹ O §2º do art. 1º da Portaria CAPES nº 214/2017 prevê a possibilidade de associação com instituições internacionais. Supõe-se que haverá incentivos diretos ou indiretos para esse tipo de associação, especialmente considerando sua importância para obtenção dos mais altos conceitos avaliativos da Capes.

servidores públicos no Brasil jamais disponibilizou tal quantitativo de vagas de mestrado distribuídas em todas as regiões do Brasil. O rápido crescimento, inobstante, trouxe consequências: na avaliação quadrienal da Capes, edição de 2017, o programa foi avaliado com o conceito “2”. Os conceitos “1” e “2” culminam com o descredenciamento do programa. Até o encerramento desse relatório, ainda não havia sido publicada portaria de descredenciamento, tendo o Profiap impetrado recurso ao Conselho Superior da Capes.

O Profiap é um programa de pós-graduação profissional em forma associativa mista nacional. A forma associativa é mista em virtude de a instituição coordenadora ser a Associação Nacional dos Dirigentes das Instituições Federais de Ensino Superior (Andifes), pessoa jurídica de direito privado, ainda que sem fins lucrativos. A amplitude nacional está presente, inclusive, no nome do programa¹², além de possuírem turmas iniciadas de mestrado em 17 estados, em todas as regiões geográficas, sendo suficiente para classificá-lo como nacional. O fato da Andifes ser a coordenadora traz pontos positivos e negativos.

Positivamente, a Andifes possui prestígio e influência política com os reitores das Universidades Federais, favorecendo a implantação e financiamento local. Como pessoa jurídica de direito privado, sua gestão pode ser mais célere em relação às instituições públicas. É possível utilizar recursos próprios para financiar o programa e conceder bolsas. Sua gestão de pessoas e de compras, em tese, seria mais simples que aquelas das universidades públicas.

Negativamente, a Andifes não fornece vagas de mestrado, o que a distância da prática do programa. Contudo, boa parte da gestão do programa é delegada aos representantes do Comitê Gestor e Acadêmico Nacional, formada por docentes permanentes vinculados a uma das instituições associadas, suprimindo razoavelmente essa lacuna. O governo federal ainda possui bastante ressalvas na transferência de recursos entre instituições públicas e privadas, o que, em tese, pode dificultar a gestão financeira.

A estrutura administrativa atual é formada por um Comitê Gestor, subordinado à Andifes, uma Comissão Acadêmica Nacional e as Comissões Acadêmicas Locais, sendo as duas últimas subordinadas ao Comitê Gestor. Ademais, semestralmente são realizados encontros da com representantes de toda estrutura administrativa, inclusive com um representante local de cada instituição associada, para discutir os principais tópicos do programa. Neste sentido, tais reuniões semestrais demandam recursos financeiros em virtude

¹² Mestrado Profissional em Administração Pública em Rede Nacional (Profiap)

da capilaridade do programa em um país de área continental. Não obstante, sem tais reuniões não há como as comissões nacionais adequarem o programa às realidades locais e regionais.

A necessidade de recredenciamento periódico acaba por submeter o programa às exigências avaliativas da Capes. Desta forma, a autonomia do programa é limitada. Por um lado, tal exigência se faz necessária para garantir a qualidade esperada em um programa de pós-graduação *stricto sensu*. Por outro lado, o processo avaliativo de 2017 demonstrou ser bastante rigoroso, além de experimental, não levando em consideração às limitações na gestão de um programa em forma associativa nacional. O provável resultado será o encerramento daquele que, possivelmente, foi o mais relevante programa de alta capacitação de gestores públicos na história do Brasil.

Outrossim, exige-se dos programas em rede nacional, a exemplo do Profiap, uma estrutura de governança interinstitucional de alta complexidade, o que necessita de maior tempo de maturação em detrimento de programas de pós-graduação que não são em forma associativa. Todavia, a avaliação quadrienal de 2017 foi no sentido diametralmente oposto, obrigando a submissão à avaliação dos mestrados em rede iniciados há mais de 1 (um) ano, enquanto os programas acadêmicos locais, com estrutura administrativa notoriamente menos complexa, somente seriam submetidos à avaliação após 3 (três) anos de implantação.

Ao Profiap sugere-se a melhoria em seu regulamento nacional e o aperfeiçoamento de projeto de governança do programa. À Capes, considerando a complexidade dos programas em forma associativa nacional, sugere-se o não descredenciamento desses programas nos cinco primeiros anos de sua autorização.

2.2 PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

Nesta seção apresentam-se os procedimentos metodológicos que orientarão este Relatório Técnico. Eles foram definidos tendo por referência o objetivo a análise crítica de normativos importantes para a pós-graduação *stricto sensu* na modalidade profissional e do regulamento do Mestrado Profissional em Administração Pública em Rede – PROFIAP, com proposta de intervenção nos mesmos. Neste relatório pretendemos utilizar uma abordagem qualitativa e exploratória, através de análise documental.

São muitas as interpretações que se tem dado à expressão pesquisa qualitativa e atualmente se dá preferência à expressão abordagem qualitativa. Entre os mais diversos significados, conceituamos abordagem qualitativa ou pesquisa qualitativa como sendo um processo de reflexão e análise da realidade através da utilização de métodos e técnicas para compreensão detalhada do objeto de estudo em seu contexto histórico e/ou segundo sua estruturação. Esse processo implica em estudos segundo a literatura pertinente ao tema, observações, aplicação e questionários, entrevistas e análise de dados, que deve ser apresentada de forma descritiva.

[...]

Este tipo de pesquisa [exploratória] desenvolve estudos que dão uma visão geral do fato ou fenômeno estudado. Em regra geral, um estudo exploratório é caracterizado quando o tema escolhido é pouco explorado, sendo difícil a formulação e operacionalização de hipóteses. Muitas vezes esse tipo de estudo se constitui em um primeiro passo para a realização de uma pesquisa mais aprofundada. [...]. Esse tipo de pesquisa requer um consistente levantamento bibliográfico, análise de documentos, observações de fatos, fenômenos e o procedimento metodológico que se aplica ao método de estudo de caso. (DE OLIVEIRA, 2007, p. 37; 65-66)

A pesquisa documental é muito próxima da pesquisa bibliográfica. O elemento diferenciador está na natureza das fontes: a pesquisa bibliográfica remete para a contribuição de diferentes autores sobre o assunto, atentando para fontes secundárias, enquanto a pesquisa documental recorre a materiais que ainda não receberam nenhum tratamento analítico, ou seja, as fontes primárias (GONÇALVES, 2003 apud DE OLIVEIRA, 2007).

Optou-se por utilizar a pesquisa bibliográfica na composição do Estado da Arte, atuando essencialmente como referencial deste relatório técnico. A pesquisa possui caráter exploratório em virtude de não ter sido encontrado outros relatórios técnicos ou dissertações com proposta de revisão de normativos do poder executivo, seja da administração direta ou indireta.

A análise se fará em duas etapas: a primeira analisará normativos do MEC e da Capes sobre pós-graduação *stricto-sensu* profissional. A segunda analisará o último regulamento do Mestrado Profissional em Administração Pública em Rede Nacional – Profiap. Na primeira etapa, pretende-se contribuir com a política nacional de pós-graduação *stricto-sensu* profissional. Na segunda etapa, pretende-se contribuir com o desenvolvimento e ampliação do

Profiap. Ademais, a reformulação do regulamento do Profiap retroalimenta a análise da primeira parte, qual seja, dos normativos do MEC e Capes.

Foi realizado um apanhado dos principais normativos formulados pelo MEC, pela Capes e pelo Profiap que possuem importância na evolução tanto das pós-graduações *stricto-sensu* profissional quanto do próprio Profiap. Segundo DA SILVA et al.,

a pesquisa documental, enquanto método de investigação da realidade social, não traz uma única concepção filosófica de pesquisa, pode ser utilizada tanto nas abordagens de natureza positivista como também naquelas de caráter compreensivo, com enfoque mais crítico. Essa característica toma corpo de acordo com o referencial teórico que nutre o pensamento do pesquisador, pois não só os documentos escolhidos, mas a análise deles deve responder às questões da pesquisa, exigindo do pesquisador uma capacidade reflexiva e criativa não só na forma como compreende o problema, mas nas relações que consegue estabelecer entre este e seu contexto, no modo como elabora suas conclusões e como as comunica. (DA SILVA, 2009, p. 4556)

Busca-se primordialmente analisar e apresentar sugestões para melhorar e ampliar os mestrados profissionais, abrindo caminho para os futuros doutorados profissionais. Pela natureza dos documentos também será de grande valia a utilização da hermenêutica jurídica.

Quanto aos documentos da primeira parte (MEC e Capes), serão analisados, respectivamente:

- a) Portaria MEC nº 389/2017, que dispõe sobre o mestrado e doutorado profissionais;
- b) Resolução CNE/CES nº 7/2017, que estabelece normas para o funcionamento de cursos de pós-graduação *stricto sensu*;
- c) Portaria CAPES nº 81/2016, que define as categorias de docentes que compõem os Programas de Pós-Graduação (PPG's) *stricto sensu*
- d) Portaria CAPES nº 59/2017, que dispõe sobre o regulamento da avaliação quadrienal de 2017.
- e) Portaria CAPES nº 131/2017, que dispõe sobre o mestrado e o doutorado profissionais;
- f) Portaria CAPES nº 214/2017, que dispõe sobre as formas associativas de programas de pós-graduação *stricto-sensu*;

Na segunda parte, será analisado o Regulamento do Mestrado Profissional em Administração Pública em Rede Nacional - Profiap (atualizado em 10/08/2017). Para subsidiar esta análise, foram analisados ainda os seguintes regimentos de mestrados em rede nacional: ProfARTES; ProfMAT; ProFIS; ProfAGUA; ProfLETRAS; ProfEPT. Os demais mestrados em rede nacional não foram encontrados os respectivos regimentos publicados no

site institucional. Ademais, foi utilizado como subsídio as Normas Reguladoras para os cursos de pós-graduação *stricto sensu* do Instituto Tecnológico da Aeronáutica (ITA), aprovado pela Portaria DCTA nº 15/2013, considerando a expertise e importância deste instituto como referência na pós-graduação brasileira.

Todos os normativos do MEC, da Capes e do Profiap analisados nas duas etapas estão disponíveis na íntegra, respectivamente, nos anexos I a VII deste relatório técnico.

2.2.1. Da pesquisa jurídica:

Conforme aponta LAMY (2011), o objeto da ciência jurídica é essencialmente histórico, caracterizado não pelo “ser” (definitivo), mas pelo “estar” (transitório). Ao contrário das ciências exatas, a pesquisa jurídica é reflexo de um determinado momento histórico-cultural. Não há como analisar ou propor uma norma em um determinado tempo sem considerar os aspectos ideológicos e culturais vigentes. Por este motivo, na primeira parte do Estado da Arte foi tratado da evolução histórica da pós-graduação, inclusive considerando a influência externa na pós-graduação brasileira. Esses contextos histórico e ideológico-cultural estão alojados nesses normativos e uma análise dos mesmos não poderia de forma alguma desconsiderá-los. Esse entendimento está fundamentado no método indutivo aplicado à Filosofia do Direito, mais especificamente à concepção do positivismo jurídico.

O positivismo jurídico, que tem seus antecedentes imediatos no pensamento de Augusto Comte, não se manifesta, entre os seus expositores, através de um corpo uniforme de princípios. As várias concepções, entretanto, se identificam na ideia de que o Direito deve fundar-se solidamente na experiência e não comportar elementos abstratos. [...] O pensamento positivista é contrário ao racionalismo, ao dogmatismo, e não admite a hipótese do caráter absoluto de justiça. (NADER, 2012, p.29)

Desta forma, este trabalho utiliza-se da concepção positivista na análise dos citados normativos, não buscando apenas compreendê-los, mas melhorá-los conforme contexto histórico-cultural da pós-graduação brasileira. Para uma análise positivista de tais normas é essencial o estudo de um caso concreto, de forma que se optou por analisar o modelo do Profiap, a partir do seu regulamento vigente. Assim, também se apresenta uma proposta de regimento para pós-graduação em forma associativa nacional, imediatamente para o Profiap, já adequada às exigências da Portaria CAPES nº 214/2017 e prevendo a possibilidade de implantação de doutorado profissional. Subsidiariamente, também pode ser utilizada como

referência a demais programas congêneres, com as devidas adaptações que se fizerem necessárias, especialmente por não haver nenhum doutorado profissional iniciado até a conclusão do presente relatório. Considerando a dinâmica normativa, foram considerados, em todos os casos, a vigência normativa em 31 de dezembro de 2017.

2.2.2. Da análise de questionários:

Não obstante apenas constem como anexos de um dos normativos, a análise dos questionários da Portaria 59/2017/CAPES é de essencial importância tanto para os normativos da Capes quanto à consideração dos demais normativos de hierarquia inferior. Tais questionários constituem importante parte da avaliação de cursos de pós-graduação em rede nacional, de forma que sua análise crítica implicará em importantes subsídios para melhoria dos cursos.

Segundo MALHOTRA e BIRKS (2006), qualquer questionário possui três objetivos específicos. Primeiro, ele deve traduzir as informações necessárias em um conjunto de perguntas específicas onde os entrevistados podem responder e responderão. Segundo, um questionário deve motivar e incentivar o entrevistado a se envolver na entrevista. Terceiro, um questionário deve minimizar o erro de resposta. Tais autores, afirmam que a maior fraqueza no desenho do questionário é a falta de teoria, porque não existem princípios científicos que garantam um questionário ótimo ou ideal, sendo o desenho dele uma habilidade adquirida com a experiência. Contudo, eles propõem 10 passos para o desenho de um questionário, cuja tradução livre compõe o anexo XII deste Relatório Técnico.

MALHOTRA e BIRKS (2006), nos dez passos supracitados, acabaram por estabelecer uma metodologia para análise e construção de questionários. Assim, utilizaremos tal arcabouço metodológico para analisar os questionários que compõem a avaliação quadrienal da Capes, realizada em 2017, para as pós-graduações profissionais em rede.

2.2.3. Da análise dos normativos:

Para a análise dos normativos, devido à singularidade da análise de normativos do poder executivo, foi adaptada a metodologia técnica de auditoria presente no Manual de Elaboração de Relatórios do Controle Interno da Controladoria Geral da União (CGU).

Em cada normativo foi elaborado inicialmente um quadro resumo com informações essenciais às análises que procederão. Neste quadro resumo constará: órgão/entidade responsável pela formulação do normativo; tipo de documento; característica do documento; objeto; antecedentes; quais normativos revoga; vigência do normativo; número de constatações; número de recomendações; remissão do anexo deste relatório onde consta o normativo original; e remissão do apenso deste relatório onde consta a proposta de intervenção, oriunda da análise.

O modelo utilizado é um instrumento técnico utilizado por diversas Auditorias Federais em seus relatórios técnicos de auditoria. Ele é usualmente utilizado para verificar a adequação de determinado órgão ou entidade aos normativos vigentes, ao planejamento institucional, ou às políticas públicas. No presente relatório técnico não se vislumbra um diagnóstico institucional, mas da norma em si, pelos efeitos que produz nos programas de pós-graduação na modalidade profissional em todo o país, especialmente nas universidades públicas. Assim, diferentemente do modelo originário elaborado pela CGU, optou-se por desconsiderar a causa das constatações, priorizando-se as recomendações e, principalmente, as propostas de intervenção apresentadas nos apensos do presente relatório.

O único relatório que não foi apresentada proposta de intervenção nos apensos foi a Portaria CAPES nº 59/2017, a despeito da presença das constatações e recomendações. A elaboração de uma proposta de intervenção no regulamento quadrienal seria intempestiva, uma vez que a referida avaliação já fora concluída na data-base considerada (31/12/2017). Assim, apresentam-se recomendações a serem consideradas para as próximas avaliações quadrienais. Ademais, a complexidade da intervenção nesse tipo de documento, especialmente considerando as peculiaridades das grandes áreas, demandariam um relatório técnico específico para esse fim.

Por derradeiro, embora as análises sejam realizadas individualmente, não se pode sujeitar à falácia da composição, uma vez que o composto normativo não é igual a soma das partes individuais.

2.3. Análise dos documentos:

2.3.1. Portaria MEC nº 389/2017:

Quadro Resumo da Portaria MEC nº 389/2017 ¹³	
Órgão/Entidade: Ministério da Educação (MEC)	
Tipo de Documento: Portaria	Característica: Normativa; Ordenatória.
Objeto(s): Institui a pós-graduação <i>stricto sensu</i> na modalidade profissional	
Antecedentes: Portaria Normativa MEC nº 17/2009 ¹⁴ ; Portaria Normativa MEC nº 07/2009 ¹⁵ ;	
Revoga: Portaria Normativa MEC nº 17/2009	Vigência: a partir de 24/03/2017
Constatações: 02	Recomendações: 04
Transcrição do documento: ANEXO I	Proposta de Intervenção: APENSO I

Constatação 1: Inconveniência na implantação de doutorado profissional no ano de 2017.
<p>Fatos:</p> <ul style="list-style-type: none"> - No ano de 2017 foi realizada avaliação quadrienal pela Capes. Esse é o tipo de avaliação mais importante daquela agência, onde todos os programas de pós-graduação <i>stricto sensu</i> do país são avaliados, necessitando de uma logística muito superior em relação aos demais anos. O conceito atribuído ao programa por meio desta avaliação não apenas é o principal indicador de qualidade para o MEC e para a sociedade, como também é critério para encerramento dos cursos insatisfatórios. O prazo para a Capes concluir o regulamento proposto no art. 4º desta norma foi concomitante ao da realização a avaliação quadrienal. - Normativos de alto impacto demandam discussão entre os principais atores para evitar lacunas e excessos. O Ofício ANPEd nº 016/2017¹⁶ é uma evidência corroborativa da falta de diálogo com a comunidade acadêmica. - Muitos mestrados profissionais estariam sendo avaliados pela primeira vez na avaliação quadrienal de 2017, sendo que o resultado dessa avaliação seria um importante subsídio para normatizar o doutorado profissional. <p>- Recomendação 1.1: Evitar determinação à Capes para atividades de alto impacto, especialmente criação e/ou alteração de regulamentos importantes, em ano de avaliação quadrienal.</p> <p>- Recomendação 1.2: Realização de Fórum Nacional para discutir a realidade e os desafios da pós-graduação <i>stricto sensu</i> profissional antes da criação de regulamentos de alto impacto nesta área.</p>

¹³DOU, 24/03/2017, Seção 1, p. 61.

¹⁴DOU, 29/12/2009, seção 1, p. 20-21. Revogada pela Portaria MEC nº 389/2017.

¹⁵DOU, 23/06/2009, seção 1, p. 31-32. Revogada pela Portaria MEC nº 17/2009.

¹⁶Disponível em <http://www.anped.org.br/sites/default/files/images/oficio_anped_016_2017_manifestacao_anped_portaria_capes_389.pdf>. Acesso em 18/12/2017.

Constatação 2: Lacuna normativa em virtude da revogação da Portaria Normativa MEC nº 17/2009.
Fatos:

- A revogação imediata da Portaria Normativa MEC nº 17/2009, trouxe uma lacuna regulamentar nos seguintes tópicos: instituições habilitadas para criação de programas profissionais; critérios para novos programas; critérios e formatos do Trabalho de Conclusão Final [SIC] dos programas profissionais; delegação de competência avaliativa à Capes, assim como os critérios mínimos para manutenção do programa e parâmetros avaliativos. Alguns desses tópicos também não foram regulamentados pela Portaria CAPES nº 171/2017 permanecendo a lacuna normativa.
- A revogação imediata da Portaria Normativa MEC nº 17/2009 excluiu a principal base legal para as pós-graduações profissionais stricto-sensu até a vigência da regulamentação tratada no art. 4º. Em tese, considerando o princípio da legalidade, nesse interstício não seria possível a criação, alteração ou exclusão de programas profissionais por ausência de previsão normativa.
- O contexto dos artigos 2º, 3º e 4º demonstra o interesse de delegação de maior competência normativa à Capes, considerando sua expertise na avaliação e políticas públicas dos programas de pós-graduação. Contudo, o art. 4º delega competência apenas para regulamentar a oferta, a avaliação e o acompanhamento dos programas de mestrado e doutorado profissional, quando efetivamente as atribuições da Capes vão além disso.
- **Recomendação 2.1:** Avaliar com cautela as normas que estão sendo revogadas para evitar lacunas normativas, reproduzindo os artigos importantes da norma a ser revogada, se for o caso.
- **Recomendação 2.2:** Acrescentar “demais critérios” na delegação de regulamentação prevista no art. 4º, com criação de parágrafo único determinando critérios mínimos (especialmente os constantes na Portaria Normativa MEC nº 17/2009 e não disciplinadas na portaria atual) a serem regulamentados pela Capes.

2.3.2. Resolução CNE/CES n° 7/2017:

Quadro Resumo da Resolução CNE/CES n° 7/2017 ¹⁷	
Órgão/Entidade: Câmara de Educação Superior do Conselho Nacional de Educação (CNE/CES)	
Tipo de Documento: Resolução	Característica: Normativa
Objeto(s): Estabelece normas para funcionamento de pós-graduação <i>stricto sensu</i> .	
Antecedentes: Resolução CNE/CES n° 1/2001 ¹⁸ (alterada pelas Resoluções CNE/CES n° 24/2002 ¹⁹ , 6/2009 ²⁰ e 3/2016 ²¹); Resolução CNE/CES 1/1997 ²² ; Resolução CFE 5/1983 ²³ .	
Revoga: Resoluções CNE/CES n° 1/2001 e 24/2002; demais disposições em contrário	Vigência: a partir de 12/12/2017
Constatações: 02	Recomendações: 02
Transcrição do documento: ANEXO II	Proposta de Intervenção: APENSO II

Constatação 1: Normativo de avaliação da CAPES publicado posteriormente ao período avaliativo.
<p>Fatos:</p> <ul style="list-style-type: none"> - Conforme já tratado no Estado da Arte, a Capes tem equivocadamente divulgado a Portaria com os critérios avaliativos após o período avaliativo, não proporcionando aos programas avaliados a oportunidade de adequação a esses critérios. O art. 4º desta norma regula o caráter avaliativo da Capes, mas não trata da necessidade de divulgação prévia ao período avaliativo em seu §1º. - Recomendação 1.1: Acrescentar ao §1º a informação que esses documentos devem ser publicados previamente ao início do período avaliativo.

Constatação 2: Necessidade de determinação da Nota Mínima para continuidade do programa.
<p>Fatos:</p> <ul style="list-style-type: none"> - O art. 6º dispõe em seu <i>caput</i>: “Os cursos de pós-graduação <i>stricto sensu</i> em funcionamento que não alcançarem a nota mínima na avaliação da Capes poderão ser desativados”. Não obstante, não foi estabelecida a Nota Mínima para a continuidade do programa. A Portaria CAPES n° 59/2017, atribui aos cursos de pós-graduação conceito que varia entre 1 a 7, sendo os conceitos 6 e 7 para os programas acadêmicos com qualidade internacional e os conceitos 1 e 2 considerados insuficientes para continuidade do programa. - Os critérios avaliativos devem ser estabelecidos pela Capes, mas o descredenciamento do programa excede a competência desta Fundação. Não obstante a grande importância da Capes nos procedimentos de

¹⁷DOU, 12/12/2017, Seção 1, p. 21.

¹⁸DOU, 09/04/2001, Seção 1, p. 12.

¹⁹DOU, 20/12/2002, Seção 1, p. 49. Revogada pela Resolução CNE/CES n.º 7/2017.

²⁰DOU, 28/09/2009, Seção 1, p. 30. Revogada pela Resolução CNE/CES n.º 3/2016.

²¹DOU, 23/06/2016, Seção 1, p. 9-10.

²²DOU, 05/03/1996, Seção 1, p. 4155. Revogada pela Resolução CNE/CES n.º 1/2001.

²³Disponível

<https://www.capes.gov.br/images/stories/download/legislacao/Resolucao_CFE_05_1983.pdf>. Acesso em 18/12/2017. Revogada pela Resolução CNE/CES n.º 1/2001.

desc credenciamento, este necessita de parecer e deliberaç ão da C âmara de Educaç ão Superior do Conselho Nacional de Educaç ão (CNE/CES) e homologaç ão do Ministro da Educaç ão. Assim, n ão possuindo a Capes compet ência deliberativa no desc credenciamento de cursos, os crit êrios para tal devem ser normatizados pela CNE/CES ou mesmo pelo Minist ério da Educaç ão.

- **Recomendaç ão 2.1:** Estabelecer crit êrios para credenciamento, desc credenciamento e manutenç ão de programas de p ós-graduaç ão *stricto sensu*.

2.3.3. Portaria CAPES nº 81/2016:

Quadro Resumo da Portaria CAPES nº 81/2016 ²⁴	
Órgão/Entidade: Fundação Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES)	
Tipo de Documento: Portaria	Característica: Normativa
Objeto(s): Define as categorias de docentes que compõem os Programas de Pós-Graduação <i>stricto sensu</i> .	
Antecedentes: Portaria CAPES nº 174/2014 ²⁵ ; Portaria CAPES nº 50/2015 ²⁶ ;	
Revoga: Portarias CAPES nº 174/2014; e nº 50/2015;	Vigência: a partir de 06/06/2016
Constatações: 02	Recomendações: 08
Transcrição do documento: ANEXO III	Proposta de Intervenção: APENSO III

Constatação 1: Necessidade de adequações formais da Norma à LC 95/1998 e Decreto 9.191/2017.
<p>Fatos:</p> <ul style="list-style-type: none"> - Os capítulos II, III e IV são desdobramentos do tópico tratado no primeiro capítulo. Assim, é mais conveniente que tais sejam seções do primeiro capítulo ao invés de capítulos independentes, em atenção ao art. 10, inciso V, da Lei Complementar 95/1998. - Os dois últimos artigos estão indevidamente enquadrados na Seção “dos docentes colaboradores”. Todavia, o objeto desses artigos não se aplica apenas aos docentes colaboradores, mas à norma como um todo, configurando a parte final da norma, nos termos do art. 3º, inciso III, da Lei Complementar 95/1998. Assim, é mais conveniente que estejam em um capítulo à parte “DAS DISPOSIÇÕES FINAIS”, em atenção ao sugerido no art. 15, inciso XXI, do Decreto 9.191/2017. - Somente as normas de pequena repercussão devem vigorar a partir da publicação, nos termos do art. 8º da Lei Complementar 95/1998. Considerando a repercussão desta norma para todos os Programas de Pós-graduação <i>stricto sensu</i> do país, deve-se considerar prazo razoável na vigência para adequação dos programas. - A palavra “estabilidade” no inciso III do art. 4º é inadequada. A estabilidade é um instituto que confere segurança jurídica àquele que a obtém, garantindo sua permanência até a inatividade ou até o cometimento de infrações graves, após procedimento disciplinar específico. Este termo é utilizado no plano de carreira de servidores do regime jurídico único, antigamente conhecidos como estatutários, sendo inadequado o uso nesse tipo de regulamento, uma vez que seu uso comum é distinto do ora apresentado. Considerando o contexto, é mais pertinente utilizar a palavra “permanência”. - No art. 9º, embora não esteja tecnicamente incorreto, é comum utilizar parágrafos ao invés de incisos nos desdobramentos dos artigos, conforme art. 14, inciso III, alínea “c”, do Decreto 9.191/2017. <p>- Recomendação 1.1: Transformar os capítulos II, III e IV em subseções I, II e III, respectivamente, do primeiro capítulo.</p> <p>- Recomendação 1.2: Alocar os dois últimos artigos em um capítulo denominado “DAS DISPOSIÇÕES FINAIS”.</p>

²⁴DOU, 06/06/2016, Seção 1, p. 14.

²⁵DOU, 31/12/2014, Seção 1, p. 86.

²⁶DOU, 28/04/2015, seção 1, p. 10.

- **Recomendação 1.3:** Alterar a vigência imediata da norma para um prazo razoável à adequação dos Programas de Pós-graduação.
- **Recomendação 1.4:** Substituir, no inciso III do art. 4º, a palavra “estabilidade” por “permanência”.
- **Recomendação 1.5:** Substituir, no art. 9º, os incisos por parágrafos.

Constatação 2: Necessidade de readequação de pré-requisitos a docentes permanentes

Fatos:

- Esta portaria afirma que o professor permanente pode atuar em até 3 PPG's, mas para ser enquadrado como permanente é necessário: I - desenvolvimento de atividades de ensino na pós-graduação e/ou graduação; II - participação de projetos de pesquisa do PPG; III - orientação de alunos de mestrado ou doutorado do PPG, sendo devidamente credenciado como orientador pela instituição; e IV - vínculo funcional-administrativo com a instituição. É mister considerar que as atividades dos incisos I e II demandam tempo considerável para realização destes com qualidade. Ademais, um docente permanente de 3 PPG's terá grande dificuldade em desenvolver as atividades de ensino e pesquisa em cada uma das áreas da PPG com a qualidade almejada na pós-graduação *stricto sensu*. Não obstante, reduzir a quantidade de PPG's que o docente pode atuar com certeza prejudicará vários programas devido a carência de docentes com tal qualificação no país.
- As atividades de ensino, além do tempo da exposição de aulas, demandam estudo prévio para domínio do conteúdo, planejamento, correção de atividades (provas, trabalhos etc.), preparação de material (apostilas, slides), dentre outros.
- As atividades de pesquisa demandam tempo razoável de estudo prévio, planejamento, coleta e tratamento de dados, análise e revisão dos dados, apresentação dos resultados, tudo com o devido critério metodológico para conferir cientificidade e credibilidade à pesquisa.
- A norma revogada trazia o limite de 8 orientandos por orientador para todos os PPG's. Este regulamento excluiu tal exigência. Entrementes, o limite de orientação nos programas de pós-graduação *stricto sensu* é critério *sine qua non* para manutenção da qualidade destes programas. É mister o restabelecimento de um limite razoável, com a ressalva da possibilidade de flexibilização pelas grandes áreas mediante estudo prévio.
- Para os programas de pós-graduação na modalidade profissional, é mister o incentivo à docência àqueles profissionais com conhecimentos e experiência relevantes ao curso proposto, promovendo a disseminação de conhecimentos práticos nesse tipo de programa.
- **Recomendação 2.1:** Flexibilizar as exigências do art. 3º, devendo ser obrigatórios apenas um dos dois primeiros incisos, além dos incisos III, IV.
- **Recomendação 2.2:** Estabelecer o limite de 9 orientandos por orientador para todos os PPG's, com a possibilidade de flexibilização deste pelos Documentos de Área, mediante estudo prévio.
- **Recomendação 2.3:** Acréscimo de §3º ao art. 9º possibilitando a participação de profissionais com conhecimentos relevantes na categoria de docente colaborador para os PPG's profissionais.

2.3.4. Portaria Capes nº 59/2017:

Quadro Resumo da Portaria Capes nº 59/2017 ²⁷	
Órgão/Entidade: Fundação Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (Capes)	
Tipo de Documento: Portaria	Característica: Normativa; Avaliativa.
Objeto(s): Regulamenta a avaliação quadrienal 2017 (ref. ao período avaliativo: 2013-2016).	
Antecedentes: Não há	
Revoga: Disposições em contrário;	Vigência: a partir de 27/03/2017
Constatações: 06	Recomendações: 20
Transcrição do documento: ANEXO IV	Proposta de Intervenção: Intempestiva em virtude da conclusão da avaliação em 2017.

Constatação 1: Normativo de avaliação da CAPES publicado posteriormente ao período avaliativo.
<p>Fatos:</p> <p>Conforme já tratado no Estado da Arte, a Portaria CAPES nº 59/2017, que trata da avaliação quadrienal realizada em 2017, possui período avaliativo entre 2013 a 2016, porém divulgou os critérios avaliativos apenas após o fim período avaliativo, não proporcionando aos avaliados a oportunidade de adequação a esses critérios.</p> <p>- Recomendação 1.1: Publicar norma de avaliação quadrienal antes do início do período avaliativo.</p>

Constatação 2: Necessidade de adequações formais da Norma à LC 95/1998 e ao Decreto 9.191/2017.
<p>Fatos:</p> <ul style="list-style-type: none"> - O normativo em si é o seu anexo, que não dispõe da estrutura com base em artigos prevista na Lei Complementar 95/1998, confundindo a devida estrutura normativa com a estrutura de um manual de referência. Além ilegal, a falta da forma normativa também dificulta a citação da norma para os avaliadores e/ou avaliados. - A estrutura de anexos é confusa, uma vez que o bojo do regulamento já é um anexo. O formulário de avaliação dos egressos dos mestrados em rede, por exemplo, é um anexo do anexo III do anexo da Portaria Capes 59/2017, ou seja, possui remissão confusa e inadequada. - Quando um anexo é desdobramento de outro anexo, a exemplo dos formulários de avaliação dos mestrados em rede, é recomendado utilizar as subdivisões com o mesmo número da principal acrescida sequencialmente de letra maiúscula separado por hífen. Exemplos: Anexo III-A; Anexo III-B. - Esta norma revoga as disposições em contrário, não atendendo ao disposto no art. 9º da Lei Complementar 95/1998, <i>ipsis litteris</i>: “a cláusula de revogação deverá enumerar, expressamente, as leis ou disposições legais revogadas”. <p>- Recomendação 2.1: A parte normativa deste regulamento deve constar com a estrutura de artigos na própria portaria ao invés de seu anexo.</p> <p>- Recomendação 2.2: Colocar como anexo apenas as informações onde não é possível estruturar em artigos, a</p>

²⁷DOU, 27/03/2017, Seção 1, p. 51-56.

exemplo das tabelas avaliativas e os questionários.

- **Recomendação 2.3:** Numerar todos os anexos sequencialmente em algarismos romanos. Caso um anexo seja desdobramento de outro, deve-se utilizar as subdivisões com o mesmo número da principal acrescida sequencialmente de letra maiúscula separado por hífen.
- **Recomendação 2.4:** Enumerar expressamente as disposições normativas que estão sendo revogadas.
- **Recomendação 2.5:** Manter na portaria apenas conteúdo normativas. As demais informações podem constar em um Manual de Avaliação Quadrienal, utilizado de forma subsidiária, para maiores esclarecimentos.

Constatação 3: Diferenciação desarrazoada entre avaliação de programas acadêmicos e profissionais.

Fatos:

- A segunda parte é denominada “Normas para avaliação dos programas de pós-graduação”. Nesta parte há uma diferenciação no critério de anos de funcionamento para avaliação, sendo: 3 anos para os programas acadêmicos; 2 anos para os profissionais; e 1 ano para os programas profissionais em rede nacional. Considerando a necessidade de equivalência qualitativa entre os programas, tal diferenciação mostra-se desarrazoada, interferindo negativamente no princípio de comparação previsto na primeira parte, com maior probabilidade de médias inferiores aos programas profissionais em detrimento dos acadêmicos.
- Conforme já tratado no Estado da Arte, os programas em rede nacional, posteriormente classificados como programas em forma associativa nacional, devem possuir tempo superior aos dos demais programas, considerando a complexidade na gestão de programas em forma associativa, nos termos dos princípios da proporcionalidade e razoabilidade. Ademais, os programas em forma associativa devem proliferar em virtude de uma única associação não possuir estrutura suficiente para manter sozinha um PPG, sendo justo a tais um tempo superior para a primeira avaliação. Assim, sugere-se 5 anos para a primeira avaliação de PPGs em forma associativa e 4 anos para os demais programas.
- A utilização de questionário avaliativo de egressos é uma técnica louvável por buscar informações diretamente junto ao público-alvo do programa. Inobstante, a utilização desse critério apenas nos mestrados profissionais em rede também dificulta o princípio de comparação entre programas acadêmicos e profissionais previsto na primeira parte. Não se sugere uma avaliação única para programas acadêmicos, profissionais e em formas associativas, mas alguns itens avaliativos são importantes em todas as modalidades.
- No caso específico dos mestrados profissionais em rede, em tese, um programa pode ter sido avaliado sem ter nenhum egresso (com um ano de existência), sendo que a pesquisa com egressos formulará parte do conceito da avaliação quadrienal, um imbróglio sem solução nesta hipótese.

- **Recomendação 3.1:** Estabelecimento de critério mínimo de 5 anos de funcionamento para os programas em forma associativa e de 4 anos para os demais programas.
- **Recomendação 3.2:** Estabelecimento de questionário avaliativo para egressos como critério para todos os programas.

Constatação 4: Equívoco procedimental no duplo grau de jurisdição
<p>Fatos:</p> <p>- O anexo da Portaria Capes nº 59/2017, na busca de atendimento ao Princípio do Duplo Grau de Jurisdição²⁸, afirma: “as comissões de avaliação dos pedidos de reconsideração deverão ser renovadas em, no mínimo, 50% (cinquenta por cento) em termos de sua composição original. Às comissões de avaliação competem a análise dos pedidos de reconsideração dos PPG à luz dos pareceres indicados nas fichas de avaliação e argumentos/justificativas que instruíram os respectivos pedidos de reconsideração”. Entrementes, a Lei 9.784/1999, mais especificamente em seu art. 56, §1º, afirma que: “O recurso será dirigido à autoridade que proferiu a decisão, a qual, se não a reconsiderar no prazo de cinco dias, o encaminhará à autoridade superior”. Obviamente a autoridade superior não pode ser a mesma autoridade que proferiu a decisão. Outrossim, a comissão de análise recursal não deveria ter membro integrante da comissão que proferiu a decisão.</p> <p>- Recomendação 4.1: Não indicar à comissão recursal membros que integraram a primeira instância avaliativa.</p>

Constatação 5: Necessidade de esclarecimentos nas Fichas de Avaliação
<p>Fatos:</p> <p>- As fichas de avaliação compõem os anexos I, II e III do anexo da Portaria CAPES 59/2017, tratando dos critérios avaliativos de programas acadêmicos, profissionais e profissionais em rede, respectivamente. No anexo I, a distribuição de pesos é confusa, sendo necessários maiores esclarecimentos. Não houve preenchimento na coluna “definições e comentários sobre os quesitos”. Apresenta boa discricionariedade de distribuição dos pesos através dos Documentos de Área (o que só fica claro ao analisar os documentos de área). Enfatiza a Produção Intelectual.</p> <p>- O anexo II é mais claro que o primeiro, provavelmente por conta das observações preenchimento na coluna “definições e comentários sobre os quesitos”. Apresenta uma longa faixa de discricionariedade entre a Produção Intelectual e a inserção social, ambas variando em até 20% da nota total. Os programas profissionais, por sua natureza, devem ampliar a importância da participação social em detrimento da produção intelectual. Caso contrário, algumas áreas podem apresentar distribuições de pesos equivalentes entre programas acadêmicos e profissionais, tornando a distinção entre tais meramente teórica. Neste anexo há muitas citações à Portaria MEC nº 17/2009, que foi revogada pela Portaria MEC nº 389/2017, perdendo seus efeitos e deixando uma grande lacuna normativa.</p> <p>- O anexo III não deixou margem de discricionariedade ao Documento de Área, estando todos os pesos rigidamente definidos. O item de maior peso é “discentes e egressos”, contudo, não há subitem tratando dos egressos, perdendo uma boa oportunidade de incentivo à criação de política de egressos nos programas. Contraditoriamente, os itens discentes são avaliados por egressos ao invés dos próprios discentes. Chama a atenção que a análise dos Trabalhos de Conclusão Final (TCF) compõem 24% da nota total (60% x 40%),</p>

²⁸ O Princípio do Duplo Grau de Jurisdição está relacionado ao direito de recurso de uma decisão por uma instância superior, com competência para ratificar ou reter tal decisão. O direito subjetivo de Recurso está em consonância como Princípio da Impessoalidade, de forma a evitar os efeitos de decisões arbitrárias, inoportunas, inconvenientes ou mesmo ilegais. No âmbito da Administração Pública Federal, encontra guarita no art. 2º, inciso X, da Lei 9.784/1999.

enquanto todos os itens da inserção social compõem apenas 20% da nota. É mister que os programas profissionais priorizem a inserção social em detrimento do TCF para melhor implementação do modelo da tríplice-hélice, tratado no referencial teórico. Os critérios de avaliação dos TCFs também não são claramente definidos.

- Na avaliação dos programas profissionais ainda há grande destaque a produção acadêmica e pouca ênfase na produção técnica. A prioridade deveria ser a resolução de problemas reais, desenvolvimento de tecnologias, desenvolvimento de patentes, relatórios técnicos, projetos de desenvolvimento etc. Contudo, todas as pesquisas de caráter técnico são enquadradas no QUALIS C, ou seja, simplesmente como trabalho não acadêmico. É mister o desenvolvimento de dosimetria em trabalhos técnicos, considerando a relevância, o impacto do trabalho, inserção social, dentre outros. Verifica-se no documento da grande área de Administração que está em estudo a estratificação entre QUALIS de publicação técnica.

- Há razoável distinção entre os anexos II e III, sendo que ambos tratam de programas profissionais, variando apenas a forma associativa do último. Nesse ínterim, não há motivos que justifiquem tamanha distinção.

- **Recomendação 5.1:** Preenchimento da coluna “definições e comentários sobre os quesitos/itens” no anexo I, além de demais recursos para melhor esclarecimento e transparência na distribuição de pontos.

- **Recomendação 5.2:** Diminuir a discricionariedade de distribuição das notas do anexo II, priorizando a inserção social em detrimento da produção acadêmica.

- **Recomendação 5.3:** Não utilizar como critério avaliativo documentos legais revogados, a exemplo da Portaria Normativa MEC nº 17/2009.

- **Recomendação 5.4:** Criação, no anexo III, de item referente à política de egressos, inclusive computando as produções acadêmicas e técnicas do egresso para o programa.

- **Recomendação 5.5:** Reduzir, no anexo III, o percentual destinado ao TCF e ampliar o percentual destinado à inserção social.

- **Recomendação 5.6:** Criação e mensuração de QUALIS específico para pesquisas de caráter técnico, com a devida dosimetria.

- **Recomendação 5.7:** Equiparar, tanto quanto possível, as avaliações do anexo II e III.

- **Recomendação 5.8:** Criação de forma avaliativa de programas em forma associativa, tanto acadêmica quanto profissional.

Constatação 6: Necessidade de melhoria dos questionários avaliativos

Fatos:

- Para avaliação dos mestrados em rede foram utilizados dois questionários: o primeiro destinado aos coordenadores locais; e o segundo destinado aos egressos. É salutar a utilização de pesquisa com discentes e egressos na avaliação de todos os programas, não apenas em forma associativa. Não obstante, é necessário melhorar a metodologia dessa pesquisa, tanto na composição do formulário quanto no tratamento dos dados.

- Não há na Portaria Capes nº 59/2017 a informação sobre como serão os dados serão coletados e tratados. É importante definir, no mínimo, se a pesquisa será por população ou por amostragem. Caso seja por amostragem, é importante definir o tipo de amostragem, seus critérios, percentual de resposta e absenteísmo. Deve-se ainda definir os critérios para o tratamento de dados.

- A composição do formulário mostra-se inadequada, sem o adequado rigor científico. Para tanto, a metodologia de MALHOTRA e BIRKS, cujo quadro resumo foi traduzido e apresentado no anexo XII, se mostra adequada. Chama atenção a quantidade de ambiguidades e de alternativas que não são mutuamente exclusivas.

- Vejamos alguns exemplos de inconformidade do formulário de egressos que poderiam ser sanados utilizando a metodologia recomendada: a questão 3 necessita de mais informações para subsidiar a decisão do respondente (Passo 4); nas questões 1 a 3, a realidade pode ser muito boa e ainda apresentar algumas inadequações; a questão 6 possui apenas quatro alternativas, faltando a opção “importante”; na recomendação do curso as opções “sim” e “certamente sim” são equivalentes, uma vez que a recomendação atende a ambas (Passo 5); o critério de adequado/inadequado é subjetivo, variável conforme o grau de exigência e expectativas do respondente, devendo ser considerados critérios mais objetivos (Passo 6); a ordem das questões foi formulada com base na sequência do anexo III, não estando organizadas na forma mais adequada (Passo 7); não há instruções e esclarecimentos próximo às questões (passo 9); não há indícios de realização de teste-piloto (Passo 10), especialmente considerando o impacto de utilizar uma nova metodologia avaliativa, que pode culminar em desqualificação de um programa em forma associativa nacional.

- **Recomendação 6.1:** Definir, no regulamento da avaliação quadrienal ou ao menos em um Manual de Avaliação, informações detalhadas sobre a coleta e tratamento dos dados de formulários de pesquisa.

- **Recomendação 6.2:** Utilizar a metodologia de MALHOTRA e BIRKS (traduzida no anexo XII) para elaboração dos questionários avaliativos.

- **Recomendação 6.3:** Ampliar a utilização do questionário de egressos para os demais tipos de programas.

2.3.5. Portaria CAPES nº 131/2017

Quadro Resumo da Portaria CAPES nº 131/2017 ²⁹	
Órgão/Entidade: Fundação Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES)	
Tipo de Documento: Portaria	Característica: Normativa.
Objeto(s): Regulamenta a pós-graduação <i>stricto sensu</i> na modalidade profissional	
Antecedentes: Portaria MEC Nº 389/2017; Portaria CAPES nº 80/1998 ³⁰ ; Portaria CAPES nº 47/1995 ³¹ ;	
Revoga: Portaria CAPES nº 80/1998	Vigência: a partir de 30/06/2017
Constatações: 01	Recomendações: 08
Transcrição do documento: ANEXO V	Proposta de Intervenção: APENSO IV

Constatação 1: Lacuna normativa com a revogação da Portaria Normativa MEC nº 17/2009 e Portaria CAPES nº 80/1998.

Fatos:

- A densidade da norma é inapropriada, limitada por fórmulas genéricas. Esta portaria praticamente dividiu seu objeto que serão, futuramente, normatizados em regulamentos específicos. Ela possui seis artigos. No primeiro afirma que a Capes regulamentará a submissão de propostas de cursos novos (mestrado e doutorado profissionais) por meio de portarias e regulamentos próprios, delegando as informações específicas aos Documentos de Área. No segundo afirma que a Capes avaliará periodicamente o desempenho dos cursos “na forma desta portaria e de regulamentação própria”. Como essa portaria não faz mais nenhuma menção à avaliação, então infere-se que será totalmente normatizado em regulamento próprio. No terceiro afirma que cursos novos serão avaliados por meio de comissões e fichas de avaliação próprias. No quarto, simplesmente repete o artigo terceiro da Portaria MEC 389/2017. No quinto revoga a Portaria CAPES nº 80/1998. No último estabelece início da vigência imediata com a publicação.
- A revogação imediata da Portaria Normativa MEC nº 17/2009 pela Portaria MEC 389/2017, trouxe uma lacuna regulamentar nos seguintes tópicos: instituições habilitadas para criação de programas profissionais; critérios para novos programas; critérios e formatos do Trabalho de Conclusão Final [SIC] dos programas profissionais; critérios de avaliação periódica de desempenho de cursos, assim como os critérios mínimos para manutenção do programa e parâmetros avaliativos. Esses tópicos também não foram regulamentados pela Portaria Capes nº 171/2017 permanecendo a lacuna normativa.
- Com a revogação imediata da portaria Capes nº 80/1998, também desregulamentou: requisitos e condições para enquadramento como pós-graduação *stricto sensu* profissional, que tratava da estrutura curricular, do perfil do docente, do trabalho final e suas formas (art. 2º); ênfase e valorização, na avaliação periódica, de produção técnico-profissional decorrente de atividades de pesquisa, extensão e serviços (art. 4º, §2º); possibilidade de solicitação de enquadramento dos programas acadêmicos como profissionais caso esteja adequado a este perfil (art. 5º).

²⁹DOU, 30/06/2017, Seção 1, p. 17.

³⁰DOU, ?.

³¹DOU, 17/10/1995, seção 1, p. ? apud R B P G, v. 2, n. 4, p. 147-148, jul. 2005

- Em suma, esta portaria deixou de cumprir materialmente com o objetivo proposto, tendo apenas cumprido formalmente no prazo fixado pela Portaria MEC nº 389/2017. Não supriu a lacuna normativa com a revogação da Portaria Normativa MEC nº 17/2009 pela Portaria MEC nº 389/2017 e ainda ampliou tal lacuna ao revogar a Portaria CAPES nº 80/1998.
 - Conforme já tratado no Estado da Arte, a Capes tem equivocadamente divulgado a Portaria com os critérios avaliativos após o período avaliativo, não proporcionando aos avaliados a oportunidade de adequação a esses critérios. Assim, sugere-se a inclusão no art. 2º de parágrafo específico determinando a publicação do regulamento antes do início do período avaliativo.
 - A Portaria 80/1998, revogada pela portaria em comento, trazia um importante dispositivo de valorização da produção técnica-profissional. Sugere-se a continuidade desses critérios para favorecer a implantação do modelo da tríplice-hélice previsto no PNPG 2011-2020.
 - Considerando que esse normativo é específico para a pós-graduação *stricto sensu* na modalidade profissional, é importante constar artigo com aplicação subsidiária dos regulamentos gerais da pós-graduação. Esta propositura está em consonância com o Princípio da Norma Especial.
 - É importante constar cláusula tratando dos casos omissos. O recomendável é que a mesma autoridade que expediu a norma, o Presidente da Capes, possa dirimir os casos omissos, de forma a evitar desvios de competência. Sugere-se ainda a possibilidade de recurso para o Conselho Superior da Capes, em atenção ao Princípio do Duplo Grau de Jurisdição.
-
- **Recomendação 1.1:** Alterar a portaria estabelecendo os critérios mínimos e básicos para o funcionamento das pós-graduações *stricto sensu* profissionais, considerando especialmente os normativos revogados.
 - **Recomendação 1.2:** Avaliar com cautela as normas que estão sendo revogadas para evitar lacunas normativas, reproduzindo os artigos importantes da norma a ser revogada, se for o caso.
 - **Recomendação 1.3:** Revisar os normativos referentes à pós-graduação *stricto sensu* para adequá-los à realidade dos programas profissionais.
 - **Recomendação 1.4:** Regulamentar os critérios que distingam os programas profissionais dos programas acadêmicos, incluindo as formas de trabalho final e enfatizando a inserção social e a prestação de serviços técnicos relevantes.
 - **Recomendação 1.5:** Normatizar a necessidade de regulamentação prévia da avaliação de desempenho antes do período avaliativo, acrescentando o §1º no art. 2º quanto à necessidade de regulamentação prévia da avaliação de desempenho antes do período avaliativo.
 - **Recomendação 1.6:** Acrescentar §2º ao art. 2º para priorização da produção técnico-profissional decorrente de valorização das atividades de pesquisa, extensão e serviços prestados à sociedade.
 - **Recomendação 1.7:** Determinar a aplicação subsidiária dos demais normativos aplicáveis à pós-graduação *stricto sensu* pós-graduação na modalidade profissional.
 - **Recomendação 1.8:** Determinar que os casos omissos serão dirimidos pelo presidente da Capes, com possibilidade de recurso ao Conselho Superior.

2.3.6. Portaria CAPES nº 214/2017

Quadro Resumo da Portaria CAPES nº 214/2017 ³²	
Órgão/Entidade: Fundação Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES)	
Tipo de Documento: Portaria	Característica: Normativa.
Objeto(s): Normatiza as formas associativas de Pós-graduação <i>stricto sensu</i> .	
Antecedentes: Não há.	
Revoga: Nenhum normativo.	Vigência: a partir de 31/10/2017
Constatações: 03	Recomendações: 04
Transcrição do documento: ANEXO VI	Proposta de Intervenção: APENSO V

Constatação 1: Necessidade de adequações formais.

Fatos:

- O Capítulo III trata dos requisitos mínimos a constar nos regimentos dos programas em forma associada. Assim, é recomendável a alteração do título uma vez que todo o normativo trata de critérios a serem considerados nos Regimentos e não apenas o seu Capítulo III.
- É recomendável que os casos omissos de um normativo sejam sanados pela mesma autoridade regulamentadora. Assim, os casos omissos deveriam ser sanados pelo Presidente da Capes, após parecer da Diretoria de Avaliação.
- **Recomendação 1.1:** Alterar o título do Capítulo III, para a expressão “DOS REQUISITOS DO REGIMENTO”.
- **Recomendação 1.2:** Alterar a competência da resolução dos casos omissos para o Presidente da Capes, após parecer técnico da Diretoria de Avaliação, com possibilidade de recurso ao Conselho Superior da Capes.

Constatação 2: Necessidade de regulamentação dos regimentos locais das associadas.

Fatos:

- Os incisos do art. 7º tratam de assuntos que, se não puderem ser delegados ao menos parcialmente aos regimentos locais, podem inviabilizar a forma associada, especialmente aquelas de abrangência nacional e internacional. Alguns desses incisos possuem regulamentações e procedimentos distintos em cada entidade associada, o que pode, inclusive, comprometer a autonomia universitária prevista na LDB. Ademais, esses incisos tratam de assuntos que regularmente necessitam ser alterados ou adequados às realidades locais e das instituições associadas, de forma que os regimentos locais evitariam que procedimentos mais simples necessitem de alteração no regimento geral do programa, a ser aprovada por todas as instituições associadas (cf. §1º do art. 7º).
- Um regimento único para todas as instituições associadas impossibilita a flexibilidade necessária para que determinadas instituições adaptem o programa às normas institucionais e às realidades regionais, o que não

³²DOU, 31/10/2017, Seção 1, p. 35-36.

contribui para a diminuição das assimetrias regionais. Assim, sugere-se um regimento das associadas com regras gerais, a ser cumprido por todas as instituições, com a possibilidade de cada associada ter seu regimento local do programa, adequando-o à realidade regional/institucional, ao menos nos incisos citados.

- **Recomendação 2.1:** Criar um §3º no art. 7º com a possibilidade de criação de regimentos locais de cada associada, podendo o regimento do programa delegar, parcial ou totalmente, os assuntos previstos neste artigo.

Constatação 3: Necessidade de publicação de regulamentos de avaliação anteriormente ao ao período avaliativo.

Fatos:

- Conforme já tratado no Estado da Arte, a Capes tem equivocadamente divulgado a Portaria com os critérios avaliativos após o período avaliativo, não proporcionando aos avaliados a oportunidade de adequação a esses critérios. O art. 12 desta norma regula o caráter avaliativo da Capes, mas não trata da necessidade de divulgação prévia ao período avaliativo.

- **Recomendação 3.1:** Acrescentar parágrafo único ao art. 12 a exigência de publicação previa do regulamento de avaliação ao período avaliativo.

2.3.7. Regulamento do Mestrado Profissional em Administração Pública em Rede Nacional (atualizado em 10/08/2017)

Quadro Resumo do Regulamento do Profiap (atualizado em 10/08/2017) ³³	
Órgão/Entidade: Mestrado Profissional em Administração Pública em Rede Nacional (Profiap)	
Tipo de Documento: Regulamento	Característica: Regimental
Objeto(s): Normatiza o funcionamento do Profip.	
Antecedentes: Regulamento PROFIAP (at. 07/12/2016) ³⁴ . Regulamento PROFIAP (at. 16/07/2014) ³⁵ .	
Revoga: Regulamento PROFIAP (at. 07/12/2016)	Vigência: informação não encontrada.
Constatações: 2	Recomendações: 08
Transcrição do documento: ANEXO VII	Proposta de Intervenção: APENSO VI

Constatação 1: Necessidade de melhorias formais na técnica legislativa.

Fatos:

- *Ab initio*, a nomenclatura mais adequada para este normativo é Regimento, ao invés de Regulamento, consoante Portaria CAPES nº 214/2017. Possível também a utilização da nomenclatura Regimento Geral para a norma nacional e Regimento Local para as normas específicas da Instituição Associada.
- O Regimento e suas alterações devem ser aprovados formalmente por documento oficial da Instituição Coordenadora, constando ainda a data e assinatura da autoridade competente.
- Verifica-se a ausência de epígrafe³⁶, ementa³⁷ e preâmbulo³⁸ no ato normativo, promovendo insegurança jurídica.
- A utilização de preâmbulo, citando a autoridade competente e a Instituição Coordenadora, esclarece ao público em geral a competência para criação e alteração regimental, atribuindo maior credibilidade à norma. A menção à Portaria Capes nº 214/2017 também é recomendada em virtude desta regulamentar a pós-graduação *stricto sensu* em forma associativa, possuindo determinações expressas sobre a necessidade e critérios mínimos deste Regimento.
- O normativo deve atender ao disposto no art. 10, inciso VI, da Lei Complementar 95/1998, *ipsis litteris*: “os Capítulos, Títulos, Livros e Partes serão grafados em letras maiúsculas e identificados por algarismos romanos,

³³Disponível em <<http://www.profiap.org.br/profiap/sobre-o-curso/profiap-regulamento-agosto-2017.pdf>>. Acesso em 18/12/2017.

³⁴Disponível em <<http://www.profiap.org.br/profiap/sobre-o-curso/profiap-regulamento-aprovado-em-07-12-16.pdf>>. Acesso em 18/12/2017.

³⁵Disponível em <<http://www.profiap.ufv.br/wp-content/uploads/2012/02/Regulamento-do-PROFIAP.pdf>>. Acesso em 18/12/2017.

³⁶“A epígrafe é a parte do ato que o qualifica na ordem jurídica e o situa no tempo, por meio da data, da numeração e da denominação” (Item 11.3.1.2 do Manual de Redação Oficial da Presidência da República)

³⁷“A ementa é a parte do ato que sintetiza o conteúdo da lei, a fim de permitir, de modo imediato, o conhecimento da matéria legislada” (Item 11.3.1.3 do Manual de Redação Oficial da Presidência da República)

³⁸“O preâmbulo contém a declaração do nome da autoridade, do cargo em que se acha investida e da atribuição constitucional em que se funda para promulgar a lei e a ordem de execução ou mandado de cumprimento, a qual prescreve a força coativa do ato normativo” (Item 11.3.1.4 do Manual de Redação Oficial da Presidência da República)

podendo estas últimas desdobrar-se em Parte Geral e Parte Especial ou ser subdivididas em partes expressas em numeral ordinal, por extenso”. Sugere-se ainda a posição centralizada para facilitação da leitura e busca rápida por assuntos.

- O art. 10, inciso I, da Lei Complementar 95/1998 dispõe: “a unidade básica de articulação será o artigo, indicado pela abreviatura "Art.", seguida de numeração ordinal até o nono e cardinal a partir deste”. Verifica-se que foi utilizado o nome artigo por extenso ao invés da abreviatura e que foi utilizada a numeração ordinal inapropriadamente a partir do Art. 10.

- Para melhor inteligibilidade do Regimento, é recomendável a utilização de Seções e, se necessário, de Subseções, nos termos do art. 10, inciso VII, da Lei Complementar 95/1998. Isso será essencial principalmente pela ampliação de conteúdo necessária para atender ao disposto no art. 7º da Portaria CAPES nº 214/2017.

- Verifica-se a ausência de Assinatura³⁹ e Referenda neste normativo. A assinatura deve ser da autoridade competente da Instituição Coordenadora, podendo conter Referenda, por exemplo, do Coordenador do Comitê Gestor.

- **Recomendação 1.1:** Alterar a nomenclatura do documento para “Regimento” ou “Regimento Geral”.

- **Recomendação 1.2:** Aprovar o Regimento por meio de documento oficial da Instituição Coordenadora, com data e assinatura da autoridade competente, e publicação deste documento de aprovação juntamente com o Regimento no site do Profiap.

- **Recomendação 1.3:** Criação de Epígrafe, de Ementa e de Pré-âmbulo, conforme orientado no Manual de Redação Oficial da Presidência da República, com menção à Portaria Capes nº 214/2017.

- **Recomendação 1.4** Utilização de preâmbulo com citação da autoridade competente e da Instituição Coordenadora, fazendo menção à Portaria Capes nº 214/2017.

- **Recomendação 1.4:** Atendimento ao disposto no art. 10, inciso I, da Lei Complementar 95/1998.

- **Recomendação 1.5:** Atendimento ao disposto no art. 10, inciso VI, da Lei Complementar 95/1998.

- **Recomendação 1.6:** Utilizar a divisão dos Capítulos em Seções, nos termos do art. 10, inciso VII, da Lei Complementar 95/1998.

- **Recomendação 1.7:** Acrescentar ao final do Regimento a Assinatura da autoridade competente da Instituição Coordenadora e a Referenda do Coordenador do Comitê Gestor.

Constatação 2: Necessidade de adequação às exigências da Portaria CAPES nº 214/2017.

Fatos:

- Conforme já tratado, a Portaria Capes nº 214/2017 regulamentou a pós-graduação *stricto sensu* na forma associativa. Essa foi uma importante iniciativa da Capes em virtude da ampliação dos mestrados em Rede Nacional e do surgimento do doutorado profissional que deve ampliar tais programas. Inobstante, o art. 7º da referida Portaria estabeleceu o conteúdo mínimo que deve constar no Regimento dos Programas em forma associativa.

³⁹ “Para terem validade, os atos normativos devem ser assinados pela autoridade competente. Trata-se de prática amplamente consolidada no Direito Constitucional e Administrativo brasileiros” (Item 11.3.2 do Manual de Redação Oficial da Presidência da República)

- Considerando a possibilidade de ampliação do programa para doutorado profissional, em virtude dos normativos do MEC e da Capes sobre o assunto; e considerando a necessidade de reformar o Regimento em virtude da Portaria Capes nº 214/2017, é recomendável já haver previsão regimental de doutorado em atenção ao princípio da eficiência, uma vez que o Regimento adequado é um dos pré-requisitos para novos cursos.

- Há necessidade de reordenação e complementação do conteúdo. Cabe verificar especificamente cada inciso do art. 7º:

I – da estrutura curricular: este tópico está presente no Capítulo V do atual Regulamento do Profiap, todavia, as informações são demasiadamente sucintas, sem o nível de detalhamento necessário para compreensão sistêmica do Programa. É mister maior detalhamento e padronização sobre o Trabalho de Conclusão Final (TCF), especialmente pela lacuna normativa, em detrimento da revogação imediata da Portaria Normativa MEC nº 17/2009 pela Portaria 389/2017, sendo recomendado uma seção específica para o TCF. A importância do TCF na avaliação quadrienal da Capes (correspondente a quase 25% da avaliação total) torna necessário maior detalhamento normativo e padronização em nível sistêmico do Profiap. Estão ausentes regulamentação sobre a Proficiência em línguas estrangeiras, o Exame de Qualificação (que sugerimos alteração para Exame Nacional de Qualidade) e a Pesquisa de Satisfação.

II – do funcionamento do programa: este tópico foi abordado no atual regulamento do Profiap em seu Capítulo II, sendo um dos mais extensos em virtude das atribuições das comissões. A princípio, sugere-se que a norma esclareça, neste capítulo, as distinções e os agentes que compõem a Instituição Coordenadora, as Instituições Associadas e as Instituições Colaboradoras. Quanto à organização das comissões, para maior democratização da gestão, sugere-se que o Coordenador do Comitê Acadêmico Nacional seja um dos docentes eleitos pelos Coordenadores Locais. Assim, automaticamente esse docente também fará parte do Comitê Gestor, que deixará de ter todos os membros indicados pela Instituição Coordenadora. É altamente recomendável acrescentar a participação de um membro representante dos discentes e de um egresso no Comitê Gestor, especialmente considerando que a participação dos egressos na avaliação quadrienal da Capes em 2017 foi muito relevante. É interessante separar em seções os 3 tipos de instituições: coordenadora, associadas e colaboradoras. Destaque-se a importância de parcerias com instituições colaboradoras na promoção do modelo da tríplice-hélice, tratada no Estado da Arte e presente no PNPG 2011-2020.

III – da responsabilidade compartilhada: este tópico somente foi tratado indiretamente em alguns dispositivos do Regulamento do Profiap. Como não há detalhamento do conteúdo esperado pela Capes nesse capítulo, sugere-se que sejam inseridos artigos mais genéricos, incluindo o compromisso das Associadas em cumprir com as normas do MEC, Capes e deste Regimento. Ademais, também seria interessante incluir o compromisso com a qualidade do Programa, reforçando o disposto no inciso X. É recomendável constar informações sobre a responsabilidade financeira da participação de representantes em reuniões nacionais e de distribuição de recursos do programa entre as associadas. Sugere-se colocar neste tópico a distribuição da responsabilidade das despesas com deslocamento nas reuniões nacionais com representantes locais. Sugere-se ainda normatizar a distribuir de responsabilidade na alimentação da plataforma sucupira por cada instituição associada, evitando sobrecarga da comissão acadêmica nacional.

IV – da infraestrutura compartilhada: também ausente no Regulamento do Profiap. Na prática, como as associadas costumam ser de localidades distintas, não há compartilhamento de espaço físico entre associadas. Contudo, é recomendável ressaltar a infraestrutura mínima necessária para funcionamento na instituição associada e do compromisso de todos no cumprimento das diretrizes nacionais para efetividade do Programa.

V – dos critérios de seleção, exclusão e transferência de discentes do programa: no regulamento do Profiap é tratado, sucintamente, apenas do Exame Nacional de Acesso. Na avaliação quadrienal de 2017 a os avaliadores reportaram a desconformidade do exame com a proposta inicial, que previa além do Teste ANPAD uma prova escrita com conteúdo das disciplinas do Programa, sendo recomendável reconsiderar. Nesse ínterim, destaca-se a importância dos critérios de seleção para a qualidade dos discentes e no controle de evasão, uma vez que o Teste ANPAD não mensura competências em Administração Pública. A utilização exclusiva do Teste ANPAD como critério de seleção desvia o perfil do ingressante de gestores públicos para candidatos com melhores aptidões em lógica, favorecendo, por exemplo, o acesso de profissionais das ciências exatas em detrimento de administradores públicos. Outra alternativa a considerar seria uma prova de títulos com um Barema que valorizasse a experiência profissional e a produção técnica do candidato, especialmente na Administração Pública. Utilizar apenas o teste ANPAD como critério de seleção amplia os riscos de desvio de finalidade do Programa e de alta incidência de evasão. Ademais, é mister constar os critérios que podem levar o aluno a ser excluído do Profiap, podendo incidir em demandas judiciais dos alunos que não cumprirem os requisitos para conclusão por falta de previsão normativa. Recomenda-se que as transferências ocorram em casos específicos de mudança de domicílio do discente e apenas entre Instituições Associadas. Sugere-se a inclusão de critérios gerais de matrícula neste capítulo.

VI – da oferta de vagas por instituição: também não há previsão no regulamento do Profiap, possuindo previsão apenas nos Editais dos Exames Nacionais de Acesso. É recomendável normatizar critérios, inclusive de proporcionalidade entre docentes permanentes e vagas discentes, conquanto não deve descrever o quantitativo exato de vagas do programa ou de cada associada para evitar recorrentes edições no Regimento. Com relação as vagas, é importante constar a distinção das vagas institucionais e de demanda social presentes nos editais.

VII – da emissão de diplomas: esse critério é difícil de normatizar considerando que cada Instituição Associada possui seus procedimentos e normativos internos. Recomenda-se criar critérios gerais, delegando as especificidades para os Regimentos Locais, atribuindo a competência da emissão à Comissão Acadêmica Local. Sugere-se normatizar também os critérios da emissão do histórico escolar.

VIII - dos critérios de credenciamento e descredenciamento de docentes do programa: estes critérios não constam no regulamento atual, sendo objeto de edital específico de credenciamento. Mesmo no citado edital, não havia critérios objetivos para credenciamento ou descredenciamento de docentes conforme a produção, o que seria o incentivo ao conformismo intelectual, após angariar o status de docente permanente. Sugere-se, neste capítulo, esclarecimento da distinção entre docentes permanentes, visitantes e colaboradores, em consonância com a Portaria Capes nº 81/2016. É interessante estabelecer limites na proporção de docentes colaboradores por docentes permanentes, conforme tratado na avaliação quadrienal de 2017 da Andifes.

IX - dos critérios para inclusão e exclusão de instituições associadas: também não consta no regulamento do Profiap, sendo realizadas a inclusão de instituições por edital, sem previsão de critérios para exclusão. A exclusão, embora indesejável, é importante para garantir a manutenção da qualidade do Profiap, uma vez que o credenciamento e credenciamento da CAPES é realizado por programa e não por forma associativa. Assim, instituições com desempenho e organização insatisfatórios podem prejudicar todas os demais, com alto risco de encerramento das atividades em toda a forma associativa. Os critérios de inclusão também devem ser ampliados. Avaliação periódica é essencial para o controle de qualidade, que está previsto no próximo inciso.

X – dos critérios para manutenção da qualidade do programa: as pós-graduações em rede nacional possuem uma governança mais complexa, exigindo uma capacidade de gestão superior ao dos demais programas, especialmente considerando a autonomia universitária prevista constitucionalmente, conforme já tratado no Estado da Arte. A melhor forma de controle de qualidade é estabelecendo indicadores objetivos que sejam compatíveis com os utilizados nas avaliações da Capes. Sugere-se, como incentivo positivo ao discente, a criação de níveis de distinções acadêmicas para prestigiar os alunos e egressos com melhores aproveitamentos no Programa. Tais distinções beneficiam tanto ao discente (a distinção lhe favorece acadêmica e profissionalmente, sendo equivalente a um prêmio) quanto ao Profiap (ampliação qualidade do programa). Ademais, a finalidade do Profiap é produzir administradores públicos qualificados, devendo haver tantos incentivos positivos aos discentes e egressos quanto possível. Recomenda-se ainda viabilizar um incentivo positivo aos docentes e coordenadores locais que se destacassem, com critérios objetivos.

- **Recomendação 2.1:** Alteração do Regulamento do Profiap na forma proposta no Apenso VI deste Relatório Técnico.

Capítulo 3 - Conclusões

Após análise dos Regulamentos do MEC, da Capes e do Profiap, verifica-se um bom estágio de maturidade nos regulamentos do MEC, sendo necessárias apenas poucas adequações, especialmente nos devidos cuidados na revogação de instrumentos anteriores e no início vigência de regulamentos de ampla repercussão.

Nos regulamentos da Capes verifica-se um estágio intermediário de maturidade. O maior problema está na regulamentação tardia das normas de avaliação dos cursos de pós-graduação *stricto sensu*, conforme tratado no Estado da Arte e na análise de seus regulamentos. Este regulamento de avaliação possui estrutura confusa, devendo ser melhorado, composto da normatização necessária. Eventuais esclarecimentos podem ser feitos em um manual à parte. Cuidados semelhantes aos recomendados ao MEC também se aplicam à Capes, especialmente ao revogar instrumentos anteriores e ao início da vigência de regulamentos.

O Regulamento do Profiap é o que se verifica maiores necessidades de adequações, especialmente em virtude da Portaria CAPES 214/2017. Mesmo antes da citada Portaria da Capes, o Regimento possuía grandes lacunas a serem sanadas, gerando insegurança jurídica a este programa de pós-graduação. A proposta apresentada, considerando demais propostas de mestrados em rede e normativo do Instituto Tecnológico da Aeronáutica, apresenta uma grande evolução normativa e na governança, inclusive com possibilidade de viabilização de doutorado profissional.

Com as análises realizadas e as propostas de intervenção constantes nos apensos, entende-se que fora cumprido o objetivo proposto, contribuindo na evolução normativa dos regulamentos das pós-graduações *stricto sensu* profissional. O modelo de regimento constante no Apenso IX, também contribui diretamente na melhoria da governança do Profiap, além de subsidiariamente servir de referencial para demais programas em forma associativa nacional, atualmente reconhecidos como mestrados em rede nacional.

Finalmente, no decorrer deste relatório técnico verificou-se a necessidade de ampliação da pesquisa em alguns tópicos, servindo de sugestões para trabalhos futuros:

a) Registrar a história da pós-graduação profissional no período de 2005 a 2017;

b) Ampliar o diagnóstico do modelo atual de pós-graduação no Brasil, comparativamente com demais nações desenvolvidas ou em desenvolvimento;

c) Buscar ampliação dos estudos sobre o modelo da tríplice-hélice, especialmente considerando os casos da Boston University e do Massachusetts Institute of Technology (MIT).

c) Ampliação dos estudos sobre gerenciamento de pós-graduação, especialmente em formas associativas;

d) Elaboração de modelos de governança para pós-graduação em forma associativa nacional e internacional.

e) Elaboração de dissertação ou relatório técnico sobre a avaliação quadrienal de 2017, especialmente propondo modelos de questionários adequados à metodologia de MALHOTRA e BIRKS, apresentada no anexo XII deste relatório.

ANEXO I

PORTARIA MEC Nº 389, DE 23 DE MARÇO DE 2017 ⁴⁰

Dispõe sobre o mestrado e doutorado profissional no âmbito da pós-graduação stricto sensu.

O MINISTRO DE ESTADO DA EDUCAÇÃO, no uso das atribuições que lhe confere o art. 87, parágrafo único, inciso II, da Constituição, e

CONSIDERANDO:

As disposições da Lei no 9.394 de 20 de dezembro de 1996; e

A relevância social, científica e tecnológica dos processos de formação profissional avançada, bem como o necessário estreitamento das relações entre as universidades e o setor produtivo,

RESOLVE:

Art. 1º Fica instituída, no âmbito da pós-graduação stricto sensu, a modalidade de mestrado e doutorado profissional.

Art. 2º São objetivos do mestrado e doutorado profissional:

I - capacitar profissionais qualificados para o exercício da prática profissional avançada e transformadora de procedimentos, visando atender demandas sociais, organizacionais ou profissionais e do mercado de trabalho;

II - transferir conhecimento para a sociedade, atendendo demandas específicas e de arranjos produtivos com vistas ao desenvolvimento nacional, regional ou local;

III - promover a articulação integrada da formação profissional com entidades demandantes de naturezas diversas, visando melhorar a eficácia e a eficiência das organizações públicas e privadas por meio da solução de problemas e geração e aplicação de processos de inovação apropriados; e

IV - contribuir para agregar competitividade e aumentar a produtividade em empresas, organizações públicas e privadas.

Art. 3º Os títulos de mestres e doutores obtidos nos cursos profissionais avaliados pela Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior - Capes, reconhecidos pelo Conselho Nacional de Educação - CNE e homologados pelo Ministro de Estado da Educação, terão validade nacional.

Art. 4º A Capes terá o prazo de 180 dias para regulamentar e disciplinar, por meio de portaria, a oferta, a avaliação e o acompanhamento dos programas de mestrado e doutorado profissional.

Art. 5º Fica revogada a Portaria no 17 de 28 de dezembro de 2009.

Art. 6º Esta Portaria entra em vigor na data da sua publicação.

MENDONÇA FILHO

⁴⁰Portaria MEC nº 389/2017. Diário Oficial da União, Brasília, 24 de março de 2017, Seção 1, p. 61

ANEXO II

RESOLUÇÃO CES/CNE Nº 7, DE 11 DE DEZEMBRO DE 2017 ⁴¹

Estabelece normas para o funcionamento de cursos de pós-graduação stricto sensu.

O Presidente da Câmara de Educação Superior do Conselho Nacional de Educação, no uso de suas atribuições legais, e tendo em vista o disposto no art. 9º, § 2º, alínea “g”, da Lei 4.024, de 20 de dezembro de 1961, com a redação dada pela Lei 9.131, de 25 de novembro de 1995, nos artigos 9º, incisos VII e IX, 44, inciso III, 46 e 48, §§ 1º e 3º da Lei 9.394, de 20 de dezembro de 1996, e com fundamento no Parecer CNE/CES nº 462, de 14 de setembro de 2017, homologado por Despacho do Senhor Ministro de Estado da Educação, publicado no DOU de 28 de novembro de 2017, Seção 1, página 39, resolve:

CAPÍTULO I DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

Art. 1º Constituem programas institucionais de pós-graduação *stricto sensu* os cursos de mestrado e doutorado regulares, pertencentes ao Sistema Nacional de Pós-Graduação, avaliados pela Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (Capes), submetidos à deliberação pela Câmara de Educação Superior do Conselho Nacional de Educação (CES/CNE) e homologados pelo Ministro da Educação.

§ 1º Os cursos de mestrado e doutorado são orientados ao desenvolvimento da produção intelectual comprometida com o avanço do conhecimento e de suas interfaces com o bem econômico, a cultura, a inclusão social e o bem-estar da sociedade.

§ 2º Os cursos de mestrado e doutorado se diferenciam pela duração, complexidade, aprofundamento e natureza do trabalho de conclusão.

§ 3º A conclusão em cursos de mestrado não constitui condição necessária ao ingresso em cursos de doutorado.

§ 4º É admitido o uso de língua estrangeira nas atividades dos cursos de mestrado e doutorado, incluindo trabalhos, dissertações e teses.

Art. 2º Os cursos de mestrado e doutorado podem ser organizados pelas instituições sob a modalidade de cursos profissionais.

§ 1º A avaliação e o reconhecimento dos cursos previstos no *caput* deverão levar em consideração os seguintes quesitos:

I - a capacitação profissional qualificada para práticas avançadas, inovadoras e transformadoras dos processos de trabalho, visando atender às demandas sociais, econômicas e organizacionais dos diversos setores da economia;

II - a transferência de conhecimento para a sociedade de forma a atender às demandas sociais e econômicas, com vistas ao desenvolvimento nacional, regional e local;

III - a contribuição para agregação de conhecimentos de forma a impulsionar o aumento da produtividade em empresas, organizações públicas e privadas;

IV - a atenção aos processos e procedimentos de inovação, seja em atividades industriais geradoras de produtos, quanto na organização de serviços públicos ou privados.

§ 2º Caberá à Capes a definição dos procedimentos avaliativos referentes aos cursos de mestrado e doutorado profissionais, conforme a legislação e normas vigentes da pós-graduação *stricto sensu*.

Art. 3º As instituições credenciadas para a oferta de cursos a distância poderão propor programas de mestrado e doutorado nesta modalidade.

§ 1º As atividades presenciais previstas no projeto dos cursos de que trata o *caput* poderão ser realizadas na sede da instituição ofertante, em polos de educação a distância ou em ambiente profissional, regularmente constituídos conforme o disposto na Portaria Normativa MEC nº 11/2017, atendendo aos requisitos da organização da pesquisa adotada pela instituição e em conformidade com a legislação e as normas vigentes da pós-graduação *stricto sensu*.

⁴¹Resolução CNE/CES 7/2017. Diário Oficial da União, Brasília, 12 de dezembro de 2017, Seção 1, p. 21

§ 2º Caberá à Capes a definição dos procedimentos avaliativos referentes aos cursos de mestrado e doutorado na modalidade de Educação a Distância (EaD).

CAPÍTULO II

DA AVALIAÇÃO E DO PROCESSO AUTORIZATIVO DE CURSOS DE MESTRADO E DOUTORADO

Art. 4º A autorização, o reconhecimento e a renovação do reconhecimento de cursos de mestrado e doutorado dependem de avaliação prévia da Capes.

§ 1º Caberá à Capes tornar público o processo de autorização, reconhecimento e renovação de reconhecimento, a cada ciclo avaliativo, especialmente quanto:

I - ao calendário de avaliação;

II - aos critérios de avaliação por área, especialmente quanto as notas mínimas para autorização, reconhecimento e renovação de reconhecimento;

III - aos procedimentos de avaliação;

IV - as formas oficiais de divulgação e informação dos resultados às instituições proponentes; e

V - os procedimentos referentes aos recursos ao resultado da avaliação pela Capes.

§ 2º Os procedimentos e etapas avaliativas serão definidas em regulamento próprio, elaborado pela Capes, o qual deverá orientar a apresentação de novos pedidos de mestrado e doutorado e de suas respectivas renovações.

§ 3º As propostas de novos cursos de doutorado independem de existência prévia da oferta, pela instituição demandante, de curso de mestrado na área ou subárea correspondente.

§ 4º Uma vez encerrada a etapa avaliativa de autorização, reconhecimento e renovação de reconhecimento de cursos de mestrado e doutorado, e vencidas todas as fases de recurso ao resultado da avaliação, no âmbito da Capes, as instituições poderão recorrer do resultado avaliativo à CES/CNE, exclusivamente quanto a erro de fato ou de direito.

Art. 5º A Capes deverá encaminhar à CES/CNE os processos de cursos novos com notas positivas na avaliação para parecer e deliberação.

§ 1º O procedimento de que trata o *caput* deverá ser realizado com instrução individualizada por processo e estendido para os novos cursos de mestrado e doutorado negados após a apresentação de recursos à Capes.

§ 2º A CES/CNE poderá restituir motivadamente os processos para reavaliação ou reinstrução da Capes.

§ 3º O parecer da CES/CNE de que trata o *caput* seguirá para homologação do Ministro da Educação.

Art. 6º Os cursos de pós-graduação *stricto sensu* em funcionamento que não alcançarem a nota mínima na avaliação da Capes poderão ser desativados.

§ 1º Após a conclusão, no âmbito da Capes, os processos de que trata o *caput* deverão ser encaminhados à CES/CNE para parecer e deliberação.

§ 2º O parecer da CES/CNE seguirá para homologação do Ministro da Educação.

§ 3º Após a publicação da homologação ministerial de que trata o parágrafo anterior, o curso será considerado desativado.

§ 4º As instituições com cursos de que trata o *caput* deverão suspender as inscrições e matrículas para novos ingressantes a partir da data da divulgação da nota de avaliação.

§ 5º As instituições com cursos desativados poderão emitir diplomas com validade nacional para os discentes já matriculados em data anterior a data da divulgação da nota de avaliação.

Art. 7º A Capes deverá tornar público, em instrumento próprio, os critérios e os procedimentos utilizados na escolha dos representantes de áreas do conhecimento, bem como, dos especialistas e pesquisadores que integrarem o processo de avaliação dos cursos de pós-graduação *stricto sensu*.

Parágrafo único. Os critérios de que trata o parágrafo anterior deverão considerar, pelo menos, a representação regional do avaliador e a notória competência na respectiva área de avaliação.

Art. 8º As instituições poderão iniciar as atividades dos cursos de mestrado e doutorado a partir da publicação da homologação do parecer favorável da CES/CNE pelo Ministro da Educação.

§ 1º O disposto no *caput* é requisito para a diplomação e atribui regularidade aos cursos de mestrado e doutorado

§ 2º Os diplomas de cursos de mestrado e doutorado regulares terão validade nacional.

§ 3º As Instituições de Educação Superior (IES) credenciadas e as não credenciadas como IES que ofertem cursos de mestrado e doutorado regulares, independente da organização acadêmica, poderão emitir e registrar diplomas de cursos de mestrado ou doutorado por elas regularmente ofertados.

§ 4º Os diplomas de cursos de mestrado e doutorado, assim como todos os documentos institucionais a eles referentes, devem explicitar a denominação do curso correspondente aos respectivos atos autorizativos.

CAPÍTULO III

DA CONFIGURAÇÃO DOS CURSOS DE PÓS-GRADUAÇÃO *STRICTO SENSU*

Art. 9º Os cursos de pós-graduação *stricto sensu* regulares poderão ser oferecidos em formas associativas ou interinstitucionais.

§ 1º A associação de que trata o *caput* dependerá da manifestação das instituições interessadas à Capes, justificando a associação e indicando a participação de cursos regulares.

§ 2º A associação poderá ocorrer com a presença de instituições estrangeiras, justificada pela qualidade, agregação de conhecimento e de competência ao programa associado.

§ 3º É permitida a emissão de diplomas aos egressos dos cursos regulares de mestrado e doutorado por uma ou mais instituições que integram a associação referida no *caput*.

§ 4º A múltipla diplomação, mencionada no parágrafo anterior, será normatizada pela Capes por meio de instrumento próprio.

CAPÍTULO IV

DAS DISPOSIÇÕES FINAIS E TRANSITÓRIAS

Art. 10 Aos cursos de doutorado regulares é admitido, excepcionalmente, conceder título de doutor mediante defesa direta de tese.

Parágrafo único. O disposto no *caput* só poderá ocorrer em curso de doutorado regular na mesma área do conhecimento da tese apresentada.

Art. 11 As instituições poderão solicitar à Capes a alteração da nomenclatura de cursos de mestrado e doutorado a qualquer tempo.

Parágrafo único. Fica a Capes autorizada, por delegação da CES/CNE, a proceder diretamente a alteração de nomenclatura do curso, em conformidade com os procedimentos avaliativos e regulatórios vigentes.

Art. 12 Os casos omissos decorrentes do cumprimento da presente Resolução serão dirimidos pela CES/CNE.

Art. 13 Esta Resolução entrará em vigor na data de sua publicação, revogando-se as Resoluções CNE/CES nº 1, de 3 de abril de 2001, e nº 24, de 18 de dezembro de 2002, e as demais disposições em contrário.

LUIZ ROBERTO LIZA CURI

ANEXO III

PORTARIA CAPES Nº 81, DE 3 DE JUNHO DE 2016⁴²

*Define as categorias de docentes que compõem os
Programas de Pós-Graduação (PPG's) stricto sensu*

O PRESIDENTE SUBSTITUTO DA COORDENAÇÃO DE APERFEIÇOAMENTO DE PESSOAL DE NÍVEL SUPERIOR, CAPES, no uso das atribuições conferidas pelo Estatuto aprovado pelo Decreto nº 7.692, de 02 de março de 2012, e considerando a necessidade de definição, para efeito de enquadramento nos programas e cursos de pós-graduação, das categorias de docentes dos Programas de Pós-Graduação - PPG's - do Sistema Nacional de Pós-Graduação - SNPG, resolve:

Art. 1º Definir as categorias de docentes que compõem os PPG's, para efeitos de registro na Plataforma Sucupira, e avaliações realizadas pela CAPES.

CAPÍTULO I DISPOSIÇÕES PRELIMINARES

Art. 2º O corpo docente dos PPG's é composto por 3 (três) categorias de docentes:
I - docentes permanentes, constituindo o núcleo principal de docentes do programa;
II - docentes e pesquisadores visitantes;
III - docentes colaboradores.

CAPÍTULO II DOS DOCENTES PERMANENTES

Art. 3º Integram a categoria de permanentes os docentes enquadrados e declarados anualmente pelo PPG na plataforma Sucupira e que atendam a todos os seguintes pré-requisitos:

- I - desenvolvimento de atividades de ensino na pós-graduação e/ou graduação;
- II - participação de projetos de pesquisa do PPG;
- III - orientação de alunos de mestrado ou doutorado do PPG, sendo devidamente credenciado como orientador pela instituição;
- IV - vínculo funcional-administrativo com a instituição ou, em caráter excepcional, consideradas as especificidades de áreas, instituições e regiões, e se enquadrem em uma das seguintes condições:
 - a) quando recebam bolsa de fixação de docentes ou pesquisadores de agências federais ou estaduais de fomento;
 - b) quando, na qualidade de professor ou pesquisador aposentado, tenham firmado com a instituição termo de compromisso de participação como docente do PPG;
 - c) quando tenham sido cedidos, por acordo formal, para atuar como docente do PPG;
 - d) a critério do PPG, quando o docente estiver em afastamento longo para a realização de estágio pós-doutoral, estágio sênior ou atividade relevante em Educação, Ciência, Tecnologia e Inovação e não atender ao estabelecido pelos incisos I e II deste artigo, desde que atendidos os demais requisitos fixados.

Art. 4º A atuação como docente permanente poderá se dar, no máximo, em até 3 (três) PPG's.

I - O docente poderá ser declarado permanente em qualquer combinação de PPG's, sejam eles programas acadêmicos ou profissionais, programas com composição tradicional, em redes ou outras formas associativas, de quaisquer áreas de avaliação de quaisquer instituições desde que atue em no máximo 3 (três) PPG's;

II - A carga horária dedicada a cada PPG do qual participe como docente permanente deverá ser estabelecida juntamente aos respectivos Coordenadores dos PPG's, respeitando-se o regime jurídico pelo qual sua relação trabalhista é regida, bem como as orientações previstas nos Documentos de Área.

III - A estabilidade, ao longo do quadriênio, do conjunto de docentes declarados como permanentes pelo PPG será objeto de acompanhamento e de avaliação sistemática pelas coordenações e comissões de avaliação de área e pela Diretoria de Avaliação;

⁴²Portaria CAPES nº 81/2016. Diário Oficial da União, Brasília, 06 de junho de 2016, Seção 1, p. 14

IV- Por ocasião de acompanhamentos e avaliações dos PPG's, será requerido dos mesmos as justificativas das ocorrências de credenciamentos e descredenciamentos, ano a ano, dos integrantes desta categoria de acordo com as regras bem definidas que devem constar obrigatoriamente nos respectivos regimentos.

Art. 5º A relação de orientandos/orientador deve atender às orientações previstas pelo Conselho Técnico e Científico da Educação Superior (CTC-ES) e nos Documentos de Área.

Art. 6º A pontuação da produção intelectual dos docentes permanentes, entre os PPG's dos quais participa, será definida em cada área de avaliação, atendidas as diretrizes que possam ser estabelecidas na grande área de conhecimento e pelo Conselho Técnico e Científico da Educação Superior (CTC-ES), bem como aquelas emanadas da Diretoria de Avaliação.

CAPÍTULO III DOS DOCENTES E PESQUISADORES VISITANTES

Art. 7º Integram a categoria de visitantes os docentes ou pesquisadores com vínculo funcional-administrativo com outras instituições, brasileiras ou não, que sejam liberados, mediante acordo formal, das atividades correspondentes a tal vínculo para colaborarem, por um período contínuo de tempo e em regime de dedicação integral, em projeto de pesquisa e/ou atividades de ensino no programa, permitindo-se que atuem como orientadores e em atividades de extensão.

Parágrafo único. A atuação dos docentes ou pesquisadores visitantes no programa deverá ser viabilizada por contrato de trabalho por tempo determinado com a instituição ou por bolsa concedida para esse fim, pela própria instituição ou por agência de fomento.

Art. 8º A pontuação da produção intelectual dos docentes visitantes, será definida em cada área de avaliação, atendidas as diretrizes que possam ser estabelecidas na grande área de conhecimento e pelo Conselho Técnico e Científico da Educação Superior (CTC-ES), bem como aquelas emanadas da Diretoria de Avaliação.

CAPÍTULO IV DOS DOCENTES COLABORADORES

Art. 9º Integram a categoria de colaboradores os demais membros do corpo docente do programa que não atendam aos requisitos para serem enquadrados como docentes permanentes ou como visitantes, incluídos os bolsistas de pós-doutorado, mas que participem de forma sistemática do desenvolvimento de projetos de pesquisa ou atividades de ensino ou extensão e/ou da orientação de estudantes, independentemente de possuírem ou não vínculo com a instituição.

I - O desempenho de atividades esporádicas como conferencista, membro de banca de exame ou co-autor de trabalhos não caracteriza um profissional como integrante do corpo docente do programa, não podendo o mesmo ser enquadrado como docente colaborador;

II - Informações sobre atividades esporádicas do colaborador como conferencista, membro de banca de exame ou co-autor de eventual trabalho, quando relatadas por um programa ou curso de pós-graduação, poderão complementar a análise da atuação do programa.

Art. 10. Revogam-se as Portarias nº 174, de 30 de dezembro de 2014, publicada no D.O.U de 31 de dezembro de 2014, seção 1, página 86; e nº 50, de 22 de abril de 2015, publicada no Diário Oficial da União de 28 de abril de 2015, Seção 1, página 10.

Art. 11. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

ARLINDO PHILIPPI JR

ANEXO IV – Portaria 59/2017/CAPES

PORTARIA CAPES Nº 59, DE 21 DE MARÇO DE 2017 (*)

Dispõe sobre o regulamento da Avaliação Quadrienal.

O PRESIDENTE SUBSTITUTO DA COORDENAÇÃO DE APERFEIÇOAMENTO DE PESSOAL DE NÍVEL SUPERIOR - CAPES, no uso das atribuições que lhe foram conferidas pelo art. 26, incisos II, III e IX do Estatuto aprovado pelo Decreto nº 8.977, de 30.01.2017, aprovado pelo Conselho Técnico-Científico da Educação Superior durante a 166ª reunião, e

CONSIDERANDO o calendário de atividades da Diretoria de Avaliação para o ano de 2017, estabelecido na Portaria nº 9, de 12 de janeiro de 2017,

RESOLVE:

Art. 1º Aprovar o Regulamento para a Avaliação Quadrienal 2017, na forma do Anexo.

Art. 2º O Regulamento está disponível no sítio da CAPES: <http://capes.gov.br/avaliacao/sobre-avaliacao/legislacao-especifica>

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data da sua publicação.

Art. 4º Revogam-se as disposições em contrário.

GERALDO NUNES SOBRINHO
Presidente da Capes, Substituto

ANEXO DA PORTARIA 59/2017/CAPES

1. OBJETIVOS E PARÂMETROS DA AVALIAÇÃO QUADRIENAL 2017

Objetivos:

Os resultados do processo de Avaliação Quadrienal dos Programas de Pós-Graduação stricto sensu devem permitir a consecução dos seguintes objetivos:

a) contribuir para a garantia da qualidade da pós-graduação brasileira que se efetiva na identificação dos programas que atendam ao padrão mínimo de qualidade exigido para cada nível de curso e que, em decorrência, terão a renovação de seu reconhecimento recomendada pela CAPES ao Conselho Nacional de Educação - CNE/MEC;

b) retratar a situação da pós-graduação brasileira no quadriênio de forma clara e efetiva, ao especificar:

i. o grau diferencial de desenvolvimento alcançado pela pós-graduação nas diversas áreas do conhecimento;

ii. a classificação dos programas no âmbito de suas respectivas áreas, expressando as diferenças quanto à qualidade de desempenho na formação de recursos humanos e produção de conhecimento a ela associada;

iii. a caracterização da situação específica de cada programa, mediante a apresentação de relatório detalhado sobre seu desempenho no quadriênio 2013-2016.

c) contribuir para o desenvolvimento de cada programa e área em particular e da pós-graduação brasileira em geral ao fornecer, a cada programa avaliado, as apreciações criteriosas sobre os pontos fortes e os pontos fracos de seu desempenho, no contexto do conjunto dos programas da área, e antepor-lhes desafios e metas para o futuro.

d) fornecer subsídios para a definição de planos e programas de desenvolvimento e a realização de investimentos no Sistema Nacional de Pós-Graduação - SNPG.

Princípios e diretrizes

a) A Avaliação é classificatória - estabelece diferentes níveis de qualidade de desempenho dos programas em cada área de avaliação - e, portanto, não deve gerar concentrações excessivas em quaisquer dos níveis da escala de notas.

b) A Avaliação é comparativa entre as diferentes áreas. Embora preserve e considere as especificidades das áreas, pauta-se pelo mesmo conjunto de quesitos e itens avaliativos e deve promover a equivalência de qualidade de desempenho entre programas com as mesmas notas nas distintas áreas de avaliação. Cada nota deve, portanto, corresponder ao mesmo nível de qualidade para todas as áreas de avaliação. Cabe ao CTC-ES a responsabilidade de garantir a equivalência entre as notas atribuídas pelas diferentes Comissões de Áreas de Avaliação.

c) Na avaliação dos Programas de Pós-Graduação não caberá diligência de qualquer natureza.

Parâmetros

Para a consecução dos objetivos supramencionados, a atuação de cada Comissão de Avaliação, na definição dos fundamentos e na realização da avaliação propriamente dita, e a atuação do Conselho Técnico-Científico da Educação Superior - CTC-ES, na regulamentação e nas deliberações sobre os resultados do processo avaliativo, deverão ser regidas pelos seguintes parâmetros:

a) adoção de padrões internacionais de desenvolvimento do conhecimento na área como referência para o processo de avaliação, que estão preconizados nos documentos de área;

b) adequação dos referenciais de avaliação adotados (critérios, indicadores, parâmetros), ajustando-os ao desenvolvimento do conhecimento da área e dos programas;

A observância desses dois parâmetros é imprescindível para que:

i. o processo não se restrinja a uma avaliação "intra-área";

ii. os resultados da avaliação retratem as diferenças no nível de desenvolvimento das áreas no país e a dinamicidade de cada uma delas no que diz respeito à sua capacidade de acompanhar o ritmo de evolução do conhecimento em seu campo;

iii. não se verifique a perda progressiva da capacidade discriminatória da escala adotada, em decorrência da alta concentração de programas nos níveis superiores da escala;

c) garantia da qualidade dos relatórios sobre o desempenho de cada programa, devendo tais relatórios atender aos requisitos de fundamentação técnica, estruturação, clareza, coerência e precisão, fundamentais para que os resultados da avaliação sejam compreendidos, valorizados e considerados pelos programas e cursos e demais interessados nesse processo.

2. NORMAS PARA A AVALIAÇÃO DOS PROGRAMAS DE PÓS-GRADUAÇÃO

I. Serão submetidos à Avaliação Quadrienal os programas recomendados pela CAPES, que estejam em funcionamento de acordo com as seguintes condições mínimas:

a. Programas acadêmicos: 3 (três) anos;

b. Programas profissionais: 2 (dois) anos;

c. Programas profissionais em rede nacional - PROF: 1 (um) ano.

§1º As condições indicadas no item I guardam relação direta com o número de Coletas de Dados enviados para o período.

§2º Os programas que não atendam a estas condições serão objeto de apreciação pela coordenação de área e posterior deliberação pelo CTC-ES.

§3º A manifestação do CTC-ES sobre estes programas será enviada ao CNE/MEC para que este conselho fundamente seu parecer sobre a renovação do reconhecimento a vigorar no quadriênio 2017-2020, como prevê a legislação vigente.

II. A Avaliação Quadrienal dos Programas Acadêmicos será realizada em separado da Avaliação dos Programas Profissionais e dos Programas Profissionais em Rede Nacional, utilizando-se comissões diferentes e fichas de avaliação específicas para cada modalidade. As Fichas de Avaliação dos Programas acadêmicos e profissionais foram aprovadas na 164ª Reunião do CTC-ES (maio/junho de 2016) e a ficha dos Mestrados Profissionais em Rede Nacional foi aprovada na 165ª Reunião do CTC-ES, em julho de 2016.

2.1. Composição das Comissões de Avaliação

Os seguintes critérios e exigências foram considerados na escolha dos integrantes das Comissões de Avaliação:

a) qualificação e competência técnico-científica do consultor;

b) não-ocupação dos cargos abaixo:

i. reitor de universidade ou dirigente máximo de instituição de ensino superior ou de pesquisa;

- ii. vice-reitor ou pró-reitor de universidade ou cargo equivalente de instituição de ensino superior ou de pesquisa;
- iii. presidente ou diretor, ou seus respectivos equivalentes, de associação científica;
- iv. presidente ou diretor, ou seus respectivos equivalentes, de entidades de classes de instituições de ensino superior ou de pesquisa.
- c) Desempenho acadêmico do programa a que se vincula o consultor.
- d) adequada cobertura das áreas e subáreas de conhecimento a que se vinculam os programas a serem avaliados;
- e) equilíbrio na distribuição da representação regional nas comissões, considerada a participação da região na Área e, no âmbito de cada região, distribuição da representação entre instituições;
- f) renovação de participantes em relação à Avaliação anterior, respeitando a natural necessidade de preservar memória da mesma;
- g) a decisão sobre a composição final de cada Comissão de Avaliação é prerrogativa da DAV e observará as seguintes etapas:
 - i. envio à DAV, até a data fixada no Calendário, da proposta da área para a composição da Comissão, com as justificativas requeridas, quando couber;
 - ii. apreciação, pela Diretoria de Avaliação e pela Presidência da CAPES, da proposta apresentada, no que diz respeito ao número de integrantes e à adequação de sua composição.

Os programas de mestrados profissionais, em observância à legislação relacionada, serão avaliados por comissões específicas, compostas com participação de docentes-doutores, profissionais e técnicos dos setores específicos, reconhecidamente qualificados para o adequado exercício de tais tarefas.

2.2. Orientações para a atribuição de Nota

Os programas avaliados receberão uma nota final na escala de "1" a "7", baseada em conceitos atribuídos (Muito Bom, Bom, Regular, Fraco e Insuficiente) a cada item da Ficha de avaliação, observadas as seguintes orientações:

- a) Considerando os aspectos gerais e aqueles preconizados nos respectivos documentos de área, deve-se considerar enquanto orientação geral que:
 - i. O programa com conceito "Insuficiente" no Quesito 1, "Proposta do Programa", poderá alcançar no máximo nota 2, e com conceito "Fraco" poderá alcançar no máximo nota 3.
 - ii. O menor valor dentre as notas obtidas pelo programa nos Quesitos 3 e 4 (corpo discente e produção intelectual) definirá os limites da nota final a lhe ser atribuída.
 - b) Proposta de recomendação para nota 3. A nota 3 corresponde ao padrão mínimo de qualidade para a recomendação do programa ao CNE e consequente permanência no Sistema Nacional de Pós-Graduação - SNPG.
 - c) Proposta de recomendação para nota 4. A concessão da nota 4 será possível para Programas que tenham alcançado, no mínimo, conceito "Bom" em pelo menos três quesitos, incluindo, necessariamente, os Quesitos 3 e 4.
 - d) Proposta de recomendação para nota 5. Para concessão de nota 5, o programa deverá obter "Muito Bom" em pelo menos quatro dos cinco quesitos existentes, entre os quais terão que figurar necessariamente os quesitos 3 e 4. A nota 5 é a nota máxima admitida para programas que ofereçam apenas mestrado;
 - e) Proposta de recomendação para notas 6 e 7. As notas 6 e 7 serão reservadas exclusivamente para os programas com doutorado que obtiveram nota 5 e conceitos "Muito Bom" em todos os quesitos da ficha de avaliação e que atendam, necessariamente, às seguintes condições:
 - i. Desempenho equivalente ao dos centros internacionais de excelência na área;
 - ii. Nível de desempenho diferenciado em relação aos demais programas da área no que se refere à formação de doutores e à produção intelectual;
 - iii. Solidariedade com programas não consolidados ou com países que apresentam menor desenvolvimento na área;
 - iv. Nucleação de novos programas no país ou no exterior
- Nota 6: predomínio do conceito "Muito Bom" nos itens de todos os quesitos da ficha de avaliação, mesmo com eventual conceito "Bom" em alguns itens;
- Nota 7: conceito "Muito Bom" em todos os itens de todos os quesitos da ficha de avaliação;
- Além disso, somente podem obter as notas 6 ou 7 os Programas que atendam, também, às demais condições previstas nos respectivos documentos de área, na forma que foram aprovados no CTC-ES.

- f) No caso de Programas nota 3 que possuam cursos de doutorado e de mestrado, o curso de doutorado, a critério da comissão de avaliação, poderá ser descredenciado, com a atribuição da nota 2, mantido em funcionamento o curso de mestrado, com nota 3.

2.3. Instrumentos disponíveis

Para a realização da Avaliação Quadrienal, estarão disponíveis no Hotsite, principal canal de informações da Avaliação Quadrienal, os seguintes instrumentos:

a) Documentos da Área: documentos elaborados pela respectiva área de avaliação e aprovados pelo CTC-ES, os quais fundamentam a avaliação dos programas, com critérios e parâmetros a serem adotados.

b) Módulo Ficha de Avaliação na Plataforma Sucupira- para o registro do parecer sobre cada programa avaliado;

O módulo reflete todos os quesitos e itens que constam na Ficha de Avaliação com os pesos definidos nos "Documentos de Área". A partir da inserção de um conceito em cada item, o sistema calcula automaticamente a tendência do conceito do quesito, que poderá ou não ser aceita pelo consultor, mediante justificativa. Após a inserção de todos os conceitos dos quesitos, o avaliador atribuirá uma nota de 1 a 7 a cada programa de pós-graduação.

Ver Anexos I, II e III, com detalhamento de todos os quesitos e itens das Fichas de Avaliação de Programas Acadêmicos e Profissionais, incluindo os Programas de Mestrado Profissional em Rede Nacional.

c) Relatórios de programas - relatórios contendo as informações apresentadas pelos programas nos Coletas de Dados referentes aos anos de 2013, 2014, 2015 e 2016;

d) Planilhas Específicas de Indicadores - planilhas contendo indicadores consolidados referentes aos dados sobre o desempenho dos programas nos anos de 2013, 2014, 2015 e 2016;

e) Relatórios e Planilhas de Trabalho dos Resultados Propostos pela Comissão - um recurso auxiliar elaborado pelas Comissões a partir de dados fornecidos pela DAV e/ou pelos programas de pós-graduação, a qualquer momento do processo;

f) Painel de Indicadores - recurso adicional de informações estatísticas a respeito do desempenho dos programas nos anos de 2013, 2014, 2015 e 2016, que tem objetivo de organizar, integrar e difundir dados e informações em formato de tabelas e gráficos. Serão disponibilizados para as comissões painéis de apresentação dos dados dos programas no quadriênio, contendo informações de produção intelectual, discentes, docentes e demais atividades dos programas em formato gráfico e interativo.

3. PROCESSO DE AVALIAÇÃO DOS PROGRAMAS DE PÓS-GRADUAÇÃO

São duas as instâncias responsáveis pela realização da Avaliação Quadrienal:

a) Primeira Instância: Comissões de Avaliação

Às comissões de avaliação competem a análise dos dados relativos às atividades dos programas de pós-graduação *stricto sensu* de acordo com as definições estabelecidas nos respectivos documentos de área aprovados pelo CTC-ES;

b) Segunda Instância: Conselho Técnico-Científico da Educação Superior - CTC-ES

Ao CTC-ES compete deliberar sobre os resultados da Avaliação Quadrienal com base nas fichas de avaliação de cada programa e nos Relatórios de Avaliação que foram elaborados pelas Comissões de Avaliação durante as reuniões presenciais, conforme o calendário definido pela Diretoria de Avaliação - DAV.

3.1. O trabalho das Comissões de Avaliação

As Comissões de Avaliação são responsáveis pela definição dos fundamentos e pela realização da avaliação propriamente dita, respeitados os objetivos fixados para esse processo. Os trabalhos das Comissões de Avaliação são organizados em cinco etapas.

1º. Na Primeira Etapa de Trabalho, a Comissão deverá:

a) Avaliar o desempenho de cada Programa a ela vinculado, atribuindo os conceitos Muito Bom (MB), Bom (B), Regular (R), Fraco (F) ou Insuficiente (I) aos itens e respectivos quesitos da Ficha de Avaliação e uma nota na escala de 1 a 5 para cada Programa;

Para essa atividade, a comissão deverá atentar para os comentários e recomendações estabelecidos nas Fichas de Avaliação, que constam nos respectivos Documentos de Área, que deverão ser considerados como fundamento nas deliberações avaliativas, tanto pelas Comissões de Área quanto pelo CTC-ES, de forma a garantir que a nota final atribuída a cada Programa de Pós-Graduação expresse o atendimento a um determinado padrão de qualidade de desempenho, no todo e não apenas em parte. É importante ter em conta que embora a avaliação esteja organizada em cinco diferentes quesitos, a avaliação do programa deve refletir a análise integrada desses componentes.

Nesta etapa, devem ser observadas as seguintes recomendações do CTC-ES para cursos iniciados no quadriênio 2013-2016:

i. Verificar a correspondência entre o previsto na proposta aprovada pela CAPES e o que foi efetivamente implantado, no que diz respeito a:

- alterações em sua concepção e forma de funcionamento;
- redução ou alteração significativa no tempo de dedicação ou na composição de seu corpo docente (neste caso, principalmente no que diz respeito a número de demissões e a admissão de docentes menos qualificados ou com capacitação inadequada para o perfil de formação do curso, que possam comprometer a qualidade do programa);

- garantia dos recursos da infraestrutura de ensino e pesquisa previstos;
- ampliação significativa e indevida do número de alunos matriculados;
- sobrecarga de trabalho dos docentes em decorrência da ampliação do escopo das atividades por eles desenvolvidas não diretamente relacionadas à pesquisa e à formação de alunos do programa;

ii. Observar que os Programas que ainda não estejam titulando com regularidade não devem ter suas notas elevadas ou rebaixadas, a não ser que haja indicadores claros de melhora ou queda significativa de qualidade;

iii. Não perder de vista o papel pedagógico de orientação que a Avaliação feita pela CAPES deve exercer junto aos cursos nessa fase, efetuando a análise cuidadosa dos meios e processos por eles adotados e indicando a eventual necessidade de ajustes ou outras iniciativas consideradas indispensáveis para que o programa possa vir a se consolidar como centro de formação de qualidade.

b) Registrar, em campos próprios, no final da Ficha de Avaliação, a manifestação sobre os seguintes aspectos relativos a cada programa avaliado:

i. qualidade dos dados apresentados pelo programa por intermédio da Coleta CAPES;

ii. indicação e justificativa de realização de visita ao programa, se necessário, como parte das atividades de acompanhamento, e, em caso positivo, indicação dos aspectos a serem observados e discutidos pelos consultores nessa oportunidade;

iii. indicação e justificativa de mudança da Área de Avaliação do programa, se necessário, a efetivar-se imediatamente após a Avaliação Quadrienal. Essa indicação será objeto de apreciação e pronunciamento da área para qual se pretende remanejar o programa, observando as orientações contidas na normativa vigente.

iv. indicação e justificativa de mudança de modalidade do programa (profissional para acadêmico e vice-versa), se necessário, a efetivar-se imediatamente após a Avaliação Quadrienal.

2º. Na Segunda Etapa de Trabalho, a Comissão deverá avaliar exclusivamente os Programas com doutorado que tenham obtido nota 5 na etapa anterior, com conceito Muito Bom em todos os quesitos e que justifique a possibilidade de obterem a nota "6" ou "7".

Esta etapa inclui os seguintes procedimentos:

a) Análise, de forma mais detalhada, de todos os quesitos e itens que levaram o programa a ser elegível às notas 6 ou 7. Após esta análise, o campo correspondente ao registro desta avaliação deverá ser habilitado para preenchimento;

b) Emissão de parecer sobre o desempenho do programa, no campo de atribuição de nota "6" ou "7" e alteração da nota registrada na primeira etapa de avaliação.

Obs: Para maiores informações a respeito da atribuição de Notas 6 e 7, verificar item 2.2

3º. Na Terceira Etapa de Trabalho, a Comissão deverá proceder à revisão geral do conjunto dos resultados por ela propostos, correspondentes às duas etapas anteriores, tendo em vista:

a) Verificar a adequação dos conceitos intermediários atribuídos aos itens e quesitos da Ficha de Avaliação, a coerência entre tais conceitos e entre estes e a nota final, considerando o desempenho de cada programa em particular e deste em relação aos demais programas da área;

b) Verificar se os resultados propostos para a Área evidenciam alguma situação que mereceria a atenção especial do CTC-ES, a qual deverá ser melhor analisada e, se mantida, devidamente justificada;

c) Verificar se os pareceres estão devidamente estruturados, redigidos sem ambiguidade de afirmativas, considerada a necessidade de fundamentação do resultado proposto e de orientação aos programas;

d) Promover as correções, ajustes ou complementações que se fizerem necessários.

4º. Na Quarta Etapa de Trabalho, a Comissão deverá elaborar o Relatório de Avaliação conforme modelo aprovado pelo CTC-ES e que versará sobre a aplicação dos fundamentos e critérios estabelecidos nos respectivos documentos de área. Este relatório é o instrumento que finaliza o trabalho de avaliação presencial e servirá para orientar a análise dos relatores, bem como a deliberação do CTC-ES.

Além disso, é o instrumento por meio do qual, posteriormente, os programas de pós-graduação, os gestores institucionais, os acadêmicos e os setores governamentais, bem como toda a sociedade, poderão apropriar-se do processo e resultados da avaliação. Sem o devido preenchimento do Relatório de Avaliação ao final da reunião presencial de avaliação, a área não poderá cancelar os resultados, ficando, portanto, inconcluso o trabalho realizado.

5°. A Quinta Etapa de Trabalho será desenvolvida nas semanas subsequentes ao encerramento do período de reuniões presenciais.

Esta etapa envolverá todos os Coordenadores das Áreas de avaliação, os quais subsidiarão o CTC-ES com informações que permitam àquele Conselho avaliar, retificar ou ratificar e compreender os resultados propostos pelas Comissões para melhor fundamentar sua decisão final sobre a avaliação dos programas de pós-graduação.

Recomendações Gerais:

a) Em princípio, a CAPES considera inapropriado que um curso de mestrado ou de doutorado com período de funcionamento inferior ao ciclo avaliativo venha a ter reduzida a nota a ele atribuída quando da sua aprovação inicial ao entrar no SNPG, especialmente, se a nota a ser atribuída for inferior a 3,0; o que levaria a não renovação do reconhecimento e sua exclusão da relação de cursos recomendados. Essa cautela não se aplica, porém, aos casos em que for constatada flagrante irregularidade ou má-fé ou em que for comprovado relevante descompasso entre a proposta e as condições aprovadas e o curso que está sendo efetivamente ministrado. Nos casos especiais, em que for julgado plenamente justificável o rebaixamento da nota atribuída ao Programa/curso com período de funcionamento inferior ao ciclo avaliativo, é imprescindível que o parecer da Comissão de Área de Avaliação indique, de forma objetiva e detalhada, os indicadores e motivos de sua decisão.

b) Considerando-se que os cursos que entraram em funcionamento no quadriênio 2013-2016 e possuem pelo menos um ano de funcionamento, seja ele de mestrado ou de doutorado, podem apresentar algum tipo de produto ou resultado, as seguintes orientações devem ser observadas:

i. se o curso for o único oferecido pelo Programa em análise, devem-se adotar os seguintes procedimentos:

- itens relativos a titulações, a dissertações ou a teses concluídas: para cursos de mestrado com menos de 2 anos de funcionamento em 31/12/2016, considerar o item como "NÃO-APLICÁVEL"; para cursos de doutorado com menos de 4 anos de funcionamento em 31/12/2016, considerar o item como "NÃO-APLICÁVEL";

OBS: Caso o Programa apresente índices de titulação apreciáveis apesar do pouco tempo de funcionamento, estes itens poderão ser preenchidos com o peso adequado. De qualquer forma, o Programa já deve apresentar indicadores de produção científica do seu corpo docente.

- itens referentes a indicadores de produção técnico-científica: independentemente de se tratar de mestrado ou de doutorado, analisar devidamente os dados relativos aos produtos apresentados, levando em conta o tempo de funcionamento do curso no quadriênio em foco, e atribuir peso e conceito ao item.

ii. se apenas um dos cursos oferecidos pelo Programa tiver entrado em funcionamento no quadriênio 2013-2016, atentar para não penalizar o Programa ao combinar ou agregar indicadores de resultados referentes aos dois níveis de cursos (mestrado e doutorado) e ao atribuir conceito ao item correspondente da Ficha de Avaliação, considerando a produção contínua e regular do corpo docente.

c) As orientações presentes nos subitens (a) e (b) desta seção não se aplicam aos Programas/cursos criados a partir de processos de fusão ou de desmembramento de Programas que já integravam o SNPG, uma vez que curso nessa situação tem um histórico de atividades e produtos que deverão ser devidamente caracterizados e considerados na avaliação do desempenho do Programa no quadriênio.

d) Proceder com a avaliação de forma que programas com desempenhos desiguais não recebam a mesma nota e que não haja concentrações exageradas de programas em uma mesma nota;

e) Indicar a eventual necessidade de ajustes ou outras iniciativas consideradas indispensáveis para que o programa possa vir a se consolidar como centro de formação de qualidade.

f) As fichas de avaliação dos programas que tenham variação de 2 pontos, para mais ou para menos, na nota recebida, deverão apresentar fundamentação e argumentação muito bem detalhadas, que justifiquem o resultado proposto pela comissão da área.

3.2. O trabalho do CTC-ES

O CTC-ES é a instância responsável pelo processo de avaliação e compatibilização dos resultados propostos pelas diferentes Comissões de Área de Avaliação. Nas reuniões a serem realizadas logo após as reuniões das comissões de avaliação, o CTC-ES decidirá sobre os resultados de todos os programas incluídos na pauta da Avaliação Quadrienal 2017.

3.2.1. Objetivos:

i. Imprimir à Avaliação Quadrienal o caráter de um processo único, harmônico e integrado, submetido a um mesmo conjunto de diretrizes, normas e procedimentos;

ii. Assegurar que notas iguais, dadas pelas diferentes áreas, representem igual valor dos programas, em que pesem as características ou peculiaridades de cada área;

iii. Apresentar resultados que retratem devidamente a situação da pós-graduação nacional em seu conjunto, a situação especificada pós-graduação em cada área e, no âmbito desta, o nível diferencial de desempenho de cada programa em particular;

iv. Enriquecer o processo de avaliação, identificando possíveis inadequações nos pareceres e resultados propostos pelas Comissões de Avaliação, mediante a apreciação desses pareceres e resultados por um colegiado que agregue a visão de especialistas vinculados às diferentes Grandes Áreas de conhecimento.

3.2.2. O trabalho dos Relatores

Os relatores serão organizados em diferentes comissões encarregadas do relato de todos os programas. As comissões contarão sempre com relatores de cada um dos colégios nos quais as grandes áreas se inserem. Cada relator receberá um número semelhante de programas para relatar e cada programa deverá ser atribuído a dois relatores.

Procedimentos:

a) Conferir a classificação dos programas verificando se os itens e quesitos levaram à devida discriminação das diferenças na qualidade de desempenho dos programas, ou se alguns deles acabaram nivelando um número demasiado de programas.

b) Propor ao CTC-ES os ajustes que julgue necessários, incluindo a proposição de alterações de nota, especificando as justificativas básicas para auxiliar na análise e decisão do CTC-ES.

c) Verificar se os critérios da área para a atribuição de notas correspondem ao do sistema de avaliação como um todo, em especial quanto ao nível de exigência;

d) Verificar se houve consistência na aplicação dos critérios para a avaliação de cada programa pertencente à mesma área;

e) Explicitar a classificação interna a cada nota proposta, especialmente 3, 4 e 5, de modo que, se houver rebaixamento nas notas 6 e 7 por recomendação da Comissão Especial de Relatoria ou do próprio relator, isso não necessariamente leve ao rebaixamento das demais notas de forma linear;

f) Caso o relator designado para analisar e relatar a avaliação dos Programas julgue imprescindível algum esclarecimento adicional sobre a avaliação realizada pela Comissão de Avaliação, deverá solicitá-lo, por intermédio da Diretoria de Avaliação, ao Coordenador de Área.

3.2.3. Relatoria

Para assegurar o cumprimento de seu papel como órgão responsável pela compatibilização e homologação dos resultados da Avaliação Quadrienal, o CTC-ES contará com o trabalho de relatores quando couber, a critério da DAV, de comissões especiais de relatoria para efetuar a análise prévia dos resultados propostos pelas Comissões de Avaliação e apresentar, em plenário, o parecer correspondente a tal análise. A relatoria no CTC-ES observará as seguintes orientações:

a) cada programa contará com dois ou mais relatores, indicados pela CAPES/DAV, a depender do número de programas e da identificação de aspectos desses resultados que devam merecer particular atenção do colegiado;

b) os pareceres dos relatores referentes aos programas que tenham variação de 2 pontos, para mais ou para menos, na nota recebida, deverão apresentar fundamentação e argumentação muito bem detalhadas, que justifiquem o resultado proposto pelo CTC-ES.

3.2.4. Orientações gerais para as reuniões de deliberações do CTC-ES

a) As atividades do CTC-ES nas reuniões destinadas à apreciação e deliberação sobre os resultados da Avaliação serão ordenadas e conduzidas em consonância com as seguintes orientações:

i. Os debates e votações serão coordenados pelo Presidente da CAPES ou, por delegação deste, pelo Diretor de Avaliação ou, em seus eventuais afastamentos, por conselheiro indicado para substituí-lo nessa função;

ii. A análise e deliberação sobre a avaliação dos programas de cada Área será fundamentada pelas recomendações da Comissão de Avaliação, contidas na Ficha de Avaliação de cada programa, considerados: os relatórios apresentados pelos Relatores e pelas Comissões Especiais de Relatoria junto ao CTC-ES; as informações ou indicadores específicos sobre o desempenho dos programas, quando o CTC-ES julgar necessário; as informações contidas nas planilhas e relatórios gerenciais sobre os resultados propostos pela Área; as considerações dos demais coordenadores de Área;

iii. A decisão do CTC-ES sobre a nota a ser atribuída a cada programa será tomada por votação dos membros, cabendo ao presidente o voto qualificado;

b) O registro da nota aprovada pelo CTC-ES será efetuado em campo próprio da Ficha de Avaliação, durante a sessão plenária, logo após concluída a votação, devendo esse registro ser, de imediato, conferido pelos demais conselheiros e pela Diretoria de Avaliação;

c) A redação e o registro do parecer do CTC-ES sobre cada Programa caberá a um dos relatores ou da comissão especial deliberatória em que eventualmente se enquadre o programa, a ser indicado no processo de votação, observado o seguinte: nos casos em que houver concordância com o parecer da Comissão de Avaliação, deverá constar registro do CTC-ES que claramente manifeste tal posição; nos demais, tal parecer deverá ser devidamente fundamentado e apresentado.

d) As deliberações do CTC-ES, ocorridas por meio de voto aberto e maioria simples, devem observar as regras para atribuição de notas descritas neste regulamento.

e) A classificação dos Programas de cada área, realizada pela respectiva Comissão, deverá estar clara e devidamente fundamentada. Importante ressaltar que o CTC-ES pode alterar a classificação interna da área se constatar que determinados critérios levaram a um superpovoamento de um nível de classificação e nele foram agregados programas com desempenhos significativamente diferentes.

4. DIVULGAÇÃO DE RESULTADOS E PEDIDOS DE RECONSIDERAÇÃO

Caso os Programas de Pós-Graduação e Instituições relacionadas considerem pertinente, poderão enviar o Pedido de Reconsideração de Resultado da Avaliação Quadrienal, para análise e deliberação pelas instâncias avaliadoras da CAPES, de acordo com as seguintes indicações:

i. O pedido deve ser obrigatória e exclusivamente enviado por meio da Plataforma Sucupira, homologado pela Pró-Reitoria responsável ou órgão equivalente.

ii. O prazo para envio dos pedidos de reconsideração será de 30 (trinta) dias, improrrogáveis, a partir da divulgação do resultado na Plataforma Sucupira.

iii. As instruções estarão disponíveis na página da CAPES.

A análise dos pedidos de reconsideração obedecerá aos mesmos trâmites adotados para a avaliação dos programas, quais sejam:

a) Avaliação em Primeira Instância: Comissões de Avaliação

As comissões de avaliação dos pedidos de reconsideração deverão ser renovadas em, no mínimo, 50% (cinquenta) em termos de sua composição original. Às comissões de avaliação competem a análise dos pedidos de reconsideração dos PPG à luz dos pareceres indicados nas fichas de avaliação e argumentos/justificativas que instruíram os respectivos pedidos de reconsideração.

b) Avaliação em Segunda Instância: Conselho Técnico-Científico da Educação Superior - CTC-ES

Ao CTC-ES compete deliberar sobre os resultados dos pedidos de reconsideração, com base nas fichas de avaliação, cujos pareceres foram emitidos pelas comissões.

Após a homologação dos pedidos de reconsideração pelo CTC-ES, a Avaliação Quadrienal é concluída, ocasião em que deverão ser apresentados relatórios comparativos entre as diferentes áreas.

Os resultados da Avaliação Quadrienal, com seus respectivos pareceres, serão encaminhados pela CAPES ao CNE/MEC para, de acordo com a legislação vigente, serem utilizados na fundamentação das decisões sobre a renovação do reconhecimento dos PPG, que irá vigorar no quadriênio seguinte. A renovação do reconhecimento depende, portanto, de parecer favorável da Câmara de Educação Superior do CNE e posterior homologação do Ministro de Estado da Educação.

Todas as informações referentes ao processo de avaliação, incluindo os dados utilizados e pareceres emitidos, serão divulgadas na página da CAPES, podendo ser acessadas por qualquer interessado.

5. CALENDÁRIO DA AVALIAÇÃO QUADRIENAL

Fases de Execução da Avaliação Quadrienal

Fase	Descrição	Detalhamento	Data
1	Avaliação dos programas pelas comissões de área	O resultado é expresso no parecer apresentado na ficha de avaliação e na sugestão de uma nota para cada programa. Essa avaliação fundamenta-se nas informações fornecidas anualmente pelos próprios programas;	03/07 a 04/08/2017
2	Divulgação dos resultados da Avaliação Quadrienal	Os resultados serão divulgados no Portal da Capes. Será publicada uma lista com os programas avaliados com as respectivas notas.	15/09/2017
3	Pedido de reconsideração do resultado	Se julgar pertinente, a IES poderá encaminhar pedidos de reconsideração da avaliação de seus Programas.	16/09 a 16/10/2017

4	Publicação dos resultados finais	Os resultados finais da Avaliação Quadrienal serão enviados ao CNE/MEC e amplamente disponibilizados na página da Capes	20/12/2017
---	----------------------------------	---	------------

ANEXO I - FICHA DE AVALIAÇÃO DE PROGRAMAS ACADÊMICOS

Quesitos / Itens	Peso	Definições e Comentários sobre o/s Quesito/Itens
1 – Proposta do Programa		
1.1. Coerência, consistência, abrangência e atualização das áreas de concentração, linhas de pesquisa, projetos em andamento e proposta curricular.	1.1 + 1.2 maior ou igual a 60%	
1.2. Planejamento do programa com vistas a seu desenvolvimento futuro, contemplando os desafios internacionais da área na produção do conhecimento, seus propósitos na melhor formação de seus alunos, suas metas quanto à inserção social mais rica dos seus egressos, conforme os parâmetros da área.	1.1 + 1.2 maior ou igual a 60%	
1.3. Infraestrutura para ensino, pesquisa e, se for o caso, extensão.	1.3 maior ou igual a 5%	
2 – Corpo Docente	10, 15 ou 20%	
2.1. Perfil do corpo docente, consideradas titulação, diversificação na origem de formação, aprimoramento e experiência, e sua compatibilidade e adequação à Proposta do Programa.	2.1 maior ou igual a 10%	
2.2. Adequação e dedicação dos docentes permanentes em relação às atividades de pesquisa e de formação do programa.	2.2 maior ou igual a 20% (2.2 + 2.3 maior ou igual a 60%)	
2.3. Distribuição das atividades de pesquisa e de formação entre os docentes do programa.	2.3 maior ou igual a 30% (2.2 + 2.3 maior ou igual a 60%)	
2.4. Contribuição dos docentes para atividades de ensino e/ou de pesquisa na graduação, com atenção tanto à repercussão que este item pode ter na formação de futuros ingressantes na PG, quanto (conforme a área) na formação de profissionais mais capacitados no plano da graduação. Obs.: este item só vale quando o PPG estiver ligado a curso de graduação; se não o estiver, seu peso será redistribuído proporcionalmente entre os demais itens do quesito.	2.4 maior ou igual a 10%	

3 – Corpo Discente, Teses e Dissertações	30 ou 35%	
3.1. Quantidade de teses e dissertações defendidas no período de avaliação, em relação ao corpo docente permanente e à dimensão do corpo discente.	3.1 + 3.2 + 3.4 maior ou igual a 40% (3.1 maior ou igual a 10%)	
3.2. Distribuição das orientações das teses e dissertações defendidas no período de avaliação em relação aos docentes do programa.	3.1 + 3.2 + 3.4 maior ou igual a 40% (3.2 maior ou igual a 10%)	
3.3. Qualidade das Teses e Dissertações e da produção de discentes autores da pós-graduação e da graduação (no caso de IES com curso de graduação na área) na produção científica do programa, aferida por publicações e outros indicadores pertinentes à área.	maior ou igual a 30 %	
3.4. Eficiência do Programa na formação de mestres e doutores bolsistas: Tempo de formação de mestres e doutores e percentual de bolsistas titulados.	3.1 + 3.2 + 3.4 maior ou igual a 40%	
4 – Produção Intelectual	35 ou 40%	
4.1. Publicações qualificadas do Programa por docente permanente.	4.1 + 4.4 maior ou igual a 40	
4.2. Distribuição de publicações qualificadas em relação ao corpo docente permanente do Programa.	4.2 maior ou igual a 30	
4.3. Produção técnica, patentes e outras produções consideradas relevantes.	4.3 maior ou igual a 5	
4.4. Produção Artística, nas áreas em que tal tipo de produção for pertinente.	4.1 + 4.4 maior ou igual a 40 (4.1 maior ou igual a 4.4)	
5 – Inserção Social	10,15 ou 20%	
5.1. Inserção e impacto regional e (ou) nacional do programa.	5.1 maior ou igual a 15%	

5.2. Integração e cooperação com outros programas e centros de pesquisa e desenvolvimento profissional relacionados à área de conhecimento do programa, com vistas ao desenvolvimento da pesquisa e da pós-graduação.	5.2 maior ou igual a 20%	
5.3 - Visibilidade ou transparência dada pelo programa a sua atuação.	15 a 20%	

ANEXO II - FICHA DE AVALIAÇÃO DE PROGRAMAS PROFISSIONAIS

Quesitos / Itens	Peso	Definições e Comentários sobre o Quesito/Itens
1 – Proposta do Programa		
1.1 Coerência, consistência, abrangência e atualização da(s) área(s) de concentração, linha(s) de atuação, projetos em andamento, proposta curricular com os objetivos do Programa	maior ou igual a 20%	- Examinar se o conjunto de atividades e disciplinas, com suas ementas, atende às características do campo profissional, à(s) área(s) de concentração proposta(s), linha(s) de atuação e objetivos definidos pelo Programa em consonância com os objetivos da modalidade Mestrado Profissional.
1.2. Coerência, consistência e abrangência dos mecanismos de interação efetiva com outras instituições, atendendo a demandas sociais, organizacionais ou profissionais.	maior ou igual a 20%	- Examinar se o conjunto de mecanismos de interação e as atividades previstas junto aos respectivos campos profissionais são efetivos e coerentes para o desenvolvimento desses campos/setores e se estão em consonância com o corpo docente.
1.3. Infraestrutura para ensino, pesquisa e administração.	maior ou igual a 10%	- Examinar a adequação da infraestrutura para o ensino, a pesquisa, a administração, as condições laboratoriais ou de pesquisa de campo, áreas de informática e a biblioteca disponível para o Programa.
1.4. Planejamento do Programa visando ao atendimento de demandas atuais ou futuras de desenvolvimento nacional, regional ou local, por meio da formação de profissionais capacitados para a solução de problemas e práticas de forma inovadora.	maior ou igual a 20%	- Examinar as perspectivas do Programa, com vistas a seu desenvolvimento futuro, contemplando os desafios da Área na produção e aplicação do conhecimento, seus propósitos na melhor formação de seus alunos, suas metas quanto à inserção social e profissional mais rica dos seus egressos conforme os parâmetros da Área.
<p>Observações:</p> <ol style="list-style-type: none"> 1. A soma dos quesitos 1.1 a 1.4 perfaz 70%. Assim é possível incluir um ou mais itens neste quesito, observando que a soma desses novos itens seja igual a 30%. 2. Não havendo inclusão de novos itens, é obrigatório refazer a pontuação de 1.1 a 1.4 de modo a perfazer 100%. 		

2 – Corpo Docente	10 a 30%	Quesitos 2 + 5 = 40%
2.1. Perfil do corpo docente, considerando experiência como pesquisador e/ou profissional, titulação e sua adequação à Proposta do Programa.	maior ou igual a 50%	<p>- Examinar-se o Corpo Docente Permanente (DP) é formado por doutores, profissionais e técnicos com experiência em pesquisa aplicada ao desenvolvimento e à inovação (conforme o estabelecido no Art. 7º da Portaria Normativa MEC nº 17, de 28 de dezembro de 2009 - Portaria Ministerial sobre Mestrado Profissional).</p> <p>- Examinar se o Corpo Docente atua em Pesquisa, Desenvolvimento e Inovação (P, D&I) nas áreas de concentração do Mestrado Profissional</p>
2.2. Adequação da dimensão, composição e dedicação dos docentes permanentes para o desenvolvimento das atividades de pesquisa e formação do Programa.	maior ou igual a 20%	<p>- Examinar a adequada proporção de Docentes Permanentes em relação ao total de docentes para verificar a existência ou não de dependência em relação a docentes colaboradores ou visitantes.</p> <p>- Examinar a participação de docentes em projetos de pesquisa científicos, tecnológicos e de inovação financiados por setores governamentais ou não governamentais.</p> <p>- Examinar a carga horária de dedicação dos docentes permanentes no programa, considerando o estabelecido pelo inciso VI do Art. 7º da Portaria Normativa MEC nº 17, de 28 de dezembro de 2009: “a proposta de Mestrado Profissional deverá, necessária e obrigatoriamente, comprovar carga horária docente e condições de trabalho compatíveis com as necessidades do curso, admitido o regime de dedicação parcial.”</p>
2.3. Distribuição das atividades de pesquisa, projetos de desenvolvimento e inovação e de formação entre os docentes do Programa.	maior ou igual a 20%	- Examinar a distribuição das atividades de ensino, pesquisa e desenvolvimento e orientação do programa entre os Docentes Permanentes.
<p>Observações:</p> <p>1. A soma dos quesitos 2.1 a 2.3 perfaz 90%. Assim é possível incluir um ou mais itens neste quesito, observando que a soma desses novos itens seja igual a 10%.</p> <p>2. Não havendo inclusão de novos itens, é obrigatório refazer a pontuação de 2.1 a 2.3 de modo a perfazer 100%.</p>		
3 – Corpo Discente e Trabalho de Conclusão	20 a 30%	Quesitos 3 + 4 = 60%
3.1. Quantidade de trabalhos de conclusão (MP) aprovados no período e sua distribuição em relação ao corpo discente titulado e ao corpo docente do programa.	maior ou igual a 30%	- Examinar a relação entre o número de trabalhos (conforme preconizado no Art. 10 da Portaria Normativa MEC nº 17, de 28 de dezembro de 2009) concluídos e o número de alunos matriculados no período.

		- Examinar a relação entre o número de trabalhos (conforme preconizado no Art. 10 da Portaria Normativa MEC nº 17, de 28 de dezembro de 2009) concluídos e o número de docentes do programa.
3.2. Qualidade dos trabalhos de conclusão produzidos por discentes e egressos.	maior ou igual a 40%	- Examinar as publicações em revistas, livros e outros meios de divulgação científica ou técnica. - Examinar a produção técnica, que não foi objeto de publicação, dos alunos e egressos.
3.3. Aplicabilidade dos trabalhos produzidos.	maior ou igual a 10%	- Examinar a aplicabilidade do trabalho de Mestrado desenvolvido junto a setores não acadêmicos, órgãos públicos/privados, etc.
<p><i>Observações:</i></p> <p>1. A soma dos quesitos 3.1 a 3.3 perfaz 80%. Assim é possível incluir um ou mais itens neste quesito, observando que a soma desses novos itens seja igual a 20%.</p> <p>2. Não havendo inclusão de novos itens, é obrigatório refazer a pontuação de 3.1 a 3.3 de modo a perfazer 100%.</p>		
4 – Produção Intelectual	20 a 40%	Quesitos 3 + 4 = 60%
4.1. Publicações qualificadas do Programa por docente permanente.	maior ou igual a 20%	- Examinar o número total de publicações do programa no quadriênio.
4.2. Produção artística, técnica, patentes, inovações e outras produções consideradas relevantes.	maior ou igual a 20%	<p>- Examinar o número total da produção técnica, patentes e outras produções consideradas relevantes, tais como, entre outras:</p> <p>- Publicações técnicas para organismos internacionais, nacionais, estaduais ou municipais (livros).</p> <p>Artigos publicados em periódicos técnicos.</p> <p>Participação em comitês técnicos: internacionais, nacionais, estaduais ou municipais.</p> <p>Editoria de periódicos técnicos: editor científico, associado ou revisor.</p> <p>Elaboração de protocolos, normas ou programas.</p> <p>Consultoria ou assessoria técnica.</p> <p>Produtos técnicos.</p>

		<p>Protótipos.</p> <p>Patentes.</p> <p>Cursos de aperfeiçoamento, capacitação ou especialização para profissionais da Área.</p>
4.3. Distribuição da produção científica e técnica ou artística em relação ao corpo docente permanente do programa.	maior ou igual a 20%	- Examinar a distribuição da publicação qualificada e da produção técnica entre os docentes permanentes do programa.
4.4. Articulação da produção artística, técnica e científica entre si e com a proposta do programa.	maior ou igual a 20%	- Examinar a articulação entre a produção artística, técnica e a publicação científica qualificada do programa.
<p><i>Observações:</i></p> <p>1. A soma dos quesitos 4.1 a 4.4 perfaz 80%. Assim é possível incluir um ou mais itens neste quesito, observando que a soma desses novos itens seja igual a 20%.</p> <p>2. Não havendo inclusão de novos itens, é obrigatório refazer a pontuação de 4.1 a 4.4 de modo a perfazer 100%.</p>		
5 – Inserção Social	10 a 30%	Quesitos 2 + 5 = 40%
5.1. Impacto do Programa.	maior ou igual a 20%	<p>- Examinar se a formação de recursos humanos qualificados para a sociedade busca atender aos objetivos definidos para a modalidade Mestrado Profissional, contribuindo para o desenvolvimento dos discentes envolvidos no projeto, das organizações públicas ou privadas do Brasil.</p> <p>- Examinar se o Mestrado Profissional atende obrigatoriamente a uma ou mais dimensões de impacto (tais como dimensão: social, educacional, sanitário, tecnológico, econômico, ambiental, cultural, artístico, legal etc.), nos níveis local, regional ou nacional.</p> <p>a) Impacto social: formação de recursos humanos qualificados para a Administração Pública ou a sociedade que possam contribuir para o aprimoramento da gestão pública e a redução da dívida social, ou para a formação de um público que faça uso dos recursos da ciência e do conhecimento no melhoramento das condições de vida da população e na resolução dos mais importantes problemas sociais do Brasil.</p> <p>b) Impacto educacional: contribuição para a melhoria da educação básica e superior, o ensino técnico/profissional e para o desenvolvimento de propostas inovadoras de ensino.</p>

		<p>c) Impacto tecnológico: contribuição para o desenvolvimento local, regional e/ou nacional destacando os avanços gerados no setor empresarial; disseminação de técnicas e de conhecimentos.</p> <p>d) Impacto econômico: contribuição para maior eficiência nas organizações públicas ou privadas, tanto de forma direta como indireta.</p> <p>e) Impacto sanitário: contribuição para a formação de recursos humanos qualificados para a gestão sanitária bem como na formulação de políticas específicas da Área da Saúde.</p> <p>f) Impacto cultural: contribuição para a formação de recursos humanos qualificados para o desenvolvimento cultural, formulando políticas culturais e ampliando o acesso à cultura e ao conhecimento.</p> <p>g) Impacto artístico: contribuição para a formação de recursos humanos qualificados para o desenvolvimento artístico, formulando propostas e produtos inovadores.</p> <p>h) Impacto profissional: contribuição para a formação de profissionais que possam introduzir mudanças na forma como vem sendo exercida a profissão, com avanços reconhecidos pela categoria profissional.</p> <p>i) Impacto legal: contribuição para a formação de profissionais que possam aprimorar procedimentos e a normatização na área jurídica, em particular entre os operadores do Direito, com resultados aplicáveis na prática forense.</p> <p>j) Outros impactos considerados pertinentes pela Área: Poderão ser incluídas outras dimensões de impacto consideradas relevantes e pertinentes, respeitando suas especificidades e dinamismos, e que não foram contempladas na lista acima.</p>
5.2. Integração e cooperação com outros Cursos/Programas com vistas ao desenvolvimento da pós-graduação.	maior ou igual a 20%	<p>- Examinar a participação em programas de cooperação e intercâmbio sistemáticos com outros na mesma área, dentro da modalidade de Mestrado Profissional; a participação em projetos de cooperação entre cursos/Programas com níveis de consolidação diferentes, voltados para a inovação, na pesquisa, o desenvolvimento da pós-graduação ou o desenvolvimento econômico, tecnológico e/ou social, particularmente em locais com menor capacitação científica ou tecnológica.</p>
5.3. Integração e cooperação com organizações e/ou	maior ou	- Examinar a participação em convênios ou programas de cooperação com

instituições setoriais relacionados à área de conhecimento do Programa, com vistas ao desenvolvimento de novas soluções, práticas, produtos ou serviços nos ambientes profissional e/ou acadêmico.	igual a 20%	organizações/instituições setoriais, voltados para a inovação na pesquisa, o avanço da pós-graduação ou o desenvolvimento tecnológico, econômico e/ou social no respectivo setor ou região; a abrangência e quantidade de organizações/instituições a que estão vinculados os alunos; a introdução de novos produtos ou serviços (educacionais, tecnológicos, diagnósticos etc.), no âmbito do Programa, que contribuam para o desenvolvimento local, regional ou nacional.
5.4. Divulgação e transparência das atividades e da atuação do Programa.	maior ou igual a 20%	- Examinar a divulgação atualizada e sistemática do Programa, a qual poderá ser realizada de diversas formas, com ênfase na manutenção de página na internet. Entre outros itens, será importante a descrição pública de objetivos, estrutura curricular, critérios de seleção de alunos, corpo docente, produção técnica, científica ou artística dos docentes e alunos, financiamentos recebidos da Capes e de outras agências públicas e entidades privadas, parcerias institucionais, difusão do conhecimento relevante e de boas práticas profissionais, entre outros. A procura de candidatos pelo programa pode ser considerada desde que relativizada pelas especificidades regionais e de campo de atuação. - Examinar a divulgação dos trabalhos finais, resguardadas as situações em que o sigilo deve ser preservado (Art. 2º da Portaria CAPES nº 13/2006).
<p>Observações:</p> <ol style="list-style-type: none"> 1. A soma dos quesitos 5.1 a 5.4 perfaz 80%. Assim é possível incluir um ou mais itens neste quesito, observando que a soma desses novos itens seja igual a 20%. 2. Não havendo inclusão de novos itens, é obrigatório refazer a pontuação de 5.1 a 5.4 de modo a perfazer 100%. 		

ANEXO III - FICHA DE AVALIAÇÃO DE PROGRAMAS EM REDE

Quesitos / Itens	Peso	Definições e Comentários sobre o/s Quesito/Itens
1 – Avaliação da Rede e suas Associadas	20	
1.1. Articulação entre as instituições associadas e a coordenação do programa.	20	Avaliar qualitativamente com base na proposta e nas respostas à questão 4 da pesquisa com os egressos e à questões 6 e 8 da pesquisa com os coordenadores.
1.2. Planejamento global da rede, sistemática de avaliação e autoavaliação.	20	Verificar a existência de planejamento e de autoavaliação como base nas informações da proposta do programa.
1.3. Infraestrutura para administração, ensino e demais atividades pertinentes.	20	Verificar as informações da proposta do programa e usar as respostas às questões 1 e 2 da pesquisa com egressos e às questões 1 e 2 da pesquisa com coordenadores.
1.4. Critérios e efetividade das normas de credenciamento e descredenciamento.	20	Verificar as informações da proposta do programa sobre o processo de avaliação de cada associada (nova ou antiga) e o atendimento aos critérios de credenciamento e recredenciamento.
1.5. Implantação e atualização da proposta do programa.	20	Avaliar qualitativamente com base nas informações da proposta do programa e nas respostas à questão 9 da pesquisa com coordenadores.
2 – Discentes e Egressos	40	
2.1. Processos de seleção e de avaliação de discentes.	15	Avaliar qualitativamente a excelência e rigor dos critérios nacionais de seleção e de avaliação de discentes.
2.2. Fluxo discente: quantidade de ingressantes, evasão e prazo de conclusão (por associada e no total rede).	25	Avaliar a partir dos indicadores fornecidos pela Capes.
2.3. Qualidade dos trabalhos finais: adequação dos trabalhos à proposta do curso e sua divulgação.	60	Avaliar qualitativamente a partir de amostra de trabalhos (proporcional ao número de egressos no período de avaliação) tendo em vista os parâmetros de qualidade definidos pela área. Verificar se os trabalhos finais estão disponíveis no <i>site</i> do programa.

3 – Corpo Docente	20	
3.1. Adequação da dimensão, composição e dedicação dos docentes permanentes para o desenvolvimento das atividades de formação considerando-se o programa e as instituições associadas.	20	Verificar a adequação do número mínimo de docentes, seu regime de trabalho, os vínculos dos docentes com outros PPG, a proporção de colaboradores em relação ao total de docentes e a carga horária dedicada ao programa. Considerar as respostas à questão 3 da pesquisa com os egressos e às questões 3, 4 e 5 da pesquisa com os coordenadores.
3.2. Compatibilidade do corpo docente com a proposta, considerando-se suas atividades de ensino, pesquisa, orientação.	50	Verificar a formação e atuação dos docentes para avaliar se sua experiência atende à proposta curricular; avaliar a distribuição das atividades de ensino e orientação.
3.3. Produção intelectual.	30	Avaliar o conjunto da produção por associada está alinhado à proposta do programa.
4 – Inserção Social	20	
4.1. Importância do curso na atuação profissional dos egressos.	60	Utilizar as respostas às questões 5 e 6 da pesquisa com os egressos e as respostas às questões 7, 10 e 11 da pesquisa com os coordenadores.
4.2. Políticas de divulgação e transparência das atividades e da atuação do programa.	40	Avaliar qualitativamente as informações existentes no <i>site</i> do programa.

Pesquisa com egressos MP em rede (PROF) e demais egressos de Programas em Rede

Parabéns por ter concluído o Mestrado. Gostaríamos de ter sua colaboração para aprimorarmos o curso que realizou e, para isso, solicitamos que responda as questões abaixo. Demora 2 minutos. Não existe resposta certa para as questões. Após responder todas as questões, por favor, clique em submeter.

Obrigada pela colaboração e sucesso na carreira!

1. Avalie a infraestrutura dedicada à gestão do curso - secretaria, coordenação, etc.

- ☐ Totalmente inadequada
- ☐ Com algumas inadequações
- ☐ Adequada
- ☐ Muito Boa
- ☐ Excelente

2. Avalie a infraestrutura para ensino usadas no curso - salas de aula, biblioteca, serviços de videoconferência, laboratórios, etc.

- ☐ Totalmente inadequada
- ☐ Com algumas inadequações
- ☐ Adequada
- ☐ Muito Boa
- ☐ Excelente

3. Avalie o corpo docente do curso

- ☐ Totalmente inadequada
- ☐ Com algumas inadequações
- ☐ Adequada
- ☐ Muito Boa
- ☐ Excelente

4. Frequência de contato presencial ou por meio eletrônico com docentes e discentes de outras instituições da rede ao longo do curso

- ☐ Muito Reduzida
- ☐ Reduzida
- ☐ Regular
- ☐ Frequentemente
- ☐ Muito Frequentemente

5. Avalie quanto sua postura como professor/profissional mudou em razão da conclusão do curso

- ☐ Estou muito pior
- ☐ Estou pior
- ☐ Estou igual
- ☐ Estou melhor
- ☐ Estou muito melhor

6. Avalie a importância do curso para o seu avanço na carreira de professor/profissional

- ☐ Muito pouco importante
- ☐ Pouco importante
- ☐ Indiferente
- ☐ Muito Importante

7. Recomendaria o curso?

- ☐ Certamente não
- ☐ Não
- ☐ Talvez
- ☐ Sim
- ☐ Certamente Sim

8. Qual curso concluiu?

9. Use o espaço abaixo para incluir comentários sobre qualquer aspecto relacionado ao curso que concluiu.

Mestrado em Rede - Pesquisa com coordenadores de associadas

Esta pesquisa tem como objetivo obter subsídios para o processo de avaliação do programa que participa. É importante que suas respostas expressem a realidade a fim de que possamos consolidar a presente sistemática de autoavaliação. Se desejar, consulte seus colegas do curso de sua instituição. É necessário que responda todas as questões. Agradecemos sua colaboração.

**Obrigatório*

1. Avalie a infraestrutura física (salas de aula, secretaria, biblioteca, salas multiuso, instalações sanitárias, etc.) do curso na sua IES *

- ☐ Totalmente inadequada
- ☐ Com algumas inadequações
- ☐ Adequada
- ☐ Muito Boa
- ☐ Excelente

2. Avalie os recursos disponíveis na sua IES para interação (pessoal ou eletrônica) com outras IES associadas. *

- ☐ Totalmente inadequados
- ☐ Com algumas inadequações
- ☐ Adequados
- ☐ Muito Bons
- ☐ Excelentes

3. Avalie o tamanho do corpo docente do curso na sua IES para a manutenção e a qualidade das atividades do curso. *

- ☐ Muito Reduzido
- ☐ Reduzido
- ☐ Sem folga
- ☐ Adequado
- ☐ Muito Adequado

4. Avalie a dedicação do corpo docente do curso na sua IES para a manutenção e a qualidade das atividades do curso. *

- ☐ Totalmente insuficiente
- ☐ Insuficiente
- ☐ Adequada
- ☐ Muito Boa
- ☐ Excelente

5. Avalie o perfil (formação e experiência) do corpo docente do curso na sua IES para a manutenção e a qualidade das atividades do curso. *

- ☐ Totalmente inadequado
- ☐ Inadequado
- ☐ Com limitações
- ☐ Muito bom
- ☐ Excelente

6. Avalie a importância da colaboração entre as IES da rede para o bom andamento do curso *

- ☐ Muito pouco importante
- ☐ Pouco importante
- ☐ Indiferente
- ☐ Importante
- ☐ Muito importante

7. Avalie a qualidade da formação discente do curso *

- ☐ Muito fraca
- ☐ Fraca
- ☐ Adequada
- ☐ Muito Boa
- ☐ Excelente

8. Avalie a qualidade da articulação entre as IES associadas e a coordenação geral da rede *

- ☐ Muito inadequada
- ☐ Com limitações
- ☐ Adequada
- ☐ Muito boa
- ☐ Excelente

9. Avalie o grau de dificuldade de gestão do curso na sua instituição. *

- ☐ Muito difícil
- ☐ Difícil
- ☐ Nem difícil, nem fácil
- ☐ Fácil
- ☐ Muito fácil

10. Avalie a importância profissional do curso para os egressos. *

- ☐ Muito pouco importante
- ☐ Pouco importante
- ☐ Indiferente
- ☐ Importante
- ☐ Muito importante

11. Avalie a contribuição do curso para a atuação profissional do discente *

- ☐ Muito reduzida
- ☐ Fraca
- ☐ Regular
- ☐ Boa
- ☐ Muito boa

12. Recomendaria o curso? *

- ☐ Certamente não
- ☐ Não
- ☐ Talvez
- ☐ Sim
- ☐ Certamente Sim

13. Indique qual o programa que participa como coordenador ***14. Use o espaço abaixo para incluir comentários sobre qualquer aspecto relacionado ao curso.**

* Portaria CAPES nº 59/2017. Diário Oficial da União, Brasília, 27 de março de 2017, Seção 1, p. 51-56.

ANEXO V**PORTARIA CAPES Nº 131, DE 28 DE JUNHO DE 2017⁴³**

Dispõe sobre o mestrado e o doutorado profissionais.

O PRESIDENTE DA COORDENAÇÃO DE APERFEIÇOAMENTO DE PESSOAL DE NÍVEL SUPERIOR - CAPES, no uso de suas atribuições, tendo em vista o disposto na Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, no Decreto nº 8.977, de 30 de janeiro de 2017 e na Portaria MEC nº 389, de 23 de março de 2017.

CONSIDERANDO a relevância social, científica e tecnológica dos processos de formação profissional avançada, bem como o necessário estreitamento das relações das instituições de ensino e de pesquisa com os diferentes setores públicos e privados de atuação profissional, resolve:

Art. 1º A Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior, CAPES, regulamentará a submissão de propostas de cursos novos de pós-graduação stricto sensu na modalidade profissional, em nível de mestrado e de doutorado, por meio de portarias e regulamentos próprios.

§1º As orientações específicas para a elaboração das propostas de cursos novos serão explicitadas nos Documentos de Área.

§2º As propostas de cursos novos de mestrado e de doutorado profissionais serão apresentadas à CAPES de acordo com as orientações e os prazos definidos no calendário da Diretoria de Avaliação.

Art. 2º A CAPES acompanhará e avaliará periodicamente o desempenho dos cursos de mestrado e de doutorado profissionais, com atribuição de notas, na forma desta Portaria e de regulamentação própria.

Art. 3º A análise da submissão de propostas de cursos novos, o acompanhamento e a avaliação dos cursos regulares de mestrado e de doutorado profissionais serão realizados pela CAPES, por meio de comissões de avaliação próprias, utilizando fichas de avaliação específicas.

Art. 4º Os títulos de mestres e de doutores obtidos nos cursos profissionais, recomendados pela CAPES, reconhecidos pela Câmara de Educação Superior do Conselho Nacional de Educação, CNE/CES, e homologados pelo Ministro de Estado da Educação, terão validade nacional.

Art. 5º Fica revogada a Portaria nº 80, de 16 de dezembro de 1998.

Art. 6º Esta Portaria entra em vigor na data da sua publicação.

ABILIO A. BAETA NEVES

⁴³Portaria CAPES nº 131/2017. Diário Oficial da União, Brasília, 30 de junho de 2017, Seção 1, p. 17.

ANEXO VI

PORTARIA CAPES Nº 214, DE 27 DE OUTUBRO DE 2017⁴⁴

Dispõe sobre formas associativas de programas de pós-graduação stricto sensu

O PRESIDENTE DA COORDENAÇÃO DE APERFEIÇOAMENTO DE PESSOAL DE NÍVEL SUPERIOR-CAPES, no uso das atribuições tendo em vista o disposto na Lei nº 8.405, de 9 de janeiro de 1992, Lei nº 12.695, de 25 de julho de 2012, Decreto nº 8.977, de 30 de janeiro de 2017, parecer CES-CNE nº 462, de 14 de setembro de 2017, e orientações normativas da Câmara de Educação Superior do Conselho Nacional de Educação, CES-CNE,

CONSIDERANDO a necessidade de normatizar os programas de pós-graduação stricto sensu vinculados a mais de uma instituição;

CONSIDERANDO a necessidade de padronizar os procedimentos administrativos;

CONSIDERANDO o processo nº 23038.014687/2017-95, resolve:

CAPÍTULO I DEFINIÇÕES

Art. 1º Os programas de pós-graduação stricto sensu em formas associativas caracterizam-se pelo oferecimento conjunto de 2(duas) ou mais instituições, públicas ou privadas, que de modo articulado e oficializado criam e mantem um programa de mestrado e/ou doutorado com responsabilidade definida e compartilhada entre as associadas.

§ 1º Formas associativas que ofereçam mestrado e doutorado conjuntamente deverão fazê-lo igualmente por todas as instituições associadas.

§ 2º As formas associativas entre instituições brasileiras e estrangeiras obedecerão às exigências desta Portaria.

Art. 2º São objetivos das formas associativas:

I - consolidar e expandir as áreas do conhecimento.

II - reduzir as assimetrias territoriais.

III - viabilizar programas em formação por meio da parceria com programas consolidados.

Art. 3º As formas associativas caracterizam-se por:

I - compartilhar responsabilidades;

II - compartilhar o núcleo de docentes permanentes;

III - possuir regimento aprovado nas instâncias deliberativas de todas as organizações associadas.

Art. 4º As formas associativas podem ser compostas por:

I - coordenadora: é a representante da forma associativa perante à CAPES e à comunidade;

II - associadas: são as demais instituições que participam da forma associativa e possuem responsabilidade compartilhada;

III - colaboradoras: organizações, públicas ou privadas, que participem da forma associativa, por meio de parcerias ou de convênios, sem compartilhar as responsabilidades.

§ 1º O preenchimento do módulo Coleta na Plataforma Sucupira poderá ser feito por todas as instituições ou apenas pela coordenadora, desde que previamente comunicado à CAPES.

⁴⁴Portaria CAPES nº 214/2017. Diário Oficial da União, Brasília, 27 de outubro de 2017, Seção 1, p. 35-36.

§ 2º É permitida a mudança da instituição coordenadora, desde que os critérios para alternância estejam previamente definidos no regimento da forma associativa e a mudança seja informada nos sistemas eletrônicos de acompanhamento dos programas de pós-graduação stricto sensu da CAPES.

§ 3º Em caso de associação que ofereça mestrado e doutorado, a coordenadora necessariamente deverá ser a mesma para os dois níveis acadêmicos.

CAPÍTULO II

AValiação DE PROPOSTAS DE CURSOS NOVOS – APCN

Art. 5º A avaliação de propostas de cursos em forma associativa deve atender às mesmas condições para submissão de APCN estabelecidas em legislação específica e aos critérios das áreas de avaliação.

Art. 6º São requisitos necessários na proposta do programa em forma associativa:

- I - objetivo da forma associativa;
- II - justificativa e relevância para formação do programa em forma associativa;
- III - descrição do processo de compartilhamento do núcleo do corpo docente permanente;
- IV - descrição do processo de compartilhamento da infraestrutura;
- V - descrição das instituições associadas e colaboradoras.

Parágrafo único. Os requisitos devem ser explícitos, claros e congruentes com o objetivo da forma associativa.

CAPÍTULO III

REGIMENTO DO PROGRAMAS EM FORMAS ASSOCIATIVAS

Art. 7º O regimento do programa em forma associativa deverá abranger, no mínimo e obrigatoriamente, os capítulos:

- I - da estrutura curricular do programa;
- II - do funcionamento do programa;
- III - da responsabilidade compartilhada;
- IV - da infraestrutura compartilhada;
- V - dos critérios de seleção, exclusão e transferência de discentes do programa;
- VI - da oferta de vagas por instituição;
- VII - da emissão de diplomas;
- VIII - dos critérios de credenciamento e descredenciamento de docentes do programa;
- IX - dos critérios para inclusão e exclusão de instituições associadas;
- X - dos critérios para manutenção da qualidade do programa.

§ 1º O regimento da forma associativa deverá ser aprovado e assinado pelas respectivas instâncias deliberativas de todas as organizações associadas e submetido junto com a proposta de curso novo, por meio da Plataforma Sucupira.

§ 2º As instituições vinculadas ao programa em forma associativa deverão seguir as regras estabelecidas no regimento interno.

CAPÍTULO IV

INCLUSÃO E EXCLUSÃO DE INSTITUIÇÕES

Art. 8º Os programas em forma associativa poderão incluir e excluir instituições, desde que respeitem as regras estabelecidas em regimento interno, devendo comunicar à CAPES, por meio dos sistemas eletrônicos de acompanhamento dos programas de pós-graduação stricto sensu.

§ 1º É vedada a exclusão de associadas de apenas um nível acadêmico, mestrado ou doutorado.

§ 2º Durante as avaliações periódicas, verificar-se-á se a inclusão e exclusão de instituições associadas cumpriram os requisitos previstos no regimento interno.

Art. 9º Em caso de forma associativa com apenas duas instituições, a exclusão de uma organização não implicará no automático descredenciamento do programa.

§ 1º Constatando o interesse de uma das instituições em continuar com o programa, esta deverá encaminhar à CAPES a exposição de motivos, via Plataforma Sucupira, previamente à exclusão.

§ 2º A CAPES, por meio do Coordenador de Área, definirá uma comissão que avaliará in loco se o programa terá ou não condições de continuar em funcionamento mantendo a qualidade esperada.

§ 3º A comissão disposta no parágrafo anterior será composta por 3 (três) profissionais com reconhecida qualificação, competência técnico-científica e experiência nos procedimentos da avaliação.

§ 4º A Coordenação da área, considerando a visita in loco, elaborará parecer circunstanciado deferindo ou indeferindo o pedido de funcionamento do programa com apenas uma instituição.

Art. 10 No caso de indeferimento do pedido do artigo 9º, o que configuraria o descredenciamento, a decisão final caberá ao Conselho Superior Técnico-Científico da Educação Superior, CTC-ES.

§ 1º O pedido será avaliado por um relator, membro do CTC-ES.

§ 2º O CTC-ES votará pela continuidade ou descredenciamento do programa, após relatoria.

Art. 11 A instituição associada poderá desistir do pedido do artigo 9º a qualquer tempo.

CAPÍTULO V AVALIAÇÃO

Art. 12 Os programas em formas associativas serão avaliados periodicamente, conforme legislação específica.

Art. 13 Terão validade nacional os programas que forem reconhecidos pela Câmara de Educação Superior do Conselho Nacional de Educação e homologados pelo Ministro de Estado da Educação após avaliação prévia da CAPES.

CAPÍTULO VI DISPOSIÇÕES TRANSITÓRIAS E FINAIS

Art. 14 Os programas em formas associativas em funcionamento terão 36 (trinta e seis) meses, a contar da publicação, para adequação, no que couber, dos dispositivos desta Portaria.

Art. 15 Os casos omissos nesta Portaria serão dirimidos pela Diretoria de Avaliação.

Art. 16 Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

ABILIO A. BAETA NEVES

ANEXO VII

Regulamento do Mestrado Profissional em Administração Pública em Rede Nacional

(Atualizado em 10/08/2017)

Capítulo I – Objetivos

Artigo 1º - O **Mestrado Profissional em Administração Pública em Rede Nacional (PROFIAP)** tem como objetivo capacitar profissionais para o exercício da prática administrativa avançada nas organizações públicas, contribuir para aumentar a produtividade e a efetividade das organizações públicas e disponibilizar instrumentos, modelos e metodologias que sirvam de referência para a melhoria da gestão pública.

Artigo 2º - O PROFIAP é um curso com oferta nacional, conduzindo ao título de Mestre em Administração Pública, coordenado pela Associação Nacional dos Dirigentes das Instituições Federais de Ensino Superior (ANDIFES), associadas em uma Rede Nacional.

Parágrafo único. Cada Instituição Federal de Ensino Superior (IFES) que integra a Rede Nacional, composta pelos seus *campi*, é denominada Instituição Associada.

Capítulo II – Organização

Artigo 3º - A coordenação das atividades do PROFIAP é feita pelo Comitê Gestor Nacional, pela Comissão Acadêmica Nacional e pelas Comissões Acadêmicas Locais, responsáveis pelo gerenciamento do curso em três níveis.

Parágrafo único. Os membros do Comitê Gestor Nacional e da Comissão Acadêmica Nacional têm mandato de três anos, permitida uma recondução subsequente.

Artigo 4º - O Comitê Gestor é uma comissão deliberativa, subordinada à Diretoria da ANDIFES, composta pelos seguintes membros:

I. um representante da ANDIFES, sendo um professor doutor vinculado a uma INSTITUIÇÃO ASSOCIADA, que presidirá o Comitê;

II. o presidente da Comissão Acadêmica Nacional, representando o corpo docente do PROFIAP;

III. Um representante da comunidade científica indicado pela Diretoria da ANDIFES.

Artigo 5º - São atribuições do Comitê Gestor:

I. coordenar a execução e organização de todas as ações e atividades do PROFIAP, visando sua excelência acadêmica e administrativa;

II. realizar encontro anual das INSTITUIÇÕES ASSOCIADAS participantes do PROFIAP;

III. organizar e executar o credenciamento e descredenciamento de Instituições Associadas;

IV. decidir pelo credenciamento e descredenciamento de docentes das INSTITUIÇÕES ASSOCIADAS ao Programa e pelo convite a professores para integrar o corpo docente do Curso;

V. supervisionar a seleção nacional de acesso, que incluirá o teste ANPAD (Associação Nacional de Pós-graduação e Pesquisa em Administração) com exigência de pontuação mínima a ser definida por este Comitê.

VI. coordenar um processo trienal de avaliação das Instituições Associadas, com base em relatório de desempenho, para fins de renovação de seu credenciamento;

VII. definir os mecanismos e os procedimentos para auto-avaliação do Programa, de modo atender aos padrões mínimos Acadêmicos Locais;

VIII. realizar processo de indicação à Diretoria da ANDIFES de candidatos aos cargos de Coordenador Acadêmico, Coordenador Adjunto e Coordenador de Avaliação;

IX. manter o sistema de gestão do PROFIAP;

X. deliberar sobre disciplinas e ementas, guias didáticos, calendários e programação acadêmica, requisitos para conclusão do curso, demandas formais dos participantes do PROFIAP e quaisquer situações não previstas neste Regimento;

XI. elaborar relatório anual de gestão para apreciação da Diretoria da ANDIFES, detalhando as atividades desenvolvidas;

XII. propor à Diretoria da ANDIFES modificações do presente Regimento;

XIII. exercer outras atividades relacionadas ao bom funcionamento do PROFIAP.

Artigo 6º - A Comissão Acadêmica Nacional é uma comissão executiva, subordinada ao Comitê Gestor, composta pelos seguintes membros:

I. coordenador Acadêmico, que preside a Comissão Acadêmica Nacional;

II. coordenador de Avaliação;

III. dois representantes do corpo docente, eleitos por seus pares;

IV. presidente do Comitê Gestor.

Parágrafo único. O Coordenador Acadêmico, o Coordenador Adjunto e o Coordenador de Avaliação são nomeados pela Diretoria da ANDIFES, mediante indicação do Comitê Gestor.

Artigo 7º - São atribuições da Comissão Acadêmica Nacional:

I. responsabilizar-se pela boa execução das atividades de ensino, pesquisa e extensão;

II. coordenar a elaboração e realização dos Exames Nacionais de Acesso e de Qualificação;

III. coordenar a produção dos guias didáticos nacionais, sendo um para cada disciplina, a serem elaborados por professores aprovados pela Comissão Acadêmica Nacional;

IV. executar o processo de admissão discente e distribuição de bolsas de estudos em consonância com os requisitos determinados pelas agências de fomento e pelo Comitê Gestor;

V. coordenar a elaboração e distribuição do material didático nacional [guias didáticos e outros];

VI. propor o calendário anual e a programação acadêmica;

VII. designar os docentes das disciplinas de oferta nacional;

VIII. organizar o material didático e realizar oficinas de treinamento para docentes e tutores;

IX. apoiar a realização de atividades complementares, tais como palestras e mini-cursos nas Instituições Associadas;

X. propor modificações das ementas das disciplinas e dos requisitos para conclusão do curso;

XI. elaborar e encaminhar ao Comitê Gestor relatório anual de gestão sobre suas atividades.

Artigo 8º - A Comissão Acadêmica Local de cada INSTITUIÇÃO ASSOCIADA é uma comissão executiva, presidida pelo Coordenador Acadêmico Local e composta pelos docentes do PROFIAP na Instituição Associada e por um representante discente, eleito pelos seus pares, observadas as normas de cada Instituição Associada.

§ 1º - O Coordenador Acadêmico Local é um docente com grau de Doutor em Administração ou área afim, designado pelo Comitê Gestor mediante indicação da Pró-Reitoria de Pós-Graduação da Instituição Associada, cujo período do mandato é definido pelo regimento e/ou estatuto da sua Instituição.

§ 2º - O período do mandato do representante discente é definido pelo regimento e/ou estatuto da sua Instituição.

Artigo 9º - São atribuições da Comissão Acadêmica Local:

I. coordenar a execução e organização de todas as ações e atividades do PROFIAP, visando sua excelência acadêmica e administrativa, na INSTITUIÇÃO ASSOCIADA;

II. representar, na pessoa do Coordenador Acadêmico Local, o PROFIAP junto aos órgãos da Instituição Associada;

III. propor, a cada período, a programação acadêmica local e a distribuição de carga didática entre os membros do corpo docente local;

IV. designar os Representantes Locais das disciplinas, dentro do seu corpo docente;

V. propor credenciamento e descredenciamento de membros de seu corpo docente;

VI. organizar atividades complementares, tais como palestras e oficinas, a serem realizadas no âmbito do PROFIAP;

VII. decidir sobre solicitações de trancamento e cancelamento de disciplinas;

VIII. elaborar e encaminhar ao Comitê Gestor relatórios anuais de gestão sobre suas atividades, e um relatório trienal de avaliação;

Artigo 10º - A Comissão Acadêmica Local prospectará, para apreciação da Comissão Acadêmica Nacional, profissionais seniores atuantes em organizações públicas, para atuarem como:

I. professores colaboradores;

II. professores convidados;

III. participantes em atividades complementares locais do programa.

Parágrafo único. Os profissionais de que trata o *caput* deste artigo poderão atuar como mediadores do programa com as organizações públicas de origem, multiplicando espaços para os estudos empíricos dos respectivos Trabalhos de Conclusão Final.

Capítulo III – Exame Nacional de Acesso

Artigo 11º - A admissão de discentes ao PROFIAP se dá por meio de um Exame Nacional de Acesso.

§ 1º - O Exame Nacional de Acesso consiste num único exame, realizado pelo menos uma vez por ano, simultaneamente, nas Instituições Associadas, tomando como base a nota do Teste ANPAD.

§ 2º - Para os candidatos que realizaram mais de um Teste ANPAD, dentro da validade de dois anos, será considerada a maior nota geral para efeito do cálculo.

§ 3º - As normas de realização do Exame Nacional de Acesso, incluindo os requisitos para inscrição, os horários e locais de aplicação do exame, o número de vagas em cada Instituição Associada, e os critérios de correção são definidos por edital.

§ 4º - A seleção dos discentes aprovados se dá pela classificação dos candidatos no Exame Nacional de Acesso, consideradas separadamente as ofertas de vagas em cada INSTITUIÇÃO ASSOCIADA, até o limite do número de vagas oferecidas por cada Instituição Associada.

Capítulo IV – Do Corpo Discente

Artigo 12º - Podem matricular-se no PROFIAP diplomados em cursos de graduação reconhecidos pelo Ministério da Educação, em qualquer área, que atendam às exigências das Instituições Associadas para entrada na pós-graduação e que sejam aprovados no Exame Nacional de Acesso.

Parágrafo único - No ato da matrícula será designado um Professor Orientador que acompanhará o desenvolvimento do estudante ao longo do Curso, sendo que este Orientador construirá, em conjunto com o estudante, o seu plano de estudos e o plano do Trabalho de Conclusão Final, com o objetivo de se constituir em trabalho aplicado à realidade da sua organização.

Artigo 13º - Os discentes regularmente matriculados no PROFIAP em cada Instituição Associada farão parte do corpo discente de pós-graduação dessa Instituição, à qual cabe emitir o Diploma de Mestre em Administração Pública, uma vez cumpridos todos os requisitos para conclusão deste curso.

Parágrafo único. O Mestrado Profissional em Administração Pública em Rede Nacional (PROFIAP) considera como discentes regulares exclusivamente aqueles aprovados no Exame Nacional de Acesso.

Capítulo V – Atividades Curriculares e Avaliação

Artigo 14º - O PROFIAP prevê 600 (seiscentas) horas de atividades didáticas, correspondentes a 40 (quarenta) créditos, entre disciplinas obrigatórias, incluindo o Trabalho de Conclusão Final (TCF), e disciplinas optativas, sendo:

I. disciplinas: 32 créditos ou 480 horas;

II. trabalho de conclusão final: 8 créditos ou 120 horas.

Parágrafo único. As descrições, ementas e bibliografias das disciplinas são discriminadas em um Catálogo de Disciplinas podendo ser revisado a cada triênio pela Coordenação Acadêmica Nacional, sujeito à aprovação pelo Comitê Gestor.

Artigo 15º – Cada disciplina nacional possui um Responsável Nacional, que elabora um Guia Didático, designado pela Comissão Acadêmica Nacional, e um Responsável Local, designado pela Comissão Acadêmica Local dentre os membros do corpo docente da respectiva Instituição Associada.

Artigo 16º - Os temas dos Trabalhos de Conclusão Final e os critérios de avaliação são definidos pela Comissão Acadêmica Local, obedecendo aos regulamentos pertinentes da sua INSTITUIÇÃO ASSOCIADA.

§ 1º - O Trabalho de Conclusão Final versa sobre Gestão Pública e constitui-se em um Relatório Técnico ou Dissertação com proposta de intervenção, abordando o diagnóstico total ou parcial de organizações públicas, devendo ser observadas as normas da NBR/ABNT e as premissas do método científico.

§ 2º - A regulamentação da Banca da Defesa do TCF será definida pelos critérios de cada das Universidades Federais Associadas à Rede PROFIAF.

§ 3º - O prazo para conclusão do TCF será de 24 meses, com prorrogação excepcional de 6 meses.

Capítulo VI – Prazos e Requisitos para Conclusão

Artigo 17º - Para conclusão do PROFIAF, e obtenção do respectivo grau de Mestre, o discente deve:

- I. totalizar 40 (quarenta) créditos em disciplinas, incluindo todas as disciplinas obrigatórias ou não;
- II. ser aprovado na Banca de Qualificação do Projeto de Trabalho de Conclusão Final – TCF, em sessão pública, regulamentada por cada das Universidades Federais Associadas à Rede PROFIAF;
- III. submissão de artigo em revista científica, (mínimo B3) ou revista tecnológico (mínimo C), qualificada na área da Administração Pública e de Empresas, Ciências Contábeis e Turismo;
- IV. ser aprovado no Trabalho de Conclusão Final – TCF

Parágrafo único. Os requisitos são aplicados para os discentes da turma 2017, bem como para os discentes remanescentes das turmas anteriores não aprovados no Exame Nacional de Qualificação – ENQ.

Capítulo VII – Corpo Docente

Artigo 18º - O corpo docente permanente do PROFIAF em cada Instituição Associada é composto por no mínimo seis docentes, com grau de doutor em Administração ou área afim aos objetivos pedagógicos do Curso, incluindo o Coordenador Acadêmico Local, credenciados pelo Comitê Gestor mediante indicação das Instituições Associadas ou de convite efetuado pelo Comitê Gestor.

§ 1º - Os nomes indicados devem atender aos requisitos do artigo 7º da Portaria Normativa 7, de 22 de junho de 2009, do MEC, e às exigências da CAPES.

§ 2º - Oportunamente, no caso em que haja comprovada competência na área de ação do Programa, a INSTITUIÇÃO ASSOCIADA poderá indicar docentes com formação e experiência em administração e política pública adequada aos objetivos pedagógicos do Programa.

Artigo 19º – O Corpo docente do Programa será composto de docentes permanentes, docentes visitantes e docentes colaboradores, conforme prevê a legislação específica da CAPES, observando outros dispositivos das normas, sendo composto por:

- I. corpo docente em cada uma das Instituições Associadas, conforme definido na legislação;
- II. coordenador Acadêmico, Coordenador Adjunto e Coordenador de Avaliação, nomeados pela Diretoria da ANDIFES mediante indicação do Comitê Gestor;
- III. outros membros da comunidade que possuam formação acadêmica e experiência em Administração e Políticas Públicas adequadas aos objetivos pedagógicos do programa, credenciados pelo Comitê Gestor em caráter excepcional.

Artigo 20º - O credenciamento de docentes das Instituições Associadas se dá:

- I. por indicação da Pró-Reitoria de Pós-Graduação da Instituição Associada, no ato de associação ao PROFIAP, e aprovado pelo Comitê Gestor;
- II. por solicitação da Comissão Acadêmica Local, dirigida ao Presidente do Comitê Gestor;
- III. por iniciativa do Comitê Gestor, excepcionalmente.

Parágrafo único. O descredenciamento será feito pelo Comitê Gestor, conforme normas aprovadas por este.

Capítulo IX – Adesão de Instituição Associada

Artigo 21º - A inclusão de Instituições Associadas se faz por meio de chamada específica, sob a responsabilidade da CAPES e da ANDIFES.

Artigo 22º - O processo de seleção das Instituições Associadas é conduzido pelo Comitê Gestor, sendo que a avaliação das propostas está baseada, em particular, na adequação do corpo docente e da infraestrutura da INSTITUIÇÃO ASSOCIADA.

Artigo 23º - O credenciamento de cada INSTITUIÇÃO ASSOCIADA como Instituição Associada está sujeito à avaliação trienal pelo Comitê Gestor, baseada nos seguintes parâmetros principais:

- I. efetiva execução do projeto pedagógico nacional do PROFIAP;
- II. eficácia na formação de egressos;
- III. qualidade da produção intelectual do corpo docente;
- IV. adequação da oferta de infraestrutura física e material.

Capítulo X – Disposições Gerais e Transitórias

Artigo 24º - Este Regimento entra em vigor a partir da data de sua homologação pela Diretoria da ANDIFES.

Artigo 25º - O presente Regimento pode ser revisto pela Diretoria da ANDIFES mediante iniciativa do Comitê Gestor, garantida a participação de representantes do corpo docente.

Artigo 26º - Os casos omissos serão resolvidos pelo Comitê Gestor, com possibilidade de recurso à Diretoria da ANDIFES.

ANEXO VIII

DECRETO Nº 5.616, DE 28 DE DEZEMBRO DE 1928⁴⁵

Regula a criação de universidades nos Estados

O Presidente da Republica dos Estados Unidos do Brasil:

Faço saber que o Congresso Nacional decreta e eu sanciono a resolução seguinte:

Art. 1º As universidades que se crearem nos Estados, com personalidade jurídica e que satisfizerem os requisitos constantes do art. 2º, terão administração economica e didactica com perfeita autonomia e os diplomas que expedirem reconhecidos pela União.

Art. 2º São requisitos essenciaes para a concessão da autonomia de que cogita o art. anterior:

- a) patrimonio nunca menor de trinta mil contos;
- b) nomeação do reitor pelo Presidente do Estado;
- c) que, pelo menos, tres das escolas de que se compuzer a universidade contem quinze annos de effectivo funccionamento.

Art. 3º A universidade que satisfizer os requisitos da presente lei será conferida a faculdade de se organizar didacticamente do modo que julgar mais conveniente, cabendo a seu respectivo conselho determinar as materias ou cadeiras constitutivas de cada curso, bem como a sua seriação, programas e processos de exames.

Art. 4º As universidades assim reconhecidas ficarão sujeitas á fiscalização do Departamento Nacional do Ensino, que verificará si preenchem os requisitos desta lei e satisfazem aos fins de sua criação.

Art. 5º O Governo regulamentará a fiscalização estabelecida no artigo anterior, determinando:

- a) que a faculdade de expedir diploma possa ser suspensa pempre que a fiscalização documentar que o ensino não está sendo ministrado com a efficacia e pureza necessarias;
- b) que os vencimentos dos professores sejam constituídos por uma quota fixa e outra calculada em relação á frequencia.

Art. 6º Revogam-se as disposições em contrario.

Rio de Janeiro, 28 de dezembro de 1928, 107º da Independencia e 40º da Republica.

WASHINGTON LUIS P. DE SOUSA
Augusto de Vianna do Castello

⁴⁵Decreto 5.616/1928. *Diário Oficial da União, Brasília, 04 de janeiro de 1929, Seção 1, p. 221 (Republicação). Extraído do site <<http://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1920-1929/decreto-5616-28-dezembro-1928-561381-republicacao-84998-pl.html>>. Acesso em 04/01/2018.*

ANEXO IX

DECRETO Nº 19.851, DE 11 DE ABRIL DE 1931⁴⁶

Dispõe que o ensino superior no Brasil obedecerá, de preferencia, ao systema universitario, podendo ainda ser ministrado em institutos isolados, e que a organização technica e administrativa das universidades é instituida no presente Decreto, regendo-se os institutos isolados pelos respectivos regulamentos, observados os dispositivos do seguinte Estatuto das Universidades Brasileiras.

O Chefe do Governo Provisorio da Republica dos Estados Unidos do Brasil, decreta:

TÍTULO I

FINS DO ENSINO UNIVERSITARIO

Art. 1º O ensino universitario tem como finalidade: elevar o nivel da cultura geral, estimular a investigação scientifica em quaesquer dominios dos conhecimentos humanos; habilitar ao exercicio de actividades que requerem preparo technico e scientifico superior; concorrer, emfim, pela educação do individuo e da collectividade, pela harmonia de objectivos entre professores e estudantes e pelo aproveitamento de todas as actividades universitarias, para a grandeza na Nação e para o aperfeiçoamento da Humanidade.

Art. 2º A organização das universidades brasileiras attenderá primordialmente, ao criterio dos reclamos e necessidades do paiz e, assim, será orientada pelos factores nacionaes de ordem psychica, social e economica e por quaesquer outras circumstancias que possam interferir na realização dos altos designios universitarios.

Art. 3º O regimen universitario no Brasil obedecerá aos preceitos geraes instituidos no presente decreto, podendo, entretanto, admittir variantes regionaes no que respeita á administração e aos modelos didacticos.

Art. 4º As universidades brasileiras desenvolverão acção conjuncta em benefício da alta cultura nacional, e se esforçarão para ampliar cada vez mais as suas relações e o seu intercambio com as universidades estrangeiras.

TÍTULO II

CONSTITUIÇÃO DAS UNIVERSIDADES BRASILEIRAS

CAPÍTULO I

GENERALIDADES

Art. 5º A constituição de uma universidade brasileira deverá attender ás seguintes exigencias:

I - congregar em unidade universitaria pelo menos três dos seguintes institutos do ensino superior: Faculdade de Direito, Faculdade de Medicina, Escola de Engenharia e Faculdade de Educação Sciencias e Letras;

II - dispôr de capacidade didactica, ahi comprehendidos professores, laboratorios e demais condições necessarias ao ensino efficiente;

III - dispôr de recursos financeiros concedidos pelos governos, por instituições privadas e por particulares, que garantam o funcionamento normal dos cursos e a plena efficiencia da actividade universitaria;

IV - submeter-se às normas geraes instituidas neste Estatuto.

Art. 6º As universidades brasileiras poderão ser creadas e mantidas pela União, pelos Estados ou, sob a fórmula de fundações ou de associações, por particulares, constituindo universidades federaes estaduais e livres.

⁴⁶Decreto 19.851/1931. Diário Oficial da União, Brasília, 15 de abril de 1931, p. 5.800. Extraído do site <<http://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1930-1939/decreto-19851-11-abril-1931-505837-publicacaooriginal-1-pe.html>>. Acesso em 04/01/2018.

Paragrapho unico. Os governos estaduaes poderão dotar as universidades por elles organizadas com patrimonio proprio, mas continuarão obrigados a fornecer-lhes os recursos financeiros que se tornarem necessarios a seu regular funcionamento.

Art. 7º A organização administrativa e didactica de qualquer universidade será instituida em estatutos, aprovados pelo Ministro da Educação e Saude Publica, e que só poderão ser modificados por proposta do Conselho Universitario ao mesmo ministro, devendo ser ouvido o Conselho Nacional de Educação.

Art. 8º O Governo Federal, mediante parecer do Conselho Nacional de Educação, poderá realizar accôrdo com os governos estaduaes para a organização de universidades federaes, constituídas de institutos de ensino superior federaes e estaduaes, os quaes continuarão a gosar de personalidade juridica propria e exercerão a actividade universitaria com os recursos financeiros concedidos pelos Governos Federal e estadual, ou por dotações de quaesquer procedencias.

Paragrapho unico. O mesmo accôrdo, em casos especiaes, poderá ser realizado entre governos e fundações privadas, para os effeitos da organização de universidades regionaes federaes.

Art. 9º As universidades gosarão de personalidade juridica e de autonomia administrativa, didactica e disciplinar, nos limites estabelecidos pelo presente decreto, sem prejuizo da personalidade juridica que tenha ou possa ser atribuida pelos estatutos universitarios a cada um dos institutos componentes da universidade.

Paragrapho unico. Nas universidades officiaes, federaes ou estaduaes, quaesquer modificações que interessem fundamentalmente á organização administrativa ou didactica dos institutos universitarios, só poderão ser effectivadas mediante sancção dos respectivos governos, ouvido o Conselho Nacional de Educação.

Art. 10. Os direitos decorrentes da personalidade juridica, que forem reconhecidos aos institutos componentes da universidade, só poderão ser exercidos em harmonia e em connexão com os direitos da personalidade juridica que competem á universidade.

Art. 11. Qualquer universidade poderá ampliar a sua actividade didactica pela incorporação progressiva de novos institutos de ensino superior de natureza technica ou cultural, mediante prévia aprovação do Conselho Universitario da respectiva universidade.

§ 1º A incorporação, para ser effectivada dependerá, nas universidades federaes, de decreto do Governo Federal e, nas universidades equiparadas, de acto do Ministro da Educação e Saude Publica, devendo ser ouvido o Conselho Nacional de Educação.

§ 2º Aos particulares que houverem contribuido com donativos para a fundacção ou manutenção de universidade ou de seus institutos poderá ser assegurado pelos estatutos universitarios o direito de verificar a regular applicação dos donativos feitos e de participar, pessoalmente ou por meio de representante junto ao Conselho Universitario, da administração do patrimonio doado.

CAPÍTULO II EQUIPARAÇÃO DAS UNIVERSIDADES

Art. 12. As universidades estaduaes ou livres poderão ser equiparadas às universidades federaes para os effeitos da concessão de titulos, dignidades e outros privilegios universitarios, mediante inspecção prévia pelo Departamento Nacional do Ensino e ouvido o Conselho Nacional de Educação.

Paragrapho unico. O ministro da Educação e Saude Publica fixará em instrucções especiaes o processo de inspecção prévia, e quaes os elementos minimos de ordem material e financeira necessarios á equiparação.

Art. 13. As Universidades estaduaes e livres equiparadas ficarão sujeitas á fiscalização do Governo Federal, por intermedio do Departamento Nacional do Ensino, que verificará a fiel observancia de todos os preceitos legaes e estatuarios que regem a organização e o funcionamento da universidade e dos institutos que a compuzerem, solidarios e estrictamente responsaveis pela efficiencia do ensino nelles ministrado.

Paragrapho unico. A equiparação das universidades estaduaes ou livres poderá ser suspensa enquanto não forem sanadas graves irregularidades por ventura verificadas no seu funcionamento, e será cassada por decreto

do Governo Federal desde que, mediante prévio inquerito e ouvido o Conselho Nacional de Educação, ficar comprovado que não mais preenchem os seus fins.

TÍTULO III

ADMINISTRAÇÃO UNIVERSITÁRIA

Art. 14. As universidades serão administradas:

- a) por um Reitor;
- b) por um Conselho Universitário.

Parágrafo unico. Na universidade haverá uma reitoria, tendo annexa uma secretaria geral, uma secção de contabilidade e quaesquer outros serviços que se fizerem necessarios ao perfeito funcçãoamento da actividade administrativa universitaria.

CAPÍTULO I

NOMEAÇÃO E ATRIBUIÇÕES DO REITOR

Art. 15. O Reitor é o órgão executivo supremo da universidade.

Parágrafo unico. Constituem requisitos essenciais para ser provido no cargo:

- a) ser brasileiro nato;
- b) pertencer ao professorado superior.

Art. 16. O Reitor, nas universidades federaes e estaduaes, será de nomeacção dos respectivos governos, devendo a escolha recahir em nome constante de um lista triplice, organizada em votação uninominal pelo Conselho Universitário.

Parágrafo unico. O Reitor será nomeado pelo prazo de tres annos, podendo ser reconduzido, desde que seja incluído novamente na lista triplice.

Art. 17. A escolha do reitor nas universidades equiparadas será regulada nos seus estatutos, dependendo, porem, a posse efetiva no cargo de prévio assentimento do Ministro da Educação e Saude Publica, que poderá vetar a nomeação quando o candidato não offerecer garantias ao desempenho de tão altas funcções.

Art. 18. Constituem attribuições do Reitor:

- I - representar e dirigir a universidade, velando pela fiel observancia dos seus estatutos;
- II - convocar e presidir a Assembléa Universitaria e o Conselho Universitário;
- III - assignar, conjuntamente com respectivo director do instituto universitario, os diplomas conferidos pela universidade;
- IV - administrar as finanças da universidade;
- V - nomear, licenciar e demitir o pessoal administrativo da reitoria;
- VI - superintender os serviços da secretaria geral e os serviços annexos;
- VII - nomear ou contractar professores, de accôrdo com as resoluções do Conselho Universitário;
- VII - dar posse aos directores dos institutos da Universidade;
- IX - exercer o poder disciplinar;
- X - desempenhar todas as demais attribuições inherentes ao cargo de reitor, de accôrdo com os dispositivos estatutarios e com os moldes geraes do regimento universitario.

Art. 19. O reitor submeterá annualmente aos poderes competentes o orçamento da universidade para o anno subsequente, acompanhado de relatorio minucioso sobre a vida universitaria e de uma exposição das medidas reclamadas em beneficio do ensino.

Art. 20. O reitor terá direito a uma verba de representação sem prejuizo da remuneracção que lhe couber pelo exercicio do cargo de professor, de cujas funcções ficará dispensado enquanto exercer a reitoria.

Art. 21. O reitor usará nas solemnidades universitarias de vestes talaes, com o distinctivo das suas altas funcções estabelecido no regimennto interno da Universidade.

CAPÍTULO II

CONSTITUIÇÃO E ATRIBUIÇÕES DO CONSELHO UNIVERSITARIO

Art. 22. O Conselho Universitario - órgão consultivo e deliberativo da universidade - sob a presedencia do reitor, será constituído:

- a) pelos directores dos institutos que compõem a universidade;
- b) por um representante de cada um dos institutos a que se refere o art. 5º, item I, eleito pela respectiva congregação;
- c) por um representante de associação, que fôr constituída pelos diplomados da universidade em épocas anteriores;
- d) pelo presidente do Directorio Central dos Estudantes, a que se refere o art. 107.

§ 1º O Conselho Universitario elegerá o seu vice-presidente, que substituirá o reitor nos seus impedimentos ou, em caso de vacancia, o substituirá enquanto não se proceder á nomeacção do novo reitor.

§ 2º O Conselho Universitario se reunirá ordinariamente, pelo menos, de tres em tres mezes, por convocacção do reitor, e extraordinariamente, com indicação precisa da materia a tratar, quando convocado pelo reitor ou o requererem dous terços dos seus membros.

§ 3º O Conselho Universitario deliberará validamente com a presença da maioria dos seus membros.

§ 4º O comparecimento dos membros do Conselho Universitario, salvo motivo justificado, é obrigatorio e prefere a qualquer serviço do magisterio.

§ 5º Aos professores cathedraicos e estudantes será assegurado o direito de comparecer, pessoalmente, á sessão do Conselho Universitario nos termos do art. 96.

Art. 23. Constituem attribuições do Conselho Universitario:

- I - exercer, como órgão deliberativo, a jurisdição superior da universidade;
- II - organizar a lista triplice para o provimento do cargo de reitor;
- III - eleger o seu vice-presidente;
- IV - elaborar o regimennto interno do conselho e da universidade;
- V - approvar os regimentos internos, organizados para cada um dos institutos universitarios, pelos respectivos conselhos technico-adminitrativos;
- VI - deliberar sobre quaesquer modificações do Estatuto da Universidade, de accôrdo com os altos interesses do ensino;
- VII - approvar modificações dos regulamentos de cada um dos institutos da universidade, attendidas as restrições constantes deste estatuto;
- VIII - approvar as propostas dos orçamentos annuaes dos institutos universitarios, remettidos ao reitor pelos respectivos directores;
- IX - organizar o orçamento de despesas da reitoria e suas dependencias, fixando as quotas anuaes com que deve contribuir para esse orçamento cada um dos institutos universitarios;
- X - autorizar as despesas extraordinarias não previstas nos orçamentos dos institutos universitarios, que atendam a necessidades do ensino;
- XI - approvar a prestacção de contas, de cada exercicio, feita ao reitor pelos directores dos institutos universitarios;
- XII - resolver sobre a acceitação de legados e donativos, e deliberar sobre a administração do patrimonio da Universidade;
- XIII - autorizar accôrdos entre os institutos universitarios e sociedades industriaes, commerciaes ou particulares para a realização de trabalhos ou pesquisas;
- XIV - autorizar o contracto de professores para a realização de cursos nos institutos universitarios;
- XV - organizar o quadro dos funcionarios administrativos da reitoria e dos institutos universitarios e autorizar a nomeação de pessoal extranumerario dentro das verbas disponiveis;
- XVI - resolver sobre os mandatos universitarios para a realização de cursos de aperfeiçoamento ou de especialização, por iniciativa propria ou por proposta de qualquer instituto da Universidade;
- XVII - organizar, de accôrdo com proposta dos institutos da Universidade, os cursos e conferencias de extensão universitaria;
- XVIII - deliberar sobre assumptos didacticos de ordem geral e approvar iniciativas ou modificações no regimen do ensino, não determinadas em regulamentos, propostas por qualquer dos institutos da Universidade, attendidas as condições em que se exercita a autonomia universitaria;
- XIX - decidir sobre a concessão do titulo de professor *honoris causa*;
- XX - criar e conceder premios pecuniarios ou honorificos destinados a estimular e recompensar actividades universitarias;

XXI - deliberar, em gráo do recurso, sobre a applicação de penalidades, de accôrdo com os dispositivos do regimento interno da Universidade;

XXII - deliberar sobre providencias destinadas a prevenir ou corrigir actos de indisciplina collectiva, inclusive sobre o fechamento de cursos e mesmo de qualquer instituto universitario;

XXIII - deliberar sobre questões omissas deste estatuto ou do regimento interno da Universidade e dos institutos universitarios.

TÍTULO IV ASSEMBLÉA GERAL UNIVERSITARIA

Art. 24. A assembléa geral universitaria é o organismo constituido pelo conjunto dos professores de todos os institutos universitarios.

Art. 25. A assembléa geral universitaria realizará annualmente uma reunião solemne, destinada:

I - a tomar conhecimento, por uma exposição do reitor, das principaes occurrencias da vida universitaria e dos progressos e aperfeiçoamentos realizados em qualquer dos institutos da universidade.

II - a assistir a entrega dos diplomas de doutor e de titulos honorificos.

§ 1º Na reunião solemne de que trata este artigo, para o qual serão convidadas as altas autoridades da Republica, um dos professores, designado pelo Conselho Universitario, dissertará sobre thema de interesse geral, concernente á educação em qualquer dos seus multiplos aspectos.

§ 2º Em casos excepcionaes, o reitor poderá convocar reunião extraordinaria da assembléa geral universitaria para assumpto de alta relevancia, que interesse á vida conjuncta dos institutos universitarios.

TÍTULO V ADMINISTRAÇÃO DOS INSTITUTOS UNIVERSITARIOS

Art. 26. Os institutos universitarios serão administrados:

- a) por um director;
- b) por um conselho technico-administrativo;
- c) pela Congregação.

Paragrapho unico. A administração dos institutos das universidades estaduaes e livres poderá admitir variantes, estabelecidas nos respectivos regulamentos, no que respeita á existencia do conselho technico-administrativo, á investidura do director e á constituição da Congregação.

CAPÍTULO I NOMEACÇÃO E ATRIBUIÇÕES DO DIRECTOR

Art. 27. O director dos institutos universitarios, órgão executivo da direcção technica e administrativa dos institutos, será nomeado pelo Governo, que o escolherá de uma lista triplice na qual serão incluidos os nomes de dous professores cathedricos, eleitos por votacção uninominal pela respectiva Congregação, e o de outro professor do mesmo instituto, eleito pelo Conselho Universitario.

§ 1º O Conselho Universitario, recebida a lista da Congregação e acrescida do nome de sua escolha, deverá enviar a proposta de nomeacção ao Governo dentro do prazo máximo de trinta dias a contar da data em que se verificou a vaga.

§ 2º Si, dentro do prazo acima fixado, não fôr enviada a proposta de que trata o paragrapho anterior, nomeará o Governo o director, escolhendo-o livremente dentre os professores cathedricos do mesmo instituto.

§ 3º O director terá exercicio pelo prazo de tres annos e só poderá figurar na lista triplice seguinte pelo voto de dous terços da Congregação ou do Conselho Universitario.

Art. 28. Constituem attribuições do director de cada instituto universitario:

I - entender-se com os poderes superiores sobre todos os assumptos que interessem ao instituto e dependam de decisões daquelles;

II - representar o instituto em quaesquer actos publicos e nas suas relações com outros ramos da

administração, instituições scientificas e corporações particulares;

III - assignar conjunctamente com o reitor, os diplomas expedidos pelo instituto;

IV - fazer parte do Conselho Universitario;

V - assignar e expedir certificados dos cursos de aperfeiçoamento e de especialização;

VI - convocar e presidir as reuniões do Conselho technico-administrativo e da Congregação;

VII - executar e fazer executar as decisões dos órgãos administrativos da Universidade;

VIII - dirigir a administração do instituto, de accôrdo com os dispositivos regulamentares e com decisões do Conselho technico-administrativo e da Congregação;

IX - fiscalizar a fiel execução do regimen didactico, especialmente no que respeita á observancia de horarios e programas, à actividade de professores, docentes livres, auxiliares de ensino e estudantes;

X - manter a ordem e a disciplina em todas as dependencias do instituto, e propor ao conselho technico-administrativo providencias que se façam necessarias;

XI - superintender todos os serviços administrativos do instituto;

XII - remover de um para outro serviço os funcionarios administrativos, de accôrdo com as necessidades occorrentes;

XIII - conceder férias regulamentares;

XIV - dar posse aos funcionarios docentes e administrativos;

XV - nomear os docentes livres, auxiliares de ensino e extranumerarios;

XVI - informar o conselho technico-administrativo sobre quaesquer assumptos que interessem á administração e ao ensino;

XVII - apresentar annualmente ao reitor relatorio dos trabalhos do instituto, nelle assignando as providencias indicadas para a maior efficiencia do ensino;

XVIII - applicar as penalidades regulamentares

CAPÍTULO II

CONSTITUIÇÃO E ATRIBUIÇÕES DO CONSELHO TECHNICO- ADMINISTRATIVO

Art. 29. O conselho technico-administrativo - órgão deliberativo- de accôrdo com dispositivo regulamentar de cada um dos institutos das Universidades federaes, será constituído de tres ou seis professores cathedromaticos em exercicio do respectivo instituto, escolhidos pelo ministro da Educação e Saude Publica e renovados de um terço annualmente.

§ 1º Para a constituição, renovação ou preenchimento de vagas do conselho, a Congregação organizará uma lista de nomes de professores com um numero duplo daquelle que deva constituir, renovar ou completar o mesmo conselho, devendo entre elles recahir a escolha do ministro da Educação e Saude Publica.

§ 2º A eleição será por escrutinio secreto e cada membro da Congregação votará apenas em tantos nomes distinctos quantos os necessarios á constituição, renovação ou preenchimento de vagas do respectivo conselho.

Art. 30. Constituem attribuições do conselho technico-administrativo:

I - reunir-se em sessões ordinarias, pelo menos uma vez por mez, e, extraordinariamente, quando convocado pelo director;

II - emittir parecer sobre quaesquer assumptos de ordem didactica, que hajam de ser submettidos á Congregação;

III - rever os programmas de ensino das diversas disciplinas, afim de verificar si obedecem as exigencias regulamentares;

IV - organizar horarios para cursos officiaes, ouvidos os respectivos professores, e attendidas quaesquer circumstancias que possam interferir na regularidade da frequencia e na bôa ordem dos trabalhos didacticos;

V - autorizar a realização de cursos previstos no regulamento e dependentes de sua decisão, depois de rever e approvar os respectivos programmas;

VI - fixar annualmente, o numero de alumnos admitidos á matricula nos cursos seriados;

VII - fixar, ouvido o respectivo professor e de accôrdo com os interesses do ensino, o numero de estudantes das turmas a seu cargo;

VIII - deliberar sobre as condições de pagamento pela execução de cursos remunerados;

IX - organizar as commissões examinadoras para as provas de habilitação dos estudantes;

X - constituir commissões especiaes de professores para o estudo de assumptos que interessem ao instituto;

XI - autorizar nomeação de auxiliares de ensino e a designação de docentes livres como auxiliares do professor nos cursos normaes;

XII - organizar, ouvida a Congregação, e o regimento interno do instituto, submettendo-o á approvacção do

Conselho Universitario;

XIII - elaborar, de accôrdo com o director, a proposta do orçamento annual do instituto;

XIV - encaminhar à Congregação, devidamente informada e verificada a procedencia dos seus fundamentos, representações contra actos dos professores.

Paragrapho unico. O conselho technico-administrativo terá como presidente o director do instituto, que será substituído nas suas ausencias ou impedimentos eventuaes pelo membro do conselho mais antigo no magisterio.

CAPÍTULO III ATTRIBUIÇÕES DA CONGREGAÇÃO

Art. 31. A Congregação dos institutos universitarios será constituída pelos professores cathedraticos effectivos, pelos docentes livres em exercicio de cathedratico e por um representante dos docentes livres, eleito pelo seus pares, terá como attribuições:

I - resolver, em gráo de recurso, todos os casos que lhe forem affectos relativos aos interesses de inseno:

II - eleger dous nomes da lista triplice, destinada ao provimento no cargo de director;

III - organizar a lista para a escolha dos membros do conselho technico-administrativo e seu representante no Conselho Universitario;

IV - eleger pelo processo uninominal, e nos termos do respectivo regulamento, as commissões examinadoras de concurso;

V - deliberar sobre a realização de concursos e tomar conhecimento do parecer a que se refere o art. 54;

VI - approvar os programmas dos cursos normaes;

VII - suggerir aos poderes superiores as providencias necessarias ao aperfeiçoamento do ensino no respectivo instituto.

TÍTULO VI ORGANIZACÇÃO DIDACTICA

Art. 32. Na organização didactica e nos methodos pedagogicos adoptados nos institutos universitarios será attendido, a um tempo, o duplo objectivo de ministrar ensino efficiente dos conhecimentos humannos adquiridos e de estimular o espirito da investigação original, indispensavel ao progresso das sciencias.

Art. 33. Para attender aos objectivos assignalados no artigo anterior, deverá constituir empenho maximo dos institutos universitarios a selecção de um corpo docente que offereça largas garantias de devotamento no magisterio, elevada cultura, capacidade didactica e altos predicados moraes; mas, alem disso, os mesmos institutos deverão possuir todos os elementos necessarios á ampla objectivação do ensino.

Art. 34. Nos methodos pedagogicos do ensino universitario, em qualquer dos seus ramos, a instrucção será collectiva, individual ou combinada, de accôrdo com a natureza e os objectivos do ensino ministrado.

Paragrapho unico. A organizacção e seriação de cursos, os methodos de demonstracção pratica ou exposição doutrinar, a participação activa do estudante nos exercicios escolares, e quaesquer outros aspectos do regimenn didactico serão instituídos no regulamento de cada um dos institutos universitarios.

Art. 35. Nos institutos de ensino profissional superior serão realizados os seguintes cursos:

- a) cursos normaes, nos quaes será executado, pelo professor cathedratico, o programma official da disciplina;
- b) cursos equiparados, que serão realizados pelos docentes livres, de accôrdo com o programma approved pelo conselho technico-administrativo de cada instituto, e que terão os efeitos legaes dos cursos anteriores;
- c) cursos de aperfeiçoamento que se destinam a ampliar conhecimentos de qualquer disciplina ou de determinados dominios da mesma;
- d) cursos de especialização, destinados a aprofundar, em ensino intensivo e systematizado, os conhecimentos necessarios a finalidades profissioaes ou scientificas;
- e) cursos livres, que obedecerão a programma préviamente approved pelo conselho technico-administrativo do instituto onde devam ser realizados, e que versarão assumptos de interesse geral ou relacionados com qualquer das disciplinas ensinadas no mesmo instituto;
- f) cursos de extensão universitaria, destinados a prolongar, em beneficio colectivo, a actividade technica e scientifica dos institutos universitarios.

Art. 36. Os cursos normaes serão realizados com a collaboração dos auxiliares de ensino e ainda de docentes livres, de escolha do professor, quando este assem julgar conveniente.

Paragrapho único. Nas disciplinas em que seja indicada a instrucção individual do estudante, o professor cathedratico deverá realizar o ensino por turmas, cuja numero será fixado pelo conselho technico-administrativo do respectivo instituto.

Art. 37. Os cursos equiparados, em qualquer dos institutos universitarios, terão numero de alumnos fixado pelo respectivo conselho technico-administrativo, de accôrdo com os recursos didacticos de que dispuzer o docente livre para realizal-o com efficiencia.

Paragrapho unico. Estes cursos, quando autorizados pelo conselho technico-administrativo, serão feitos ou nas instalações e com o material do proprio instituto, ou em instalações e com os recurso didacticos do docente livre fora do instituto, em ambos os casos sujeitos ao mesmo regimen de fiscalização.

Art. 38. Serão abertas simultaneamente, antes do inicio dos cursos e para cada cadeira, inscripções para os cursos normaes e equiparados, sendo fixado pelo conselho technico-administrativo para cada docente, de accôrdo com os recursos didacticos de que dispuzer, o numero maximo de alumnos das respectivas turmas.

Paragrapho unico. A remuneração dos docentes livres que regerem turmas será fixada no regulamento de cada instituto.

Art. 39. Os cursos de aperfeiçoamento e de especialização poderão ser organizados e realizados pelo professor cathedratico, ou pelo docentes livres, cabendo ao conselho technico-administrativo autorizar esses cursos, approvar os respectivos programmas e expedir instrucções relativas a seu funcionamento.

Paragrapho unico. Os mesmos cursos poderão ainda ser realizados, de accôrdo com a resolução do conselho technico-administrativo, por especialistas de alto valor e reconhecida experiencia.

Art. 40. A capacidade didactica dos institutos universitarios ainda poderá ser ampliada na realização de cursos em institutos ou serviços technicos ou scientificos, nos quaes será ministrado alto ensino de especialização, no cumprimento de mandatos universitarios, mediante prévio accôrdo do conselho universitario com os directores dos respectivos institutos ou serviços.

Art. 41. Os cursos livres constituirão opportunidade para que nos institutos universitarios possa ser aproveitada, na instrução do estudante e em beneficio geral da cultura, a actividade didactica de profissionaes especializados em determinados ramos dos conhecimentos humannos.

Paragrapho unico. Estes cursos, que serão autorizados pelo conselho technico-administrativo do respectivo instituto e realizados de accôrdo com programma por elle approved, poderão ser ministrados por membros do corpo docente universitario ou por profissionaes, nacionaes e estrangeiros estranhos ao mesmo corpo docente, mas de reconhecido saber na matéria que se propuzerem a ensinar.

Art. 42. A extensão universitaria será effectivada por meio de cursos e conferencias de caracter educacional ou utilitario, uns e outros organizados pelos diversos institutos da universidade, com prévia autorização do conselho universitario.

§ 1º Os cursos e conferencias, de que trata este artigo, destinam-se principalmente á diffusão de conhecimentos uteis á vida individual ou collectiva, á solução de problemas sociaes ou á propagação de idéas e principios que salvaguardem os altos interesses nacionaes.

§ 2º Estes cursos e conferencias poderão ser realizados por qualquer instituto universitario em outros institutos de ensino technico ou superior, de ensino secundario ou primario ou em condições que os façam accessiveis ao grande publico.

Art. 43. Os cursos normaes dos institutos universitarios serão realizados em periodos lectivos e terão a duração fixada nos regulamentos respectivos.

Paragrapho unico. Os demais cursos terão duração e funcionamento regulados em instrucções dos conselhos

technico-administrativos ou do conselho universitario.

Art. 44. O conselho universitario, de accôrdo com o parecer das congregações respectivas, poderá centralizar em em um só instituto universitario o ensino de disciplinas fundamentaes, cujo conhecimento habilitem a continuação dos estudos superiores de natureza technica ou cultural.

Paragrapho unico. No caso previsto neste artigo, serão organizados programmas de ensino de accôrdo com o criterio do melhor aproveitamento da disciplina fundamental nos estudos superiores consecutivos.

Art. 45. A frequencia dos alumnos em qualquer dos cursos universitarios, a execução de exercicios e trabalhos praticos, bem como o estagio nos serviços didacticos serão previstos em dispositivos regulamentares para cada um dos institutos da universidade.

Art. 46. Alem dos cursos destinados a transmittir o ensino de conhecimento já adquiridos, os institutos universitarios deverão organizar e facilitar os meios para a realização de pesquisas originaes que aproveitem aptidões e inclinações, não só do corpo docente e discente, como de quaesquer outros pesquisadores estranhos à propria universidade.

§ 1º A amplitude das pesquisas a serem realizadas em qualquer dos institutos universitarios, assim como os recursos de ordem material que se fizerem necessarios à execução das mesmas, dependerão de apreço e decisão do conselho technico-administrativo de cada instituto singular.

§ 2º Salvaguardado o sigillo necessario, os profissionaes estranhos á universidade deverão submeter ao conselho technico-administrativo o plano e a finalidade das pesquisas que pretenderem realizar, afim de que as mesmas sejam autorizadas.

Art. 47. Cada um dos institutos universitarios, além dos programmas das cadeiras, isolados ou reunidos em conjunto por anno dos cursos seriados, deverá publicar, dentro do primeiro mez do anno lectivo, um prospecto do qual constarão os preceitos geraes universitarios attinentes aos estudantes e todas as informações que os possam orientar nos estudos, taes como a lista das autoridades universitarias, do corpo docente e do pessoal administrativo e o horario das aulas com indicação das respectivos professores.

Paragrapho unico. A universidade fará publicar no começo de cada anno lectivo, o seu livro annuario, que deverá conter a descripção da vida universitaria no anno anterior e quaesquer outras informações que interessem aos corpos docente e discente dos respectivos institutos universitarios.

TITULO VII CORPO DOCENTE

CAPÍTULO I CONSTITUIÇÃO

Art. 48. O corpo docente dos institutos universitarios poderá variar na sua constituição, de accôrdo com a natureza do ensino a ser realizado, mas será formado nos moldes geraes, de:

- a) professores cathedratcos;
- b) auxiliares de ensino;
- c) docentes livres; e eventualmente:
- d) professores contractados;
- e) e outras categorias de accôrdo com a natureza peculiar do ensino em cada instituto universitario.

CAPÍTULO II PROFESSORES CATHEDRATICOS

Art. 49. A selecção de professor cathedratco para quaquer dos institutos universitarios deverá ser baseada em elementos seguros de apreciação do merito scientifico, da capacidade didactica e dos predicados moraes do profissional a ser provido no cargo.

Art. 50. O provimento no cargo de professor cathedratco será feito por concurso de titulos e de provas, conforme os dispositivos regulamentares de cada um dos institutos universitarios.

Paragrapho unico. No caso de reconducção de professores o concurso será apenas de títulos.

Art. 51. Para a inscrição ao concurso de professor cathedratico o candidato terá que attender a todas as exigencias instituidas no regulamento do respectivo instituto universitario, mas, em qualquer caso, deverá:

- I - apresentar diploma profissional ou scientifico de instituto onde se ministre ensino da disciplina a cujo concurso se propõe, além de outros títulos complementares referidos nos regulamentos de cada instituto;
- II - provar que é brasileiro, nato ou naturalizado;
- III - apresentar provas de sanidade e idoneidade moral;
- IV - apresentar documentação da actividade profissional ou scientifica que tenha exercido e que se relacione com a disciplina em concurso.

Art. 52. O concurso de títulos constará da apreciação dos seguintes elementos comprobatorios do merito do candidato:

- I - dos diplomas e quaesquer outras dignidades universitarias e academicas apresentadas pelo candidato;
- II - de estudos e trabalhos scientificos, especialmente daquelles que assignalem pesquisas originaes, ou revelem conceitos doutrinaes de real valor;
- III - de actividades didacticas exercidas pelo candidato;
- IV - de realizações praticas, de natureza technica ou profissional, particularmente daquellas de interesse colectivo.

Paragrapho unico. O simples desempenho de funções publicas, technicas ou não, a apresentação de trabalhos, cuja autoria não possa ser authenticada, e a exhibição de attestados gratiosos não constituem documentos idoneos.

Art. 53. O concurso de provas, destinado a verificar a erudição e experiencia do candidato, bem como os seus predicados didacticos, constará de:

- I - defesa de these;
- II - prova escripta;
- III - prova pratica ou experimental;
- IV - prova didactica.

Paragrapho unico. O regulamento de cada um dos institutos universitarios determinará quaes das provas, referidas neste artigo, são necessarias ao provimento no cargo de professor cathedratico.

Art. 54. O julgamento do concurso de títulos e de provas, de que tratam os artigos anteriores, será realizado por uma commissão de cinco membros, que deverão possuir conhecimentos aprofundados da disciplina em concurso, dos quaes dous serão indicados pela Congregação e tres outros escolhidos pelo Conselho technico-administrativo dentre professores de outros institutos de ensino superior ou profissionaes especializados de instituições technicas ou scientificas.

§ 1º Caberá a esta commissão estudar os títulos apresentados pelo candidato e acompanhar a realização de todas as provas do concurso, afim de fundamentar parecer minucioso classificar os candidatos por ordem de merecimento e indicar o nome do candidato a ser provido no cargo.

§ 2º O parecer de que trata o paragrapho anterior deverá ser submettido á Congregação, que só o poderá regeitar por dous terços de votos de todos os seus membros, quando unanime ou reunir quatro assignaturas concordes, e por maioria absoluta, quando o parecer estiver apenas assignado por tres dos membros da commissão julgadora.

§ 3º Em caso de recusa do parecer referido nos paragraphos antecedentes será aberto novo concurso.

Art. 55. Do julgamento do concurso caberá recurso, exclusivamente de nullidade, para o Conselho Universitario que, ouvida a Congregação do respectivo instituto, instruirá o Ministro da Educação e Saude Publica, opinando pelo provimento ou não do recurso.

Art. 56. Para provimento no cargo de professor cathedratico, independente do concurso o antes da abertura deste, poderá ser indicado, pelo voto de dous terços da Congregação de qualquer instituto universitario, o profissional insigne que tenha realizado invento ou descoberta de alta relevancia ou tenha publicado obra

doutrinaria de excepcional valor.

Paragrapho unico. A indicação será proposta por um dos professores cathedraticos, mas só poderá ser effectivada mediante parecer de uma comissão de cinco membros, nos termos do art. 54.

Art. 57. O provimento no cargo de professor cathedratico de qualquer das disciplinas leccionadas nos institutos universitarios poderá ser feito, si assim o indicarem irrecusaveis vantagens para o ensino, pela transferencia de professor cathedratico de disciplina da mesma natureza de outra ou da mesma universidade, de accôrdo com o processo do artigo anterior e respectivo paragrapho.

Art. 58. A primeira nomeação para provimento no cargo de professor cathedratico, nos termos dos artigos anteriores, será feita por um periodo de 10 annos.

Paragrapho unico. Findo o período de 10 annos, si o professor se candidatar novamente ao cargo, proceder-se-á a um concurso de titulos, na forma dos arts. 52 e 54 e ao qual só poderão concorrer professores cathedraticos e docentes livres da mesma disciplina ou de disciplinas affins, com cinco annos pelo menos de exercicio no magisterio.

Art. 59. O professor cathedratico, depois de reconduzido, gosará das garantias de vitaliciedade e inamovibilidade, de que só poderá ser privado por abandono do cargo ou sentença judiciaria.

Art. 60. Os vencimentos e outras vantagens supplementares concedidas aos professores cathedraticos, tanto daquelles que exercerem actividade parcial quanto dos que devotarem ao ensino tempo integral, serão fixados em tabellas para cada um dos institutos universitarios, de accôrdo com a natureza do ensino nelles ministrado e a extensão do trabalho exigido.

Art. 61. O professor cathedratico é responsável pela eficiencia do ensino da sua disciplina, cabendo-lhe ainda promover e estimular pesquisas, que concorram para o progresso das sciencias e para o desenvolvimento cultural da Nação.

Art. 62. Em casos excepcionaes e por deliberação da Congregação, mediante proposta do Conselho technico-administrativo de cada instituto, será concedida ao professor cathedratico, até um anno no maximo, dispensa temporaria das obrigações do magisterio, afim de que se devote a pesquisas em assumptos de sua especialização.

Paragrapho unico. Caberá ao Conselho technico-administrativo do respectivo instituto verificar a proficuidade dos trabalhos scientificos empregados pelo professor, podendo prorogar o prazo concedido ou suspender a concessão.

Art. 63. O professor cathedratico, além do desempenho de suas funções normaes no ensino, deverá destinar, semanalmente, uma hora de sua actividade para attender, na sede de serviço da Universidade sob sua direcção ou no instituto a que pertencer, a consultas dos estudantes para o fim de oriental-os, individualmente, na realização de trabalhos escolares ou de pesquisas originaes.

Art. 64. O professor cathedratico, depois de 25 annos de exercicio effectivo da cathedra, poderá requerer jubilação com todas as vantagens em cujo goso estiver e será aposentado depois de 30 annos de magisterio ou quando attingir a idade de 65 annos.

§ 1º No caso de aposentadoria nos termos do artigo anterior, si o tempo de exercicio effectivo no magisterio for inferior a 25 annos, as vantagens da aposentadoria serão reduzidas proporcionalmente.

§ 2º No caso de aposentadoria por implemento de idade ou por haver completado 30 annos de magisterio, a Congregação, attendendo ao merito excepcional do professor, por dous terços de votos e justificando as vantagens da medida, poderá propor ao Governo, por intermeio do Conselho Universitario, prorogar por mais cinco annos o exercicio na cathedra.

Art. 65. Aos professores cathedraticos jubilados, cujos serviços no magisterio forem considerados de excepcional relevancia, será conferido pelo Conselho Universitario o titulo de "Professor emerito", cabendo-lhe o direito de realizar cursos livres, comparecer ás reuniões da Congregação, sem direito de voto activo ou passivo, e fazer parte de comissões universitarias.

Art. 66. A substituição do professor cathedratico obedecerá a dispositivos dos regulamentos de cada um dos institutos universitarios, devendo caber em primeiro logar aos docentes livres, na ausencia delles, aos professores contractados, auxiliares de ensino, ou ainda a professores de outras disciplinas do mesmo instituto, de accôrdo com a decisão do Conselho technico-administrativo.

Art. 67. O professor de qualquer dos institutos universitarios, embora no goso de vitaliciedade no cargo poderá ser destituído, pelo voto de dous terços dos professores cathedraticos e sanção do Conselho Universitario, nos casos de incompetencia scientifica, incapacidade didactica, desidia inveterada no desempenho das suas funções, ou actos incompativeis com a moralidade e a dignidade da vida universitaria.

Paragrapho único. A destituição de que trata este artigo só poderá ser effectivada mediante processo administrativo, no qual actuará uma comissão de professores, eleita pela Congregação do respectivo instituto.

CAPÍTULO III AUXILIARES DE ENSINO

Art. 68. São considerados auxiliares de ensino os que cooperam com o professor cathedratico na realização dos cursos normaes, ou na pratica de pesquisas originaes, nos dominios de qualquer das disciplinas universitarias.

Paragrapho unico. O numero, categoria, condições de admissão e de permanencia no cargo, attribuições, subordinação e vencimentos dos auxiliares de ensino serão instituidos nos regulamentos de cada um dos institutos universitarios, de accôrdo com a natureza e exigencias do ensino nelle ministrado.

Art. 69. Nos institutos de ensino profissional superior os auxiliares de ensino terão as seguintes categorias:

- a) chefe de clinica;
- b) chefe de laboratorio;
- c) assistente;
- d) preparador.

Paragrapho unico. Os regulamentos dos institutos universitarios determinarão, em cada caso, quaes os auxiliares de ensino que serão de immediata confiança dos professores cathedraticos e cuja permanencia no cargo delles ficará dependente.

Art. 70. Os auxiliares de ensino, que cooperam com o professor cathedratico na realização dos cursos normaes, deverão dous annos após a sua nomeacção para o cargo, submeter-se ao concurso para a docencia livre, sob pena de perda automatica do cargo e de não poder ser auxiliar de ensino de outra disciplina, sem que haja obtido préviamente a respectiva docencia livre.

CAPÍTULO IV PROFESSORES CONTRACTADOS

Art. 71. Os professores contractados poderão ser incumbidos da regencia, por tempo determinado, do ensino de qualquer disciplina dos institutos universitarios, da cooperação com o professor cathedratico no ensino normal da cadeira, da realização de cursos de aperfeiçoamento e de especialização, ou ainda da execução e direcção de pesquisas scientificas.

§ 1º O contracto de professores, nacionaes ou estrangeiros, será proposto ao Conselho Universitario pelo Conselho technico-administrativo de qualquer dos institutos, com a justificação ampla das vantagens didacticas ou culturaes que indicam a providencia.

§ 2º As attribuições e vantagens conferidas ao professor contractado serão discriminadas nos respectivos contractos.

CAPÍTULO V DOCENTES LIVRES

Art. 72. A docencia livre destina-se a ampliar, em cursos equiparados aos cursos normaes, a capacidade didactica dos institutos universitarios e a concorrer, pelo tirocinio do magisterio, para a formação do corpo de

professores.

Art. 73. O ensino ministrado pelo docente livre, em cursos equiparados, obedecerá ás linhas fundamentaes dos cursos normaes, e deverá ser realizado de accôrdo com programa préviamente aprovado pelo Conselho technico-adminitractivo do respectivo instituto universitario.

§ 1º Os cursos equiparados a que se refere este artigo, poderão ser realizados no proprio instituto ou fóra delle.

§ 2º A autorização ao docente livre, para a realização de cursos equiparados fóra do instituto, só será concedida pelo Conselho technico-administrativo, quando verificar que o docente possui os elementos necessarios á efficiencia do ensino.

Art. 74. A instituição da docencia livre é obrigatoria em todos os institutos universitarios.

Art. 75. O titulo de docente livre será conferido, de accôrdo com as normas fixadas pelos regulamentos de cada um dos institutos universitarios, mas exigirá do candidato a demonstração, por um concurso de titulos e de provas, de capacidade technica e scientifica e de predicados didacticos.

Paragrapho unico. Os processos de realização e julgamento do concurso serão os dos arts. 51, 52, 53 e 54.

Art. 76. Ao docente livre será assegurado o direito de:

- a) realizar cursos equiparados;
- b) substituir o professor cathedratico nos seus impedimentos prolongados;
- c) collaborar com o professor cathedratico na realização dos cursos normaes;
- d) reger o ensino de turmas;
- e) organizar e realizar cursos de aperfeiçoamento e especialização relativos á disciplina de que é docente livre.

Paragrapho unico. Os direitos referidos nos itens anteriores serão discriminados nos regulamentos de cada um dos institutos universitarios.

Art. 77. A Congregação dos institutos universitarios, de cinco em cinco annos fará a revisão do quadro dos docente livres, afim de excluir aquelles que não houverem exercitado actividade efficiente no ensino, ou não tiverem publicado qualquer trabalho de valor doutrinario, de observação pessoal ou de pesquisas que os recommende á permanencia nas funções de docente.

Art. 78. As attribuições e direitos, não referidos neste Estatuto, concernentes aos docentes livres, serão discriminados nos regulamentos dos institutos universitarios.

Art. 79. As prerogativas da docencia livre, no que respeita à realização de cursos, poderão ser conferidas, pelo Conselho technico-administrativo dos institutos universitarios, aos professores cathedraticos de outras universidades, ou institutos isolados de ensino superior, que as requererem, e quando apresentarem garantias pessoas de bem desempenharem as funções do magisterio.

Paragrapho unico. As prerogativas da docencia livre, em casos excepcionaes, poderão ser conferidas transitoriamente aos profissionaes especializados das instituições technicas ou scientificas a que se refere o art. 40.

Art. 80. As causas que determinam a destituição dos professores cathedraticos justificam identica penalidade em relação aos docentes livres.

TÍTULO VIII

ADMISSÃO NOS CURSOS UNIVERSITARIOS

Art. 81. A admissão inicial nos cursos universitarios obedecerá as condições geraes abaixo instituidas, além de outras que constituirão dispositivos regulamentares de cada um dos institutos universitarios;

I - certificado do curso secundario fundamental de cinco annos e de um curso gymnasial superior, com a

adaptação didáctica, neste ultimo, aos cursos consecutivos;

II - idade mínima de 17 annos;

III - prova de identidade;

IV - prova de sanidade;

V - prova de idoneidade moral;

VI - pagamento das taxas exigidas.

Paragrapho unico. Ao alumno matriculado em qualquer dos institutos universitarios será fornecido um cartão de matricula devidamente authenticado, que provará a sua identidade, e uma caderneta individual na qual será registado o seu *curriculum vitae* de estudante, tudo de accôrdo com dispositivos de cada instituto universitario.

Art. 82. Não será permitida a matricula semultanea do estudante em mais de um curso seriado, sendo, porém, permittido aos matriculados em qualquer curso seriado a frequencia de cursos avulsos, ou de aperfeiçoamento e especialização.

TÍTULO IX

HABILITAÇÃO E PROMOÇÃO NOS CURSOS UNIVERSITARIOS

Art. 83. A verificação de habilitação nos cursos universitarios, seja para a expedição de certificados e diplomas, seja para a promoção aos períodos lectivos seguintes, será feita pelas provas de exame abaixo enumeradas e cujos processos de realização serão discriminados nos regulamentos dos institutos universitarios.

a) provas parciaes;

b) provas finaes;

c) médias de trabalhos praticos de quaesquer outros exercicios escolares.

Art. 84. As provas de exame referidas no artigo anterior serão julgadas por commissões examinadoras, das quaes farão parte, obrigatoriamente, os professores e docentes livres que houverem realizado os respectivos cursos.

Art. 85. As taxas de exame serão fixadas em tabellas annexas aos regulamentos dos institutos universitarios, que ainda deverão discriminar a gratificação a ser concedida aos membros das commissões examinadoras.

Art. 86. Os regulamentos de cada um dos institutos universitarios fixarão a época em que deverão ser prestadas as provas exigidas para expedição de diplomas, ou para a promoção dos estudantes.

TÍTULO X

DIPLOMAS E DIGNIDADES UNIVERSITARIAS

Art. 87. As universidades brasileiras expedirão diplomas e certificados para assignalar a habilitacção em cursos seriados ou avulsos dos diversos institutos universitarios, e concederão titulos honorificos para distinguir personalidades scientificas ou profisseonaes eminentes.

Art. 88. Os diplomas, referentes a cursos profissionaes superiores, habilitam ao exercicio legal da respectiva profissão.

Art. 89. Os certificados expedidos pelas universidades, destinam-se a provar a habilitação em cursos avulsos e de aperfeiçoamento ou especialização, de natureza cultural ou profissional, realizados em qualquer dos institutos universitarios.

Paragrapho unico. A expedição dos certificados de que trata este artigo e os privilegios pelos mesmos conferidos serão discriminados nos regulamentos universitarios.

Art. 90. Além dos diplomas e certificados referidos nos artigos e paragraphos anteriores, os institutos universitarios de que trata o art. 5º, item I, expedirão diplomas de doutor quando, após a conclusão dos cursos normaes, technicos ou scientificos, e attendidas outras exigencias regulamentares dos respectivos Institutos, o candidato defender uma these de sua autoria.

§ 1º A these de que trata este artigo, para que seja acceita pelo respectivo instituto, deverá constituir publicação de real valor sobre assumpto de natureza technica ou puramente scientifica.

§ 2º A defesa de these será feita perante uma commissão examinadora, cujos membros deverão possuir

conhecimentos especializados da materia.

Art. 91. O titulo de professor *honoris causa* constitue a mais alta dignidade conferida pelas universidades brasileiras.

§ 1º O titulo de que trata este artigo só poderá ser conferido a personalidades scientificas eminentes, nacionaes ou estrangeiras, cujas publicações, inventos e descobertas tenham concorrido de modo apreciavel para o progresso das sciencias, ou tenham beneficiado a humanidade.

§ 2º A concessão do titulo de professor *honoris causa* deverá ser proposta ao Conselho Universitario por qualquer uma das Congregações universitarias, após parecer de uma commissão de cinco membros do instituto que tiver a iniciativa e approvacção da proposta por dous terços de votos de todos os professores cathedraticos do mesmo instituto.

§ 3º O diploma de professor *honoris causa* será expedido em reunião solemne da Assembléa Universitaria, com a presença do diplomado ou de seu representante idoneo.

TÍTULO XI CORPO DISCENTE

Art. 92. Constituem o corpo discente das Universidades os alumnos regularmente matriculados, em qualquer dos respectivos institutos.

Art. 93. O corpo discente dos institutos universitarios, terá os seus direitos e deveres discriminados nos respectivos regulamentos, cabendo aos seus membros, em qualquer caso, os seguintes deveres e direitos fundamentaes:

- a) applicar a maxima diligencia no aproveitamento do ensino ministrado;
- b) attender aos dispositivos regulamentares, no que respeita á organização didactica dos institutos universitarios e especialmente á frequencia das aulas e execução dos trabalhos praticos;
- c) observar o regimen disciplinar instituido nos regulamentos ou regimentos internos;
- d) abster-se de quaesquer actos que possam importar em perturbacção da ordem, offensa dos bons costumes, desrespeito ás autoridades universitarias e aos professores;
- e) contribuir, na esphera de sua acção, para o prestigio crescente da universidade;
- f) appellar das decisões dos órgãos administrativos, em qualquer instituto universitario, para os órgãos da administração de hierarchia superior;
- g) comparecer á reunião do Conselho technico-administrativo ou do Conselho Universitario, que tiver de julgar recurso sobre a applicação de penas disciplinares, nos termos do art. 96;
- h) constituir associação de classe para a defesa de interesses geraes e para tornar agradável e educativa a vida da collectividade;
- i) fazer-se representar no Conselho Universitario.

TÍTULO XII REGIMEN DISCIPLINAR

Art. 94. Caberá á administração de cada instituto universitario a responsabilidade de manter, nos mesmos, a fiel observancia de todos os preceitos compativeis com a boa ordem e a dignidade da instituição.

Art. 95. O regimen disciplinar, em relação aos corpos docente e discente e aos funcionarios administrativos de qualquer instituto universitario, será discriminado no regulamento e regimennto interno, cabendo ao Director e ao Conselho technico-administrativo a fiscalização do regimen instituido, bem como a applicação das penalidades correspondentes a qualquer infracção commettida.

Paragrapho unico. Para as penalidades constantes de suspensão de professores, suspensão de estudante por mais de dous mezes ou exclusão do mesmo de qualquer instituto universitario e, ainda, suspensão do pessoal administrativo, não demissivel *ad nutum*, por mais de tres mezes, haverá recurso da deliberação de qualquer órgão administrativo para o órgão de hierarchia immediatamente superior, resolvendo em ultima instancia o Ministro da Educação e Saude Publica.

Art. 96. Será facultado a qualquer membro do corpo docente ou discente dos institutos universitarios, pessoalmente ou por um representante autorizado, escolhido dentre os professores cathedraticos do mesmo

instituto, comparecer á reunião do Conselho technico-administrativo ou do Conselho Universitario, em que haja de ser julgada, em gráo de recurso, qualquer penalidade ao mesmo imposta.

Art. 97. A qualquer órgão da hierarchia superior será facultado confirmar, annullar ou commutar as penalidades impostas aos membros do corpo docente ou discente, bem como aos funcionarios administrativos não demisiveis *ad nutum*.

Art. 98. Os conflictos entre os órgãos technico-administrativos dos institutos universitarios, ou entre elles e os membros do corpo docente, serão levados ao julgamento do Conselho Universitario, que decidirá do assumpto, podendo applicar penalidades de suspensão ou, no caso de autoridades administrativas, propor ao Ministro da Educação e Saude Publica a penalidade de demissão.

TÍTULO XIII VIDA SOCIAL UNIVERSITARIA

As universidades brasileiras, solidarias nos mesmos propositos e aspirações de cultura, devem manter activo intercambio de entendimento e de cooperação, afim de que efficazmente contribuam para a grande obra nacional que lhes incumbe realizar.

Entre os institutos de qualquer Universidade deverá haver permanente contacto, facilitado em reuniões collectivas, nas quaes os corpos docente e discente possam encontrar ambiente agradável e propicio á orientação e renovação dos ideaes universitarios. Mas, além disso, as universidades devem vincular-se intimamente com a sociedade, e contribuir, na espera de sua acção, para o aperfeiçoamento do meio.

Art. 99. A vida social universitaria terá como organizações fundamentaes:

- a) associações de classe, contituidas pelos corpos docente e discente dos institutos universitarios;
- b) congressos universitarios de 2 em 2 annos;
- c) extensão universitaria;
- d) museu social.

Art. 100. Os professores das universidades poderão organizar uma associação de classe, denominada "Sociedade dos Professores Universitarios", que terá como presidente o respectivo Reitor, e na qual serão admittidos os membros do corpo docente de qualquer instituto universitario.

§ 1º A sociedade dos professores universitarios destina-se:

- 1º, a instituir e effectivar medidas de previdencia e beneficencia, que possam aproveitar a qualquer membro do corpo docente universitario;
- 2º, a effectuar reuniões de character scientifico, para communicações e discussões de trabalhos realizados nos institutos universitarios;
- 3º, a promover reuniões de character social.

§ 2º A sociedade de que trata este artigo terá as seguintes secções:

- I - Secção de beneficencia e de previdencia;
- II - Secção scientifica;
- III - Secção social.

§ 3º Para effectivar as providencias relativas á primeira das secções acima referidas, será organizada a "Caixa do Professorado Universitario", com os recursos provenientes de contribuição dos membros da Sociedade, de donativos de qualquer procedencia e de uma contribuição annual de cada um dos institutos universitarios fixado pelo Conselho Universitario.

§ 4º As medidas de providencia e beneficencia serão extensivas aos corpos discentes dos institutos universitarios, e nellas serão incluidas bolsas de estudo, destinadas a amparar estudantes reconhecidamente pobres, que se recommendem, pela sua applicação e intelligencia, ao auxilio instituido.

Art. 101. Uma vez organizada, e eleita a respectiva Directoria, Sociedade dos Professores Universitarios deverá elaborar os estatutos, nos quaes serão discriminados os fins da mesma Sociedade e regulado o seu funccionamento.

Art. 102. Em connexão com as sociedades regionaes de professores universitarios, poderá ser organizado o

"Directorio Nacional de Professores", constituido de dous representantes de cada uma das sociedades de professores universitarios e de um representante de cada uma das associações analogas, organizadas pelos institutos superiores de ensino não incorporados a universidades.

§ 1º Caberá ao Directorio Central de Professores:

1º, promover a defesa dos interesses geraes da classe;

2º, decidir, sobre a acção conjuncta das diversas universidades e institutos de ensino superior, em assumptos de ordem geral;

3º, suggerir medidas tendentes a mais aproximar as diversas unidades e instituições technico-scientificas, e a fortalecer os laços de solidariedade entre as mesmas;

4º, organizar, de accôrdo com os conselhos universitarios e com os conselhos technico-administrativos dos institutos isolados de ensino superior, congressos universitarios de dous em dous annos.

§ 2º Os congressos, de que trata o paragrapho anterior, serão realizados successivamente nas cidades onde existem universidades ou institutos de ensino superior, e nelles serão ventilados os problemas geraes de ensino, as questões referentes á organização didactica dos institutos de ensino technico e profissional e quaesquer outros assumptos que possam interessar ao aperfeiçoamento da cultura e da educação no Brasil.

Art. 103. O corpo discente de cada um dos institutos universitarios e o dos institutos isolados de ensino superior organizará associações, destinadas a crear e desenvolver o espirito de classe, a defender os interesses geraes dos estudantes e a tornar agradável e educativo o convívio entre os membros dos corpos discentes dos institutos.

§ 1º Os estatutos das associações referidas neste artigo serão submettidos ao conselho technico-administrativo do respectivo instituto, para que sobre elles se manifeste e decida sobre as alterações necessarias.

§ 2º Destes estatutos deverá fazer parte o codigo de ethica dos estudantes, no qual se prescrevam os compromissos que assumem de estricta probidade na execução de todos os trabalhos e provas escolares, de zelo pelo patrimonio moral e material do instituto a que pertencem e de submissão dos interesses individuaes aos da collectividade.

Art. 104. As associações de estudantes de cada instituto, além das proprias directorias, elegerão um directorio, constituido de nove membros, que deverá ser reconhecido pelo conselho technico-administrativo como órgão legitimo da representação, para todos os effeitos, do corpo discente de respectivo instituto.

§ 1º No directorio de que trata o paragrapho anterior, serão constituidas as tres commissões seguintes, cada uma dellas de tres membros:

1ª, commissão de beneficencia e previdencia;

2ª, commissão scientifica;

3ª, commissão social.

§ 2º As attribuições da directoria de estudantes de cada instituto e especialmente de cada uma de suas commissões, serão discriminadas nos respectivos regimento interno, que deverá ser elaborado pelos membros do directorio, de accôrdo com o conselho technico-administrativo e por este approvedo.

§ 3º Caberá especialmente ao directorio de que tratam os artigos e paragraphos anteriores, além das attribuições discriminadas nos respectivos estatutos, a defesa dos interesses do corpo discente, e de cada um dos estudantes em particular, perante os órgãos da direcção technico-administrativa do instituto.

Art. 105. Com o fim de estimular as actividades das associações de estudantes, quer em obras de assistencia material ou espirital, quer em competições e exercicios esportivos, quer em commemorações e iniciativas de caracter social, reservará o conselho technico-administrativo do respectivo instituto, ao elaborar o orçamento annual, uma subvenção que não deverá exceder a importancia das taxas de admissão no anno lectivo anterior.

§ 1º A importancia, a que se refere este artigo, será posta á disposição do directorio na mesma medida com que concorram as associações do respectivo instituto universitario para os mesmos fins.

§ 2º O directorio apresentará ao conselho technico-administrativo, ao termo de cada exercicio, o respectivo balanço, comprovando a applicação da subvenção recebida, bem como a da quota correspondente concedida pelas associações, sendo vedada a distrubuição de qualquer parcella de nova subvenção antes de approvedo o referido balanço.

Art. 106. Aos estudantes que não puderem satisfazer as taxas escolares para o prosseguimento dos cursos universitarios, poderá ser autorizada a matricula, independente do pagamento das mesmas, mas com a obrigação de indenização posterior.

§ 1º Os estudantes beneficiados por esta providencia não poderão ser em numero superior a 10% dos alumnos matriculados.

§ 2º As indemnizações, de que trata este artigo, serão escripturadas e constituem um compromisso de honra, a ser resgatado, posteriormente, de accôrdo com os recursos do beneficiado.

§ 3º Caberá ao directorio indicar ao conselho technico-administrativo quaes os alumnos do respectivo instituto necessitados do auxílio instituido neste artigo.

Art. 107. Destinado a coordenar e centralizar toda a vida social dos corpos discentes dos institutos de ensino superior, poderá ser organizado o Directorio Central dos Estudantes, constituindo por dous representantes de cada um dos directorios dos institutos universitarios ou isolados.

§ 1º Ao Directorio Central dos Estudantes caberá:

1º, defender os interesses geraes da classe perante as autoridades superiores de ensino e perante os altos poderes da Republica;

2º, promover a aproximação e maxima solidariedade entre os corpos discentes dos diversos institutos de ensino superior;

3º, realizar entendimento com os directorios dos diversos institutos, afim de promover a realização de solenidades academicas e de reuniões sociaes;

4º, organizar esportes, que aproveitem á saude e robustez dos estudantes;

5º, promover reuniões de character scientifico, nas quaes se exercitem os estudantes em discussões de themas doutrinaris ou de trabalhos de observação e de experiencia pessoal, dando-lhes oportunidade de adquirir espirito de critica:

6º, representar, pelo seu presidente, o corpo discente no Conselho Universitario.

§ 2º O Directorio Central dos Estudantes, uma vez organizado e eleita a respectiva directoria, deverá elaborar, de accôrdo com o reitor da Universidade, o respectivo regimento interno, que será aprovado pelo Conselho Universitario.

Art. 108. Para effectivar medidas de providencia e beneficencia, em relação aos corpos discentes dos institutos de ensino superior, inclusive para a concessão de bolsas de estudos, deverá haver entendimento entre a Sociedade dos Professores Universitarios e o Centro Universitario de Estudantes, afim de que naquellas medidas seja obedecido rigoroso criterio de justiça e de oportunidade.

Paragrapho unico. A secção de previdencia e de beneficencia da Sociedade de Professores organizará, de accôrdo com o Centro Universitario de Estudos, o serviço de assistencia medica e hospitalar aos membros dos corpos discentes dos institutos de ensino superior.

Art. 109. A extensão universitaria destina-se à diffusão de conhecimentos philosophicos, artisticos, litterarios e scientificos, em beneficio do aperfeiçoamento individual e colectivo.

§ 1º De accôrdo com os fins acima referidos, a extensão universitaria será realizada por meio de cursos intra e extra-universitarios, de conferências de propaganda e ainda de demonstrações praticas que se façam indicadas.

§ 2º Caberá ao Conselho Universitario, em entendimento com os conselhos technico-administrativos dos diversos institutos, effectivar pelos meios convenientes a extensão universitaria.

Art. 110. Oportunamente será organizado pelo Conselho Universitario, com o indispensavel concurso dos institutos de ensino superior o "Museu Social", destinado a congregar elementos de informação, de pesquisa e de propaganda, para o estudo e o ensino dos problemas economicos, sociaes e culturaes, que mais interessam ao paiz.

Paragrapho unico. O museu organizará exposições permanentes e demonstrações illustrativas de tudo quanto interesse, direta ou indirectamente, ao desenvolvimento do paiz e a qualquer dos ramos da actividade nacional.

TÍTULO XIV DISPOSIÇÕES GERAES E TRANSITÓRIAS

Art. 111. O Governo instituirá, em regulamentação especial, o regimen administrativo e didactico dos institutos federaes localizados nos Estados, enquanto os mesmos não se integrarem em unidade universitaria, devendo adoptar na mesma regulamentação as normas geraes estabelecidas no presente estatuto.

Paragrapho unico. As questões didacticas e administrativas que interessem a esses institutos singulares serão resolvidas pelo ministro da Educação e Saude Publica, ouvido o Conselho Nacional de Educação.

Art. 112. A revalidação de diplomas e certificados, conferidos por universidades ou institutos de ensino superior de paizes estrangeiros, obedecerá aos dispositivos instituidos nos regulamentos dos institutos universitarios que conferem diplomas e certificados equivalentes.

Art. 113. A denominação de universidade, em documentos officiaes, só poderá ser usada pelas universidades federaes ou equiparadas, e os estabelecimentos de ensino, que se venham a organizar, não poderão adoptar a denominação de outros estabelecimentos anteriormente existentes.

Art. 114. A adaptação da presente reforma do Ensino Superior incumbirá ao Conselho Universitario, ouvidos os conselhos technico-administrativos, e propostas ao ministro da Educação e Saude Publica as medidas adequadas ao regimen de transição.

Paragrapho unico. Nos institutos isolados de ensino superior a mesma attribuição caberá aos conselhos technico-administrativos.

Art. 115. Os actuaes professores cathedricos dos institutos e estabelecimentos de ensino superior, e que gosam dos direitos de vitaliciedade no cargo, ficam isentos do disposto no paragrapho unico do art. 58.

Rio de Janeiro, 11 de abril de 1931, 110º da Independência e 43º da República.
GETULIO VARGAS.
Francisco Campos.

ANEXO X

DECRETO 29.741/1951, DE 11 DE JULHO DE 1951 ⁴⁷

Institui uma Comissão para promover a Campanha Nacional de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior.

O PRESIDENTE DA REPÚBLICA, no uso das atribuições que lhe confere o art. 87, I, da Constituição, **DECRETA:**

Art. 1º Fica instituída, sob a Presidência do Ministro da Educação e Saúde, uma Comissão composta de representantes do Ministério da Educação e Saúde, Departamento Administrativo do Serviço Público, Fundação Getúlio Vargas, Banco do Brasil, Comissão Nacional de Assistência Técnica, Comissão Mista Brasil, Estados Unidos, Conselho Nacional de Pesquisas, Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, Confederação Nacional da Indústria, Confederação Nacional do Comércio, para o fim de promover uma Campanha Nacional de aperfeiçoamento de pessoal de nível superior.

Art. 2º A Campanha terá por objetivos:

- a) assegurar a existência de pessoal especializado em quantidade e qualidade suficientes para atender às necessidades dos empreendimentos públicos e privados que visam o desenvolvimento econômico e social do país.
- b) oferecer os indivíduos mais capazes, sem recursos próprios, acesso a todas as oportunidades de aperfeiçoamentos.

Art. 3º Para a consecução desses objetivos a Comissão deverá:

- a) promover o estudo das necessidades do país em matéria de pessoal especializado, particularmente nos setores onde se verifica escassez de pessoal em número e qualidade;
- b) mobilizar, em cooperação com as instituições públicas e privadas, competentes, os recursos existentes no país para oferecer oportunidades de treinamento, de modo a suprir as deficiências identificadas nas diferentes profissões e grupos profissionais;
- c) Promover em coordenação com os órgãos existentes o aproveitamento das oportunidades de aperfeiçoamento oferecidas pelos programas de assistência técnica da Organização da Nações Unidas, de seus organismos especializados e resultantes de acordos bilaterais firmados pelo Governo brasileiro;
- d) Promover, direta ou indiretamente, a realização dos programas que se mostrarem indispensáveis para satisfazer às necessidades de treinamento que não puderem ser atendidas na forma das alíneas precedentes;
- e) Coordenar e auxiliar os programas correlatos levados a efeito por órgãos da administração federal, governos locais e entidades privadas;
- f) Promover a instalação e expansão de centros de aperfeiçoamentos e estudos post-graduados.

Art. 4º Haverá um fundo especial para custeio das atividades da Campanha, o qual será constituído de:

- a) contribuições de entidades públicas e privadas;
- b) doativos, contribuições e legados de particulares;
- c) contribuições que forem previstas nos orçamentos da União, dos Estados, dos Municípios e de entidades para-estatais e sociedades de economia mista;
- d) Renda eventual do patrimônio da Campanha;
- e) Renda eventual dos serviços da Campanha.

⁴⁷Decreto 29.741/1951. Diário Oficial da União, Brasília, 13 de julho de 1951, Seção 1, p. 10425. Extraído do site <<http://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1950-1959/decreto-29741-11-julho-1951-336144-publicacaooriginal-1-pe.html>>. Acesso em 02/01/2018.

Art. 5º As contribuições de entidades públicas ou privadas serão utilizadas no mínimo de 50% de seu valor, em programas de interesse direto para os ramos de atividades das instituições contribuintes.

Art. 6º Os programas de aperfeiçoamento mantido pelos governos locais e entidades privadas que atenderem aos objetivos da Campanha serão considerados como integrantes do plano nacional de aperfeiçoamento.

Parágrafo único. Nesta hipótese, êsses programas poderão ser auxiliados pela Campanha, na forma em que ficar determinado e segundo os critérios que forem estabelecidos pela Comissão instituída no art. 1º.

Art. 7º A Comissão proporá ao Presidente da República, até 31 de dezembro de 1951, a forma definitiva que deve ser dada à entidade incumbida da execução sistemática e regular dos objetivos da Campanha.

Parágrafo único. A Comissão proporá igualmente tôdas as medidas julgadas indispensáveis ao desempenho de suas funções, inclusive a requisição de servidores públicos civis, na forma da legislação em vigor.

Art. 8º O Presidente da Comissão baixará as instruções necessárias à organização e execução da campanha.

Art. 9º Os dirigentes dos órgãos da administração pública, das autarquias e sociedade de economia mista deverão facilitar o afastamento dos seus servidores selecionados para o programa de aperfeiçoamento instituído neste Decreto.

Art. 10. O Banco do Brasil facilitará cambiais para as bolsas concedidas, e, na medida das possibilidades, a transferência dos salários e vencimentos dos beneficiários do programa de aperfeiçoamento.

Art. 11. Os membros da Comissão não perceberão remuneração especial pelos seus trabalhos, mas serão considerados como tendo prestado relevantes serviços do país.

Art. 12. Êste Decreto entrará em vigor na data de sua publicação.

Rio de Janeiro, 11 de julho de 1951, 130º da Independência e 63º da República.

GETÚLIO VARGAS
E. Simões Filho
Horácio Lafer
Francisco Negrão de Lima
Danton Coelho

ANEXO XI⁴⁸**Decreto nº 53.932, de 26 de Maio de 1964**

Altera dispositivos dos Decretos ns. 29741, de 11 de julho de 1951, 50737, de 07 e junho de 1961, 51146, de 05 de agosto de 1961, 49355, de 28 de novembro de 1960, 51405, de 6 de fevereiro de 1962, 52456 de 16 de setembro de 1963, e 53325 de 18 de dezembro de 1963, reunindo num só órgão a Capes, Cosupi e Protec.

O PRESIDENTE DA REPÚBLICA, usando da atribuição que lhe confere o art. 87, inciso I, da Constituição Federal,

DECRETA:

Art. 1º A Campanha Nacional de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES), de que tratam os Decretos nºs 29.741, de 11 de julho de 1951, 50.737, de 7 de junho de 1961, e 51.146, de 5 de agosto de 1961, órgão da Presidência da República; a Comissão Supervisora do Plano dos Institutos (COSUPI); de que tratam os Decretos nºs 49.355 de 28 de novembro de 1960, 51.405, de 6 de fevereiro de 1962, e 52.456, de 16 de setembro de 1963, órgão do Ministério da Educação e Cultura; e o Programa de Expansão do Ensino Tecnológico (PROTEC), de que trata o Decreto nº 53.325, de 18 de dezembro de 1963, órgão do Ministério da Educação e Cultura, ficam reunidos na Coordenação do Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES), subordinada diretamente ao Ministro da Educação e Cultura e que poderá regulamentar atividades e aprovará regimento internos.

Art. 2º A CAPES terá como objetivo a formulação e execução de programas anuais de trabalho, orientados com os seguintes propósitos:

- 1 - aperfeiçoamento de pessoal de nível superior, promovido em função das prioridades ditas pelas necessidades do desenvolvimento econômico e social do país;
- 2 - colaboração com as Universidades e Escolas Superiores do país proporcionando-lhes assistência técnica no sentido da melhoria dos seus padrões de ensino e de pesquisa;
- 3 - apoiar Centro de Pesquisa e Treinamento Avançado, que possam colaborar em programas de formação e adestramento de pessoal graduado e estimular a formação de centros da mesma natureza de que seja carente o país;
- 4 - coordenar, respeitada a autonomia das Universidades, os planos nacionais de expansão de matrículas nas áreas em que haja maior demanda, facilitando, ainda, o suprimento de recursos adicionais ou extraordinários que se façam necessários ao cumprimento desses mesmos planos;
- 5 - a realização de levantamentos, estudos e pesquisas sobre os problemas envolvidos em seu campo de ação;
- 6 - a administração das bolsas de estudo oferecidas pelo Governo Brasileiro a elementos estrangeiros para cursos de graduação e pós graduação no Brasil;
- 7 - a promoção de encontros de professores e pesquisadores visando a elevar os padrões de ensino e difundi-los por todo o país.

⁴⁸Decreto 53.932/1964. Diário Oficial da União, Brasília, 26 de maio de 1964, Seção 1, p. 4513. Extraído do site <<http://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1960-1969/decreto-53932-26-maio-1964-393973-publicacaooriginal-1-pe.html>>. Acesso em 02/01/2018.

Art. 3º Para alcançar os objetivos referidos no artigo 2º, deverá a CAPES concentrar e coordenar esforços e recursos financeiros, inclusive decorrentes de empréstimos externos, visando a fortalecer setores de conhecimento que mais de perto interessam aos planos de educação superior.

Art. 4º Os auxílios concedidos pela CAPES visando à complementação de recursos dos Centros de Treinamento para o cumprimento de programas específicos de formação de pessoal ou desenvolvimento de novos centros terão sempre caráter temporário, estabelecendo-se, em cada caso, convênio com as instituições contempladas de sorte que através recursos regulares previstos nos orçamentos das mesmas seja assegurada a continuidade de seu funcionamento.

Parágrafo único. Em qualquer caso a cooperação prestada não deverá cobrir despesas de manutenção ou substituir os recursos regulares das instituições assistidas.

Art. 5º A CAPES será orientada por um Conselho Deliberativo integrado por 9 membros designados pelo Presidente da República, pelo prazo de 3 anos e mediante indicação do Ministro da Educação e Cultura.

§ 1º Dois dos nove membros do Conselho são considerados membros natos: o Diretor da Diretoria do Ensino Superior do Ministério da Educação e Cultura e o Presidente do Conselho Nacional de Pesquisas.

§ 2º A Presidência do Conselho caberá ao Ministro da Educação e Cultura, sendo seu substituto eventual o Diretor da Diretoria de Ensino Superior.

Art. 6º Competirá ao Conselho Deliberativo:

- 1 - definir a política da organização e aprovar as suas normas de trabalho;
- 2 - aprovar anualmente os planos de trabalho organizados pelos seus órgãos técnicos;
- 3 - examinar e aprovar projetos de trabalho específicos que lhe sejam submetidos;
- 4 - aprovar a concessão de bolsas de estudo no país e no estrangeiro;
- 5 - aprovar os planos de aplicação dos recursos;
- 6 - aprovar a proposta orçamentária anual;
- 7 - exercer a superior jurisdição da entidade.

Art. 7º A execução das deliberações do Conselho Deliberativo estará a cargo de um Diretor Executivo e de cinco Secretários encarregados, respectivamente, dos seguintes setores:

- 1 - Programa Universitário e Centros de Treinamento;
- 2 - Programa dos Quadros Técnicos e Científicos;
- 3 - Serviço de Estudos, Levantamentos e Documentação;
- 4 - Serviço de Bolsas de Estudo; e
- 5 - Secretaria Administrativa.

Parágrafo único. O Diretor Executivo e os Secretários serão de livre escolha do Ministro da Educação e Cultura.

Art. 8º O Diretor Executivo proporá ao Conselho Deliberativo todas as medidas julgadas indispensáveis ao seu funcionamento, inclusive a requisição de servidores públicos civis, na forma da legislação em vigor.

Art. 9º Os dirigentes dos órgãos da administração pública, das autarquias e das sociedades de economia mista deverão facilitar o afastamento de seus servidores selecionados para os programas de aperfeiçoamento previstos neste Decreto.

Art. 10. Passarão ao Patrimônio da CAPES todos os bens de qualquer natureza pertencentes à atual Campanha de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior, à COSUPI e ao PROTEC.

Parágrafo único. A Divisão de Material do Ministério da Educação e Cultura providenciará a lavratura dos termos que forem imprescindíveis para efetivar a transferência do acervo material das entidades que integrarão ao novo órgão.

Art. 11. As dotações consignadas no orçamento geral da União (1964), em favor da atual Campanha de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior, para a COSUPI e o PROTEC serão aplicadas, no corrente exercício, através da CAPES, obedecidos os planos já aprovados pelos órgãos ora extintos, desde que ratificados pelo Conselho Deliberativo previsto no Art. 5º dêste Decreto.

Art. 12. Êste Decreto entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas disposições em contrário.

Brasília, 26 de maio de 1964; 143º da Independência e 76º da República.

H. CASTELLO BRANCO
Flávio Lacerda

RETIFICAÇÃO⁴⁹:

Na página 4.614, 1ª coluna, no artigo 2º, item I, onde se lê: ... em função das propriedades ditadas pelas...; Leia-se: ... em função das prioridades ditadas pelas ...

⁴⁹Retificação publicada no *Diário Oficial da União, Brasília, em 26 de maio de 1964, seção 1, p. 4563. Disponível em <<http://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1960-1969/decreto-53932-26-maio-1964-393973-retificacao-43156-pe.html>>. Acesso em 02 de janeiro de 2018.*

ANEXO XII

Os dez passos para desenhar um questionário de MALHOTRA e BIRKS

Quadro 1 – Os dez passos para desenhar um questionário.

<p>Passo 1: Especificar a informação necessária</p> <ol style="list-style-type: none"> 1. Certifique-se que as informações obtidas atendam totalmente a todos os componentes do problema. Revise os componentes do problema e a abordagem, particularmente as questões de pesquisa, hipóteses e características que influenciam o projeto de pesquisa; 2. Prepare um conjunto de tabelas-modelo; 3. Tenha uma ideia clara das características e motivações do público-alvo.
<p>Passo 2: Especificar o tipo de método de entrevista</p> <ol style="list-style-type: none"> 1. Revise o tipo de método de entrevista com base nas considerações discutidas no capítulo 10
<p>Passo 3: Determinar o conteúdo de cada pergunta</p> <ol style="list-style-type: none"> 1. A pergunta é necessária? 2. São necessárias várias perguntas ao invés de apenas uma para obter as informações necessárias de forma inequívoca? 3. Não use perguntas com duplo sentido.
<p>Passo 4: Superar a incapacidade do respondente e sua falta de vontade em responder</p> <ol style="list-style-type: none"> a) O respondente tem informações sobre o tópico de interesse? b) Se o respondente não tiver informações sobre o tópico de interesse, questões filtrantes que medem familiaridade, uso do produto e experiências passadas devem ser feitas antes das perguntas sobre o tópico em si; c) O respondente consegue se lembrar? d) Evite erros de omissão, telescópicos e de invenção; e) Perguntas que não fornecem sugestões ao respondente podem subestimar a ocorrência real de um evento; f) O respondente consegue se articular? g) Minimize o esforço exigido do entrevistado; h) O contexto em que as perguntas são feitas é apropriado? i) Faça o pedido de informação parecer legítimo; j) Se a informação for sensível: <ol style="list-style-type: none"> a. Coloque os tópicos sensíveis no fim do questionário; b. Inicie a pergunta com uma afirmação de interesse comum; c. Faça a pergunta utilizando a terceira pessoa; d. Coloque a pergunta em um grupo de outras perguntas que o respondente está disposto a responder; e. Forneça categorias de respostas ao invés da informação exata; f. Use técnicas de randomização, se for apropriado.
<p>Passo 5: Escolher a estrutura das perguntas</p> <ol style="list-style-type: none"> 1. Perguntas abertas são úteis em pesquisas exploratórias e como questões iniciais; 2. Use perguntas estruturadas sempre que for possível; 3. Em questões de múltipla escolha, as alternativas devem incluir todas as opções possíveis e devem ser mutuamente exclusivas; 4. Em uma questão dicotômica (ex: sim/não), se uma proporção substancial dos entrevistados pode ser neutra, inclua uma alternativa neutra (ex: sim/não/não sabe); 5. Considere o uso da técnica de célula dividida (split ballot technique) para reduzir o viés da ordem em questões dicotômicas e de múltipla escolha; 6. Se as alternativas de resposta forem numerosas, considere usar mais de uma pergunta para reduzir o processamento das informações por parte do entrevistado. <p>.</p>

Passo 6: Formular a redação da pergunta

1. Defina a questão em “quem”, “o que”, “quando” e “onde”;
2. Use palavras comuns. As palavras devem corresponder ao vocabulário dos entrevistados;
3. Evite palavras ambíguas: geralmente, normalmente, frequentemente, muitas vezes, regularmente, ocasionalmente, às vezes etc.;
4. Evite perguntas que possam induzir o respondente a uma resposta;
5. Evite alternativas implícitas;
6. Evite suposições implícitas;
7. Questões devem ser formuladas para que o respondente não faça generalizações ou estimativas;
8. Utilize proposições positivas e negativas.

Passo 7: Organizar as perguntas na ordem adequada

1. As questões iniciais devem ser interessantes, simples e não-ameaçadoras;
2. Questões qualitativas (abertas) podem ser utilizadas como questões iniciais;
3. As informações básicas devem ser obtidas primeiro, seguidas das informações classificadas e, finalmente, as informações de identificação;
4. Perguntas difíceis, sensíveis ou complexas devem ser colocadas ao fim da sequência;
5. Perguntas gerais devem preceder as perguntas específicas;
6. As perguntas devem ser organizadas em uma ordem lógica;
7. As perguntas ramificadas devem ser desenhadas cuidadosamente para suprir todas as contingências possíveis;
8. A questão ramificada deve ser colocada o mais próximo possível da questão principal, e as questões principais (que serão ramificadas) devem ser ordenadas para que os respondentes não possam antecipar as informações adicionais que serão solicitadas.

Passo 8: Identificar o formulário e o layout

1. Divida o questionário em várias partes;
2. As perguntas de cada parte devem ser numeradas;
3. O questionário deve ser pré-codificado;
4. Os próprios questionários devem ser numerados em série.

Passo 9: Reproduzir o questionário

1. O questionário deve ter uma aparência profissional;
2. O formato de livreto pode ser usado para questionários longos;
3. Cada pergunta deve ser reproduzida em apenas uma página (ou em duas páginas que possam ser visualizadas simultaneamente);
4. Colunas de resposta vertical podem ser utilizadas;
5. Grids são úteis quanto há uma série de questões relacionadas que utilizam o mesmo conjunto de categorias de respostas;
6. Deve ser evitada a tendência de agrupar várias perguntas em uma única para o questionário parecer menor;
7. Instruções e esclarecimentos sobre a pergunta devem ser colocadas o mais próximo possível dela.

Passo 10: Eliminar problemas através de teste-piloto

1. O teste-piloto sempre deve ser realizado;
2. Todos os aspectos do questionário devem ser testados, inclusive o conteúdo das perguntas, redação, sequência, forma, layout, dificuldade das questões e instruções;
3. Os respondentes no teste piloto devem ser similares aos que serão incluídos na pesquisa real;
4. Faça testes-piloto com entrevistas pessoais, mesmo que o questionário seja conduzido pela internet;
5. O teste-piloto podem ser conduzidos pelo correio ou telefone se esses métodos forem utilizados na pesquisa real;
6. Uma variedade de entrevistadores deve ser utilizada para o teste piloto;
7. O tamanho da amostra do teste-piloto deve ser pequeno, variando até 30 entrevistados para os testes iniciais;
8. Utilize análise de protocolo e interrogatório para identificar problemas;
9. Após cada revisão significativa do questionário, outro teste piloto deve ser conduzido, utilizando uma amostra diferente de entrevistados;
10. As respostas obtidas pelo teste piloto devem ser codificadas e analisadas.

Fonte: MALHOTRA e BIRKS (2006, p.346-348), traduzido e adaptado pelo autor.

APENSO I – Portaria MEC nº 389/2017**PORTARIA Nº 389, DE 23 DE MARÇO DE 2017**

Dispõe sobre o mestrado e doutorado profissional no âmbito da pós-graduação stricto sensu.

O MINISTRO DE ESTADO DA EDUCAÇÃO, no uso das atribuições que lhe confere o art. 87, parágrafo único, inciso II, da Constituição, considerando: as disposições da Lei nº 9.394 de 20 de dezembro de 1996; e a relevância social, científica e tecnológica dos processos de formação profissional avançada, bem como o necessário estreitamento das relações entre as universidades e o setor produtivo, **RESOLVE**:

Art. 1º Fica instituída, no âmbito da pós-graduação *stricto sensu*, a modalidade de mestrado e doutorado profissional.

Art. 2º São objetivos do mestrado e doutorado profissional:

I - capacitar profissionais qualificados para o exercício da prática profissional avançada e transformadora de procedimentos, visando atender demandas sociais, organizacionais ou profissionais e do mercado de trabalho;

II - transferir conhecimento para a sociedade, atendendo demandas específicas e de arranjos produtivos com vistas ao desenvolvimento nacional, regional ou local;

III - promover a articulação integrada da formação profissional com entidades demandantes de naturezas diversas, visando melhorar a eficácia e a eficiência das organizações públicas e privadas por meio da solução de problemas e geração e aplicação de processos de inovação apropriados; e

IV - contribuir para agregar competitividade e aumentar a produtividade em empresas, organizações públicas e privadas.

Art. 3º Os títulos de mestres e doutores obtidos nos cursos profissionais avaliados pela Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior - Capes, reconhecidos pelo Conselho Nacional de Educação - CNE e homologados pelo Ministro de Estado da Educação, terão validade nacional.

Art. 4º A Capes terá o prazo de doze meses para regulamentar e disciplinar, por meio de portaria, a oferta, a avaliação, o acompanhamento e demais critérios dos programas de mestrado e doutorado profissional.

Parágrafo Único: Deverão ser disciplinados, dentre outros, os critérios tratados na Portaria Normativa nº 17/2009 que permanecem válidos.

Art. 5º Fica revogada a Portaria nº 17 de 28 de dezembro de 2009, a partir do início da vigência do regulamento de que trata o art. 4º.

Art. 6º Esta Portaria entra em vigor na data da sua publicação.

MENDONÇA FILHO
Ministro de Estado da Educação

APENSO II – RESOLUÇÃO CES/CNE nº 7/2017

RESOLUÇÃO CES/CNE Nº 7, DE 11 DE DEZEMBRO DE 2017

Estabelece normas para o funcionamento de cursos de pós-graduação stricto sensu.

O Presidente da Câmara de Educação Superior do Conselho Nacional de Educação, no uso de suas atribuições legais, e tendo em vista o disposto no art. 9º, § 2º, alínea “g”, da Lei 4.024, de 20 de dezembro de 1961, com a redação dada pela Lei 9.131, de 25 de novembro de 1995, nos artigos 9º, incisos VII e IX, 44, inciso III, 46 e 48, §§ 1º e 3º da Lei 9.394, de 20 de dezembro de 1996, e com fundamento no Parecer CNE/CES nº 462, de 14 de setembro de 2017, homologado por Despacho do Senhor Ministro de Estado da Educação, publicado no DOU de 28 de novembro de 2017, Seção 1, página 39, resolve:

CAPÍTULO I

DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

Art. 1º Constituem programas institucionais de pós-graduação *stricto sensu* os cursos de mestrado e doutorado regulares, pertencentes ao Sistema Nacional de Pós-Graduação, avaliados pela Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (Capes), submetidos à deliberação pela Câmara de Educação Superior do Conselho Nacional de Educação (CES/CNE) e homologados pelo Ministro da Educação.

§ 1º Os cursos de mestrado e doutorado são orientados ao desenvolvimento da produção intelectual comprometida com o avanço do conhecimento e de suas interfaces com o bem econômico, a cultura, a inclusão social e o bem-estar da sociedade.

§ 2º Os cursos de mestrado e doutorado se diferenciam pela duração, complexidade, aprofundamento e natureza do trabalho de conclusão.

§ 3º A conclusão em cursos de mestrado não constitui condição necessária ao ingresso em cursos de doutorado.

§ 4º É admitido o uso de língua estrangeira nas atividades dos cursos de mestrado e doutorado, incluindo trabalhos, dissertações e teses.

Art. 2º Os cursos de mestrado e doutorado podem ser organizados pelas instituições sob a modalidade de cursos profissionais.

§ 1º A avaliação e o reconhecimento dos cursos previstos no *caput* deverão levar em consideração os seguintes quesitos:

I - a capacitação profissional qualificada para práticas avançadas, inovadoras e transformadoras dos processos de trabalho, visando atender às demandas sociais, econômicas e organizacionais dos diversos setores da economia;

II - a transferência de conhecimento para a sociedade de forma a atender às demandas sociais e econômicas, com vistas ao desenvolvimento nacional, regional e local;

III - a contribuição para agregação de conhecimentos de forma a impulsionar o aumento da produtividade em empresas, organizações públicas e privadas;

IV - a atenção aos processos e procedimentos de inovação, seja em atividades industriais geradoras de produtos, quanto na organização de serviços públicos ou privados.

§ 2º Caberá à Capes a definição dos procedimentos avaliativos referentes aos cursos de mestrado e doutorado profissionais, conforme a legislação e normas vigentes da pós-graduação *stricto sensu*.

Art. 3º As instituições credenciadas para a oferta de cursos a distância poderão propor programas de mestrado e doutorado nesta modalidade.

§ 1º As atividades presenciais previstas no projeto dos cursos de que trata o caput poderão ser realizadas na sede da instituição ofertante, em polos de educação a distância ou em ambiente profissional, regularmente constituídos conforme o disposto na Portaria Normativa MEC nº 11/2017, atendendo aos requisitos da organização da pesquisa adotada pela instituição e em conformidade com a legislação e as normas vigentes da pós-graduação *stricto sensu*.

§ 2º Caberá à Capes a definição dos procedimentos avaliativos referentes aos cursos de mestrado e doutorado na modalidade de Educação a Distância (EaD).

CAPITULO II

DA AVALIAÇÃO E DO PROCESSO AUTORIZATIVO DE CURSOS DE MESTRADO E DOUTORADO

Art. 4º A autorização, o reconhecimento e a renovação do reconhecimento de cursos de mestrado e doutorado dependem de avaliação prévia da Capes.

§ 1º Caberá à Capes tornar público o processo avaliativo de autorização, reconhecimento e renovação de reconhecimento, anteriormente ao início de cada ciclo avaliativo, especialmente quanto:

I - ao calendário de avaliação;

II - aos critérios de avaliação por área, especialmente quanto as notas mínimas para autorização, reconhecimento e renovação de reconhecimento;

III - aos procedimentos de avaliação;

IV - as formas oficiais de divulgação e informação dos resultados às instituições propositoras; e

V - os procedimentos referentes aos recursos ao resultado da avaliação pela Capes.

§ 2º Os procedimentos e etapas avaliativas serão definidas em regulamento próprio, elaborado pela Capes, o qual deverá orientar a apresentação de novos pedidos de mestrado e doutorado e de suas respectivas renovações.

§ 3º As propostas de novos cursos de doutorado independem de existência prévia da oferta, pela instituição demandante, de curso de mestrado na área ou subárea correspondente.

§ 4º Uma vez encerrada a etapa avaliativa de autorização, reconhecimento e renovação de reconhecimento de cursos de mestrado e doutorado, e vencidas todas as fases de recurso ao resultado

da avaliação, no âmbito da Capes, as instituições poderão recorrer do resultado avaliativo à CES/CNE, exclusivamente quanto a erro de fato ou de direito.

Art. 5º A Capes deverá encaminhar à CES/CNE os processos de cursos novos com notas iguais ou superiores a “3” na avaliação para parecer e deliberação.

§ 1º O procedimento de que trata o *caput* deverá ser realizado com instrução individualizada por processo e estendido para os novos cursos de mestrado e doutorado negados após a apresentação de recursos à Capes.

§ 2º A CES/CNE poderá restituir motivadamente os processos para reavaliação ou reinstrução da Capes.

§ 3º O parecer da CES/CNE de que trata o *caput* seguirá para homologação do Ministro da Educação.

Art. 6º Os cursos de pós-graduação *stricto sensu* em funcionamento que não alcançarem a nota mínima “3” na avaliação da Capes poderão ser desativados.

§ 1º Após a conclusão, no âmbito da Capes, os processos de que trata o *caput* deverão ser encaminhados à CES/CNE para parecer e deliberação.

§ 2º O parecer da CES/CNE seguirá para homologação do Ministro da Educação.

§ 3º Após a publicação da homologação ministerial de que trata o parágrafo anterior, o curso será considerado desativado.

§ 4º As instituições com cursos de que trata o *caput* deverão suspender as inscrições e matrículas para novos ingressantes a partir da data da divulgação da nota de avaliação.

§ 5º As instituições com cursos desativados poderão emitir diplomas com validade nacional para os discentes já matriculados em data anterior a data da divulgação da nota de avaliação.

Art. 7º A Capes deverá tornar público, em instrumento próprio, previamente ao início do período avaliativo, os critérios e os procedimentos utilizados na escolha dos representantes de áreas do conhecimento, bem como, dos especialistas e pesquisadores que integrem o processo de avaliação dos cursos de pós-graduação *stricto sensu*.

Parágrafo único. Os critérios de que trata o parágrafo anterior deverão considerar, pelo menos, a representação regional do avaliador e a notória competência na respectiva área de avaliação.

Art. 8º As instituições poderão iniciar as atividades dos cursos de mestrado e doutorado a partir da publicação da homologação do parecer favorável da CES/CNE pelo Ministro da Educação.

§ 1º O disposto no *caput* é requisito para a diplomação e atribui regularidade aos cursos de mestrado e doutorado

§ 2º Os diplomas de cursos de mestrado e doutorado regulares terão validade nacional.

§ 3º As Instituições de Educação Superior (IES) credenciadas e as não credenciadas como IES que ofertem cursos de mestrado e doutorado regulares, independente da organização acadêmica, poderão emitir e registrar diplomas de cursos de mestrado ou doutorado por elas regularmente ofertados.

§ 4º Os diplomas de cursos de mestrado e doutorado, assim como todos os documentos institucionais a eles referentes, devem explicitar a denominação do curso correspondente aos respectivos atos autorizativos.

CAPÍTULO III

DA CONFIGURAÇÃO DOS CURSOS DE PÓS-GRADUAÇÃO *STRICTO SENSU*

Art. 9º Os cursos de pós-graduação *stricto sensu* regulares poderão ser oferecidos em formas associativas ou interinstitucionais.

§ 1º A associação de que trata o *caput* dependerá da manifestação das instituições interessadas à Capes, justificando a associação e indicando a participação de cursos regulares.

§ 2º A associação poderá ocorrer com a presença de instituições estrangeiras, justificada pela qualidade, agregação de conhecimento e de competência ao programa associado.

§ 3º É permitida a emissão de diplomas aos egressos dos cursos regulares de mestrado e doutorado por uma ou mais instituições que integram a associação referida no *caput*.

§ 4º A múltipla diplomação, mencionada no parágrafo anterior, será normatizada pela Capes por meio de instrumento próprio.

CAPÍTULO IV

DAS DISPOSIÇÕES FINAIS E TRANSITÓRIAS

Art. 10 Aos cursos de doutorado regulares é admitido, excepcionalmente, conceder título de doutor mediante defesa direta de tese.

Parágrafo único. O disposto no *caput* só poderá ocorrer em curso de doutorado regular na mesma área do conhecimento da tese apresentada.

Art. 11 As instituições poderão solicitar à Capes a alteração da nomenclatura de cursos de mestrado e doutorado a qualquer tempo.

Parágrafo único. Fica a Capes autorizada, por delegação da CES/CNE, a proceder diretamente a alteração de nomenclatura do curso, em conformidade com os procedimentos avaliativos e regulatórios vigentes.

Art. 12 Os casos omissos decorrentes do cumprimento da presente Resolução serão dirimidos pela CES/CNE.

Art. 13 Esta Resolução entrará em vigor na data de sua publicação, revogando-se as Resoluções CNE/CES nº 1, de 3 de abril de 2001, e nº 24, de 18 de dezembro de 2002, e as demais disposições em contrário.

LUIZ ROBERTO LIZA CURI
Presidente da Câmara de Educação Superior

APENSO III – Portaria CAPES 81/2016**PORTARIA Nº 81, DE 3 DE JUNHO DE 2016**

Define as categorias de docentes que compõem os Programas de Pós-Graduação (PPG's) stricto sensu

O PRESIDENTE SUBSTITUTO DA COORDENAÇÃO DE APERFEIÇOAMENTO DE PESSOAL DE NÍVEL SUPERIOR, CAPES, no uso das atribuições conferidas pelo Estatuto aprovado pelo Decreto nº 7.692, de 02 de março de 2012, e considerando a necessidade de definição, para efeito de enquadramento nos programas e cursos de pós-graduação, das categorias de docentes dos Programas de Pós-Graduação - PPG's - do Sistema Nacional de Pós-Graduação - SNPG,

RESOLVE:

Art. 1º Este regulamento define as categorias de docentes que compõem os Programas de Pós-graduação stricto sensu, para efeitos de registro na Plataforma Sucupira, e avaliações realizadas pela CAPES.

CAPÍTULO I**DO CORPO DOCENTE DOS PPG's**

Art. 2º O corpo docente dos PPG's é composto por 4 (quatro) categorias de docentes:

- I - docentes permanentes, constituindo o núcleo principal de docentes do programa;
- II - docentes e pesquisadores visitantes;
- III - docentes colaboradores.

Seção I**Dos docentes permanentes**

Art. 3º Integram a categoria de permanentes os docentes enquadrados e declarados anualmente pelo PPG na plataforma Sucupira e que atendam a, pelo menos, três dos seguintes pré-requisitos:

- I - desenvolvimento de atividades de ensino na pós-graduação e/ou graduação;
- II - participação de projetos de pesquisa do PPG;
- III - orientação de alunos de mestrado ou doutorado do PPG, sendo devidamente credenciado como orientador pela instituição;
- IV - vínculo funcional-administrativo com a instituição ou, em caráter excepcional, consideradas as especificidades de áreas, instituições e regiões, e se enquadrem em uma das seguintes condições:

- a) quando recebam bolsa de fixação de docentes ou pesquisadores de agências federais ou estaduais de fomento;
- b) quando, na qualidade de professor ou pesquisador aposentado, tenham firmado com a instituição termo de compromisso de participação como docente do PPG;
- c) quando tenham sido cedidos, por acordo formal, para atuar como docente do PPG;
- d) a critério do PPG, quando o docente estiver em afastamento longo para a realização de estágio pós-doutoral, estágio sênior ou atividade relevante em Educação, Ciência, Tecnologia e Inovação e não atender ao estabelecido pelos incisos I e II deste artigo, desde que atendidos os demais requisitos fixados.

Parágrafo Único: Os incisos III e IV são pré-requisitos obrigatórios a todos os docentes permanentes.

Art. 4º A atuação como docente permanente poderá se dar, no máximo, em até 3 (três) PPG's.

I - O docente poderá ser declarado permanente em qualquer combinação de PPG's, sejam eles programas acadêmicos ou profissionais, programas com composição tradicional, em redes ou outras formas associativas, de quaisquer áreas de avaliação de quaisquer instituições desde que atue em no máximo 3 (três) PPG's;

II - A carga horária dedicada a cada PPG do qual participe como docente permanente deverá ser estabelecida juntamente aos respectivos Coordenadores dos PPG's, respeitando-se o regime jurídico pelo qual sua relação trabalhista é regida, bem como as orientações previstas nos Documentos de Área.

III - A permanência, ao longo do quadriênio, do conjunto de docentes declarados como permanentes pelo PPG será objeto de acompanhamento e de avaliação sistemática pelas coordenações e comissões de avaliação de área e pela Diretoria de Avaliação;

IV- Por ocasião de acompanhamentos e avaliações dos PPG's, será requerido dos mesmos as justificativas das ocorrências de credenciamentos e descredenciamentos, ano a ano, dos integrantes desta categoria de acordo com as regras bem definidas que devem constar obrigatoriamente nos respectivos regimentos.

Art. 5º A relação de orientandos/orientador fica condicionada ao limite de 9 (nove) orientandos por orientador, considerando todos os PPG's em que o orientador atue.

Parágrafo Único: O limite disposto no caput poderá ser alterado pelos Documentos de Área, desde que precedido de estudo demonstrando a conveniência da alteração deste limite.

Art. 6º A pontuação da produção intelectual dos docentes permanentes, entre os PPG's dos quais participa, será definida em cada área de avaliação, atendidas as diretrizes que possam ser estabelecidas na grande área de conhecimento e pelo Conselho Técnico e Científico da Educação Superior (CTC-ES), bem como aquelas emanadas da Diretoria de Avaliação.

Seção II

Dos docentes e pesquisadores visitantes

Art. 7º Integram a categoria de visitantes os docentes ou pesquisadores com vínculo funcional-administrativo com outras instituições, brasileiras ou não, que sejam liberados, mediante acordo formal, das atividades correspondentes a tal vínculo para colaborar, por um período contínuo e em regime de dedicação integral, em projeto de pesquisa e/ou atividades de ensino no programa, permitindo-se que atuem como orientadores e em atividades de extensão.

Parágrafo único. A atuação dos docentes ou pesquisadores visitantes no programa deverá ser viabilizada por contrato de trabalho por tempo determinado com a instituição ou por bolsa concedida para esse fim, pela própria instituição ou por agência de fomento.

Art. 8º A pontuação da produção intelectual dos docentes visitantes, será definida em cada área de avaliação, atendidas as diretrizes que possam ser estabelecidas na grande área de conhecimento e pelo Conselho Técnico e Científico da Educação Superior (CTC-ES), bem como aquelas emanadas da Diretoria de Avaliação.

Seção III

Dos docentes colaboradores

Art. 9º Integram a categoria de colaboradores os demais membros do corpo docente do programa que não atendam aos requisitos para serem enquadrados como docentes permanentes, visitantes ou profissionais, incluídos os bolsistas de pós-doutorado, mas que participem de forma sistemática do desenvolvimento de projetos de pesquisa ou atividades de ensino ou extensão e/ou da orientação de estudantes, independentemente de possuírem ou não vínculo com a instituição.

§1º - O desempenho de atividades esporádicas como conferencista, membro de banca de exame ou co-autor de trabalhos não caracteriza um profissional como integrante do corpo docente do programa, não podendo o mesmo ser enquadrado como docente colaborador;

§2º - Informações sobre atividades esporádicas do colaborador como conferencista, membro de banca de exame ou co-autor de eventual trabalho, quando relatadas por um programa ou curso de pós-graduação, poderão complementar a análise da atuação do programa.

§3º Poderão atuar como docentes colaboradores os docentes com conhecimentos técnicos relevantes aos PPG's, com experiência mínima de 10 anos na área do programa, para atuação na pós-graduação *stricto sensu* profissional e não atendam aos requisitos para serem enquadrados como docentes permanentes ou como visitantes.

CAPÍTULO II

DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

Art. 10. Revogam-se as Portarias nº 174, de 30 de dezembro de 2014, publicada no D.O.U de 31 de dezembro de 2014, seção 1, página 86; e nº 50, de 22 de abril de 2015, publicada no Diário Oficial da União de 28 de abril de 2015, Seção 1, página 10.

Art. 11. As normas dispostas deste regulamento não se aplicam para as turmas de mestrado e doutorado iniciadas antes do início de sua vigência.

Art. 12. Esta Portaria entra em vigor doze meses após sua publicação.

ARLINDO PHILIPPI JR
Presidente Substituto da CAPES

APENSO IV – Portaria CAPES nº 131/2017**PORTARIA Nº 131, DE 28 DE JUNHO DE 2017**

Dispõe sobre o mestrado e o doutorado profissionais.

O PRESIDENTE DA COORDENAÇÃO DE APERFEIÇOAMENTO DE PESSOAL DE NÍVEL SUPERIOR- CAPES, no uso de suas atribuições, tendo em vista o disposto na Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, no Decreto nº 8.977, de 30 de janeiro de 2017 e na Portaria MEC nº 389, de 23 de março de 2017, considerando a relevância social, científica e tecnológica dos processos de formação profissional avançada, bem como o necessário estreitamento das relações das instituições de ensino e de pesquisa com os diferentes setores públicos e privados de atuação profissional, resolve:

Art. 1º A Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior, CAPES, regulamentará a submissão de propostas de cursos novos de pós-graduação *stricto sensu* na modalidade profissional, em nível de mestrado e de doutorado, por meio de portarias e regulamentos próprios.

§1º As orientações específicas para a elaboração das propostas de cursos novos serão explicitadas nos Documentos de Área.

§2º As propostas de cursos novos de mestrado e de doutorado profissionais serão apresentadas à CAPES de acordo com as orientações e os prazos definidos no calendário da Diretoria de Avaliação.

Art. 2º A CAPES acompanhará e avaliará periodicamente o desempenho dos cursos de mestrado e de doutorado profissionais, com atribuição de notas, na forma desta Portaria e de regulamentação própria.

§1º A regulamentação de avaliação de desempenho que trata o caput deve ser publicada antes do início do período avaliativo.

§2º Nos procedimentos a que se refere este artigo a produção técnico-profissional decorrente de atividades de pesquisa, extensão e serviços prestados deverá ser especialmente valorizada.

Art. 3º A análise da submissão de propostas de cursos novos, o acompanhamento e a avaliação dos cursos regulares de mestrado e de doutorado profissionais serão realizados pela CAPES, por meio de comissões de avaliação próprias, utilizando fichas de avaliação específicas.

Art. 4º Os títulos de mestres e de doutores obtidos nos cursos profissionais, recomendados pela CAPES, reconhecidos pela Câmara de Educação Superior do Conselho Nacional de Educação, CNE/CES, e homologados pelo Ministro de Estado da Educação, terão validade nacional.

Art. 5º Os cursos de pós-graduação *stricto sensu* na modalidade profissional a serem submetidos à CAPES, poderão ser propostos por universidades, instituições de ensino e centros de pesquisa, públicos e privados, inclusive em forma associativa, atendendo necessária e obrigatoriamente aos requisitos de qualidade fixados pela CAPES e, em particular, demonstrando experiência na prática do ensino e da pesquisa aplicada.

Parágrafo único. A oferta de cursos com vistas à formação na modalidade Profissional terá como ênfase os princípios de aplicabilidade técnica, flexibilidade operacional e organicidade do conhecimento técnico-científico, visando o treinamento de pessoal pela exposição dos alunos aos processos da

utilização aplicada dos conhecimentos e o exercício da inovação, visando a valorização da experiência profissional.

Art. 6º As propostas de cursos de pós-graduação *stricto sensu* na modalidade profissional serão apresentadas à CAPES mediante preenchimento por meio eletrônico via internet, em aplicativo específico, em resposta a editais de chamadas públicas, dentro de cronograma estabelecido periodicamente pela agência.

Art. 7º A proposta de Pós-graduação Profissional deverá, necessária e obrigatoriamente:

I - apresentar estrutura curricular objetiva, coerente com as finalidades do curso e consistentemente vinculada à sua especificidade, enfatizando a articulação entre conhecimento atualizado, domínio da metodologia pertinente e aplicação orientada para o campo de atuação profissional;

II - possibilitar a inclusão, quando justificável, de atividades curriculares estruturadas das áreas das ciências sociais aplicadas correlatas com o curso, tais como legislação, comunicação, administração e gestão, ciência política e ética;

III - conciliar a proposta ao perfil peculiar dos candidatos ao curso;

IV - apresentar, de forma equilibrada, corpo docente integrado por doutores, profissionais e técnicos com experiência profissional na área e em pesquisa aplicada ao desenvolvimento e à inovação;

V - apresentar normas bem definidas de seleção dos docentes que serão responsáveis pela orientação dos alunos;

VI - comprovar carga horária docente e condições de trabalho compatíveis com as necessidades do curso, admitido o regime de dedicação parcial;

VII - prever a defesa apropriada na etapa de conclusão do curso, possibilitando ao aluno demonstrar domínio do objeto de estudo com plena capacidade de expressar-se sobre o tema;

VIII - prever a exigência de apresentação de trabalho de conclusão de curso.

§ 1º O corpo docente do curso deve ser altamente qualificado, conforme demonstrado pela produção intelectual constituída por publicações específicas, produção artística ou produção técnico-científica, ou ainda por reconhecida experiência profissional, conforme o caso.

§ 2º A qualificação docente deve ser compatível com a área e a proposta do curso, de modo a oferecer adequadas oportunidades de treinamento para os estudantes e proporcionar temas relevantes para o seu trabalho de mestrado.

§ 3º O trabalho de conclusão de curso poderá ser apresentado nos seguintes formatos:

I – Dissertação, exclusivamente em mestrado;

II – Tese, exclusivamente em doutorado;

III – Relatório Técnico, com diagnóstico e proposta de intervenção;

IV – Projeto Técnico.

§ 4º Para atender situações relevantes, específicas e esporádicas, serão admitidas proposições de cursos com duração temporária determinada.

Art. 8º Em complemento ao disposto no art. 7º, constituem parâmetros para o acompanhamento e a avaliação periódica dos cursos na modalidade profissional os seguintes indicadores, relativos à produção do corpo docente e, em especial, do conjunto docentes-orientadores-alunos:

I - produção intelectual e técnica pertinente à área, publicadas durante o período avaliativo e bem distribuída entre os docentes, contemplando:

- a) artigos originais, artigos de revisão da literatura e publicações tecnológicas;
- b) patentes e registros de propriedade intelectual e de softwares, inclusive depósito de software livre em repositório reconhecido ou obtenção de licenças alternativas ou flexíveis para produção intelectual, desde que demonstrado o uso pela comunidade acadêmica ou pelo setor produtivo;
- c) desenvolvimento de aplicativos e materiais didáticos e instrucionais e de produtos, processos e técnicas;
- d) produção de programas de mídia;
- e) editoria;
- f) composições e concertos;
- g) relatórios conclusivos de pesquisa aplicada;
- h) manuais de operação técnica, protocolo experimental ou de aplicação ou adequação tecnológica;
- i) protótipos para desenvolvimento de equipamentos e produtos específicos;
- j) projetos de inovação tecnológica;
- k) produção artística;
- l) outros formatos, de acordo com a natureza da área e a finalidade do curso, a critério da CAPES;

II - informações sobre o destino dos egressos do curso, empregabilidade e trajetória profissional;

III - informações, recomendações e observações que constem de relatórios e pareceres das comissões examinadoras de avaliação dos trabalhos de conclusão de curso dos estudantes;

IV - dimensão e eficácia dos processos de interação com organizações, empresas e instituições da área de especialização e atuação do curso;

V - informações de outra natureza, além daquelas constantes nos relatórios anuais, sobre a produção técnico-científica, produção intelectual e a atividade acadêmica do curso, quando for o caso.

Art. 9º Os mestrados e doutorados poderão solicitar enquadramento ou desenquadramento na modalidade profissional, mediante demonstração da melhor adequação ao perfil do programa.

Art. 10. Os demais normativos aplicáveis à pós-graduação *stricto sensu* aplicam-se subsidiariamente à modalidade profissional.

Art. 11. Os casos omissos serão dirimidos pelo Presidente da CAPES, com possibilidade de recurso ao Conselho Superior da CAPES.

Art. 12. Fica revogada a Portaria nº 80, de 16 de dezembro de 1998.

Art. 13. Esta Portaria entra em vigor na data da sua publicação.

ABILIO A. BAETA NEVES
Presidente da CAPES

APENSO V – Portaria CAPES nº 214/2017**PORTARIA Nº 214, DE 27 DE OUTUBRO DE 2017**

Dispõe sobre formas associativas de programas de pós-graduação stricto sensu.

O PRESIDENTE DA COORDENAÇÃO DE APERFEIÇOAMENTO DE PESSOAL DE NÍVEL SUPERIOR - CAPES, no uso das atribuições tendo em vista o disposto na Lei nº 8.405, de 9 de janeiro de 1992, Lei nº 12.695, de 25 de julho de 2012, Decreto nº 8.977, de 30 de janeiro de 2017, Parecer CES-CNE nº 462, de 14 de setembro de 2017, e orientações normativas da Câmara de Educação Superior do Conselho Nacional de Educação, CES-CNE, CONSIDERANDO: a necessidade de normatizar os programas de pós-graduação *stricto sensu* vinculados a mais de uma instituição; a necessidade de padronizar os procedimentos administrativos; e o processo nº 23038.014687/2017-95,

Resolve:

Art. 1º Os programas de pós-graduação *stricto sensu* em formas associativas caracterizam-se pelo oferecimento conjunto de duas ou mais instituições, públicas ou privadas, que de modo articulado e oficializado criam e mantem um programa de mestrado e/ou doutorado com responsabilidade definida e compartilhada entre as associadas.

§ 1º Formas associativas que ofereçam mestrado e doutorado conjuntamente deverão fazê-lo igualmente por todas as instituições associadas.

§ 2º As formas associativas entre instituições brasileiras e estrangeiras obedecerão às exigências desta Portaria.

CAPÍTULO I
DOS OBJETIVOS, CARACTERÍSTICAS E DEFINIÇÕES

Art. 2º São objetivos das formas associativas:

I - consolidar e expandir as áreas do conhecimento.

II - reduzir as assimetrias territoriais.

III - viabilizar programas em formação por meio da parceria com programas consolidados.

Art. 3º As formas associativas caracterizam-se por:

I - compartilhar responsabilidades;

II - compartilhar o núcleo de docentes permanentes;

III - possuir regimento aprovado nas instâncias deliberativas de todas as organizações associadas.

Art. 4º As formas associativas podem ser compostas por:

- I - coordenadora: é a representante da forma associativa perante a CAPES e a comunidade;
 - II - associadas: são as demais instituições que participam da forma associativa e possuem responsabilidade compartilhada;
 - III - colaboradoras: organizações, públicas ou privadas, que participem da forma associativa, por meio de parcerias ou de convênios, sem compartilhar as responsabilidades.
- § 1º O preenchimento do módulo Coleta na Plataforma Sucupira poderá ser feito por todas as instituições ou apenas pela coordenadora, desde que previamente comunicado à CAPES.
- § 2º É permitida a mudança da instituição coordenadora, desde que os critérios para alternância estejam previamente definidos no regimento da forma associativa e a mudança seja informada nos sistemas eletrônicos de acompanhamento dos programas de pós-graduação *stricto sensu* da CAPES.
- § 3º Em caso de associação que ofereça mestrado e doutorado, a coordenadora necessariamente deverá ser a mesma para os dois níveis acadêmicos.

CAPÍTULO II

AVALIAÇÃO DE PROPOSTAS DE CURSOS NOVOS – APCN

Art. 5º A avaliação de propostas de cursos em forma associativa deve atender às mesmas condições para submissão de APCN estabelecidas em legislação específica e aos critérios das áreas de avaliação.

Art. 6º São requisitos necessários na proposta do programa em forma associativa:

- I - objetivo da forma associativa;
- II - justificativa e relevância para formação do programa em forma associativa;
- III - descrição do processo de compartilhamento do núcleo do corpo docente permanente;
- IV - descrição do processo de compartilhamento da infraestrutura;
- V - descrição das instituições associadas e colaboradoras.

Parágrafo único. Os requisitos devem ser explícitos, claros e congruentes com o objetivo da forma associativa.

CAPÍTULO III

DOS REQUISITOS DO REGIMENTO

Art. 7º O regimento do programa em forma associativa deverá abranger, no mínimo e obrigatoriamente, os capítulos:

- I - da estrutura curricular do programa;
- II - do funcionamento do programa;
- III - da responsabilidade compartilhada;

IV - da infraestrutura compartilhada;

V - dos critérios de seleção, exclusão e transferência de discentes do programa;

VI - da oferta de vagas por instituição;

VII - da emissão de diplomas;

VIII - dos critérios de credenciamento e descredenciamento de docentes do programa;

IX - dos critérios para inclusão e exclusão de instituições associadas;

X - dos critérios para manutenção da qualidade do programa.

§ 1º O regimento da forma associativa deverá ser aprovado e assinado pelas respectivas instâncias deliberativas de todas as organizações associadas e submetido junto com a proposta de curso novo, por meio da Plataforma Sucupira.

§ 2º As instituições vinculadas ao programa em forma associativa deverão seguir as regras estabelecidas no regimento interno.

§ 3º Poderá o regimento de que trata o *caput* prever a criação de regimentos locais, onde podem ser disciplinados, total ou parcialmente, os critérios previstos neste artigo.

CAPÍTULO IV INCLUSÃO E EXCLUSÃO DE INSTITUIÇÕES

Art. 8º Os programas em forma associativa poderão incluir e excluir instituições, desde que respeitem as regras estabelecidas em regimento interno, devendo comunicar à CAPES, por meio dos sistemas eletrônicos de acompanhamento dos programas de pós-graduação *stricto sensu*.

§ 1º É vedada a exclusão de associadas de apenas um nível acadêmico, mestrado ou doutorado.

§ 2º Durante as avaliações periódicas, verificar-se-á se a inclusão e exclusão de instituições associadas cumpriram os requisitos previstos no regimento interno.

Art. 9º Em caso de forma associativa com apenas duas instituições, a exclusão de uma organização não implicará no automático descredenciamento do programa.

§ 1º Constatando o interesse de uma das instituições em continuar com o programa, esta deverá encaminhar à CAPES a exposição de motivos, via Plataforma Sucupira, previamente à exclusão.

§ 2º A CAPES, por meio do Coordenador de Área, definirá uma comissão que avaliará *in loco* se o programa terá ou não condições de continuar em funcionamento mantendo a qualidade esperada.

§ 3º A comissão disposta no parágrafo anterior será composta por três profissionais com reconhecida qualificação, competência técnico-científica e experiência nos procedimentos da avaliação.

§ 4º A Coordenação da área, considerando a visita *in loco*, elaborará parecer circunstanciado deferindo ou indeferindo o pedido de funcionamento do programa com apenas uma instituição.

Art. 10. No caso de indeferimento do pedido do artigo 9º, o que configuraria o descredenciamento, a decisão final caberá ao Conselho Superior Técnico-Científico da Educação Superior, CTC-ES.

§ 1º O pedido será avaliado por um relator, membro do CTC-ES.

§ 2º O CTC-ES votará pela continuidade ou descredenciamento do programa, após relatoria.

Art. 11. A instituição associada poderá desistir do pedido do artigo 9º a qualquer tempo.

CAPÍTULO V DA AVALIAÇÃO

Art. 12. Os programas em formas associativas serão avaliados periodicamente, conforme legislação específica.

Parágrafo Único: os regulamentos das avaliações devem ser publicados antes do início do período avaliativo.

Art. 13. Terão validade nacional os programas que forem reconhecidos pela Câmara de Educação Superior do Conselho Nacional de Educação e homologados pelo Ministro de Estado da Educação após avaliação prévia da CAPES.

CAPÍTULO VI DISPOSIÇÕES TRANSITÓRIAS E FINAIS

Art. 14. Os programas em formas associativas em funcionamento terão 36 (trinta e seis) meses, a contar da publicação, para adequação, no que couber, dos dispositivos desta Portaria.

Art. 15. Os casos omissos nesta Portaria serão dirimidos pelo Presidente da CAPES, após parecer da Diretoria de Avaliação.

Parágrafo único. Poderá ser impetrado recurso da decisão dos casos omissos ao Conselho Superior da Capes.

Art. 16. Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

ABILIO A. BAETA NEVES
Presidente da CAPES

APENSO VI – Regimento do Profiap

REGIMENTO GERAL DO PROFIAP

Institui o Regimento do Programa de Pós-graduação Profissional em Administração Pública (Profiap).

O DIRETOR EXECUTIVO DA ASSOCIAÇÃO NACIONAL DOS DIRIGENTES DAS INSTITUIÇÕES FEDERAIS DE ENSINO SUPERIOR, no uso das atribuições, considerando o disposto na Portaria 214, de 27 de outubro de 2017, da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal Nível Superior (CAPES) e orientações normativas da Câmara de Educação Superior do Conselho Nacional de Educação (CNE/CES),

RESOLVE:

Art. 1º Esta norma institui, em âmbito nacional, o Regimento do Programa de Pós-graduação Profissional em Administração Pública (Profiap).

Parágrafo único. O Profiap é um programa de pós-graduação *stricto sensu* em forma associativa, com abrangência nacional, caracterizada pela oferta de mestrados e doutorados profissionais em Administração Pública em suas instituições associadas.

CAPÍTULO I DOS OBJETIVOS

Art. 2º São objetivos do Profiap:

- I - capacitar profissionais para o exercício da prática administrativa avançada nas organizações públicas;
- II - contribuir para aumentar a produtividade e a efetividade das organizações públicas;
- III - disponibilizar instrumentos, modelos e metodologias que sirvam de referência para a melhoria da gestão pública.

CAPÍTULO II DA ESTRUTURA CURRICULAR

Art. 3º O mestrado do Profiap prevê quarenta créditos de atividades didáticas, correspondentes a seiscentas horas, assim distribuídos:

- I – Disciplinas obrigatórias: 24 créditos ou 360 horas;
- II – Disciplinas eletivas: 8 créditos ou 120 horas;
- III – Trabalho de Conclusão Final (TCF): 8 créditos ou 120 horas;

§1º Além das atividades dispostas no *caput* e seus incisos, compreende ainda como atividades didáticas obrigatórias sem cômputo de carga horária:

- a) Exame de Qualificação;
- b) Proficiência em Línguas Estrangeiras;
- c) Exame Nacional de Qualidade;
- d) Pesquisa de Satisfação.

Seção I

Das disciplinas obrigatórias e eletivas

Art. 4º As descrições, ementas e bibliografias das disciplinas são discriminadas em um Catálogo de Disciplinas sob responsabilidade da Coordenação Acadêmica Nacional.

§1º Cada disciplina possui uma Comissão Nacional de Elaboração e Revisão (CNER) do Guia Didático da Disciplina, indicada pela Comissão Acadêmica Nacional, e um responsável local, que ministrará localmente a disciplina e será designado pela Comissão Acadêmica Local.

§2º Cada Guia Didático da Disciplina possui quinze aulas, podendo ser destinado até vinte por cento destas para conteúdo personalizado pelo responsável local, dentro da temática da disciplina.

§3º O responsável local poderá submeter propostas de revisão do Guia Didático da Disciplina à Comissão Acadêmica Nacional, que encaminhará a CNER da disciplina para manifestação.

§4º O Catálogo de Disciplinas deve ser revisado, no mínimo, uma vez a cada quatro anos.

§5º O Catálogo de Disciplinas, assim como suas alterações, deve ser submetido para aprovação ao Comitê Gestor e publicado no site do Profiap.

Art. 5º A Comissão Acadêmica Local deliberará sobre as disciplinas e os seus responsáveis.

§1º O responsável local da disciplina deve ser escolhido dentre os membros do Corpo Docente da Instituição Associada.

§2º É obrigatório o cumprimento do Guia Didático da Disciplina pelos responsáveis das disciplinas.

§3º As disciplinas eletivas serão escolhidas dentre as disponíveis no Catálogo de Disciplinas.

§4º Serão ofertadas quatro disciplinas por período.

Seção II

Do trabalho de conclusão final

Art. 6º O Trabalho de Conclusão Final deve seguir as diretrizes estabelecidas em normativos vigentes do MEC e da CAPES para a pós-graduação *stricto sensu* profissional.

§1º Em caso de omissão de diretrizes nos documentos tratados no *caput*, poderão os Trabalhos de Conclusão Final ser apresentados nos seguintes formatos:

- a) Dissertação;
- b) Tese;
- c) Relatório Técnico, com diagnóstico e proposta de intervenção;
- d) Projeto Técnico;

§2º A Dissertação, exclusivamente para mestrado, poderá ser inédita ou por revisão sistemática e aprofundada da literatura.

§3º A Tese, exclusivamente para doutorado, deverá ser inédita.

§4º O Relatório Técnico deve apresentar um diagnóstico;

§5º O Projeto Técnico deve apresentar uma proposta de intervenção, podendo ser constituído, dentre outros, por:

- a) Elaboração de normativo ou revisão normativa;
- b) Desenvolvimento ou aperfeiçoamento de software e/ou aplicativo;
- c) Inovação tecnológica;
- d) Desenvolvimento de produto;
- e) Mapeamento ou melhoria de processos administrativos;
- f) Desenvolvimento de técnicas.

§6º O Trabalho de Conclusão Final, independente do seu formato, deve conter pelo menos um dos seguintes artefatos:

- a) Proposta de Artigo Científico;
- c) Proposta de Intervenção;
- d) Proposta de manual de operação técnica ou de usuários;
- e) Material didático ou instrucional;

§7º O Trabalho de Conclusão Final e os artefatos tratados neste artigo devem ser relevantes para a Administração Pública e possuir complexidade/aprofundamento compatível com o nível da titulação.

§8º Casos de plágio serão considerados como Improbidade Escolar, devendo ser apurados pela Comissão Acadêmica Local, ouvido o orientador e assegurado a ampla defesa e o contraditório ao discente, podendo ser excluído do programa sem direito ao título.

Art. 7º São pré-requisitos para defesa do Trabalho de Conclusão Final:

I – Aprovação nas disciplinas obrigatórias e eletivas;

II – Aprovação no Exame de Qualificação;

III – Comprovação de Proficiência em Línguas Estrangeiras.

Art. 8º A defesa consiste da apresentação do Trabalho de Conclusão Final, perante uma banca constituída por, no mínimo, três membros, sendo o orientador o presidente.

§1º São pré-requisitos para defesa do Trabalho de Conclusão Final:

- a) Aprovação nas disciplinas obrigatórias e eletivas;
- b) Aprovação no Exame de Qualificação;
- c) Comprovação de Proficiência em Línguas Estrangeiras.

§2º A banca deverá possuir, pelo menos, um membro externo ao quadro de docentes do Profiap.

§3º A defesa do Trabalho de Conclusão Final deverá ser realizada no prazo de 24 (vinte e quatro) meses para mestrado ou de 48 (quarenta e oito) meses para doutorado, podendo, excepcionalmente, ser prorrogado por um período de até 6 (seis) meses.

§4º O pedido de prorrogação de prazo para a conclusão deverá ser encaminhado à Comissão Acadêmica Local, que analisará a solicitação mediante a justificativa apresentada da impossibilidade de cumprimento do prazo regular e proposta de novo cronograma para a conclusão do curso.

§5º Após a defesa do Trabalho de Conclusão Final, a banca se reunirá e atribuirá o conceito “aprovado” ou “reprovado”.

§6º Em caso de reprovação, o aluno será desligado do programa sem direito ao título.

Art. 9º O discente terá um prazo de 90 (noventa) dias, contados da defesa, para realizar as alterações recomendadas pela banca e entregar a versão definitiva do Trabalho de Conclusão Final.

Seção III **Do exame de qualificação**

Art. 10. O Exame de Qualificação do discente, realizado perante uma banca de qualificação, consiste de:

I – Entrega, com no mínimo quinze dias de antecedência, de uma cópia do Projeto de Trabalho de Conclusão Final a todos os membros da banca;

II – Apresentação oral do projeto com duração máxima de uma hora;

III – Arguição oral, onde cada membro da banca avalia o projeto apresentado.

§1º O Exame de Qualificação deverá ser realizado num prazo de dezoito meses para mestrado ou de trinta e seis meses para doutorado, podendo, excepcionalmente, ser prorrogado por até 3 (três) meses.

§2º O pedido de prorrogação de prazo para a realização do Exame de Qualificação deverá ser encaminhado à Comissão Acadêmica Local, que analisará a solicitação mediante a justificativa apresentada pelo não cumprimento do prazo e proposta de novo cronograma para a conclusão do curso.

Art. 11. São componentes obrigatórios do Projeto de Trabalho de Conclusão Final:

I – Proposta e justificativa do tema;

II – Os objetivos do trabalho;

III – O Referencial Teórico do Trabalho de Conclusão Final;

IV – A Metodologia a ser utilizada no Trabalho de Conclusão Final;

V – O plano das atividades restantes com cronograma.

Parágrafo único. A banca poderá autorizar a dispensa, parcial ou total, do referencial teórico no Exame de Qualificação mediante justificativa plausível apresentada no Projeto.

Seção IV **Da proficiência em línguas estrangeiras**

Art. 12. Será exigida a comprovação de Proficiência em uma língua estrangeira para mestrado e de duas línguas estrangeiras para doutorado.

§1º No doutorado, uma das línguas estrangeiras deve ser a Língua Inglesa;

§2º O exame de proficiência será definido pela Comissão Acadêmica Local de cada Instituição Associada, a ser realizado num prazo de dezoito meses para mestrado ou de trinta e seis meses para doutorado.

§3º Será aceito como proficiência em língua inglesa certificado de realização do Teste ANPAD com resultado igual ou superior a trezentos pontos na prova de inglês.

§4º A Comissão Acadêmica Local poderá definir outros critérios para aceitação e/ou de realização de exames de proficiência.

§5º O discente que não comprovar a proficiência em línguas estrangeiras no prazo definido no §1º será excluído do curso sem direito ao título.

Seção V

Do exame nacional de qualidade e da pesquisa de satisfação

Art. 13. A realização do Exame Nacional de Qualidade e da Pesquisa de Satisfação são pré-requisitos obrigatórios do discente para obtenção do diploma.

Parágrafo único. Os critérios de realização do disposto no *caput* estão discriminados no CAPÍTULO XI deste Regimento.

CAPÍTULO III

DO FUNCIONAMENTO DO PROFIAP

Art. 14. O funcionamento do Programa de Pós-graduação Profissional em Administração Pública (Profiap) é realizado por meio da Instituição Coordenadora, das Instituições Associadas e das Instituições Colaboradoras, nos termos dispostos nesse capítulo.

Parágrafo único. As Instituições Colaboradoras são facultativas para o funcionamento do Programa.

Seção I

Da instituição coordenadora

Art. 15. A instituição coordenadora é a representante da forma associativa perante o MEC, a CAPES e a comunidade.

Art. 16. A Associação Nacional dos Dirigentes das Instituições Federais de Ensino Superior (Andifes) é Instituição Coordenadora do Profiap.

Parágrafo único. Em caso de descontinuidade da Andifes como Instituição Coordenadora, será realizada votação entre os Coordenadores Locais e a Instituição Associada com maior votação passará a ser a nova Instituição Coordenadora.

Art. 17. O Comitê Gestor será o responsável pelo preenchimento das informações na Plataforma Sucupira da CAPES.

Parágrafo único. O preenchimento do módulo Coleta na Plataforma Sucupira será feito por todas as Instituições Associadas, sob a supervisão do Comitê Gestor.

Seção II

Das instituições associadas

Art. 18. As Instituições Associadas são as demais instituições que participam da forma associativa do PROFIAP, credenciadas para oferta de vagas.

§1º Os critérios para inclusão ou exclusão de Instituição Associada estão definidos no CAPÍTULO X.

§2º Sem prejuízo às possibilidades de exclusão definidas no CAPÍTULO X, ficam inicialmente definidas como Instituições Associadas:

- a) Universidade Federal de Alagoas;

- b) Universidade Federal de Alfenas;
- c) Universidade Federal de Campina Grande;
- d) Universidade Federal Fluminense
- e) Universidade Federal de Goiás;
- f) Universidade Federal da Grande Dourados;
- g) Universidade Federal de Juiz de Fora;
- h) Universidade Federal do Mato Grosso do Sul;
- i) Universidade Federal de Pelotas;
- j) Universidade Federal do Piauí;
- k) Universidade Federal do Rio Grande;
- l) Universidade Federal de Rondônia;
- m) Universidade Federal de São João Del Rei;
- n) Universidade Federal de Sergipe;
- o) Universidade Federal do Tocantins;
- p) Universidade Federal do Triângulo Mineiro;
- q) Universidade Federal do Vale do São Francisco;
- r) Universidade Federal de Viçosa;
- s) Universidade Federal Rural de Pernambuco;
- t) Universidade Federal Rural do Semi-árido;
- u) Universidade Tecnológica Federal do Paraná.

Seção III

Das instituições colaboradoras

Art. 19. As instituições colaboradoras são as instituições que participam da forma associativa deste Programa, por meio de parcerias ou de convênios, sem compartilhar as responsabilidades.

§1º Poderá haver repasse de recursos entre instituição colaboradora e o Profiap, com critérios estabelecidos por meio de parcerias ou de convênios.

§2º Qualquer parceria ou convênio do Profiap deve ser celebrado com a instituição coordenadora, mesmo que seu objeto seja de execução exclusiva em uma Instituição Associada.

Art. 20. Poderá ser estabelecido convênio entre instituição colaboradora e o Profiap para oferta de vagas de Mestrado Interinstitucional (MINTER) ou de Doutorado Interinstitucional (DINTER).

§1º As ofertas de vagas de que trata o *caput* deverão obedecer aos normativos vigentes do MEC e da CAPES.

§2º O repasse de recursos a título de MINTER ou DINTER, caso existente, será distribuído às instituições associadas proporcionalmente às vagas disponibilizadas por cada instituição.

Seção IV

Da administração do programa

Art. 21. A Administração das atividades do Profiap é executada por três comissões, responsáveis pelo gerenciamento do programa em seus diversos níveis:

I - Comitê Gestor;

II - Comissão Acadêmica Nacional;

III - Comissões Acadêmicas Locais.

§1º Os membros das comissões dispostas nos incisos I e II terão mandato de 4 (quatro) anos, permitida uma recondução pelo mesmo período.

§2º Os membros das comissões dispostas no inciso III terão período de mandato entre 1 (um) a 4 (quatro) anos, prorrogável ou não, conforme definido no Regimento Local do Profiap.

Subseção I

Do comitê gestor

Art. 22. O Comitê Gestor é uma comissão deliberativa, subordinada à Diretoria Executiva da ANDIFES, composta por três membros:

I - O Presidente do Comitê Gestor, dentre os professores permanentes do Profiap.

II - Um representante da comunidade científica.

III - O presidente da Comissão Acadêmica Nacional, representando o corpo docente do Profiap.

IV - Um representante discente nacional, eleitos pelos representantes discentes locais;

V - Um egresso, após a conclusão da primeira turma.

§1º Os membros dos incisos I e II serão designados pela Instituição Coordenadora.

§2º Somente os representantes discentes locais são elegíveis e eleitores da vaga disposta no inciso IV, computando apenas um voto para cada Instituição Associada.

§3º A vaga prevista no inciso V será ocupada pelo egresso interessado com melhor pontuação nas disciplinas, utilizando como critérios de desempate, respectivamente, a melhor classificação no Exame Nacional de Qualidade e a idade mais avançada.

Art. 23. São atribuições do Comitê Gestor:

I - Coordenar a execução e organização das atividades acadêmicas e administrativas;

II - Promover os encontros das Instituições Associadas;

III - Coordenar os procedimentos para inclusão e exclusão de Instituições Associadas.

IV - Coordenar os procedimentos de credenciamento, recredenciamento e descredenciamento de docentes do programa.

V - Elaboração de Editais e Supervisão do Exame Nacional de Acesso.

VI - Coordenar os procedimentos de manutenção da qualidade do Programa.

VII - Manter o sistema de gestão do Profiap;

VIII - Deliberar sobre as questões didáticas não previstas neste Regimento;

IX - Elaborar e encaminhar relatório anual de gestão do Profiap para apreciação da Instituição Coordenadora;

X - Propor alterações deste Regimento à Instituição Coordenadora;

XI - Aprovar diretrizes de acompanhamento de egressos;

XII - Deliberar sobre transferência de discentes e docentes entre Instituições Associadas.

XIII - Exercer a administração, em nível estratégico, do Profiap.

Subseção II

Da comissão acadêmica nacional

Art. 24. A Comissão Acadêmica Nacional é uma comissão executiva, subordinada ao Comitê Gestor, composta pelos seguintes membros:

I. Três representantes do corpo docente, eleitos por seus pares.

II. Um Coordenador de Avaliação.

III. O Presidente do Comitê Gestor.

§1º O Coordenador Acadêmico e Coordenador Adjunto da Comissão Acadêmica Nacional serão os representantes do corpo docente, previstos no inciso I, eleitos com maior número de votos, respectivamente;

§2º Somente os Coordenadores Locais do Profiap são elegíveis e eleitores para representantes do corpo docente, previsto no inciso I;

§3º O membro do inciso II será nomeado pela Instituição Coordenadora, mediante indicação do Comitê Gestor.

Art. 25. São atribuições da Comissão Acadêmica Nacional:

I. Coordenação Nacional das atividades de Ensino, Pesquisa e Extensão do PROFIAP;

II. Coordenar a realização dos Exames Nacionais de Acesso, dos Exames Nacionais de Qualidade e das Pesquisas de Satisfação;

III. Elaborar parecer pela inclusão ou exclusão de Instituições Associadas;

IV. Elaborar parecer pelo credenciamento, recredenciamento e descredenciamento de docentes do Profiap.

V. Coordenar a distribuição de bolsas de estudos entre as Instituições Associadas;

VI. Propor o calendário acadêmico;

VII. Designar as Comissões Nacionais de Elaboração e Revisão (CNERs) para elaboração e revisão dos Guias Didáticos das Disciplinas;

VIII. Organizar e distribuir os materiais didáticos entre aos Coordenadores Locais.

IX. Promover a interação entre as Instituições Associadas;

X. Propor inclusão e exclusão de disciplinas, assim como a revisão dos Guias Didáticos;

XI. Propor alterações nas questões didáticas deste regimento;

XII. Fomentar a construção, a implementação e a consolidação de planos estratégicos de internacionalização do Profiap;

XIII. Elaborar diretrizes de acompanhamento de egressos, submetendo ao Comitê Gestor para aprovação;

XIV. Analisar e elaborar parecer sobre a transferência de discentes e docentes entre Instituições Associadas, para deliberação do Comitê Gestor.

XV. Elaborar relatório anual de atividades, a ser encaminhado ao Comitê Gestor.

Subseção III

Da comissão acadêmica local

Art. 26. Cada Instituição Associada será representada por uma Comissão Acadêmica Local, subordinada ao Comitê Gestor e composta pelos seguintes membros:

I - Os docentes permanentes credenciados pelo Profiap na Instituição Associada.

II - Um representante discente local, eleito por seus pares.

III - Um egresso, após a formação da primeira turma.

§1º O Coordenador Local e o Coordenador Local Adjunto serão indicados pela Comissão Acadêmica Local dentre os docentes permanentes da Instituição Associada;

§2º O Comitê Gestor designará e destituirá os coordenadores indicados, conforme oportunidade e conveniência, fundamentado no Princípio da Supremacia do Interesse Público;

§3º O Regimento Local do Profiap definirá os critérios de indicação de seus coordenadores, de seleção do egresso e sobre o período de mandato de cada membro.

Art. 27. São atribuições da Comissão Acadêmica Local, no âmbito da Instituição Associada:

I – Elaborar e alterar o Regimento Local do Profiap, em conformidade com normativos vigentes;

II – Intermediar a adequação do Profiap às normas e processos administrativos da Instituição Associada;

III – Deliberar, *ad referendum* do Comitê Gestor, a programação acadêmica local;

IV – Designar e supervisionar os Representantes Locais das Disciplinas dentre os docentes locais do Profiap;

V – Propor o credenciamento, recredenciamento e descredenciamento de docentes locais do Profiap;

VI – Deliberar sobre os pedidos de trancamento e cancelamento de disciplinas;

VII – Deliberar sobre os pedidos de prorrogação de prazo previstos no CAPÍTULO II deste Regimento;

VIII – Elaborar e encaminhar relatórios anuais das atividades locais;

IX – Emitir os Diplomas dos discentes;

X – Deliberar sobre as petições dos discentes;

XI – Manter a guarda e organização de documentos dos docentes, discentes e egressos locais do Profiap;

XII – Deliberar sobre utilização de recursos e distribuição de bolsas destinadas à Instituição Associada;

XIII – Deliberar sobre a exclusão de discente.

XIV – Promover acompanhamento dos egressos, conforme diretrizes da Comissão Acadêmica Nacional.

Parágrafo único. A Comissão Acadêmica Local contará com o apoio administrativo de um servidor da Instituição Associada, designado para este fim.

CAPÍTULO IV

DA RESPONSABILIDADE COMPARTILHADA

Art. 28. As Instituições Associadas compartilharão das responsabilidades atribuídas pelo MEC, pela CAPES e por este Regimento para a consecução de suas atividades.

Art. 29. Os discentes regularmente matriculados no Profiap em cada Instituição Associada fazem parte do corpo discente de pós-graduação dessa instituição.

Art. 30. Todas as Instituições Associadas devem prezar pela manutenção e aprimoramento da qualidade do Programa.

Art. 31. A Instituição Associada arcará com as despesas de deslocamento de quaisquer participantes da Comissão Acadêmica Local necessárias para a consecução de suas atividades, assim como as despesas necessárias para funcionamento local do Programa.

Art. 32. O Comitê Gestor ou a Instituição Coordenadora arcará com as despesas de deslocamento de quaisquer participantes do Comitê Gestor ou da Comissão Acadêmica Nacional necessárias para a consecução de suas atividades, assim como as despesas necessárias para o funcionamento da estrutura nacional do Programa.

Art. 33. O Comitê Gestor ou a Instituição Coordenadora poderá repassar recursos para as Instituições Associadas, que ocorrerá de forma proporcional ao quantitativo de alunos em cada Instituição.

Parágrafo único. Os repasses de que trata o *caput* deverão ser integralmente disponibilizados pela Instituição Associada para utilização nas atividades locais do Profiap, conforme deliberação da Comissão Acadêmica Local.

CAPÍTULO V

DA INFRAESTRUTURA COMPARTILHADA

Art. 34. Cada Instituição Associada disponibilizará a infraestrutura necessária e proporcional ao número de discentes matriculados para o funcionamento local do Profiap com, no mínimo:

- I - Possuir 6 (seis) docentes em atividade no Programa, dos quais 4 (quatro) devem ser permanentes;
- II - Disponibilidade de uma sala de aula no turno das aulas presenciais;
- III - Possuir Biblioteca com títulos sobre Administração Pública;
- IV - Possuir computadores com acesso à internet disponível para pesquisa dos docentes e discentes;
- V - Disponibilidade de uma sala devidamente equipada para funcionamento da Secretaria local;
- VI - Disponibilidade de um servidor para atuar na secretaria local do Profiap.

Art. 35. Cada Instituição Associada deverá prezar por:

- I - Efetiva execução do projeto pedagógico nacional do Profiap;
- II - Eficácia na formação de seus egressos;
- III - Qualidade da produção intelectual do corpo docente e discente.

IV – Manter evasão média de, no máximo, 25% (vinte e cinco por cento) das vagas ofertadas.

V – Manter o padrão de qualidade mínimo exigido por este Regimento.

CAPÍTULO VI

DOS CRITÉRIOS DE SELEÇÃO, EXCLUSÃO E TRANSFERÊNCIA DE DISCENTES

Seção I

Dos critérios de seleção

Art. 36. A seleção dos discentes ocorrerá por meio de Exame Nacional de Acesso, realizado simultaneamente em todas as Instituições Associadas.

§1º O Exame considerará a maior nota dentre os Testes ANPAD realizado nos últimos dois anos, compreendendo 50% (cinquenta por cento) da nota total.

§2º O Exame possuirá prova escrita com assuntos e bibliografia extraída das disciplinas obrigatórias do Catálogo de Disciplinas, compreendendo 50% (cinquenta por cento) da nota total.

§3º Os critérios de seleção, quantitativos de vagas institucionais e de demanda social serão definidos por Edital, publicado no site do Profiap com no mínimo 45 (quarenta e cinco) dias de antecedência da data da prova escrita.

§4º A inscrição dos candidatos será realizada por Instituição Associada, somente podendo o candidato concorrer as vagas de uma Instituição a cada Exame.

§5º A aprovação dos candidatos se dá por ordem de classificação no Exame Nacional de Acesso até o limite de vagas institucionais e de demanda social de cada Instituição Associada previstas em edital.

§6º As matrículas devem ser realizadas pelos aprovados nos prazos e condições estabelecidos em Edital, sob pena de desclassificação da seleção.

Subseção I

Da matrícula

Art. 37. A matrícula nos cursos de mestrado ou doutorado do Profiap será deferida aos candidatos que:

I – Sejam diplomados em curso superior reconhecido pelo MEC;

II – Sejam classificados no Exame Nacional de Acesso dentro do limite de vagas ofertadas por Instituição Associada e por tipo.

III – Requeiram matrícula na secretaria local nas condições e prazos fixados no edital do ENA;

IV – Comprovem, no caso de inscrição para o Curso de Doutorado, a conclusão de Curso de Mestrado ou satisfaçam condições especiais estabelecidas no Edital do ENA;

V – Apresentem, caso sejam estrangeiros, situação regular no País e conhecimento da Língua Portuguesa em nível que lhes permita acompanhar os Cursos.

§1º O coordenador local avaliará a proficiência em Língua Portuguesa dos candidatos estrangeiros, diretamente ou por delegação.

§2º Após o deferimento da matrícula pelo coordenador local ou pela comissão acadêmica local, o candidato passa a ser discente do Profiap.

§3º Poderão ingressar no curso de doutorado sem a apresentação do diploma de mestrado os alunos que satisfaçam as condições especiais estabelecidas em Edital do ENA ou nos termos do art. 43 deste Regimento.

Art. 38. O Regimento Local da Instituição Associada disporá sobre demais critérios de matrícula no curso e nas disciplinas, em consonância com os preceitos do MEC, da CAPES, deste Regimento e dos normativos de sua Instituição.

Art. 39. O discente do mestrado pode ter a aceitação ou matrícula transferida para o doutorado.

§1º O discente que houver sido aprovado em metade das disciplinas do mestrado e for classificado dentro do limite de vagas de doutorado pelo ENA, sua matrícula será convertida para o doutorado direto.

§2º Em caso de vagas ociosas de doutorado em virtude de exclusão de discente, a Comissão Acadêmica Local poderá autorizar a transferência de matrícula do mestrado para o doutorado de discente que atender as seguintes condições:

- a) Ter sido aprovado em metade das disciplinas de mestrado;
- b) Demonstrar ter condições para concluir o doutorado;
- c) Demonstrar proficiência em duas línguas estrangeiras, sendo uma delas a Língua Inglesa.
- c) Não tenha sido penalizado em procedimento disciplinar.

§3º O Regimento Local da Instituição Associada poderá definir demais critérios para o disposto no §2º.

Art. 40. O trancamento de matrícula do curso pode ser concedido mediante pedido do aluno ou por recomendação de Junta Médica.

§1º O trancamento deve ser no máximo para dois semestres no mestrado ou para quatro semestres no doutorado.

§2º O trancamento a pedido será concedido apenas uma vez para mestrado ou até duas vezes para doutorado.

§3º O período de trancamento não é contado para efeito dos prazos definidos no art. 10 e no art. 12.

§4º O período de trancamento é contado para efeito dos prazos definidos no art. 8º.

§5º O cancelamento de todas as disciplinas do semestre será considerado trancamento de matrícula do curso.

Art. 41. É concedido o cancelamento de matrícula em disciplina do Profiap, uma única vez por disciplina e obedecido o prazo estabelecido no calendário acadêmico, ao aluno que o requerer.

§1º A matrícula cancelada conforme disposto no *caput* não será registrada no histórico escolar do discente.

§2º Em caráter excepcional, a critério da Comissão Acadêmica Local, poderá ser concedido cancelamento fora do prazo estabelecido ou pela segunda vez em uma mesma disciplina.

Seção II

Dos critérios de exclusão

Art. 42. A exclusão do discente na pós-graduação do Profiap ocorre por:

- I – Conclusão do curso;
- II – Pedido do discente;
- III – Motivo de saúde;
- IV – Insuficiência de aproveitamento escolar;
- V – Não cumprirem tempestivamente os critérios dispostos neste Regimento e no Regimento Local da Instituição Associada;
- V – Improbidade escolar;
- VI – Indisciplina ou transgressão disciplinar.

Art. 43. Também são critérios serão excluídos os discentes que, sem justo motivo:

- I – Não requerer a matrícula em disciplina no período;
- II – Solicitar trancamento acima do permitido no art. 40;
- III – Não atender ao critério de frequência mínima em duas disciplinas;
- IV – Descumprir os prazos fixados nos artigos 8º, 10 e 12.

Seção III

Dos critérios de transferência

Art. 44. A transferência de discente entre Instituições Associadas será aceita em virtude de mudança de domicílio para outro município, nas seguintes modalidades:

- I – Investidura em cargo público;
- II – Transferências *ex officio* do discente, seu cônjuge ou companheiro;
- III – Por motivo de saúde do discente, cônjuge, companheiro ou dependente;
- IV – Por decisão judicial;

§1º No caso do *caput*, a instituição de origem encaminhará todas as informações das atividades concluídas juntamente com a documentação do discente para a instituição de destino.

§2º A instituição de destino aproveitará todas as disciplinas e atividades didáticas concluídas pelo discente na instituição de origem.

§3º A vaga do discente transferido o acompanhará temporariamente da instituição de origem para a instituição de destino, não podendo ser repostada pela instituição de origem.

CAPÍTULO VII

DA OFERTA DE VAGAS POR INSTITUIÇÃO

Art. 45. O Profiap distribuirá as vagas de forma proporcional ao quantitativo de docentes permanentes na Instituição Associada, não podendo exceder ao triplo deste quantitativo para mestrado e ao dobro deste quantitativo para doutorado.

Art. 46. Somente serão credenciadas novas Instituições Associadas em caso de disponibilidade de vagas, mediante:

- I - Autorização de novas vagas pela CAPES;
- II - Descredenciamento de Instituição Associada;
- III - Redução de vagas em Instituição Associada.

Art. 47. São ofertados os seguintes tipos de vagas:

I – Institucionais: destinadas a servidores da Instituição Associada ou de demais instituições públicas que celebrem acordo ou convênio específico com a Instituição Coordenadora;

II – Demanda Social: destinadas a toda comunidade.

§1º O edital do Exame Nacional de Acesso (ENA) estabelecerá os percentuais de vagas para cada tipo.

§2º O candidato somente poderá se inscrever para concorrer a um tipo de vaga.

§3º Em caso de vagas remanescentes de um tipo, serão convocados os excedentes aprovados daquele tipo de vaga no ENA.

§4º Em caso de vagas remanescentes após convocação de todos os excedentes aprovados naquele tipo de vaga no ENA, as vagas serão destinadas aos excedentes do outro tipo de vaga.

§5º As Instituições Associadas que não preencherem todas as vagas em dois ENA consecutivos, terão as vagas ociosas redistribuídas para outra instituição.

CAPÍTULO VIII

DA EMISSÃO DE DIPLOMA E HISTÓRICO ESCOLAR

Art. 48. O diploma e o histórico escolar serão emitidos pelo Reitor da Instituição Associada após parecer favorável da Comissão Acadêmica Local em conformidade com o disposto no Regimento Local, neste Regimento, nos normativos da Instituição Associada e no regimento da Comissão Acadêmica Local.

Parágrafo único. O Regimento Local poderá constar delegação da emissão do histórico escolar a outra autoridade diversa do disposto no *caput*, em conformidade com os normativos e procedimentos da Instituição Associada.

Art. 49. São pré-requisitos mínimos para a emissão do diploma e do histórico escolar:

- I – Ter sido aprovado nas disciplinas obrigatórias e eletivas;
- II – Ter sido aprovado no Exame de Qualificação;
- III – Ter comprovado tempestivamente a proficiência nas línguas estrangeiras;

IV – Ter sido aprovado no Trabalho de Conclusão Final;

V – Ter participado de um Exame Nacional de Qualidade e de uma Pesquisa de Satisfação.

Art. 50. O Regimento Local da Instituição Associada poderá estabelecer normas, procedimentos e pré-requisitos adicionais para a emissão de diploma e de histórico escolar.

CAPÍTULO IX

DOS CRITÉRIOS DE CREDENCIAMENTO E DESCREDENCIAMENTO DE DOCENTES

Art.51. O Corpo docente do Profiap é composto por 3 (três) categorias de docentes:

I - docentes permanentes, constituindo o núcleo principal de docentes do programa;

II - docentes visitantes;

III - docentes colaboradores.

§1º A proporção entre docentes permanentes e colaboradores em cada Instituição Associada deve obedecer ao previsto no Documento de Área.

§2º Caso o Documento de Área não possua a previsão disposta no §1º, o Profiap adotará o quantitativo máximo de trinta por cento de docentes colaboradores.

§3º Serão priorizados como docentes colaboradores aqueles em que haja comprovada competência na área de ação do Profiap, com formação e experiência em administração pública e políticas públicas adequadas aos objetivos pedagógicos do Programa.

Art. 52. O limite máximo de orientandos/orientador será aquele estabelecido pelo Documento de Área.

Parágrafo único. Em caso de omissão pelo Documento de Área, será permitido o limite máximo de nove orientandos por orientador, considerando todos os programas de pós-graduação *stricto sensu* em que o docente atue, inclusive o Profiap.

Art. 53. O notório saber, reconhecido por Universidade com curso de doutorado na área, será considerado equivalente ao título de doutorado para os fins de credenciamento como docente.

Seção I

Dos docentes permanentes

Art. 54. O corpo docente permanente do Profiap é composto por todos os docentes credenciados como permanentes em todas as Instituições Associadas.

Art. 55. São pré-requisitos para ingresso e manutenção do docente na categoria de permanente:

I – Título de Doutor em Administração Pública ou em áreas afins;

II – Produção técnica ou acadêmica em Administração Pública ou áreas afins nos últimos quatro anos;

III – Desenvolvimento de atividades de ensino na pós-graduação e/ou graduação;

IV – Participação em projetos de pesquisa do Profiap;

V – Orientação de alunos de mestrado ou doutorado do Profiap, sendo devidamente credenciado como orientador pela Instituição Associada;

VI – Vínculo funcional-administrativo com a Instituição Associada ou, em caráter excepcional, consideradas as especificidades de áreas, instituições e regiões, e se enquadrem em uma das seguintes condições:

- a) quando recebam bolsa de fixação de docentes ou pesquisadores de agências federais ou estaduais de fomento;
- b) quando, na qualidade de professor ou pesquisador aposentado, tenham firmado com a instituição termo de compromisso de participação como docente do Profiap;
- c) quando tenham sido cedidos, por acordo formal, para atuar como docente do Profiap;
- d) a critério do Profiap, quando o docente estiver em afastamento longo para a realização de estágio pós-doutoral, estágio sênior ou atividade relevante em Educação, Ciência, Tecnologia e Inovação e não atender ao estabelecido pelos incisos I e II deste artigo, desde que atendidos os demais requisitos fixados.

§1º O docente permanente do Profiap não poderá atuar em mais de três programas de pós-graduação *stricto sensu*, incluindo o Profiap.

§2º A carga horária do docente permanente dedicada ao Profiap deverá ser de, no mínimo, 8 horas semanais.

§3º O disposto nos incisos III, IV, e V são dispensáveis ao ingresso na categoria de docente permanente, sendo obrigatórios para manutenção na categoria

§4º A permanência dos docentes na categoria de permanentes será objeto de acompanhamento e avaliação periódica conforme disposto no CAPÍTULO XI deste Regimento.

Art. 56. O Comitê Gestor definirá pontuação mínima de produção intelectual para ingresso e permanência na categoria de docente permanente.

§1º Os critérios de pontuação da produção intelectual serão os mesmos definidos pela CAPES e nos Documentos de Área para a última avaliação quadrienal.

§2º Os membros do Comitê Gestor, da Comissão Acadêmica Nacional e os Coordenadores Locais estarão dispensados do critério definido neste artigo no quadriênio em que ocuparam a função, desde que tenham permanecido por, no mínimo, um ano.

Seção II

Dos docentes visitantes

Art. 57. Integram a categoria de visitantes os docentes ou pesquisadores com vínculo funcional-administrativo com Instituições Colaboradoras, brasileiras ou não, que sejam liberados, mediante acordo formal, das atividades correspondentes a tal vínculo para colaborar, por um período contínuo e em regime de dedicação integral, em projeto de pesquisa e/ou atividades de ensino no programa, permitindo-se que atuem como orientadores e em atividades de extensão.

Parágrafo único. A atuação dos docentes ou pesquisadores visitantes no programa deverá ser viabilizada por contrato de trabalho por tempo determinado ou por bolsa concedida para esse fim, através da Instituição Coordenadora, da Instituição Associada, ou por agência de fomento.

Art. 58. O Conselho Gestor definirá pontuação mínima de produção intelectual para ingresso e permanência na categoria de docente visitante.

Parágrafo único. Os critérios de pontuação da produção intelectual serão os mesmos definidos pela CAPES e nos Documentos de Área para a última avaliação quadrienal.

Seção III

Dos docentes colaboradores

Art. 59. Integram a categoria de colaboradores os demais membros do corpo docente do Profiap que não atendam aos requisitos para serem enquadrados como docentes permanentes ou como visitantes, incluídos os bolsistas de pós-doutorado, mas que participem de forma sistemática do desenvolvimento de projetos de pesquisa ou atividades de ensino ou extensão e/ou da orientação de estudantes, independentemente de possuírem ou não vínculo com a Instituição Associada.

§1º O desempenho de atividades esporádicas como conferencista, membro de banca de exame ou co-autor de trabalhos não caracteriza um profissional como integrante do corpo docente do programa, não podendo o mesmo ser enquadrado como docente colaborador;

§2º Informações sobre atividades esporádicas do colaborador como conferencista, membro de banca de exame ou co-autor de eventual trabalho, serão considerados na seleção e/ou enquadramento do docente como colaborador.

§3º Serão priorizados como docentes colaboradores, aqueles com conhecimentos técnicos ou produção relevante ao Profiap, com experiência mínima de dez anos como servidor público, que não atendam aos requisitos para serem enquadrados como docentes permanentes ou como visitantes.

Art. 60. O Conselho Gestor definirá pontuação mínima de produção intelectual para ingresso e permanência na categoria de docente colaborador.

Parágrafo único: os critérios de pontuação da produção intelectual serão os mesmos definidos pela CAPES e nos Documentos de Área para a última avaliação quadrienal.

CAPÍTULO X

DOS CRITÉRIOS DE INCLUSÃO E EXCLUSÃO DE INSTITUIÇÕES ASSOCIADAS

Art. 61. A inclusão de Instituições Associadas será realizada por meio de Edital específico, sob responsabilidade do Comitê Gestor.

§1º O edital deverá conter, no mínimo, os seguintes requisitos para inclusão de Instituições como Associadas:

- a) Possuir 6 (seis) docentes classificados para ingresso na categoria de permanentes;
- b) Disponibilidade de uma sala de aula no turno das aulas presenciais;
- c) Possuir Biblioteca com obras sobre Administração Pública;
- d) Possuir computadores com acesso à internet disponível para pesquisa dos docentes e discentes;
- e) Disponibilidade de uma sala devidamente equipada para funcionamento da Secretaria local do Profiap;
- f) Disponibilidade de um servidor para atuar na secretaria local do Profiap.

Art. 62. A avaliação das propostas deverá considerar a adequação do corpo docente, a infraestrutura da Instituição Associada e a distribuição de Instituições Associadas por área geográfica.

Art. 63. A manutenção de cada Instituição como Associada está sujeita a avaliação pelo Comitê Gestor, baseada, no mínimo, nos seguintes critérios:

- I - Efetiva execução do projeto pedagógico nacional do Profiap;
- II - Eficácia na formação de seus egressos;
- III - Qualidade da produção intelectual do corpo docente e discente.
- IV - Possuir seis docentes em atividade no Programa, dos quais quatro devem ser permanentes.
- V – Manter evasão média de, no máximo, vinte e cinco por cento das vagas ofertadas.
- VI – Manter o padrão de qualidade mínimo exigido por este Regimento.

§1º As Instituições Associadas que forem avaliadas como insatisfatórias no quadriênio serão excluídas do Profiap.

§2º Em caso de exclusão, a Instituição não poderá ofertar novas vagas de mestrado ou doutorado pelo Profiap, tendo os alunos matriculados o direito de conclusão, desde que atendidos os requisitos.

CAPÍTULO XI

DOS CRITÉRIOS PARA MANUTENÇÃO DA QUALIDADE DO PROGRAMA

Art. 64. A manutenção da qualidade do Programa será estabelecida, no mínimo, pelos seguintes instrumentos:

- I – Exame Nacional de Qualidade;
- II – Distinções Acadêmicas;
- III – Pesquisa satisfação;

Parágrafo único. As instituições associadas devem manter o padrão de qualidade mínimo exigido neste capítulo.

Seção I

Do exame nacional de qualidade

Art. 65. O Exame Nacional de Qualidade (ENQ) é um instrumento para aferição da qualidade do Programa, sob a ótica do ensino, buscando manter o padrão de qualidade desejável em todas as Instituições Associadas.

Parágrafo único. O ENQ não é critério avaliativo do discente, sendo sua realização apenas pré-requisito para obtenção do Diploma.

Art. 66. O Exame Nacional de Qualidadeserá um teste anual realizado com trinta questões de múltipla escolha, sendo cinco de cada disciplina obrigatória.

§1º As questões deverão ser elaboradas com base na Bibliografia Básica disponível nos Guias Didáticos das Disciplinas obrigatórias.

§2º As questões deverão abordar assuntos de aulas distintas.

§3º Serão divulgadas anualmente no site do Profiap as médias gerais e por disciplina de cada Instituição Associada.

Art. 67. O Exame Nacional de Qualidade é um importante indicador na avaliação da qualidade dos docentes e das Instituições Associadas.

§1º Será apurado o período equivalente ao quadriênio avaliativo.

§2º Os docentes permanentes das disciplinas com média inferior a sessenta por cento poderão ser descredenciados.

§3º As Instituições Associadas com média geral inferior a cinquenta por cento serão excluídas do Profiap.

Seção II

Das distinções acadêmicas

Art. 68. Ficam estabelecidas distinções acadêmicas, concedidas através de certificação, para os discentes/egressos que se destacarem, nos seguintes níveis:

I – *Cum laude*: aos que obtiverem ótimo rendimento;

II – *Magna cum laude*: aos que obtiverem excelente rendimento;

III – *Summa cum laude*: aos que obtiverem rendimento máximo.

Parágrafo único. Somente têm direito à distinção prevista neste artigo os discentes/egressos que concluíram todos os requisitos para obtenção do Diploma;

Art. 69. Para a distinção acadêmica será considerado o rendimento do discente no Exame Nacional de Qualidade, da seguinte forma:

I - *Cum laude*: 80% de acertos;

II - *Magna cum laude*: 90% de acertos; e

III - *Summa cum laude*: 100% de acertos.

Art. 70. Para a distinção acadêmica dos egressos que concluíram seus cursos previamente à implantação do Exame Nacional de Qualidade será considerado o histórico escolar, sendo exigido conceito A, no mínimo, em metade das disciplinas e conceito B nas demais, da seguinte forma:

I - *Cum laude*: conceito A, no mínimo, em metade das disciplinas;

II - *Magna cum laude*: conceito A, no mínimo, em 75% das disciplinas;

III - *Summa cum laude*: conceito A em todas as disciplinas;

Art. 71. Pode ser concedida distinção acadêmica ao discente ou egresso que realizarem produção acadêmica ou técnica de alta relevância, ainda que não atenda aos requisitos dos artigos 69 ou 70.

Parágrafo único: a produção de que trata o *caput* pode ser realizada após a conclusão do curso.

Art. 72. A Comissão Acadêmica Nacional é a responsável pelas análises de distinções acadêmicas previstas nesta Seção, podendo solicitar subsídios às Comissões Acadêmicas Locais ou aos Coordenadores Locais.

Parágrafo único: a análise será encaminhada ao Comitê Gestor para homologação

Art. 73. O Comitê Gestor poderá estabelecer premiações para as distinções acadêmicas.

Seção III

Da pesquisa de satisfação

Art. 74. Será realizada pesquisa anual de satisfação com os questionários utilizados pela avaliação quadrienal da CAPES e nos Documentos de Área.

§1º A pesquisa de satisfação gerará indicadores e subsídios para melhoria do Programa a nível nacional e local.

§2º O Comitê Gestor definirá critérios mínimos para a manutenção da Instituição como Associada com base na pesquisa de satisfação.

CAPÍTULO XII

DAS DISPOSIÇÕES FINAIS E TRANSITÓRIAS

Art.75. Este Regimento entra em vigor a partir de sua homologação pela Instituição Coordenadora, devendo ser publicado no site do Profiap.

Art. 76. As alterações totais ou parciais deste Regimento deverão ser aprovadas pelo Comitê Gestor e homologadas pela Instituição Coordenadora.

Parágrafo único. Será garantido o direito à manifestação prévia da Comissão Acadêmica Nacional e dos Coordenadores Locais.

Art. 77. Os casos omissos serão resolvidos pela Instituição Coordenadora, após manifestação do Comitê Gestor.

XXXXXXXXXXXXXX

Presidente do Comitê Gestor do Profiap

XXXXXXXXXXXXXX

Diretor Executivo da Andifes

REFERÊNCIAS:

ANDRADE, P. R. P. d.; OLIVEIRA, F. B. d.; ZOUAIN; D. M.; SANT'ANA A. d. S. **Educação profissional na administração pública**: Desenvolvendo competências para atender as demandas da sociedade brasileira. (2012)

BARBOSA, Rui. **Oração aos moços**. 5. ed. Rio de Janeiro: Fundação Casa de Rui Barbosa, 1997. Disponível em: <http://www.casaruibarbosa.gov.br/dados/DOC/artigos/rui_barbosa/FCRB_RuiBarbosa_Oracao_aos_mocos.pdf>. Acesso em: 22 jan. 2018, 12:00:00.

BITTAR, Eduardo C. B. **Metodologia da pesquisa jurídica**: teoria e prática da monografia para os cursos de Direito. 15. ed. São Paulo: Saraiva, 2017.

BRASIL. Constituição (1988). **Câmara dos Deputados**, Brasília, DF, [s.d.]. Disponível em: <<http://www2.camara.leg.br/legin/fed/consti/1988/constituicao-1988-5-outubro-1988-322142-publicacaooriginal-1-pl.html>>. Acesso em: 15 jan. 2018, 13:35:00

_____. Decreto-Lei nº 200, de 25 de fevereiro de 1967. Dispõe sobre a organização da Administração Federal, estabelece diretrizes para a Reforma Administrativa e dá outras providências. **Câmara dos Deputados**, Brasília, DF, [s.d.]. Disponível em: <<http://www2.camara.leg.br/legin/fed/declei/1960-1969/decreto-lei-200-25-fevereiro-1967-376033-publicacaooriginal-1-pe.html>>. Acesso em: 15 jan. 2018, 12:45:00.

_____. Decreto nº 29.741, de 11 de julho de 1951. Institui uma Comissão para promover a Campanha Nacional de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior. **Câmara dos Deputados**, Brasília, DF, [s.d.]. Disponível em: <<http://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1950-1959/decreto-29741-11-julho-1951-336144-publicacaooriginal-1-pe.html>>. Acesso em: 15 jan. 2018, 12:38:00.

_____. Decreto nº 30.286, de 19 de dezembro de 1961. Dilata o prazo que menciona. **Câmara dos Deputados**, Brasília, DF, [s.d.]. Disponível em: <<http://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1950-1959/decreto-30286-19-dezembro-1951-340423-publicacaooriginal-1-pe.html>>. Acesso em: 15 jan. 2018, 11:55:00.

_____. Decreto nº 49.355, de 19 de dezembro de 1961. Cria a Comissão Supervisora do Plano dos Institutos (COSUP), determina seu funcionamento sob a forma de Campanha e dá outras providências. **Câmara dos Deputados**, Brasília, DF, [s.d.]. Disponível em: <<http://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1960-1969/decreto-49355-28-novembro-1960-388761-publicacaooriginal-1-pe.html>>. Acesso em: 15 jan. 2018, 11:57:00.

_____. Decreto nº 50.737, de 7 de junho de 1961. Organiza a Companhia Nacional de Aperfeiçoamento do Pessoal de Nível Superior, prevista pelo Decreto nº 29.741, de 11 de julho de 1951. **Câmara dos Deputados**, Brasília, DF, [s.d.]. Disponível em: <<http://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1960-1969/decreto-50737-7-junho-1961-390256-publicacaooriginal-1-pe.html>>. Acesso em: 15 jan. 2018, 11:59:00.

_____. Decreto nº 51.405, de 6 de fevereiro de 1962. Altera a redação do art. 2º do Decreto n. 49.355, de 28 de novembro de 1960, e dá outras providências. **Câmara dos Deputados**, Brasília, DF, [s.d.].

Disponível em: <<http://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1960-1969/decreto-51405-6-fevereiro-1962-391287-publicacaooriginal-1-pe.html>>. Acesso em: 15 jan. 2018, 12:03:00.

_____. Decreto nº 52.456, de 19 de outubro de 1963. Altera dispositivos do Decreto número 49.355, de 28 de novembro de 1960, e do Decreto n.º 51.406, de 06 de fevereiro de 1962. **Câmara dos Deputados**, Brasília, DF, [s.d.]. Disponível em: <<http://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1960-1969/decreto-52456-19-outubro-1963-392450-publicacaooriginal-1-pe.html>>. Acesso em: 15 jan. 2018, 12:05:00.

_____. Decreto nº 53.325, de 18 de dezembro de 1963. Institui o Programa de Expansão do Ensino Tecnológico. **Câmara dos Deputados**, Brasília, DF, [s.d.]. Disponível em: <<http://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1960-1969/decreto-53325-18-dezembro-1963-393395-publicacaooriginal-1-pe.html>>. Acesso em: 15 jan. 2018, 12:35:00.

_____. Decreto nº 53.932, de 26 de maio de 1964. Altera dispositivos dos Decretos ns. 29741, de 11 de julho de 1951, 50737, de 07 e junho de 1961, 51146, de 05 de agosto de 1961, 49355, de 28 de novembro de 1960, 51405, de 6 de fevereiro de 1962, 52456 de 16 de setembro de 1963, e 53325 de 18 de dezembro de 1963, reunindo num só órgão a Capes, Cosupi e Protec. **Câmara dos Deputados**, Brasília, DF, [s.d.]. Disponível em: <<http://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1960-1969/decreto-53932-26-maio-1964-393973-publicacaooriginal-1-pe.html>>. Acesso em: 15 jan. 2018, 12:36:00.

_____. Decreto nº 66.662, de 5 de junho de 1970. Reformula a Coordenação do Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES) e dá outras providências. **Câmara dos Deputados**, Brasília, DF, [s.d.]. Disponível em: <<http://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1970-1979/decreto-66662-5-junho-1970-408148-publicacaooriginal-1-pe.html>>. Acesso em: 15 jan. 2018, 12:39:00.

_____. Decreto nº 74.299, de 18 de julho de 1974. Dispõe sobre a Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES) e dá outras providências. **Câmara dos Deputados**, Brasília, DF, [s.d.]. Disponível em: <<http://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1970-1979/decreto-74299-18-julho-1974-422808-publicacaooriginal-1-pe.html>>. Acesso em: 15 jan. 2018, 12:41:00.

_____. Decreto nº 86.816, de 5 de janeiro de 1982. Dispõe sobre a Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES), e dá outras providências. **Câmara dos Deputados**, Brasília, DF, [s.d.]. Disponível em: <<http://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1980-1987/decreto-86816-5-janeiro-1982-436737-publicacaooriginal-1-pe.html>>. Acesso em: 15 jan. 2018, 12:42:00.

_____. Decreto nº 99.678, de 8 de novembro de 1990. Aprova a Estrutura Regimental do Ministério da Educação e dá outras providências. **Câmara dos Deputados**, Brasília, DF, [s.d.]. Disponível em: <<http://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1990/decreto-99678-8-novembro-1990-342203-publicacaooriginal-1-pe.html>>. Acesso em: 15 jan. 2018, 12:43:00.

_____. Decreto nº 1.917, de 27 de maio de 1996. Aprova a Estrutura Regimental e o Quadro Demonstrativo dos Cargos em Comissão e Funções Gratificadas do Ministério da Educação e do Desporto e dá outras providências. **Câmara dos Deputados**, Brasília, DF, [s.d.]. Disponível em: <<http://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1996/decreto-1917-27-maio-1996-435693-publicacaooriginal-1-pe.html>>. Acesso em: 15 jan. 2018, 12:46:00.

_____. Decreto nº 2.147, de 14 de fevereiro de 1997. Aprova a Estrutura Regimental e o Quadro Demonstrativo dos Cargos em Comissão e Funções Gratificadas do Ministério da Educação e do Desporto, e dá outras providências. **Câmara dos Deputados**, Brasília, DF, [s.d.]. Disponível em:

<<http://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1997/decreto-2147-14-fevereiro-1997-400894-publicacao-original-1-pe.html>>. Acesso em: 15 jan. 2018, 12:47:00.

_____. Decreto nº 2.890, de 21 de dezembro de 1998. Aprova a Estrutura Regimental e o Quadro Demonstrativo dos Cargos em Comissão e Funções Gratificadas do Ministério da Educação e do Desporto, e dá outras providências. **Câmara dos Deputados**, Brasília, DF, [s.d.]. Disponível em: <<http://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1998/decreto-2890-21-dezembro-1998-370141-publicacao-original-1-pe.html>>. Acesso em: 15 jan. 2018, 12:49:00.

_____. Decreto nº 3.501, de 12 de junho de 2000. Aprova a Estrutura Regimental e o Quadro Demonstrativo dos Cargos em Comissão e das Funções Gratificadas do Ministério da Educação, e dá outras providências. **Câmara dos Deputados**, Brasília, DF, [s.d.]. Disponível em: <<http://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/2000/decreto-3501-12-junho-2000-368703-publicacao-original-1-pe.html>>. Acesso em: 15 jan. 2018, 12:50:00.

_____. Decreto nº 3.772, de 14 de março de 2001. Aprova a Estrutura Regimental e o Quadro Demonstrativo dos Cargos em Comissão e das Funções Gratificadas do Ministério da Educação, e dá outras providências. **Câmara dos Deputados**, Brasília, DF, [s.d.]. Disponível em: <<http://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/2001/decreto-3772-14-marco-2001-364601-publicacao-original-1-pe.html>>. Acesso em: 15 jan. 2018, 12:52:00.

_____. Decreto nº 4.637, de 21 de março de 2003. Aprova a Estrutura Regimental e o Quadro Demonstrativo dos Cargos em Comissão e das Funções Gratificadas do Ministério da Educação, e dá outras providências. **Câmara dos Deputados**, Brasília, DF, [s.d.]. Disponível em: <<http://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/2003/decreto-4637-21-marco-2003-496082-publicacao-original-1-pe.html>>. Acesso em: 15 jan. 2018, 12:53:00.

_____. Decreto nº 4.791, de 22 de julho de 2003. Aprova a Estrutura Regimental e o Quadro Demonstrativo dos Cargos em Comissão e das Funções Gratificadas do Ministério da Educação, e dá outras providências. **Câmara dos Deputados**, Brasília, DF, [s.d.]. Disponível em: <<http://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/2003/decreto-4791-22-julho-2003-494167-publicacao-original-1-pe.html>>. Acesso em: 15 jan. 2018, 12:54:00.

_____. Decreto nº 5.159, de 28 de julho de 2004. Aprova a Estrutura Regimental e o Quadro Demonstrativo dos Cargos em Comissão e das Funções Gratificadas do Ministério da Educação, e dá outras providências. **Câmara dos Deputados**, Brasília, DF, [s.d.]. Disponível em: <<http://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/2004/decreto-5159-28-julho-2004-533141-publicacao-original-16302-pe.html>>. Acesso em: 15 jan. 2018, 12:55:00.

_____. Decreto nº 6.320, de 20 de dezembro de 2007. Aprova a Estrutura Regimental e o Quadro Demonstrativo dos Cargos em Comissão e das Funções Gratificadas do Ministério da Educação, e dá outras providências. **Câmara dos Deputados**, Brasília, DF, [s.d.]. Disponível em: <<http://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/2007/decreto-6320-20-dezembro-2007-567274-publicacao-original-90665-pe.html>>. Acesso em: 15 jan. 2018, 12:56:00.

_____. Decreto nº 7.480, de 16 de maio de 2011. Aprova a Estrutura Regimental e o Quadro Demonstrativo dos Cargos em Comissão do Grupo-Direção e Assessoramento Superiores - DAS e das Funções Gratificadas do Ministério da Educação e dispõe sobre remanejamento de cargos em comissão. **Câmara dos Deputados**, Brasília, DF, [s.d.]. Disponível em:

<<http://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/2011/decreto-7480-16-maio-2011-610637-publicacao-original-132532-pe.html>>. Acesso em: 15 jan. 2018, 12:57:00.

_____. Decreto nº 7.690, de 02 de março de 2012. Aprova a Estrutura Regimental e o Quadro Demonstrativo dos Cargos em Comissão e das Funções Gratificadas do Ministério da Educação. **Câmara dos Deputados**, Brasília, DF, [s.d.]. Disponível em: <<http://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/2012/decreto-7690-2-marco-2012-612507-publicacao-original-135434-pe.html>>. Acesso em: 15 jan. 2018, 12:57:00.

_____. Decreto nº 9.005, de 14 de março de 2017. Aprova a Estrutura Regimental e o Quadro Demonstrativo dos Cargos em Comissão e das Funções de Confiança do Ministério da Educação, remaneja cargos em comissão e substitui cargos em comissão do Grupo-Direção e Assessoramento Superiores - DAS por Funções Comissionadas do Poder Executivo - FCP. **Câmara dos Deputados**, Brasília, DF, [s.d.]. Disponível em: <<http://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/2017/decreto-9005-14-marco-2017-784453-publicacaooriginal-152126-pe.html>>. Acesso em: 15 jan. 2018, 12:59:00.

_____. Decreto nº 9.191, de 1º de novembro de 2017. Estabelece as normas e as diretrizes para elaboração, redação, alteração, consolidação e encaminhamento de propostas de atos normativos ao Presidente da República pelos Ministros de Estado. **Câmara dos Deputados**, Brasília, DF, [s.d.]. Disponível em: <<http://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/2017/decreto-9191-1-novembro-2017-785689-publicacaooriginal-154137-pe.html>>. Acesso em: 17 jan. 2018, 19:35:00.

_____. Decreto nº 9.235, de 15 de dezembro de 2017. Dispõe sobre o exercício das funções de regulação, supervisão e avaliação das instituições de educação superior e dos cursos superiores de graduação e de pós-graduação no sistema federal de ensino. **Câmara dos Deputados**, Brasília, DF, [s.d.]. Disponível em: <<http://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/2017/decreto-9235-15-dezembro-2017-785940-publicacaooriginal-154513-pe.html>>. Acesso em: 15 jan. 2018, 13:30:00.

_____. Lei Complementar nº 95, de 26 de fevereiro de 1998. Dispõe sobre a elaboração, a redação, a alteração e a consolidação das leis, conforme determina o parágrafo único do art. 59 da Constituição Federal, e estabelece normas para a consolidação dos atos normativos que menciona. **Câmara dos Deputados**, Brasília, DF, [s.d.]. Disponível em: <<http://www2.camara.leg.br/legin/fed/leicom/1998/leicomplementar-95-26-fevereiro-1998-363948-publicacaooriginal-1-pl.html>>. Acesso em: 17 jan. 2018, 19:30:00.

_____. Lei Ordinária nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. **Câmara dos Deputados**, Brasília, DF, [s.d.]. Disponível em: <<http://www2.camara.leg.br/legin/fed/lei/1996/lei-9394-20-dezembro-1996-362578-norma-13490-pl.html>>. Acesso em: 17 jan. 2018, 18:30:00.

_____. Lei Ordinária nº 13.490, de 10 de outubro de 2017. Altera o art. 53 da Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996 (Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional), para dispor sobre doações às universidades. **Câmara dos Deputados**, Brasília, DF, [s.d.]. Disponível em: <<http://www2.camara.leg.br/legin/fed/lei/2017/lei-13490-10-outubro-2017-785561-publicacaooriginal-153940-pl.html>>. Acesso em: 17 jan. 2018, 18:30:00.

_____. Ministério da Educação. **Parecer CNE/CFE 977**, de 03 de dezembro de 1965. Disponível em: <<https://capes.gov.br/images/stories/download/avaliacao/avaliacao-n/Parecer-977-1965.pdf>>. Acesso em: 15 jan. 2018, 13:18:00.

_____. Senado Federal. **Projeto de Lei do Senado nº 403**. Texto inicial, de 01 de outubro de 2013. Altera a Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, para dispor sobre doações às universidades. Posteriormente convertida na Lei 13.490, de 10/10/2017. Disponível em: <<http://legis.senado.leg.br/sdleg-getter/documento?dm=597252&disposition=inline>>. Acesso em: 17 jan. 2018, 20:20:00.

CAPES. **Plano Nacional de Pós-graduação (PNPG) 2011-2020**. Volume I. 2010. Disponível em: <<http://www.capes.gov.br/images/stories/download/Livros-PNPG-Volume-I-Mont.pdf>>. Acesso em: 15 jan. 2018, 13:10:00.

CAPES. APCN: mestrado profissional 2005. **Revista Brasileira de Pós-graduação**, Brasília, v. 2, n. 4, p. 166-167, jul. 2005.

CARAÇA, J. M. G.; CONCEIÇÃO, P.; HEITOR, M. V. Uma perspectiva sobre a missão das universidades. **Análise social**, [s.l.], n. 139, p. 1201-1233, 1996. Disponível em: <<http://analisesocial.ics.ul.pt/documentos/1223396575R0tIQ8js9Iy17FX8.pdf>>. Acesso em: 15 jan. 2018, 10:45:00.

CGU. **Manual de Elaboração de Relatórios do Controle Interno**. Brasília, maio de 2004. Disponível em: <http://www.reogci.org/documentacion/pdfs/brasil/Manual_de_Elaboração_de_Relatórios_do_Controle_Interno.pdf>. Acesso em: 15 jan. 2018, 14:45:00.

CUNHA, Luiz Antônio. Ensino Superior e Universidade no Brasil. In: LOPES, E. M. T.; FARIA FILHO, L. M.; VEIGA, C. G. (Orgs). **500 anos de educação no Brasil**. 2. ed. Belo Horizonte: Autêntica, 2000.

DA SILVA, Lidiane Rodrigues Campêlo, et al. Pesquisa documental: alternativa investigativa na formação docente. In: **Congresso Nacional de Educação**. 2009. p. 4554-4566.

DE OLIVEIRA, Maria Marly. **Como fazer pesquisa qualitativa**. Petrópolis, RJ: Vozes, 2007.

ETZKOWITZ, HENRY; ZHOU, CHUNYAN. Hélice Tríplice: inovação e empreendedorismo universidade-indústria-governo. **Estudos Avançados**, v. 31, n. 90, p. 23-48, 2017. Disponível em <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0103-40142017000200023>. Acesso em 08/01/2018.

FÁVERO, Maria de L. de A. **Da universidade “modernizada” à universidade disciplinada**: Atcon e Meira Mattos. São Paulo: Cortez, 1991.

INSTITUTO TECNOLÓGICO DA AERONÁUTICA (ITA). **Portaria DCTA nº 15/2013**. Aprova a reedição da Instrução que trata sobre as Normas Reguladoras para os Cursos de Pós-Graduação Stricto Sensu do Instituto Tecnológico de Aeronáutica. Disponível em: <<http://www.ita.br/sites/default/files/pages/collection/NOREG%202013%20ICA%2037-356%202013.pdf>>. Acesso em: 15 jan. 2018, 14:25:00.

LAMY, Marcelo. **Metodologia da pesquisa jurídica**: técnicas de investigação, argumentação e redação. Elsevier, 2011

LEITÃO, Sergio Proença. A questão organizacional na universidade: as contribuições de Etzioni e Rice. **Revista de Administração Pública**, v. 19, n. 4, p. 3-26, 1985.

LUCAS, Christopher J. **La educación superior norteamericana**: una historia. Buenos Aires: Universidad de Palermo, 2010. 2 vol.

MALHOTRA, Naresh K.; BIRKS, David F. **Marketing Research**: an applied approach. 2nd European ed. England: Person Education, 2006.

MARCONI, Marina de A.; LAKATOS, Eva M. **Metodologia Científica**. 5. ed. São Paulo: Atlas, 2011.

_____. **Técnicas de Pesquisa**: planejamento e execução de pesquisas, amostragens e técnicas de pesquisas, elaboração, análise e interpretação de dados. 4. Ed. São Paulo: Atlas, 1999.

NADER, Paulo. **Filosofia do Direito**. 21. ed. Rio de Janeiro: Forense, 2012.

YIN, Robert K. **Estudo de caso**: planejamento e métodos. Trad. Ana Thorell. 4.ed. Porto Alegre: Bookman, 2010.

ZANDAVALLI, Carla Busato. Avaliação da educação superior no Brasil: os antecedentes históricos do Sinaes. **Avaliação**, Campinas; Sorocaba, SP, v. 14, n. 2, p. 253-266, jul. 2009. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/aval/v14n2/a08v14n2>>. Acesso em: 15 jan. 2018, 11:15:00.